

I Encontro de
Geografia
das Cidades
da Amazônia



ANAIS do **I ENGEOCIDADES** 2025





Universidade do Estado do Pará

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitora

Ilma Pastana Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Luanna de Melo Pereira Fernandes

Pró-Reitora de Graduação

Acylena Coelho Costa

Pró-Reitor de Extensão

Higson Rodrigues Coelho

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento

Carlos José Capela Bispo

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE

Frederico da Silva Bicalho

Coordenador do Curso de Licenciatura Plena em Geografia

Rodrigo Rafael Souza De Oliveira

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG

Carlos Jorge Nogueira de Castro



Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe

Nilson Bezerra Neto

Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Design

Flávio Araújo

Web-Page e Portal de Periódicos

Bruna Toscana Gibson

Livraria

Arlene Sales

Bibliotecária

Rosilene Rocha

Estagiários

João Lucas Ferreira Lima

Natália Vinagre de Souza Souza

Conselho Editorial

Francisca Regina Oliveira Carneiro

Hebe Morganne Campos Ribeiro

Jofre Jacob da Silva Freitas (Presidente)

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar

Josebel Akel Fares

José Alberto Silva de Sá

Juarez Antônio Simões Quaresma

Lia Braga Vieira

Maria das Graças da Silva

Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva

Marília Brasil Xavier

Núbia Suely Silva Santos

Robson José de Souza Domingues

Pedro Franco de Sá

Tânia Regina Lobato dos Santos

Valéria Marques Ferreira Normando

COORDENAÇÃO GERAL DO I ENGEOCIDADES

Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro
Michel de Melo Lima
Willame de Oliveira Ribeiro
Carlos Jorge Nogueira de Castro
Nívia Assunção Moura Borges
Rodrigo Rafael Souza de Oliveira
Isac José Murta Nunes
Jouvane Mateus Silva do Nascimento
Leandro Maciel Sarrazin da Rosa
Leonardo Pantoja Corrêa
Maria Eduarda Costa Costa
Natália Souza Pinheiro
Ruth Helem Veiga Cardoso
Wanessa Viviane Paixão Farias

COMISSÕES

Comissão Científica

Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro
Michel de Melo Lima
Willame de Oliveira Ribeiro

Comissão de Infraestrutura

Leonardo Pantoja Corrêa
Jouvane Mateus Silva do Nascimento
Cassio Henrique Costa Oliveira
Viktor Hugo Silva dos Santos
Luis Davi do Carmo Nunes
Aliny Da Silva Coelho
Paulo Vitor Corrêa Saraiva
Mila Cristiana Martins Vidal
Heitor Caio Freitas de Castro
Yasmin Ferreira de Oliveira
Endryo Vinicius Marcolino Da Silva
Maurício Soares de Alfaia
Deivid Silva dos Passos
Nicole Almeida Vieira

Comissão de Comunicação

Natália Souza Pinheiro
Isac José Murta Nunes
Ruth Helem Veiga Cardoso
Maria Eduarda Costa Costa
Athos Salviano Maia Pinheiro
Lucas Ferreira Rosa
Brenda Barros Teixeira
Hemilly Campos da Silva

Comissão de Secretaria

Leandro Maciel Sarrazin da Rosa
Luis Henrique Andrade de Castro
Elesson Gabriel Souza de França
Lucas Ferreira Rosa
Jane Margarete Rocha Hadad Braga
Leticia Giovanna Almeida Gomes
Renata Rodrigues
Nívia Assunção Moura Borges
Rodrigo de Lima Lopes
Yuri Giovanni Silva dos Santos

© EDUEPA 2025

Realização
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica - SECTET
Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA



Normalização e Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Designer Gráfico

Flávio Araujo

Capa

Isac José Murta Nunes

Leonardo Pantoja Corrêa

Diagramação

Odivaldo Teixeira Lopes

Apoio Técnico

Bruna Toscano Gibson

Arlene Sales Duarte Caldeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

EDITORA DA UEPA - EDUEPA

E56 Encontro de Geografia das Cidades da Amazônia (1. : 2025 : Belém, PA) Anais do 1o Engeocidades / Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro ; Michel de Melo Lima ; Willame de Oliveira Ribeiro (Org.). – Belém: EDUEPA, 2025.
269 p.; il.

Inclui bibliografias

ISBN (e-book): 978-85-8458-054-5

1. Geografia - Educação. 2. Gestão Pública. 3. Espaço Urbano. 4. Exclusão Socioespacial. 5. Warao - Imigrante. 6. Transamazônica. 7. Mercado Imobiliário – Natureza. 8. Feminicídio. 9. Narcotráfico. 10. Agricultura Familiar. I. Ribeiro, Larissa Oliveira Mesquita. II. Lima, Michel de Melo. III. Ribeiro, Willame de Oliveira. IV. Título.

CDD 910 – 22.ed.

Ficha Catalográfica: Rosilene Rocha CRB-2/1134.

Editora filiada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA

Travessa D. Pedro I, 519 - CEP: 66050-100

E-mail: eduepa@uepa.br/livrariadauepa@gmail.com

Telefone: (91) 3284-9112

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ENGEOCIDADES..... 13

Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro
Michel de Melo Lima
Willame de Oliveira Ribeiro

Trabalhos do GT 01 – Agentes, processos e formas de produção do espaço urbano

APRESENTAÇÃO GT 01 – AGENTES, PROCESSOS E FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO 16

Michel de Melo Lima

OS AGENTES ATUANTES NA AUGUSTO MONTENEGRO E A DINÂMICA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL E SOCIOAMBIENTAL 17

Athos Salviano Maia Pinheiro
Hemilly Campos da Silva

IMIGRANTES WARAO EM BELÉM: UM OLHAR DA GESTÃO PÚBLICA PARA SUAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA 22

Victor Matheus de Sousa Carvalho
Isis do Mar Marques Martins

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E NOVAS FUNÇÕES URBANAS AO BAIRRO DO REDUTO, BELÉM-PA 27

Lucas Vianey Correa Silva
Maria Carolina Ribeiro Silva
Josenilma Santos do Rosário

PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS- BELÉM- PA: ANÁLISE HISTÓRICO- ESPACIAL DO CORREDOR COMERCIAL. 33

Bruna Mangas Macedo
Arthur Luiz Omena Maia
Carlos Jorge Nogueira de Castro

ECONOMIA ESPACIAL DE FEIRAS: O BAIRRO DO JADERLÂNDIA NA DINÂMICA DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO..... 38

Giovanna Barroso de Lima
Arthur Luiz Omena Maia:
Carlos Jorge Nogueira de Castro:

LEITURAS DA RELAÇÃO ENTRE O URBANO E O RURAL NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CIDADES DA TRANSAMAZÔNICA..... 43

Renata Belz Kruger
José Queiroz de Miranda Neto

ANANINDEUA-PA: ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO EM MERCADOS E FEIRAS DA CIDADE NOVA IV 49

Karen Cristina Braga da Silva
Arthur Luiz Omena Maia
Carlos Jorge Nogueira de Castro:

ESGOTAMENTO SANITÁRIO E POBREZA EM MARABÁ: UMA ANÁLISE ACERCA DOS DADOS DO CENSO IBGE 2022 E CADÚNICO 54

Isabella Santos Corrêa
Leonardo Costa Miranda
Joicy Helena da Costa Pantoja

O SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SINTER) ENQUANTO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL..... 60

Katia Borges Lira

EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL COMO FORMA DE NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO JARDIM IMPERADOR EM CASTANHAL-PA65

Maria Rita Pessoa Lemos
Victor Gabriel Feitosa Ribeiro
Rute Dayene Rodrigues da Costa
Paola Nycole Brito Silva

GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE RODOVIÁRIA/FERROVIÁRIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM MARABÁ (PA).... 70

Daiana Pereira dos Santos

CASTANHAL (PA), UMA “CIDADE MODELO” PARA QUÊ E PARA QUEM?..... 75

Kaleb De Lima Brito
Mauro Emilio da Costa Silva

INTERFACES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NA CIDADE DE IGARAPÉ-AÇU/PA 81

Maria Eduarda Noronha Moreira
Henrique Pinto Ribeiro

OS AGENTES ESPACIAIS PRESENTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS/PA ..87

Camila Garcia Nascimento de Souza
Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza
José Evilázio de Brito Nunes Neto

O TEMPO SEQUESTRADO: O IMPACTO DA INEFICIÊNCIA DO TRANSPORTE PÚBLICO NA ROTINA ACADÊMICA DA UFPA 92

Paulo Henrique Das Graças Barros
Moisés Amaro Silva
Gustavo Henrique Viana de Lira

RACISMO AMBIENTAL E O DIREITO À CIDADE NAS BAIXADAS DE BELÉM: DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA 97

Elinaldo Silva Caldas
Izabel Nahum Dias
Jovenildo Cardoso Rodrigues

RIMAS, RUAS E ITINERÂNCIA: AS VOZES QUE TRANSFORMAM ÔNIBUS EM TERRITÓRIOS CULTURAIS NA METRÓPOLE DA AMAZÔNIA..... 102

Rodrigo Solano Reis de Albuquerque

RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOÃO, BARCARENA-PA 106

Jonatas Costa Cavalcante
Darsayewen dos Santos Farias
Izabelle Silva de Lima

AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO EM BELÉM-PA E SEUS PROCESSOS SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA..... 111

Eduardo de Souza Costa

INDICADORES DE SAÚDE COMO SINALIZADORES DE CENTRALIDADE REGIONAL: UM ESTUDOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO ESQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE NA CIDADE INTERMEDIÁRIA DE CAMETÁ..... 116

Mírian Clara Rodrigues Gonçalves
Yan Matheus Arnaud Mocbel

ENTRE A RECONFIGURAÇÃO URBANA E A DIMENSÃO SIMBÓLICA: A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NO BAIRRO DO CURUÇAMBÁ, EM ANANINDEUA/PA..... 121

Ruth Helem Veiga Cardoso

A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE MARABÁ-PA..... 127

Leonardo Pantoja Corrêa:

DO VERDE AO CINZA: CONTRADIÇÃO ENTRE MERCADO IMOBILIÁRIO E NATUREZA, EM ANANINDEUA/PA..... 132

Wanessa Viviane Paixão Farias
Ruth Helem Veiga Cardoso

Trabalhos GT 02 – Centros e centralidades em cidades amazônicas

APRESENTAÇÃO GT 02 – CENTROS E CENTRALIDADES EM CIDADES AMAZÔNICAS..... 138

Mauro Emilio Costa Silva

DA ÁREA CENTRAL DE BELÉM PARA A EXPANSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA. 139

Sandro Brito Ferreira
José Queiroz de Miranda Neto

**A REESTRUTURAÇÃO URBANA E A
SUBCENTRALIDADE DA AVENIDA AUGUSTO
MONTENEGRO EM BELÉM-PA. 144**

Christian Charles Moraes dos Santos
Marcos Vinícius de Rezende Lembrança
Michael Cardoso de Souza

**CASTANHAL, PARÁ: OBSERVAÇÃO DAS DINÂMICAS
URBANAS E SUA RELAÇÃO COM O CENTRO E AS
ÁREAS DE CENTRALIDADE 150**

Áglia Tamara Negrão Noronha
Ádria Samara Negrão Noronha

**O COMÉRCIO VAREJISTA E A GEOGRAFIA
SOCIOECONÔMICA DO BAIXO TOCANTINS:
DIÁLOGOS SOBRE AS CIDADES INTERMEDIÁRIAS
DE CAMETÁ, BARCARENA E ABAETETUBA 155**

Mirian Clara Rodrigues Gonçalves

**IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DA
INSTALAÇÃO DE REDES DE SUPERMERCADO EM
ABAETETUBA-PA. 161**

Khannanda Luhara e Silva Gonçalves
José Eloízio da Costa
Madson José Nascimento Quaresma

Trabalhos GT 03 – Cidade, Espaço e Ensino de Geografia

**APRESENTAÇÃO GT 03 – CIDADE, ESPAÇO E
ENSINO DE GEOGRAFIA 167**

Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE A
PARTIR DE BELÉM-PA 168**

Phelipe Rodrigo Corrêa de Oliveira

**OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA
NO CONTEXTO URBANO: DINÂMICAS DE
URBANIZAÇÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS, UM
RELATO DOCENTE 172**

Hudson Patrick Coelho

**O MUNDO VIRTUAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA:
AS REDES SOCIAIS COMO AMBIENTE VIRTUAL DE
APRENDIZAGEM 177**

Beatriz Lorena Correa da Silva

**REFLEXÕES ACERCA DO USO DO
SOCIOCONSTRUTIVISMO COMO FERRAMENTA
NO ENSINO DA GEOGRAFIA 182**

Deivid da Silva Passos
Natália Souza Pinheiro

**GEOGRAFIA FÍSICA, DIFICULDADES NO
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM
ESTUDO DE CASO NA EEEFM LEANDRO LOBÃO
DA SILVEIRA, BRAGANÇA – PA. 187**

Carlos Henrique Lima Oliveira

**CARTOGRAFIA TEMÁTICA: ANÁLISE
GEOESTATÍSTICA DOS INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO DE
INTEGRAÇÃO DO CAETÉ 191**

Kaylane Saldanha Reis
Carlos Jorge Nogueira de Castro

**ESPAÇO URBANO E O ENSINO DE GEOGRAFIA:
REFLEXÕES SOBRE A PRAÇA MAGALHÃES
BARATA NA CIDADE DE CAPANEMA, PARÁ. 195**

Alessandra da Silva Lobato

**“GEOGRAFIA FÍSICA: UMA CIÊNCIA HUMANA –
REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA DE FRANCISCO
DE ASSIS MENDONÇA” 200**

Bruno Jorge Ferreira do Nascimento

**CARTOGRAFIA DE RISCO DA AMAZÔNIA
PERIFÉRICA: NOVA ABORDAGEM DE RISCOS E
VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO
BAIRRO DO TENONÉ, BELÉM-PA (2023-2024)..... 205**

Janaina dos Santos Soares
Linda Inês Pérola da Silva Martins

**RECURSOS DIDÁTICOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR:
O DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO ESPACIAL
COM O USO DE MATERIAIS INTERATIVOS NO
ENSINO DE GEOGRAFIA 212**

Brenda Barros Teixeira
Antônio Rafael Oliveira dos Santos

**Trabalhos GT 04 – Territórios, Violência Urbana e Segurança Pública
APRESENTAÇÃO GT 04 – TERRITÓRIOS,
VIOLÊNCIA URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA 219**

Willame de Oliveira Ribeiro

**DINÂMICAS DO NARCOTRÁFICO E CONTROLE
TERRITORIAL DO COMANDO VERMELHO NAS
PERIFERIAS DE BELÉM..... 220**

Isac José Murta Nunes
Leandro Maciel Sarrazin da Rosa
Aiala Colares de Oliveira Couto

**“DAS FORMAS DE VIDA AS VIDAS SEM FORMA”:
VIOLÊNCIA DE ESTADO E EXTERMÍNIO DA
JUVENTUDE EM CONTEXTOS TERRITORIAIS DO
NARCOTRÁFICO 226**

Lucas Patrick Alves Moraes
João Vitor de Lima da Silva

**ESPAÇO PERIFÉRICO: FATORES QUE
CONTRIBUEM PARA A MARGINALIZAÇÃO DAS
PERIFERIAS EM BELÉM 230**

Stephanny Carol Carvalho dos Santos
Vera Lúcia Lima Ataíde

**“A DIALÉTICA EMOCIONAL NOS BAIRROS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UMA
ANÁLISE DOS SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS
MORADORES” 233**

Bruno Jorge Ferreira do Nascimento
Wesley Ribeiro Cantão Silva
Johnny Ruan Santiago dos Santos

**DINÂMICA CRIMINAL NA ILHA DE MOSQUEIRO/
BELÉM, ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 2019 E 2020 ... 238**

Jorge Fabricio dos Santos
Isac José Murta Nunes

**FEMINICÍDIO E ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE
CARTOGRÁFICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM 243**

Daiane Santana Belfort
Maria Carolina Ribeiro Silva

**QUILOMBO DO ABACATAL: TERRITORIALIDADE,
CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO
METROPOLITANO DE BELÉM..... 248**

Cassio Henrique Costa Oliveira
Jouvane Mateus Silva do Nascimento
João Victor Rocha Leão

**VIOLÊNCIA URBANA EM CASTANHAL: CAUSAS,
IMPACTOS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS..... 253**

Flávio Avelino de Sales Junior
Yago Ryan Silva Silveira

**FACÇÕES CRIMINOSAS E O DIREITO À CIDADE:
OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO PCC
NO RESIDENCIAL MAGALHÃES EM MARABÁ-PA..... 259**

Lucas Araújo de Souza

**ENTRE O SILÊNCIO E O ADOECIMENTO: SAÚDE
MENTAL E ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL NA
POLÍCIA CIVIL DO PARÁ 264**

Alessandro Sobral Farias

APRESENTAÇÃO ENGEOCIDADES

Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro

Michel de Melo Lima

Willame de Oliveira Ribeiro

As cidades, em função de suas formas-conteúdo e de sua dinamicidade, tornam-se cada vez mais importantes para a sociedade de todo o mundo, incluindo aquelas de países ou regiões mais lembrados pela relevância de suas florestas, de seus rios, dos espaços costeiros e dos campos, como é o caso da Amazônia brasileira. Isso porque os espaços urbanos não são e nunca foram concorrentes desses outros espaços, ao contrário, são complementares a eles, constituindo-se como entes fundamentais à realização de atividades simples e complexas, à prestação de serviços dos mais elementares aos raros e sofisticados, assim como, desempenham um importante papel de suporte/base para organização e mobilização popular (movimentos ambientais, sociais, socioterritoriais etc.). Assim, as cidades são indispensáveis à vida social contemporânea, à luta dos diversos povos e à garantia de direitos dos indivíduos e grupos no âmbito da sociedade.

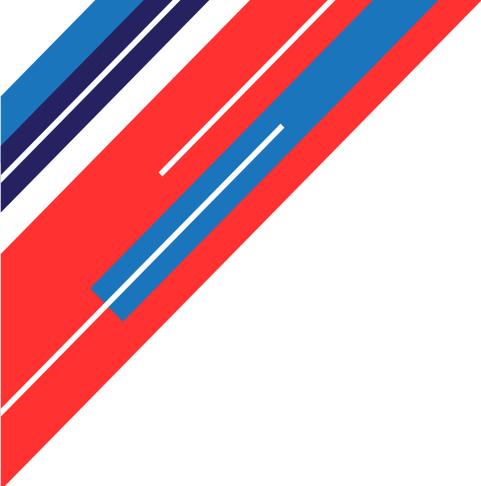
Concorre para isso o fato de que as pessoas cada vez mais desenvolvem suas vidas nas cidades e, mesmo aquelas que não residem nelas, a requerem cotidianamente. Daí o fato de que o direito à cidade, nos moldes defendidos por Henri Lefebvre, Ana Fani Alessandri, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e outros, de modo algum se restringe àqueles que nela residem.

A Amazônia insere-se nesse contexto, pois há décadas a maior parte de sua população está em espaços urbanos. Por conta disso, também neles estão os problemas que mais afligem a sociedade. Esses são os casos dos desafios ambientais urbanos (lixo, poluição de rios e do ar etc.), da violência urbana, da falta de saneamento básico, da precariedade das moradias, das deficiências na mobilidade urbana, das dinâmicas de centralidades e seus rebatimentos socioespaciais, dos conflitos socioambientais, dos apagamentos identitários, das reivindicações relacionadas ao debate de gênero, do racismo ambiental e do ensino de geografia em seu permanente desafio de, a partir de sua contextualização, contribuir para a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Apesar disso, no contexto amazônico, todos esses problemas são, em geral, considerados menos relevantes diante de outros condizentes com seus estereótipos “naturais”, relativos ao processo de degradação das florestas, dos grandes rios, dos espaços de várzea, dos mangues etc.

Diante de tais desafios, o “I Encontro de Geografia das Cidades da Amazônia (EnGeoCidades) – Dimensões, desigualdades e diferenças do urbano no Pará”, promovido pelo Grupo de Pesquisas Geografia do Pará Urbano – GeoPUrb, vinculado ao Curso de Licenciatura em Geografia e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, em parceria com o Centro Acadêmico de Geografia da UEPA – CA-GEO, privilegiou o contexto local e regional – sem negar a importância e a influência de processos estruturais e globais –, objetivando criar um ambiente de diálogos sobre as problemáticas socioespaciais contemporâneas das cidades amazônicas, que envolvem, dentre outros: i) a escala intraurbana; ii) os processos associadas à escala da rede urbana; iii) as desigualdades socioespaciais; iv) a produção das diferenças; v) a questão urbana em sua interface com o debate de gênero v) os conflitos ambientais, sociais e socioterritoriais.

O fato das cidades amazônicas estarem passando por rápidas e profundas mudanças – como resultado da ação de agentes e processos diversos, associados ao desenvolvimento do capital, às ações do Estado, ao conjunto de políticas e à modernização em curso –, mas também vivenciarem metamorfoses advindas das inserções e resistências da população local e regional a essas transformações, demanda a reunião de geógrafos e geógrafas de várias partes da Amazônia, pesquisadores, pesquisadoras, ativistas etc., dedicados às análises urbanas – em suas diferentes expertises, arcabouços teóricos, metodológicos e práticos –, uma necessidade urgente frente à amplitude, complexidade e à articulação das problemáticas contemporâneas.



ANAIS do
I ENGEOCIDADES
2025

TRABALHOS DO GT 01:
**AGENTES, PROCESSOS E
FORMAS DE PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO**



APRESENTAÇÃO GT 01 – AGENTES, PROCESSOS E FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Michel de Melo Lima

O processo de acumulação capitalista engendra um quadro de desigualdades socioespaciais, de injustiças de classe, raça e gênero, de negação de direitos (sociais, ambientais e territoriais) e de conflitos nas cidades contemporâneas, demandando pesquisas e estudos geográficos sobre os espaços urbanos, em diferentes escalas, perspectivas críticas e contextos. Nesse sentido, destacam-se teorias, metodologias e epistemologias que consideram a cidade e o urbano produtos sociais, e, por conta disso, pensam o espaço e os seus agentes produtores, a dialética de suas formas (morfologia e/ou substrato material, sistema de objetos, ambiente construído etc.), de seus conteúdos e dos processos socioespaciais que lhe conferem substância, sentido e dinamicidade/devir.

Partindo dessa problemática e desses princípios, o grupo de trabalho objetivou reunir, debater e divulgar trabalhos de graduação, pós-graduação e de instituições e outros coletivos de pesquisa, que apresentassem contribuições teóricas, metodológicas e empíricas sobre a cidade e o urbano em suas singularidades, particularidades e universalidades, com destaque para as realidades urbanas da Amazônia brasileira e do Estado do Pará.

As temáticas de interesse do GT abordam questões relacionadas a análises geográficas sobre infraestrutura e serviços urbanos, rede urbana, o debate de gênero em sua interface com os processos, políticas e formas urbanas, o direito à cidade na Amazônia, a questão socioambiental nas cidades amazônicas, desigualdades, contradições e conflitos sociais e socioterritoriais etc.

Por fim, através da divulgação dos trabalhos, das interações e dos diálogos realizados, espera-se fomentar o debate geográfico crítico, ações práticas e a elaboração de políticas oficiais mais sensíveis, justas e alinhadas aos conteúdos socioespaciais das cidades e do urbano amazônico, aproximando pesquisadores-pesquisadoras, ativistas, instituições e redes geográficas produtoras de importantes dados, diagnósticos e estudos científicos, produções que pensam e monitoram processos modernizantes, sugerem políticas públicas e subsidiam ações e estratégias da sociedade civil organizada (associações de bairros, movimentos sociais, socioterritoriais, identitários e de gênero, sindicatos etc.) em nossa região.

OS AGENTES ATUANTES NA AUGUSTO MONTENEGRO E A DINÂMICA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL E SOCIOAMBIENTAL

Athos Salviano Maia Pinheiro

Universidade do Estado do Pará
Graduando em licenciatura em Geografia
athos.smpinheiro@aluno.uepa.br

Hemilly Campos da Silva

Universidade do Estado do Pará
Graduando em licenciatura em Geografia
hemillycampossilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

O atual trabalho tem como lócus a incorporação e mudanças no espaço através do grande capital abrangendo uma reestruturação urbana segregacionista localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB), em específico na Rodovia Augusto Montenegro. Devido a implantação dos projetos de conjuntos habitacionais, condomínios horizontais, verticais e shoppings centers destinados às classes altas e médias que acompanham a implantação desses empreendimentos. Desta forma, compreende que o crescimento de Belém advém da incrementação das atividades urbanas na região tanto pelo Estado como pela iniciativa privada e geram segregação ambiental e socioespaciais.

No início do século XX, foi construído o Ramal do Pinheiro, um braço da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), com 16 quilômetros de trilhos que atravessavam as fazendas de Val-de-Cães e Tapanã. Contudo, com o declínio da economia da borracha e o período de estagnação econômica, o Governo Federal, por volta de 1950, implementou uma política ferroviária que priorizava a abertura de rodovias e estradas, resultando no fechamento de diversas ferrovias (Mendes; Oliveira, 2015, p. 27). Em consequência, o Ramal do Pinheiro deixou de ser utilizado e, em 1975, o trecho foi efetivamente transformado em uma avenida.

OBJETIVO(S)

As rodovias, desde a década de 1960, consolidaram-se como elementos essenciais na produção do espaço urbano regional, atuando como novos eixos de circulação. No caso da área correspondente à segunda léngua patrimonial, o objetivo inicial era conter o fluxo migratório de populações excluídas

do acesso à moradia na primeira légua devido aos altos custos dos terrenos. Nesse contexto, o Estado desempenhou papel crucial ao planejar e implementar padrões de urbanização por meio das COOPHABs e da COHAB, seguindo políticas do Banco Nacional de Habitação.

A Avenida Augusto Montenegro, por exemplo, iniciou sua ocupação com projetos como o conjunto habitacional Marambaia, que promoveu mudanças significativas no espaço urbano. Apesar disso, a infraestrutura inicial manteve o preço da terra reduzido, atraindo o capital imobiliário, o que resultou na construção de condomínios horizontais fechados e na instalação de indústrias e serviços diversos. A expansão contínua da região foi marcada pela chegada de redes de fast food, bancos, escolas e shoppings, elementos que redefiniram a configuração espacial local.

Dessa forma, este estudo objetiva compreender como os agentes: Estado, capital imobiliário e grupos sociais atuam no processo de formação da Avenida Augusto Montenegro, contribuindo para a segregação ambiental e socioespacial.

MATERIAL E MÉTODOS

Assim, com os novos espaços agregados devido ao capital incorporador que é trazido com a expansão da cidade. Porém, vindo com o capital e sua expansão geram o agente de segregação e reconfiguração do espaço. Como Sposito e Góes (2013) afirmam que a estrutura física, os altos muros, portões e seguranças são pontos principais para observar a segregação no espaço.

A metodologia adotada para o andamento da pesquisa está debruçada em um método de análise qualitativa e exploratória dos temas como segregação socioespacial e ambiental, espaço urbano e capital imobiliário. Alinhado com a pesquisa de campo realizada para a aplicação dos métodos e observação dos objetos para coleta de informações para a estruturação do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Avenida Augusto Montenegro, em Belém, consolidou-se como um dos eixos de expansão urbana da cidade, alinhada aos vetores de crescimento em direção a Icoaraci e Ananindeua (BR-316). Segundo Neto (2021), a região passou por três grandes ciclos imobiliários. O primeiro ciclo, associado ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e à COHAB-PA, caracterizou-se pela produção de conjuntos habitacionais esparsos e torres residenciais para a classe média, financiadas pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O segundo

ciclo destacou-se pela ocupação de áreas de baixo valor de mercado e pela construção de condomínios de alto padrão, sendo o Greenville o primeiro. Inaugurado em 1994 pela incorporadora Villa Del Rey, que junto ao Estado promoveram infraestrutura que contribuiu para a redução da percepção de periferia na região. O terceiro ciclo, conforme Neto (2021), foi marcado pela atuação de incorporadoras de capital aberto e pela substituição de empresas locais por grandes grupos do Sul e Sudeste do país. Esse período trouxe o slogan “Nova Belém”, estratégia do capital incorporador para acelerar a reformulação urbana e a valorização do espaço, consolidando a avenida como um eixo de transformação urbana e reconfiguração do mercado imobiliário na Região Metropolitana de Belém.

O espaço urbano da Augusto Montenegro é marcado por uma formação fragmentada e articulada, transformando-se também em um espaço de luta, onde se manifestam conflitos entre agentes econômicos e dinâmicas sociais. Essa característica reflete a complexidade da urbanização na região, que combina processos de valorização imobiliária, exclusão social e ambiental e reconfiguração espacial.

O espaço urbano é constituído pelos agentes que nele atuam, sendo, segundo Corrêa (1989), os principais são o Estado, os grandes empresários industriais, os proprietários de terras, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Na Avenida Augusto Montenegro, a atuação desses agentes é evidente, com o Estado promovendo melhorias na infraestrutura, proprietários de terras negociando com promotores imobiliários, e estes desenvolvendo projetos habitacionais e comerciais, como o complexo do Parque Shopping, pertencente ao grupo Status. Este grupo também construiu o Parque Office e os condomínios Ipê, Jatobá e Cedro, no complexo Chácaras Montenegro, com o condomínio Ipê tendo acesso direto ao shopping center. Destaca-se que o capital incorporador, além de impulsionar o desenvolvimento, atua como um agente segregador no espaço urbano.

A segregação não está no apenas no âmbito do visível, está pautado também nas áreas verdes, nos serviços que estão para servir a classe média-alta e na separação para que excluam a ideia de que ao lado dos condomínios de alto padrão tenha uma área periférica no seu entorno, como ocorre com o condomínio Montenegro Boulevard que faz divisão de muro com a rua Carlos Santos e na porção compartilhada a estrutura é maior, demonstrando a segregação socioespacial.

A segregação evidencia um rompimento das relações entre uma parte da cidade com a cidade de modo geral, gerando um desmembramento do

todo. De modo que reitera Sposito (2013). A fragmentação gerada pelo capital incorporador resulta em diversos problemas, destacando-se a escassez de áreas verdes, o que intensifica os impactos ambientais em zonas de ocupação, uma vez que o Estado não atua na infraestruturação durante o processo de urbanização. Em Belém, as áreas arborizadas estão inseridas na dinâmica socioeconômica, sendo utilizadas pelo capital incorporador como atrativo para compradores, gerando renda de monopólio sobre essas terras (Ribeiro, 1997). Assim, as áreas verdes na cidade não cumprem a função de saúde pública, transformando-se em espaços privilegiados.

Com grandes projetos habitacionais tem o surgimento de ocupações, como foi o caso da Augusto Montenegro com Bengui que posteriormente se torna Parque Verde, também como uma manobra do capital incorporador. Porém nas ocupações as áreas arborizadas não têm planejamento, diante disso percebe-se que a realidade da RMB condiz com que Lefebvre (1991) propaga em Direito à cidade, afirmando que o espaço urbano é formado pelas condições socioeconômicas, com isso geram lutas pelo direito à cidade.

Isto posto, ao adentrar no Conjunto Panorama XXI, nota-se a ausência de áreas arbóreas, e a sensação térmica elevada, devido ao excesso de moradias e concreto, sem áreas verdes para manter tal equilíbrio, enquanto os condomínios fechados são revestidos de áreas arbóreas, em vista disso o capital incorporador ao usufruir dessas terras gera uma segregação de habitação e diversos problemas como a especulação, desigualdade e racismo ambiental.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou as transformações urbanas na Região Metropolitana de Belém (RMB), com destaque para a Rodovia Augusto Montenegro, eixo estratégico da expansão urbana da cidade. A pesquisa evidenciou que a urbanização na região é impulsionada pelo capital incorporador, resultando em reconfigurações espaciais marcadas por segregação socioespacial e ambiental. A valorização imobiliária, associada a construção de grandes empreendimentos residenciais e comerciais, fragmenta o espaço urbano e exclui grupos sociais menos favorecidos, limitando o acesso a infraestrutura, áreas verdes e serviços urbanos. A atuação do Estado e dos agentes privados é central nesse processo, agravado pela ausência de planejamento adequado e políticas públicas integradoras. Consequências como especulação imobiliária, desigualdade socioeconômica, racismo ambiental e expansão desordenada comprometem a qualidade de vida e acentuam disparidades, restringindo o

direito à cidade. O estudo ressalta a necessidade de um modelo de urbanização mais inclusivo e sustentável, que priorize a equidade, a preservação ambiental e a integração socioespacial.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995. Acesso em: 24 jun. 2024.

LEFEBRVE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, 1991. Acesso em: 22 jun. 2024.

MENDES, L. A. S. **Espaços elitizados de moradia e consumo: a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém**. (Dissertação de Mestrado). Belém: PPGeo/UFPA, 2015.

NETO, R. da S. V. Capital incorporador e ciclos imobiliários em Belém. *Cadernos Metrôpole*, [S. l.], v. 24, n. 53, p. 199–224, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/56515>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1997.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação social – 1.Ed.-São Paulo: Editora Unesp, 2013**

IMIGRANTES WARAO EM BELÉM: UM OLHAR DA GESTÃO PÚBLICA PARA SUAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA

Victor Matheus de Sousa Carvalho

Universidade Federal do Pará
Licenciatura em Geografia
victorcarvalho7894@gmail.com

Isis do Mar Marques Martins

Universidade Federal do Pará
Docente de Geografia
isismartins@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Pensar que a cidade se move pode ser abstrato, porém assim como o espaço que nos cerca, ela está em transformação, por mais que seus limites municipais não se modifiquem, a vida, o território, as territorialidades se modificam dentro dela. A migração está inserida nesse contexto, onde o migrante chega de constantes processos de des-re-territorialização, agindo diretamente na (re)produção do meio urbano.

Os venezuelanos indígenas da etnia Warao são forçados a se deslocar, ou des-re-territorializar a partir do esmagamento de seus territórios desde meados do século XX com a ocupação de suas terras pelas indústrias petrolíferas, madeireiras e de produtos manufaturados, expulsando-os de suas comunidades, forçando-os em uma territorialização em pequenos centros urbanos. (Wilbert e Lafée-Wilbert, 2009)

Não é diferente do contexto que se enxerga na Venezuela hoje, em função de uma crise ocasionada por diversos fatores, como a não diversificação da produção de bens, tornando-se refém das crises cíclicas do capitalismo, além da extensa dolarização da economia, o acúmulo de episódios autoritários do governo, ou o fim de políticas de assistencialismo social pelo governo Maduro, rompendo com políticas essenciais para as comunidades Warao propostas no governo Chavez, hoje 87% das residências venezuelanas se encontram na pobreza (Mercado, 2019), forçando uma migração em troca de recursos para própria existência.

O contexto da imigração venezuelana para o Brasil e para a cidade de Belém em 2017, portanto, envolve narrativas distintas de agentes em contra-

dição: do Estado, da sociedade brasileira, das organizações e dos próprios migrantes, em estratégias constantes de mobilidade e permanência (Martins, 2019). Dotados do status de refugiado no Brasil, indígenas Warao sem conhecer a língua, a cultura, hábitos alimentares diferentes, territorializam-se na capital paraense de maneira a causar estranhamento nos habitantes da cidade, modificando sua paisagem com seus hábitos, práticas e costumes. Além disso, cercados de discursos racistas e muitas vezes xenofóbicos, se alicerçam no poder público a fim de garantir direitos fundamentais.

No entanto, o Estado brasileiro possui contradições históricas e geográficas que não aportam, na maioria dos casos, o atendimento à população migrante. Ocorrem dois caminhos confusos que são espacializados distintamente nas práticas urbanas do Estado e dos próprios indígenas migrantes: o Estado compreende como emergência (e sabemos que em emergências decisões controversas são tomadas) e recorre a dispositivos, agências e organizações internacionais sem se aprofundarem e buscarem soluções locais propositivas, como formação de agentes públicos e produção de conhecimento e conscientização na escala da política pública e do planejamento urbano.

O segundo caminho difuso é o próprio preconceito reificado nas práticas cotidianas do Estado e da sociedade, construindo velhas e novas geometrias de poder, produzindo mais territorialidades que apartam as práticas migrantes no espaço (Massey, 2010; Martins, 2019). Então, sob a desculpa da emergência, a humanidade do povo Warao é deixada de lado, fazendo com que sejam vistos apenas como um problema emergencial a ser solucionado.

Esse é o contexto de início da construção da política pública para os refugiados indígenas venezuelanos no município de Belém. O poder público começa na busca por solucionar o que era visto como o principal problema – os migrantes – e adota uma prática segregatória: tirá-los das praças na região central de Belém, onde estavam acampados, que por mais caótica e desigual que fosse o reflexo da paisagem urbana, gerava desconforto na sociedade belenense que não estava acostumada com o migrante indígena.

OBJETIVO(S)

O objetivo desse trabalho é se refletir sobre as principais políticas públicas propostas à população migrante e refugiada do município de Belém, com foco na população venezuelana indígena Warao, debatendo acerca dos seus avanços ou retrocessos, buscando entender, sob o olhar geográfico.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi construído sob a análise documental de relatórios obtidos entre os períodos de 2017 a 2024, foram analisados os tipos de serviços ofertados, qualidade dos serviços ofertados, além dos principais marcos legislativos e normativos propostos para a população Warao, contendo registros fotográficos e quantitativos de atendimentos, além de dados geográficos da localização dos serviços e das comunidades Warao.

Na análise foi destacado as seguintes políticas:

- As primeiras políticas de abrigo para resolver os acampamentos em praças
- Os avanços bilaterais no debate e construção da política
- As dificuldades na construção da política
- As perspectivas para o futuro do debate

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao fazer uma linha do tempo das políticas públicas para migrantes e refugiados em Belém, os espaços de autogestão são o primeiro e principal foco da administração do período, num modelo em que parte de uma divisão de tarefas na administração dos espaços, onde a ingerência era dividida entre os Warao. Contudo a decisão vertical infringia no principal elemento de desconforto entre a gestão pública e seus desafios ao se tratar de migrantes: a comunicação. Como reflexo, a falta de formação e dificuldade na tomada de decisões mediatas resultaram em mais conflitos entre a gestão pública e as estratégias migrantes.

Acumulam-se fracassos nas tentativas de solucionar os problemas ocasionados por conta desse tipo de serviço ofertados pela assistência social. É importante notar que outros setores da política também falham nesse processo, como o caso do setor destinado a cuidar dos migrantes e refugiados na área da saúde é o CNAR (consultório na rua), que trata de pessoas em situação de rua, nos dando uma pista de qual esfera social a administração pública vigente da época estava colocando os warao, isto é, no mais marginalizado possível dentre as estratificações de vulnerabilidade social do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Após as casas de autogestão, é decidido, curiosamente também em caráter de emergência, que os Warao deveriam ir para um abrigo institucional regido pelo Estado, um espaço quente e abafado, localizado no bairro do-

Tapanã. Sua arquitetura consiste em dois galpões cobertos onde poderiam facilmente ser armazenados madeira ou cimento, e um prédio, reservados às questões administrativas dos Recursos Humanos da prefeitura e atividades comunitárias. Os waraos eram e são mantidos nos galpões em redários, enquanto os funcionários trabalham no prédio, climatizado e bem estruturado.

Ao passo que as políticas públicas que estruturam migrantes na cidade de Belém são dotadas de intervenções emergenciais, alguns avanços importantes devem ser mencionados, mas que se tornam referência muito mais pela ação particular de determinados agentes públicos que necessariamente de um planejamento efetivo. Questões acerca de saúde, educação e assistência passaram a ser amplamente escutados a partir da construção do protocolo de consulta warao, que determinava a escuta e construção de políticas públicas deveriam ser feitas somente sob a presença dos warao, participando diretamente na construção e do debate.

Um dos exemplos se dá na construção do plano municipal para migrantes e refugiados, cujos debates foram de forma integrada com migrantes e afetaram diretamente na vida cotidiana dos Warao, que nesse meio tempo possibilitou a matrícula de crianças, adolescentes e adultos em escolas das redes municipal e estadual de ensino, passam a ser atendidos pela estratégia de saúde da família, deixando de ser atendidos pelo CNAR (consultório na rua). Nesse sentido, a etnia warao conquista minimamente o reconhecimento dos programas sociais do governos, com auxílio da criação participação organizada dos Warao, a partir de seu próprio Conselho gestor, que impulsionou alguns avanços normativos e legislativos importantes.

CONCLUSÃO

Nesse sentido, objetivou-se aqui analisar espacialmente as políticas públicas para migrantes e refugiados em Belém a partir do saber fazer de migrantes indígenas Warao, que promovem estratégias de mobilidade e permanência apesar das adversidades enfrentadas no campo da gestão pública administrativa.

É possível reconhecer que os problemas enfrentados pelos Warao hoje parecem ser os mesmos de 2017, primeiro pela contradição da ordem pública de tratá-los como caso emergencial – quando de fato nunca ocorreu com eles - condenando-os a decisões arbitrárias que causaram e seguem causando consequências sociais, econômicas, psicológicas e históricas na trajetória deste grupo se construindo e constituindo no urbano amazônico.

REFERÊNCIAS

GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE INTERLOCUÇÃO WARAO (Org.). **Protocolo de consulta prévia do Povo Warao em Belém/PA**. Belém: EDUEPA, 2020. 67 p.

MASSEY, D. Concepts of space and power in theory and in political practice. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, n. 55, p. 15–26, 2009.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Por uma geografia das migrações: estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos**. Letra Capital, 2019.

Mercado, L. (2019, 23 de enero). **Cinco posibles causas que llevaron a Venezuela a la crisis**. Revisado el 9 e junio de 2020 de <https://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/causas-que-llevaron-a-venezuela-a-la-crisis-84652>

WILBERT, W & LAFÉE-WILBERT, C. A. (2007). **Los Warao**. In Freire, G. y Tillet, A. (Eds), **Salud indígena en Venezuela**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Salud.

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E NOVAS FUNÇÕES URBANAS AO BAIRRO DO REDUTO, BELÉM-PA

Lucas Vianey Correa Silva

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestrando em Geografia PPGG-UEPA
lucasvianey1@gmail.com

Maria Carolina Ribeiro Silva

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestranda em Geografia PPGG-UEPA
mariacarolinaribeiro SILVA.095@gmail.com

Josenilma Santos do Rosário

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Graduanda em Geografia UEPA
juhsantos127@gmail.com

INTRODUÇÃO

Dentre os bairros originários da cidade de Belém, o Reduto apresenta um importante legado arquitetônico e socioeconômico, este caracterizado por sua relação com os setores industriais e de logística com a infraestrutura portuária. Admitido enquanto o primeiro “bairro das fábricas”, o Reduto abrigou indústrias que desempenharam um papel relevante no desenvolvimento econômico da cidade.

Em vista de compreender de forma aprofundada o bairro e sua relevância econômica, é essencial analisar a coerência espacial observada nos bairros adjacentes com a atuação de instituições do Estado, com destaque para a Receita Federal e a Alfândega, órgãos responsáveis pela fiscalização e controle aduaneiro situados na área limítrofe do bairro da Campina. Estes elementos são fundamentais para entender o papel das fábricas na dinâmica urbana ao longo de aproximadamente dois séculos (séculos XIX e XX). Além disso, é importante ressaltar as infraestruturas impulsionadas pelo Estado, como a estrutura portuária destinada ao embarque e desembarque de mercadorias, e a oferta contínua e adequada de energia elétrica, indispensável para o funcionamento das fábricas.

Diante de tais elementos, para Santos (2006), a produção do espaço ocorre de forma dinâmica e complexa, sendo influenciada pelas relações sociais e econômicas que nela se estabelecem. Nesse sentido, a cidade exem-

plifica essa dinâmica ao viabilizar atividades comerciais e outras práticas que contribuem para a transformação e reprodução do espaço geográfico. No contexto desta pesquisa, a dinâmica espacial analisada refere-se ao processo de desindustrialização do bairro do Reduto, que ocorreu de maneira progressiva a partir da segunda metade da década X do século XXI. Esse fenômeno acompanhou a transição portuária de Belém para Barcarena, intensificada pela infraestrutura da PA-483, Alça Viária. Atualmente, o bairro passa por um processo de reestruturação, no qual os imóveis anteriormente ocupados por fábricas vêm adquirindo novas funcionalidades.

OBJETIVO(S)

Quanto ao objetivo desta pesquisa, esta visa analisar as principais dinâmicas econômicas que impulsionaram o bairro do Reduto Industrial, em Belém, ao longo da primeira década do século XXI, considerando as interações entre o Estado e a produção urbana recente.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a condução desta pesquisa, foram adotados métodos integrados que incluem o: **I) Levantamento bibliográfico;** **II) Levantamento documental e III) Pesquisa de reconhecimento de campo.** O *levantamento bibliográfico* fundamentou-se na consulta a obras acadêmicas, artigos científicos e publicações especializadas. As referências utilizadas abordam a formação da indústria paraense (Mourão, 1989); os aspectos históricos do antigo bairro operário do Reduto (Sousa, 2009; Trindade Jr., 1997); e a produção do espaço urbano (Santos, 2006). Esses estudos foram essenciais para a consolidação da base teórica e para a contextualização do objeto de pesquisa no âmbito das discussões acadêmicas já existentes. Para o *levantamento documental*, foram analisados registros oficiais do Indicador Ilustrativo do Estado do Pará, incluindo mapas, dados estatísticos e documentos institucionais relevantes ao tema investigado. Essa abordagem possibilitou o acesso ao Álbum do Pará (Pará, 1939), contribuindo para uma compreensão preliminar das dinâmicas socioespaciais da região. A *pesquisa de reconhecimento de campo* complementou as abordagens adotadas, viabilizando a observação direta do espaço geográfico e a coleta de informações *in loco*, fundamentais para a correlação entre os dados obtidos e a realidade territorial analisada. Durante o trabalho de campo, foi possível catalogar a disposição espacial das antigas fábricas presentes no bairro, como a Fábrica Perseverança, a Perfumaria Phebo

e a Fábrica de Calçados Boa Fama, cujas estruturas atualmente desempenham funções espaciais distintas. Essa etapa metodológica promoveu uma integração analítica que resultou em uma interpretação mais abrangente e fundamentada do objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção canavieira, a instalação de engenhos e a exploração das drogas do sertão constituíram as primeiras atividades econômicas da região amazônica, orientadas pela Coroa Portuguesa. Posteriormente, entre os séculos XIX e XX, começaram a surgir fábricas e indústrias no Pará, ainda de forma rudimentar, como engenhos, olarias e fábricas de descascamento de arroz. Segundo Sousa (2009), as vilas operárias tiveram um papel fundamental na conformação do bairro do Reduto, servindo como principal alternativa de moradia para trabalhadores das classes média e baixa, que enfrentavam opções habitacionais escassas.

O bairro do Reduto, em Belém, tornou-se um importante polo industrial e comercial entre os séculos XIX e XX, devido à sua localização estratégica, que facilitava o fluxo de mercadorias e pessoas pelos rios. Segundo Trindade Jr. (1997), desde sua fundação, o bairro teve um papel essencial na dinâmica comercial da cidade, impulsionado pela economia da borracha e pela expansão urbana. A chegada de imigrantes durante o ciclo do látex fortaleceu sua função industrial, movimentando o capital bancário no estado do Pará (Mourão, 1989). Esse perfil predominou até a década de 1950, enquanto a área central se consolidava como um centro de comércio e serviços.

A figura 1 apresenta a área de pesquisa, destacando a delimitação do bairro do Reduto e a disposição espacial das fábricas e vilas operárias que existiam no bairro entre os séculos XIX e XX. O bairro é composto por três avenidas principais: Visconde de Souza Franco, Assis de Vasconcelos e Marechal Hermes, além de quatro travessas: Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Benjamin Constant e Piedade, que estruturam o espaço urbano da região.

operárias, por sua vez, dividiam-se em dois tipos: as particulares, que se tornaram populares após o declínio do ciclo da borracha, embora fossem pouco aceitas pela classe média; e as industriais, compostas por moradias pequenas, higiênicas e funcionais, oferecidas aos empregados para venda ou aluguel.

O mapeamento e a integração dos dados espaciais coletados em campo destacam a localização estratégica e central das fábricas, que desempenharam um papel essencial na dinamização da economia, especialmente no comércio e nos serviços. Atualmente, o bairro reflete essa herança industrial sob duas perspectivas: de um lado, a modernidade, representada por lojas, bares e supermercados; de outro, ruas estreitas ladeadas por grandes construções antigas, remanescentes do período industrial.

CONCLUSÃO

Quanto ao objetivo desta pesquisa que consistiu em “*analisar as principais dinâmicas econômicas que impulsionaram o bairro do Reduto Industrial, em Belém, ao longo da primeira década do século XXI, considerando as interações entre o Estado e a produção urbana recente*” as evidências identificadas apontam que o bairro desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico da cidade, impulsionado pela infraestrutura portuária e pela presença de indústrias. No entanto, a progressiva desindustrialização teve início com a expansão da infraestrutura rodoviária, que passou a interligar Belém a outras regiões, reduzindo a importância estratégica da localização industrial e desencadeando o declínio do setor na área. Como consequência, o espaço passou por uma ressignificação funcional, substituindo antigas instalações industriais por novos serviços, tais como: escolas e faculdades. Esse processo reflete a complexidade da produção do espaço urbano, evidenciando a influência das dinâmicas econômicas e institucionais na configuração territorial. Portanto, compreender as interações entre o Estado e o setor produtivo ao longo dos séculos XIX, XX e início do XXI é essencial para a análise das transformações urbanas e socioeconômicas do Reduto no contexto metropolitano de Belém.

REFERÊNCIAS

MOURÃO, Leila. **Memórias da Indústria Paraense**. Belém; FIEPA, 1989.

PARÁ. Álbum do Pará. Belém, 1939.

SOUSA, R. de F. P. de. **Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, PA, Brasil, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA – UFPA, 1997.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS- BELÉM- PA: ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DO CORREDOR COMERCIAL.

Bruna Mangas Macedo

Universidade do Estado do Pará
Graduanda em Geografia
bruna.m.macedo@aluno.uepa.br

Arthur Luiz Omena Maia

Universidade do Estado do Pará
Graduando em Geografia - Bolsista PIBIC
arthur.lo.maia@aluno.uepa.br

Carlos Jorge Nogueira de Castro

Universidade do Estado do Pará (PPGG- UEPA)
Doutor em Geografia
carlos.castro@uepa.br

INTRODUÇÃO

O poder estatal e o sistema econômico vigente, o capitalismo, moldam o crescimento dos municípios e, por consequência, estão diretamente ligados à formação dos corredores comerciais e de tráfego nas cidades. Para Castro (2023), o Estado é o principal agente das mudanças no espaço, favorecendo interesses governamentais no exercício do poder.

No censo demográfico de 2022, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Belém recenseou 1.303.403 habitantes, registrando uma redução de população de 6,37% em relação ao censo de 2010. Esses dados podem ser considerados e entendidos à medida que o processo de dispersão metropolitana avança, ultrapassando os limites da metrópole.

Nessa dinâmica, os corredores de tráfego desempenham um papel essencial ao conectar diferentes regiões e facilitar o fluxo de pessoas e serviços. Em Belém, por exemplo, o expressivo aumento no número de veículos (IBGE, 2022) tem consolidado a avenida Duque de Caxias como um eixo estratégico, tanto para a mobilidade urbana quanto para o comércio. Além da área que se estende até a primeira légua patrimonial, marcada pelo Marco da Bandeira Branca, na avenida Almirante Barroso, a cidade segue em expansão para regiões periféricas cada vez mais distantes, alcançando os municípios da região metropolitana.

Ao admitir a estrutura, o processo, a função e a forma enquanto elementos primordiais para a reprodução do espaço (Santos, 2023). A análise das dinâmicas espaciais da avenida Duque de Caxias, bem como sua influência no mercado imobiliário, revelou como o mercado e a infraestrutura da região têm influenciado as dinâmicas sociais e espaciais do local. Ao focar no bairro do Marco, foi possível compreender como os fatores mercadológicos têm agido na área, especialmente nos últimos anos, trazendo empreendimentos dos mais diversos setores da economia moldando cada vez mais esse importante acesso à cidade.

OBJETIVO(S)

Quanto ao *objetivo geral* desta pesquisa, o mesmo consiste em: *“Analisar as dinâmicas espaciais recentes e a influência do mercado imobiliário sobre a urbanização da avenida Duque de Caxias no bairro do Marco em Belém-Pa”*. No campo geográfico o espaço é a categoria analítica central, pois permite a compreensão dos principais processos de transformações ao longo da via ao longo dos últimos anos.

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à metodologia, esta se constitui das seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico, fundamentado no debate proposto por livros, artigos científicos e teses com objetivo de ter uma base teórica: (Santos, 2023; Castro, 2020; Castro 2023); b) pesquisa exploratória de campo, com análise visual *in loco* da configuração espacial, enfatizando a tipologia dos empreendimentos e a infraestrutura de fornecimento de energia do bairro (incluindo redes de alta tensão); c) procedimentos laboratoriais para elaboração do plano cartográfico, com análise da disposição espacial dos principais equipamentos urbanos; d) análise geográfica das dinâmicas de circulação viária ao longo da Av. Duque de Caxias, no trecho compreendido entre a travessa Antônio Barreto e a travessa Angustura, com possibilidade de ampliação até a Lomas Valentinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz das análises geográficas, no final do século XX, os países subdesenvolvidos apresentam uma marcada presença de espaços caracterizados pela descontinuidade e instabilidade, resultado da multipolarização das cidades (Santos, 2014). No contexto das “dinâmicas espaciais, as chamadas ‘forças de modernização’ correspondem a imposições tanto internas quanto externas, que atuam de forma seletiva sobre a organização territorial e seus efeitos” (p. 171).

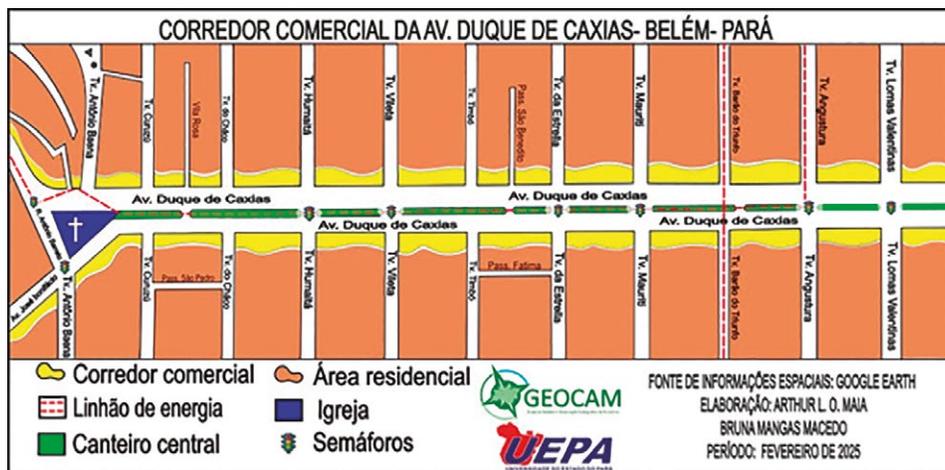
De modo geral, o Estado promove a valorização do espaço por meio da dotação de infraestrutura adequada, possibilitando sua posterior incorporação pelo mercado imobiliário em expansão. Nesse contexto, o retorno estatal ocorre a partir da arrecadação proveniente das taxas aplicadas às transações de compra e venda das unidades imobiliárias.

No âmbito do planejamento urbanístico de Belém e, especificamente, do bairro do Marco ao longo do século XX, a avenida Duque de Caxias foi inicialmente concebida como uma via secundária, paralela à avenida Almirante Barroso. Entretanto, nos primeiros anos do século XXI, os novos vetores de modernização da cidade impuseram a necessidade de reconfiguração dos eixos de fluxo viário, visando garantir a modernização da metrópole. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, estes podem ser compreendidos a partir do processo de formação do espaço, que pode ser tanto produzido quanto pautado de diversas maneiras, com uma variedade de objetivos.

Nesse sentido, podemos compreender que a construção do espaço é guiada pelo modo de produção vigente, que, neste contexto, é o modelo capitalista, o qual propõe tornar a reprodução do espaço mais objetiva e dinâmica, visando explorar exclusivamente o perfil mercadológico de determinado lugar (Castro, 2020).

Nesse sentido, a avenida Duque de Caxias segue o modelo de reprodução de espaço do sistema capitalista, com o objetivo de dinamizar a mobilidade urbana no município de Belém, cumprindo seu papel de conectar as localidades mais afastadas até a área central, além de ser cortada por diversas travessas importantes, que conectam e dão dinamismo à malha viária de Belém, conforme a figura 1:

Figura 1: Disposição espacial do corredor comercial da Av. Duque de Caxias



Fonte: Grupo Geocam, elaborado pelos autores (2025).

A avenida Duque de Caxias, situada no bairro do Marco, é cortada por diversas travessas importantes para a mobilidade da cidade, como a travessa Angustura, a travessa Antônio Baena, a travessa da Estrela, a travessa Humaitá, a travessa Lomas Valentinas, a travessa Mauriti e a travessa Vileta. Dessa forma, constitui-se um grande corredor de tráfego da cidade, com intenso fluxo de veículos diariamente.

A mobilidade da via atraiu cada vez mais empreendimentos comerciais de diversos setores do mercado, como alimentação, saúde e automobilismo. Além disso, a Av. Duque de Caxias é cortada por uma grande linha de transmissão de energia de alta tensão, popularmente conhecida como “linhão de energia”. Esta linha, que vem da Tv. Angustura e segue até a rua Antônio Barreto, é acompanhada por outra linha que percorre a Tv. Barão do Triunfo, atravessando a avenida de um lado ao outro. Esse tipo de transmissão de energia afasta a especulação imobiliária voltada para áreas residenciais, uma vez que essas linhas geram grande insegurança na população, que teme eventuais acidentes envolvendo os linhões.

CONCLUSÃO

Quanto ao objetivo proposto nesta pesquisa: *“Analisar as dinâmicas espaciais recentes e a influência do mercado imobiliário sobre a urbanização da avenida Duque de Caxias no bairro do Marco em Belém-Pa”*. Assim, forma-se um grande corredor comercial, que acompanha a avenida em seus dois sentidos, começando na Tv. Lomas Valentinas e se estendendo até o final da Duque de Caxias, onde se conecta com a rua Antônio Barreto e a avenida José Bonifácio.

Os resultados obtidos em sucessivas análises espaciais indicam que a sobreposição de infraestruturas tem limitado o processo de expansão do setor imobiliário, sendo a presença da rede de energia de alta tensão um dos principais fatores restritivos. Nesse contexto, a via passou a desempenhar predominantemente a função de corredor viário, com baixa expectativa de incorporação ao mercado imobiliário residencial. No entanto, exerce um papel fundamental para o setor comercial e para as forças de segurança, ao viabilizar a mobilidade dos agentes públicos e articular os interesses do Estado, garantindo o rápido acesso ao centro urbano da capital.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. **O Transporte Público Enquanto Dimensão do Processo de Metropolização de Belém.** Belém: PPGEO/UFGPA (Tese de Doutorado), 2020.

_____. **Da Costa ao continente: Dinâmicas econômicas e o transporte na Amazônia.** *Geoconexões*, v. 2, n. 14, p. 67-87, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/geoconexes.2022.13874>. Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Demográfico 2022: População. Rio de Janeiro, 2022. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=sobre> (acesso em: 10 de janeiro de 2025).

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas.** - 2. ed., 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Espaço e Método.** - 5. ed., 4. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

ECONOMIA ESPACIAL DE FEIRAS: O BAIRRO DO JADERLÂNDIA NA DINÂMICA DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Giovanna Barroso de Lima

Universidade do Estado do Pará:
Graduanda em Geografia
giovannablma4@gmail.com

Arthur Luiz Omena Maia:

Universidade do Estado do Pará
Graduando em Geografia - bolsista PIBIC
arthur.lo.maia@aluno.uepa.br

Carlos Jorge Nogueira de Castro:

Universidade do Estado do Pará (PPGG- UEPA)
Doutor em Geografia
carlos.castro@uepa.br

INTRODUÇÃO

Os últimos censos demográficos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentam um retrato do inchaço populacional das capitais brasileiras. Em Belém, capital paraense, na última década ocorreu uma considerável redução demográfica municipal (IBGE, 2022), e este fenômeno é compreendido por processos como a dispersão metropolitana para os municípios metropolitanos (Lefebvre, 2019).

Neste contexto, o município de Ananindeua, contíguo à metrópole, é objeto de análise geográfica, sobretudo devido ao processo de dispersão urbana e metropolitana, ao longo das últimas décadas, direcionou e intensificou o fluxo da força de trabalho essencial às atividades produtivas da Metrópole e da Área Metropolitana. As feiras e mercados urbanos desempenham funções *sine qua non* para a dinâmica socioeconômica local.

A análise das dinâmicas econômicas no circuito espacial da Feira de Jaderlândia entre os anos de 2024 e 2025 revela aspectos interessantes acerca da economia espacial, e de como ela se reproduz e sobre as variações nos preços dos espaços comerciais, que estão diretamente relacionados à renda da população, é possível compreender que os preços

praticados nesses espaços comerciais dependem de uma combinação de fatores urbanos, sociais e econômicos, como: localização, acessibilidade e custo de vida.

OBJETIVO(S)

Quanto ao objetivo desta pesquisa, o mesmo consiste em: *analisar as dinâmicas econômicas presentes no circuito espacial da feira do Jaderlândia e como se reproduz o espaço urbano entre os anos de 2024 e 2025.*

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi estruturada em quatro etapas fundamentais. A *primeira* envolveu a realização de estudos e levantamentos bibliográficos, abrangendo a análise de artigos científicos, dissertações, teses e livros (Castro, 2020; Lefebvre, 2019; Rodrigues, 1998), os quais discutem o processo de formação socioespacial e a dinâmica de reprodução do espaço urbano, alinhados ao debate sobre a Área Metropolitana de Belém, recorte espacial da pesquisa.

Na *segunda*, com base no plano cartográfico, foi realizado um planejamento laboratorial para a definição dos ambientes de feiras e mercados a serem analisados, bem como dos procedimentos metodológicos a serem adotados em campo. Em seguida, na *terceira*, ocorreram as visitas de campo, com a descrição detalhada dos itens selecionados no regime de *Precificação e Variação de Preços* entre os espaços de pesquisa. Assim, a pesquisa continuará com base na metodologia aplicada, a *quarta etapa*, expressa pela seguinte fórmula:

$$\text{Variação de Preços (\%)} = \frac{\text{Preço Final} - \text{Preço Inicial}}{\text{Preço Inicial}} \times 100$$

A *quarta*, consistiu na tabulação e validação dos dados coletados. Por fim, a *quinta*, expressa a variação dos preços obtidos em campo, sob a perspectiva cartográfica trabalhada em laboratório, cumprindo com o objetivo desta pesquisa ao analisar as dinâmicas econômicas presentes nos bairros de pesquisa, cujos resultados embasam a discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dinâmica urbana apresenta aspectos ligados à criação de redes de infraestrutura, como a construção de vias, o sistema de saneamento básico e

a concentração ou descentralização populacional nos centros urbanos (Rodrigues, 1998). Além disso, a concentração de serviços nesses centros dificulta cada vez mais o acesso da população que vive nas áreas periféricas. Esses elementos são marcantes e estão diretamente relacionados à região metropolitana de Belém.

O bairro do Jaderlândia apresenta a sua formação socioespacial voltado à articulação da *Rua São Benedito* e da *Passagem Jarbas Passarinho*, nesta encontram-se os principais estabelecimentos comerciais dos circuitos espaciais da economia urbana. Enquanto, a área focal desta pesquisa, o espaço de feira corresponde ao corredor comercial localizado na Rua União (antiga feira do Jaderlândia), o Mercado Municipal que corresponde ao ambiente formal e recentemente construído e o Supermercado Mateus.

Para melhor compreensão das dinâmicas econômicas urbanas, foram selecionados alimentos essenciais de consumo da população, analisando seu preço e variações. Os frutos selecionados para a pesquisa foram: acerola, banana nanica, banana prata, maçã e maracujá. Nesse sentido, utilizamos apenas a banana prata (dúzia) para a análise, visto que essa se apresentou nos três espaços comerciais pesquisados, a saber: Mercado Municipal do Jaderlândia, Supermercado Mateus e a antiga Feira do Jaderlândia, apesar de todos estarem a menos de 200 metros de distância, houve uma significativa variação nos preços.

Considerando os resultados dos questionários aplicados em campo, entende-se que os preços praticados entre os seguintes espaços comerciais: Mercado Municipal do Jaderlândia, Supermercado Mateus e Antiga Feira do Jaderlândia, apresentam uma considerável variação de preços. Na figura 1, exemplificaremos o preço da banana prata, onde no mercado municipal o fruto foi encontrado no valor de R\$: 6,00 (o menor preço praticado), ao lado, nas instalações do Supermercado Mateus, o preço praticado foi de R\$ 7,79, alcançando uma variação de 10,74% em relação ao Mercado Municipal.

Figura 1: Disposição espacial das áreas de variação do preço da banana.



Fonte: Grupo Geocam, elaborado pelos autores (2025).

Quanto a diferenciação do Supermercado Mateus em relação a antiga Feira do Jaderlândia, em que nesta, o preço praticado na venda da banana foi de R\$: 10,00 a dúzia. Nesse sentido, a variação do preço praticado foi de 28,36% em relação ao Mateus. Por fim, ao considerar o menor preço praticado (mercado Municipal do Jaderlândia) em relação a antiga feira, a variação foi de 66,70%.

Considerando a economia espacial presente nesses espaços e as principais dinâmicas de reprodução observadas no espaço é possível compreender que cada espaço comercial apresentam características que mais se destacam, sendo elas, a organização do Mercado Municipal do Jaderlândia, a comodidade do Supermercado Mateus e a Praticidade da Feira antiga do Jaderlândia. O espaço da Feira do Jaderlândia e da rede de supermercado Mateus apresentam alimentos de consumo frequentes e essenciais para a população local, itens com maior demanda que apresentam certas variações de preço de acordo com o ambiente que é comercializado.

Nesse sentido, é importante pensar as razões desta variação de preços nos diferentes espaços, considerando a feira de rua (feira antiga do Jaderlân-

dia) um ambiente de fluxo intenso no qual os clientes optam por comprar de forma rápida com seus veículos, mesmo que isso signifique pagar mais caro, considerando que os outros estabelecimentos comerciais exigem mais tempo para a realização da compra.

CONCLUSÃO

Em relação ao objetivo da pesquisa: “*analisar as dinâmicas econômicas presentes no circuito espacial da feira do Jaderlândia e como se reproduz o espaço urbano entre os anos de 2024 e 2025*” foi possível identificar fatores que mostram a importância da feira para a reprodução econômica urbana, juntamente com dinâmicas específicas que revelam uma complexa interação com a população local. Cada espaço comercial analisado possui particularidades que influenciam a precificação dos produtos, tendo assim, um papel específico na dinâmica urbana do bairro da Jaderlândia e do Atalaia, limítrofe a sul do bairro.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira. **O Transporte Público Enquanto Dimensão do Processo de Metropolização de Belém**. 1. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) – Tese de Doutorado, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade Unidos na Condição: Cidade Nova; Espelho da Segregação Socioespacial de Belém**. Belém: UFPA - NAEA, 1998.

LEITURAS DA RELAÇÃO ENTRE O URBANO E O RURAL NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CIDADES DA TRANSAMAZÔNICA

Renata Belz Kruger

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Doutoranda em Geografia
renatabelzkruger@hotmail.com

José Queiroz de Miranda Neto

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Doutor em Geografia Humana
geoneto@msn.com

INTRODUÇÃO

Sobarzo (2010) disserta sobre o urbano e o rural a partir de Lefebvre explicando que no autor não há uma definição específica e direta sobre os termos, suas reflexões são filosóficas e por isso não trata de receitas ou respostas imediatas, a realidade é apreendida se utilizando de hipóteses, experiências, conceitos e teorias em um contexto de variadas e complexas situações. Sobarzo (2010) afirma que para se aproximar do pensamento de Lefebvre é mais oportuno analisar a relação cidade/campo do que urbano/rural, tendo em vista que o urbano também se refere a uma formação que inclui o rural.

O urbano não é uma realidade acabada, destaca Sobarzo (2010). O autor discorre que, segundo Lefebvre, o urbano é uma virtualidade, uma tendência. Assim, é preciso abandonar a ideia do urbano como a oposição do rural ou como o mesmo que cidade e pensar o conceito que define o urbano como uma virtualidade em constituição. A sociedade urbana, como explica o autor, deve ser concebida em um movimento dialético e paradoxal, pois não é fechada em si mesma, sempre se transforma e é lugar da expressão de conflitos e contradições.

OBJETIVO(S)

O presente texto busca tratar de algumas leituras da relação entre o urbano e o rural de início de maneira mais ampla e depois afunilando para a Amazônia e para o caso das cidades da Transamazônica, com foco no caso de Brasil Novo/PA. Evidentemente, não pretendemos esgotar a discussão sobre o urbano e o rural na Amazônia, procuramos apontar algumas questões

que se revelaram importantes nos estudos sobre a temática. Assim, buscamos sinalizar algumas especificidades da Amazônia, o processo de urbanização da Transamazônica, e a relevância e o impacto da agricultura familiar na relação entre o urbano e o rural.

MATERIAL E MÉTODOS

Nos debruçamos em uma revisão bibliográfica sobre a temática a fim de embasar e encorpar a discussão proposta. Para isso, mobilizamos além de Sobarzo (2010), que introduz o debate sobre o urbano e o rural a partir de Lefebvre, autores como Nunes (2008), que aborda a interface urbano e rural na Amazônia brasileira e foca suas análises na rede urbana da Amazônia Legal e Guerra (2006), trazido para o debate por sua contribuição na análise sobre o urbano e rural na Amazônia a partir do conceito de desenvolvimento territorial.

Elencamos ainda Simões (2022), que contribui para a discussão sobre a agricultura familiar na Amazônia e suas relações com a mobilidade da população, e Nascimento, Herrera e Oliveira Neto (2020) que estreitam o debate para o caso de Brasil Novo/PA analisando o esvaziamento do espaço agrário no caso de uma comunidade do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nunes (2008) destaca que a Amazônia brasileira tem especificidades e menciona seu suposto vazio demográfico e sua diversidade ambiental. Historicamente a região sofreu intervenções que priorizavam o crescimento econômico e pouco consideraram as realidades e populações locais. A rede urbana na Amazônia se formou de modo que se assemelha as demais regiões do país com a concentração da população na metrópole e nas grandes cidades e na dispersão de cidades médias e pequenas, afirmação que o autor faz com base em dados do censo de 2000. No entanto, no caso do estado do Pará, nas últimas décadas observa-se o crescimento das cidades médias e uma diminuição na concentração da população na metrópole.

Outra característica apontada por Nunes (2008) se refere ao grande número de pequenas cidades com menos de 20.000 habitantes (525 municípios), e de municípios que possuíam entre 20.000 e 50.000 habitantes (161 municípios). Somados, representam 91,47% do total de 750 municípios. O autor chama atenção para concentração da população nas cidades e o papel que esses núcleos ocupam no cenário internacional diante da alta expressão da problemática ambiental.

Atualizando os dados de Nunes (2008) com os dados do IBGE de 2022, o número de municípios total aumentou para 772 na Amazônia Legal, continuando a maioria deles municípios com menos de 20.000 habitantes, mas com um decréscimo (483 municípios). Por outro lado, os municípios entre 20.000 e 50.000 aumentaram para 188, de modo semelhante ao número de municípios que possuem de 50.000 a 100.000 habitantes que subiu para 61, e aos municípios de 100.000 a 500.000 que aumentou para 36. Deste modo, verifica-se então o crescimento das cidades médias na Amazônia Legal. Cabe notar ainda o crescimento da população urbana total que saltou de 68,85% em 2000 para 78,34% em 2022, reafirmando a tendência à urbanização da Amazônia.

Nunes (2008) salienta a precariedade na qualidade da vida urbana regional e a desigualdade presente no Brasil como um todo. Sobre a relação campo/cidade, o autor considera que tal relação ainda acontece com base na agricultura e na produção familiar por parte relevante da população. Diante da estrutura industrial e dos grandes projetos de mineração, podendo ser acrescentados grandes projetos de energia hídrica, é evidenciada a profunda heterogeneidade da sociedade regional que reproduz uma lógica baseada no capital que leva à concentração territorial de riquezas geradas socialmente, à distribuição desigual de renda e às diferentes formas de inserção no convívio da modernidade e do tradicionalismo.

Cabe ressaltar que a produção do campo não é desconectada e isolada, Guerra (2006) salienta que a produção agrícola tem sido pensada como atividades que geram efeitos não só no setor econômico, mas também na vida social, cultural e política. O autor chama atenção para o olhar para o todo a fim de valorizar cada parte como elemento fundamental da totalidade. O local não é isolado, ele se relaciona com outras partes. O desenvolvimento para a Amazônia tem sido pensando de acordo com a lógica dominante, como se não houvesse alternativas e as iniciativas locais são desconsideradas revela Guerra (2006).

Sobre a relação entre agricultura familiar e mobilidade campo-cidade na Amazônia, Simões (2022) explica que no início do projeto de colonização dirigida da Transamazônica a diversidade de recursos naturais combinada aos subsídios do governo promoveu a diversificação da atividade agrícola no cultivo de lavouras anuais e lavouras perenes nos anos 1970. No entanto, após um período de crescimento, o setor agrário enfrentou uma crise associada ao desinteresse do governo, que abandonou o projeto de colonização oficial.

Simões (2002) demonstra ainda que os investimentos do governo em culturas perenes foi um fator estimulante ao crescimento populacional, de modo que houve um incremento populacional de 65% na área urbana e 35% na população rural em um período de cinco anos na microrregião de Altamira (1975 a 1980).

O autor salienta a relação entre os cultivos perenes e o crescimento populacional e revela que de forma geral parece que o crescimento da produção ligada ao crescimento em um ritmo menor da população rural em relação a urbana, demonstram o êxodo rural, o que também se deve à diversificação de outros setores da economia como comércio e serviço.

Simões (2022) ressalta que assim como a paisagem se transformou com o *boom* das culturas perenes, novamente foi transformada pela expansão das pastagens para criação de gado após a crise econômica ligada às culturas perenes. Nesse cenário, acrescenta-se o movimento de emancipação de muitos municípios na década de 1990, o adensamento das atividades urbanas e a diminuição da necessidade de mão de obra na pecuária extensiva, contribuindo para o aumento da população urbana.

Nascimento, Herrera e Oliveira Neto (2020), discutem a ausência de subsídios para os pequenos e médios agricultores como uma das principais razões para a mobilidade do espaço agrário em direção à cidade. Os autores refletem sobre a penetração capitalista no espaço agrário e sua influência na mobilidade das famílias para a cidade e na expansão da cidade para suas periferias, processo acompanhado da segregação espacial urbana.

É na perspectiva de que o capitalismo tem penetrado e dominado o espaço rural que os autores trabalham, levando em consideração as transformações ocasionadas pelo avanço da exploração capitalista no campo. No cenário capitalista, a relação entre o urbano com o espaço agrário tem se tornado imperativa. As transformações do capital no campo tem sido duras para os pequenos agricultores, que muitas vezes não vê outra saída e abandona a atividade partindo para cidade em busca de outro modo de vida, que muitas vezes também não lhes é favorável.

Os autores trazem os dados da população urbana e rural do município de Brasil Novo/PA de 2000 e 2010, sendo verificado em 2000 a população rural maior que a urbana, e em 2010 o inverso disso. Os autores apontam que Brasil Novo/PA segue a dinâmica da região Norte em concentrar a população na área urbana. Os pequenos agricultores do município não têm recebido incentivos para permanência no campo, en-

quanto os grandes produtores se utilizam de tecnologias que pressionam o pequeno agricultor no mercado agropecuário local.

Acrescentando dados mais recentes, a estimativa da população para 2015 foi negativa e em 2020 a tendência continua. No entanto, no último censo demográfico realizado em 2022, Brasil Novo contava com 24.718 pessoas e a estimativa para 2024 subiu para 26.606. A população contada em 2022 representa um aumento de 65,97% da população em relação à estimativa de 2020, e significa um aumento de 57,54% em relação a contagem do censo anterior em 2010 (15.690 habitantes), um dado expressivo. Observa-se um aumento significativo da população do município.

Na conclusão do estudo de caso de Nascimento, Herrera e Oliveira Neto (2020) os autores sinalizam que a estimativa populacional apresentada pelo IBGE é que a população do município de Brasil Novo está diminuindo e concluem que a população rural brasilnovense estaria migrando para outros municípios. Com os dados atuais, podemos afirmar que em termos gerais essa previsão não se confirmou, visto que a população sofreu um aumento significativo em 2022 e tende a aumentar segundo a estimativa do IBGE para 2026, o que gera novos questionamentos e reflexões. Os dados sobre a população residente em área urbana e rural em Brasil Novo e no estado do Pará reafirmam a tendência de urbanização do município de Brasil Novo e do estado do Pará.

CONCLUSÃO

As leituras da relação entre o urbano e o rural na Amazônia citadas neste trabalho ajuda a entender parte destas relações hoje na Amazônia e abrem portas para muitos questionamentos que podem gerar pesquisas importantes. Entre essas questões, cita-se: como se dão as relações cidade-campo na Transamazônica na atualidade e quais as principais transformações; quais os pontos de encontro e intersecções percebidos nas cidades; quais os fatores que contribuíram para o aumento da população urbana, e quais as condições e práticas de vida no campo e na cidade convivem na contemporaneidade.

Neste trabalho buscamos apenas fazer alguns apontamentos sobre a relação entre o urbano e rural na Amazônia a partir de referências consideradas relevantes para o tema a fim de possibilitar reflexões iniciais sobre algumas das novas (ou não tão novas) realidades da Amazônia.

REFERÊNCIAS

GUERRA, Gutemberg Armando D. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. *In*: CARDOSO, Ana Cláudia D. **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 97-110.

NASCIMENTO, Cicero V. do; HERRERA, José A.; OLIVEIRA NETO, Adolfo da C. O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL NO ESPAÇO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE CAMURIM - MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 27, n. 52, 2021. DOI: 10.33081/formacao.v27i52.6518. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6518>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NUNES, Brasilmar F. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. *In*: CASTRO, Edna (org). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Anna-blume, 2008. p. 41-58.

SIMÕES, Aquiles. A relação Estado e agricultura familiar na fronteira agrícola amazônica: o caso da região Transamazônica. **Revista Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) 164**. ISSN 15169111. Abril de 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11629/8022>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SOBARZO, Oscar. O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-64.

ANANINDEUA-PA: ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO EM MERCADOS E FEIRAS DA CIDADE NOVA IV

Karen Cristina Braga da Silva

Universidade do Estado do Pará
Graduanda em Geografia - Bolsista PIBIC
karen.cbd.silva@aluno.uepa.br

Arthur Luiz Omena Maia

Universidade do Estado do Pará
Graduando em Geografia - Bolsista PIBIC
arthur.lo.maia@aluno.uepa.br

Carlos Jorge Nogueira de Castro:

Universidade do Estado do Pará (PPGG- UEPA)
Doutor em Geografia
carlos.castro@uepa.br

INTRODUÇÃO

As grandes metrópoles apresentam dinâmicas de abastecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, estes garantem a segurança alimentar, sobretudo da população residente e da rede de bares e restaurantes que atuam no setor de serviços. Assim, as feiras urbanas apresentam forte contribuição no processo de abastecimento dos grandes centros das cidades brasileiras. Em Ananindeua, cidade da Área Metropolitana de Belém, as feiras e os mercados urbanos compõem um importante elemento na economia espacial urbana.

Esses espaços apresentam forma-conteúdo da configuração geográfica expressando localizações econômicas (Santos, 2023). Dessa forma as feiras urbanas possuem forma-conteúdo e desempenham um papel fundamental no abastecimento dos grandes centros urbanos brasileiros. Do ponto de vista geográfico, as feiras urbanas são espaços essenciais para o abastecimento da população, promovendo a comercialização direta entre vendedores e consumidores. Além de sua função econômica, esses mercados refletem dinâmicas sociais e políticas, reafirmando sua importância na estrutura urbana e na vida cotidiana dos moradores (Rodrigues, 1998).

No entanto, no campo das pesquisas em geografia são observados poucos trabalhos focados nesta temática abordando esses espaços de comércio popular, apesar de estarem profundamente enraizados na vida cotidiana e estruturarem redes de centralidade que conectam o centro às periferias.

OBJETIVO(S)

Quanto ao *objetivo geral da pesquisa*, este consiste em: *analisar as relações sociais e econômicas entre os mercados nas feiras urbanas na Cidade Nova IV, compreendendo o preço médio praticado dentre os gêneros alimentícios de igual qualidade comercializados com expressiva variação de preços.*

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram divididos em três etapas: (1) levantamento bibliográfico baseado em artigos, dissertações e teses para embasamento teórico; (2) estruturação dos elementos de observação inicial a partir da definição de espaço em Santos (2023) e Lefebvre (2019); e (3) contextualização das dinâmicas demográficas e residenciais na Cidade Nova Rodrigues (1998), complementada pelas contribuições conceituais de Castro (2020) sobre transportes no espaço urbano.

Quanto aos métodos de análise e investigação, em laboratório a pesquisa foi desenvolvida com base em subsídios provenientes de fontes de dados secundárias, dentre as quais se destacam os censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possibilitam a compreensão do crescimento populacional. Além disso, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) estabelece parâmetros de renda necessários para mensurar o impacto do custo da cesta básica no orçamento mensal.

Em campo, o levantamento de dados primários foi realizado por meio da aplicação de questionários estruturados em formulários digitais eletrônicos, os quais possibilitaram o registro dos preços praticados tanto nos ambientes internos quanto externos aos mercados da Cidade Nova IV, e circunscritos ao espaço das feiras. Posteriormente, em laboratório, correu a supervisão dos dados e das informações espaciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos resultados da pesquisa, podem ser compreendidos à luz do processo de metropolização do espaço urbano, considerando suas expressões além dos limites tradicionais da metrópole. Nesse sentido Lefebvre (2019) aborda o fenômeno urbano considerando a sua centralidade, está tida como o movimento dialético constitui e a destrói ao longo das suas periodicidades, para ele qualquer ponto pode se tornar central: esse é o sentido do espaço-tempo urbano (p.132). Assim,

compreende-se que em Ananindeua, município pertencente à Área Metropolitana de Belém no que compreende aos conjuntos Cidade Nova apresenta forte centralidade econômica.

A formação da Região Metropolitana de Belém expandiu-se para Ananindeua, impulsionando mudanças socioespaciais e consolidando novas dinâmicas urbanas e produtivas, sem, no entanto, torná-las hegemônicas. Na virada dos anos 1990 para 2000, Ananindeua deixou de ser apenas uma “cidade-dormitório” e passou a atuar como subcentro urbano, com população fixa e estrutura para atender às suas demandas cotidianas. Castro (2020) analisou Ananindeua em três áreas urbanas: Centro - BR-316, Coqueiro - BR-316 e Cidade Nova. No entanto, nesta pesquisa o enfoque é lançar luz aos mercados e feiras da região central da Cidade Nova.

Dessa forma, a pesquisa nos mercados municipais do complexo de feiras da arterial 18 e antiga feira da Cidade Nova IV, conforme a figura 1:

Figura 1: localização das feiras e mercados de análise.



Fonte: Google Earth (2025).

Nestes ambientes foram aplicados formulários visando registrar a precificação praticadas nas bancas e barracas obtendo assim o preço médio dos seguintes itens da cesta básica: Carnes (Agulha C/Osso e Pá C/Osso), Mariscos (Camarão), Hortifrúti (Banana, Batata e Tomate) dos quais serão exemplificados as tomadas de preços praticados nas vendas dos seguintes itens: Banana (dúzia), Batata escovada (quilo), Tomate (quilo) e Agulha C/Osso (quilo).

Tabela 1: precificação e variação nos espaços de feiras e mercados da Cidade Nova IV, Ananindeua – 2024/2025.

Item	Feira Antiga Cidade Nova IV	Feira Nova Cidade Nova IV	Variação
Banana	R\$: 7,00	R\$: 15,00	114,30%
Batata	R\$: 6,33	R\$: 11,00	42,45%
Tomate	R\$: 6,00	R\$: 8,00	25,00%
Agulha C/Osso	R\$: 23,00	R\$: 23,50	2,17%

Fonte: Pesquisas de Campo – Grupo Geocam e Financiamento Externo: PIBIC – UEPA e Fapespa (2024-2025).

Os produtos como banana e batata apresentam aumentos de preço mais expressivos, especialmente a banana, com um aumento de 114,30%, o que pode refletir mudanças nas condições de oferta ou demanda. Quanto ao aumento de preço da carne (agulha com osso) foi bem modesto, o que pode indicar estabilidade ou menor variação no mercado de carnes.

CONCLUSÃO

Considerando o *objetivo geral* proposto nesta pesquisa, “*analisar as relações sociais e econômicas entre os mercados nas feiras urbanas na Cidade Nova IV, compreendendo o preço médio praticado dentre os gêneros alimentícios de igual qualidade comercializados com expressiva variação de preços*”. A pesquisa apontou expressiva variação entre os preços praticados em mercados e feiras com distância inferior a 500 metros, e em um mesmo corredor viário

Os resultados apontam em que as maiores variações encontram-se nos seguintes itens: *a)* banana teve um aumento significativo de preço, com uma variação de mais de 100%, indicando um aumento considerável; *b)* A batata também teve uma alta, mas de uma magnitude menor que a banana, com uma variação de 42,45%; *c)* O tomate teve o menor aumento, com uma variação de 25%, ainda que representando um aumento notável, e *d)* O preço da agulha com osso teve um aumento bem pequeno, de apenas 2,17%.

Por fim os comerciantes do novo mercado praticam um valor tabelado acima dos demais espaços de feiras exceto ao item carne que possui o maior final e as distribuidoras distribuem oferecem com valor tabelado reduzido oscilações abruptas neste item reduzindo a margem de variação entre os comerciantes

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. **O Transporte Público Enquanto Dimensão do Processo de Metropolização de Belém**. Belém: PPGEIO/UFPA (Tese de Doutorado), 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade Unidos na Condição: Cidade Nova; Espelho da Segregação Socioespacial de Belém**. Belém: UFPA - NAEA, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. - 5. ed., 4. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO E POBREZA EM MARABÁ: UMA ANÁLISE ACERCA DOS DADOS DO CENSO IBGE 2022 E CADÚNICO

Isabella Santos Corrêa

Universidade Federal do Pará
Serviço Social (UFPA)
isabellacorrea51@gmail.com

Leonardo Costa Miranda

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Serviço Social
leonardocostamiranda1@gmail.com

Joicy Helena da Costa Pantoja

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Serviço Social
joycehelenac17@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao debatermos os fenômenos que atravessam a produção do espaço urbano não podemos desconsiderar as características contraditórias do modo de produção capitalista, como a geração de riquezas e a acumulação, que por sua vez, influenciam não só na formação de estruturas físicas deste espaço, como também trazem consequências à população que o ocupa. Uma vez que, no capitalismo quanto maior é a produção da riqueza social, em mesma proporção, se assiste à pauperização da vida das camadas mais empobrecidas (Marx, 2014), tanto no que se refere ao acesso à riqueza socialmente produzida, quanto no que se refere ao atendimento de necessidades humanas básicas, como morar, comer, vestir, entre outras.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta uma reflexão acerca da pobreza e precariedade habitacional na formação do espaço urbano, a partir da análise de dados referentes ao esgotamento sanitário e a pobreza da cidade de Marabá, cidade média situada na Amazônia brasileira e que é atravessada pelas contradições do capitalismo, no que tange a produção da riqueza e o precário atendimento das necessidades de reprodução material da vida.

OBJETIVO(S)

Analisar dados referentes ao esgotamento sanitário e a pobreza presente na cidade de Marabá, tendo em vista a sua centralidade urbana no contexto do estado do Pará como uma cidade média e a evidente contradição entre a produção da riqueza e as condições de reprodução material da vida nesta cidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração deste trabalho inicialmente foram escolhidos dois indicadores, de esgotamento sanitário e pobreza a serem analisados, a fim de demonstrar a contradição vivenciada na cidade de Marabá, que é uma cidade produtora de riquezas, ao mesmo tempo em que produz desigualdades, no que se refere a precariedade urbana, habitacional e a pobreza.

Assim, a partir dessa definição dos indicadores, foram realizados dois levantamentos de dados, o primeiro levantamento ocorreu no censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em busca de dados relativos aos domicílios particulares permanentes, em especial, no que se refere ao esgotamento sanitário e destino do lixo; e o segundo direcionado para a discussão sobre pobreza, no qual foram coletadas informações do Relatório do Cadastro Único disponível na plataforma Cecad Cidadania do Ministério da Cidadania do Governo Federal, correspondente a janeiro de 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Marabá, no estado do Pará, fica localizada a 485 quilômetros da capital Belém e, ao longo dos anos, esta cidade passou por processos econômicos, políticos e territoriais distintos, que determinam o que é a cidade de Marabá nos dias de hoje. Do ponto de vista histórico, Marabá tem sua história perpassada por diversos desmembramentos municipais, que se iniciou em 1913 – primeiro desmembramento – e foi até 1988 com a separação da cidade de Parauapebas (FAPESPA, 2023).

Neste sentido, Conforme Nunes, Trindade Júnior e Cardoso (2014), Marabá tornou-se uma representatividade da sub-região a qual pertence, o sudeste paraense. Para os referidos autores, tem destaque a base econômica produtiva, política, comercial e de distribuição de serviços no Sul e sudeste do Pará.²

² De acordo com o Perfil Vocacional dos municípios da FAPESPA, o PIB municipal de Marabá, em 2018, foi de R\$8,780 bilhões de reais, sendo a indústria e os serviços os setores que mais contribuíram com o Valor Adicionado, 38 % e 34% respectivamente.

Levando em consideração a base econômica e produtiva, segundo dados da FAPESPA (2023), O Produto Interno Bruto de Marabá em 2022 foi de R\$ 11.417.650. Em 2021, Marabá foi o quinto município com maior participação no PIB do estado, representando 6% do total. A partir disso, os dados a seguir apresentarão a realidade da cidade de Marabá, no sentido da pobreza e do esgotamento sanitário, para demonstrar a contradição presente entre a riqueza produzida pela cidade e a desigualdade presente no cotidiano da população.

A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao relatório do Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, de janeiro de 2025, no que tange ao número de pessoas cadastradas em famílias cadastradas no CadÚnico³.

Tabela 1 – Quantidade de pessoas cadastradas em famílias no CadÚnico em Marabá, janeiro de 2025.

Descrição da condição de cadastramento	Quantidade de Pessoas Cadastradas em famílias
Pessoas Cadastradas em Famílias em situação de Pobreza	76.521 (53%)
Pessoas Cadastradas em Famílias de Baixa Renda	36.878 (26%)
Pessoas Cadastradas em Famílias Acima de ½ Sal. Min.	30.784 (21%)
Total de pessoas cadastradas em famílias	144.183

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Cepad Cidadania, 2025.

Analisando as informações do CadÚnico do Governo Federal, o total de pessoas cadastradas em famílias, em janeiro de 2025, foi de 144.183 pessoas. Fazendo um comparativo com o número de habitantes, de acordo com o Censo do IBGE, em 2022, com 266.533, cerca de 54% da população de Marabá estaria no CadÚnico. Ademais, havia, em janeiro de 2025, mais de 50% da população cadastrada em situação de pobreza, ou seja, famílias com renda per capita de 89,01 reais a 178 reais.

Outro dado a ser analisado neste trabalho está relacionado ao esgotamento sanitário na cidade de Marabá, no que tange a existência de

³ O Cadastro Único para Programas Sociais identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Além disso, é o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, entre outras programas vinculados a Assistência Social.

banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio⁴. De acordo com os domicílios particulares permanentes de Marabá, em 2022, foi de 86.027.

Tabela 2 - Existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio

Condição de esgotamento sanitário	Percentual
Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio	82.984 (96%)
Apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio	972 (1%)
Apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno	1.739 (2%)
Não tinham banheiro nem sanitário	372 (0,43%)

Fonte: IBGE, 2022.

Conforme apresentado na tabela, 96% dos domicílios particulares permanentes tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio. No entanto, ainda que em uma porcentagem menor, cerca de 2% dos domicílios não possuem banheiro, mas apenas sanitário ou buraco para dejetos, inclusive os localizados no terreno e 0,43% não tinham banheiro nem sanitário. No que tange ao tipo de esgotamento sanitário, a maioria dos domicílios tinha como forma fossa rudimentar ou buraco 51%, e 21 % a fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede, enquanto apenas 17% estavam ligados à rede geral.

Os dados acima revelam a contradição presente na cidade de Marabá, sendo observada principalmente nos dados acerca da pobreza, no qual ainda que a cidade possua grandes investimentos e usufrua de relativa infraestrutura, configurando uma densidade técnica diferenciada em relação ao restante da região.

Nesta lógica, Nunes, Trindade Júnior e Cardoso (2014) argumentam que, esse papel e importância justificam, em grande parte, a atração de diversos investimentos públicos e privados que estão associados a processos e dinâmicas que remetem a uma lógica mais global do capital. No entanto, analisa-se que estes investimentos são voltados para o grande capital, enquanto grande parte da população vive a margem da pobreza e de condições alarmantes de precariedade habitacional.

⁴ Justifica-se a escolha apenas dos indicadores de esgotamento sanitário em virtude das páginas solicitadas para a escrita do trabalho.

CONCLUSÃO

As cidades da região amazônica e suas contradições sociais e econômicas precisam ser apreendidas a partir de uma interpretação que considere a apropriação do território pela lógica do capital, dado que a referida região tem ocupado historicamente, devido a sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), um lugar de subordinação, tornando-se vítima de um processo histórico de exploração de suas riquezas (Marques, 2019). No tempo presente, ao passo que se observam inúmeras resistências que buscam barrar o avanço do capital na região, a região apresenta altos índices de carências de diversas ordens, não acesso a diversos direitos sociais e precarização das condições de vida e trabalho, ilustrando a barbárie no cotidiano da vida da classe trabalhadora, povos originários, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, entre outros/as que vivem nesta região (Santana *et. al.*, 2024), tendência esta presente na cidade de Marabá, no estado do Pará.

Nesta lógica, os argumentos apresentados demonstram a importância da cidade de Marabá para a dinâmica do estado do Pará, dada a sua centralidade como cidade média, ao mesmo tempo em que se evidenciam níveis alarmantes relacionados à pobreza e a falta de acesso à direitos básicos por grande parte da população. Neste resumo, optou-se por apresentar os índices de famílias inseridas no CadÚnico que viviam com renda per capita entre 89,01 reais a 178 reais (50%), caracterizando-as em situação de pobreza; e de esgotamento sanitário, em que se demonstrou que a maioria dos domicílios tinha fossa rudimentar ou buraco (51%). Dessa maneira, os dados evidenciam a tendência inerente ao modo de produção capitalista, em que se observa o seguinte descompasso: no mesmo território em que há enorme riqueza social produzida, esta mesma riqueza não é socialmente distribuída.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico** (Cecad) 2.0. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 05 fev 2025.

MARQUES, G. de S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular. 1. ed. 2019

MARX, K. **O Capital**. Livro I. Cap. 1. São Paulo, Boitempo, 2014.

NUNES, D. A.; TRINDADE JR., S-C. C.; CARDOSO, S. M. De “cidade dos notáveis” a “cidade corporativa”: aspectos do circuito superior da economia urbana em Marabá (Pará). **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 335, p. 1-26, 2014.

SANTANA, J. V.; CORRÊA, I. S.; PANTOJA, J. H. C.; MIRANDA, L. C.; SANTOS, R. de C. B. SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2024, Fortaleza - Ceará. **Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2024. v. 1. p. 1-17.

O SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SINTER) ENQUANTO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

Katia Borges Lira

Universidade Federal do Pará

Mestre em Direitos, Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo CESUPA;

Mestranda em Direitos Humanos e Meio Ambiente pela UFPA

katiaborgess@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O estudo tem por tema analisar a gestão integrada do espaço territorial por meio do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais - SINTER. No decorrer da pesquisa será estudado sua aplicação enquanto instrumento de governança territorial e promoção de políticas públicas. O SINTER foi criado pelo Decreto n.º 8.764/2016, atualmente regulamentado pelo Decreto n.º 11.208, de 26 de setembro de 2022, é utilizado apenas para agregar informações com vistas a arrecadação tributária federal. Este estudo visa analisar em que medida as interfaces do atual sistema podem ser utilizadas como ferramenta de governança territorial, planejamento e execução de políticas públicas no território.

OBJETIVO(S)

O objetivo geral é examinar a possibilidade de implementação de ações coordenadas de governança territorial por meio do SINTER como recurso de efetivação do planejamento adequado das políticas públicas territoriais na cidade.

São objetivos específicos deste projeto de pesquisa: - mapear os instrumentos de gestão territorial em vigência na legislação brasileira, em seus aspectos ambientais, sociais, fundiários, registrares e fiscais. E ainda, apresentar uma sugestão de integração dos sistemas identificados, correlacionando as informações de cunho ambiental e social que ainda não possuem controle e acesso à sociedade civil, analisando a segurança da informação e dos geodados no ordenamento do território, e, - analisar se aplicação do SINTER como ferramenta de governança territorial e recurso de efetivação das políticas públicas territoriais.

MATERIAL E MÉTODOS

Na presente pesquisa será adotado o método dedutivo, considerando que trata-se de abordagem que parte de um contexto geral para um particular (Loureiro, 2018), uma vez que se pretende analisar as ferramentas de ordenamento territorial a partir do atual arranjo institucional e legal, utilizadas pelo governo brasileiro, e se as mesmas conferem efetividade à governança de ordenamento do território.

Além de pesquisa bibliográfica, será utilizada pesquisa de campo que propiciará observar como cada órgão alimenta sua base de dados. Será utilizado o método hipotético-dedutivo, tendo em vista a lacuna existente de uma plataforma única que alcance a gestão dos dados socioambientais do território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A governança é um modo de efetivação dos direitos fundamentais, a partir de premissas que levem em consideração o planejamento e a cooperação. A governança com vistas ao desenvolvimento sustentável deve ser percebida numa perspectiva de congruência público-privada, com a valorização da sociedade, esta assumindo papel decisivo com ações proativas na elaboração e execução das políticas públicas.

Para Fernandes e Reydon (2017, p. 50) a governança trata do modo “como a sociedade é organizada e como prioridades e interesses conflitantes são conciliados. Governança inclui tanto as instituições formais do governo quanto os arranjos informais”.

As Nações Unidas (Palmer *et al.*, 2009, p. 9, tradução livre) consideram que “a boa governança é onde se promove equidade, participação, pluralismo, transparência, responsabilidade e o estado de direito, de uma maneira que seja efetiva, eficiente e duradoura”.

O Conselho da Europa (CEMAT, 2011) responsável pelo ordenamento do território define que “a boa governança territorial visa a gestão das dinâmicas territoriais através da indicação das consequências territoriais das várias políticas desenvolvidas pelos atores dos sectores público e privado”.

As informações sobre a posse, uso, valor e desenvolvimento da terra são conhecidas por possibilitar oportunidades econômicas às pessoas, reduzir disputas fundiárias, apoiar a segurança alimentar por meio da agricultura de subsistência e familiar e dar suporte à produtividade agrícola e ao aces-

so alimentar urbano. Para pessoas vulneráveis e marginalizadas, como povos indígenas, quilombolas, povos deslocados internamente, minorias étnicas e mulheres em particular, o acesso à terra é demonstrado como crucial para garantir o desenvolvimento social e econômico, segurança alimentar, empoderamento e proteção contra violência e riscos à saúde.

O acesso garantido à terra estabiliza as sociedades em conflito. Os esforços para apoiar a igualdade de gênero em termos de acesso à terra, condições de trabalho e reconhecimento social demandam atenção dos governos, das instituições e da sociedade. Da mesma forma, desafios relacionados ao fornecimento de infraestrutura física de apoio e consumo sustentável nas cidades, áreas rurais e zonas de risco ambiental exigem esforço contínuo.

A administração de terras eficaz apoia a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e pode contribuir para a garantia de dignidade e igualdade por meio da documentação, do registro e do reconhecimento das relações entre as pessoas e a terra em todas as formas, sejam formais ou informais.

Outrossim, a administração e a gestão eficazes da terra apoiam o desenvolvimento sustentável. É uma relação de demanda e suporte, em que fatores como as políticas relacionadas à terra, à posse, ao seu valor, uso, à informação geoespacial integrada e ao desenvolvimento dão suporte à concretização dos objetivos que visam alcançar o desenvolvimento sustentável.

A administração eficaz da terra deve ser adequada a um objetivo, apropriada, interoperável e sustentável, flexível e inclusiva, capaz de acelerar os esforços para documentar, registrar, reconhecer e monitorar as relações entre pessoas e o território que acupam, em todas as suas formas. Para Lemos, Magalhães Junior e Wstane (2019, p. 727), “é possível entender que nos processos de gestão territorial deve-se considerar a coexistência de distintas trajetórias, seja a das pessoas, a das instituições ou a das empresas”. As desigualdades socioespaciais se multiplicam no século XXI, reafirmando a pluralidade de interesses que estruturam a desigual sociedade capitalista moderna.

Nesse viés, Dallabrida (2011, p. 16-17) entende a governança territorial como “gestão societária do processo de desenvolvimento local/regional”, relacionada “às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”.

Nesse estudo, adotaremos o conceito de governança territorial enquanto política pública que visa alcançar, de forma participativa e integrada, o

desenvolvimento humano sustentável. Esse planejamento envolve elementos de gestão e conhecimento do território: enquanto recorte do espaço geográfico (Dallabrida, 2016); enquanto espaço de promoção de políticas públicas que levem em consideração o capital social (Sen, 2010) e enquanto ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável (Sachs, 2009).

CONCLUSÃO

A gestão do território é primordial, conforme destaca Becker (2015, p. 510) a gestão do território é prática estratégica, científico-tecnológica, do poder no espaço-tempo. As questões que envolvem ordenamento territorial não dizem respeito apenas ao processo de reconhecimento formal das propriedades privadas pelo Estado. A questão vai além, e relaciona ações coordenadas e interdisciplinares entre governos, entidades civis, organizações não-governamentais e sociedade civil em suas diversas formas de apropriação do território.

É de plena convicção que a formulação de um alargamento do bem-estar social com efetivação do desenvolvimento passa indiscutivelmente pela construção de arranjos locais, regionais e nacionais de organização e planejamento do espaço territorial. É com essa margem de garantia e credibilidade que pode ser consolidado um sistema territorial organizado, como o SINTER, que tenha uma interface transparente e que traga equilíbrio e certeza às relações jurídicas com o conseqüente desenvolvimento das comunidades que dele se utilizam.

REFERÊNCIAS

CONSELHO DA EUROPA. **Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa** (CEMAT). Lisboa: DGOTDU, 2011. Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/content/governanca-territorial>.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, Governança e Desenvolvimento**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

FERNANDES, Vitor Bukvar. REYDON, Bastiaan Philip. A governança de terras e o desenvolvimento econômico. *In*: BOJANIC, Alan Jorge (Coord.); REYDON, Bastiaan Philip; FERNANDES, Vitor Bukvar; BUENO, Ana

Paula da Silva; SIQUEIRA, Gabriel Pansini (Org.). **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**, Brasília: FAO/SEAD, 2017, p. 43-64. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7789o.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

LEMOS, Rodrigo Silva; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; WS-TANE, Carla. Planejamento e gestão territorial: reflexões a partir da modernidade, da ciência e da participação social. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 58, p. 726-745, jul./set. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/19570>. Acesso em: 04 dez. 2020.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Pesquisa nas Ciências Sociais e no Direito**. Belém: Editora Cultura Brasil, 2018, p. 38.

PALMER, David *et al.* Towards improved land governance. **Land Tenure Working Paper**, Food and Agriculture Organization of the United Nations, United Nations Human Settlements Programme, n. 11, set. 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ak999e.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL COMO FORMA DE NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO JARDIM IMPERADOR EM CASTANHAL-PA

Maria Rita Pessoa Lemos

Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Licenciatura Plena em Geografia
mariarita.pessoa17@gmail.com

Victor Gabriel Feitosa Ribeiro

Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Licenciatura Plena em Geografia
gabrielvgfr11@gmail.com

Rute Dayene Rodrigues da Costa

Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Licenciatura Plena em Geografia
rute.drd.costa@aluno.uepa.br

Paola Nycole Brito Silva

Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Licenciatura Plena em Geografia
paola.silva@aluno.uepa.br

INTRODUÇÃO

A análise sócio espacial é de extrema importância para a compreensão do processo de construção dos espaços, atualmente com o avanço do meio técnico científico informacional (Santos,1994) ocorre um processo de urbanização acelerado que pode ser observada também como um processo que origina as contradições existentes no espaço urbano, a expansão dessa malha urbana acontece a partir do nascimento de novas áreas periféricas da cidade, esse nascimento se dá a partir de alguns fatores e agentes que atuam para esse crescimento.

Desta forma, buscamos compreender a distribuição socioespacial do conjunto, a luz do conceito de exclusão social de Costa, através deste adentrando na problemática da falta de moradia digna para a população. Para podermos realizar essa análise, utilizamos como metodologia de estudo uma pesquisa de campo, que foi realizada no dia 12 de junho de 2024 ao conjunto Jardim Imperador, além disso, realizamos uma vasta pesquisa bibliográfica pelo acervo de conteúdos relacionados a temática, para assim chegarmos a uma análise mais assertiva do tema.

OBJETIVO(S)

O conjunto Jardim Imperial destacado como lócus para a presente análise fica localizado no município de Castanhal-PA, cidade pertencente ao nordeste paraense, classificada pelo IBGE (2010) como tendo um porte médio, exercendo um importante papel na rede de cidades do nordeste paraenses. Segundo Ribeiro (2017) de 1984 a 1994, a área urbana de Castanhal expandiu-se em 18%, de 1994 a 2008, houve um aumento de 26% na área urbana, de 2008 a 2013, a expansão foi de 13%, esses números indicam um crescimento constante ao longo das décadas, refletindo o desenvolvimento urbano acelerado no município.

O espaço urbano é um espaço fragmentado que conta com diversos espaços, e fluxo de pessoas e capital financeiro que torna a cidade atrativa, porém apresenta grandes desigualdades que são reflexos do sistema que a cria, e as desigualdades têm características próprias do espaço urbano capitalista (Correa, 1889) podemos observar um padrão em todas as cidades capitalistas onde as desigualdades estão presente na maioria, esse padrão é visto no sucateamento dos serviços públicos, diferenciações das moradias, na dicotomia existente em bairros de altos padrões e em bairros periféricos, e no modo de vida dos moradores dessas áreas.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado foi uma pesquisa de campo na área, para assim, entendermos adiante os conceitos relacionados a esse processo de urbanização desigual na ocupação, especificamente, próxima ao Bairro Imperador, precisa-se entender sobre a exclusão social, que segundo Costa (2001) “consiste numa situação dinâmica de privação, por falta de recursos”. Essa exclusão social se reflete pela perda daquela determinada população aos seus direitos essenciais de qualquer ser humano, como qualidade de vida, ter um conforto térmico, acesso ao saneamento básico adequado, lazer, e circulação de meios de transportes como os próprios ônibus, direito a uma rua digna com iluminação e asfalto, ou seja, todos os direitos que ela necessita, como é verificado na imagem abaixo a falta desses recursos.



Fonte: autores

Assim, o crescimento populacional desordenado advindo do processo de urbanização, não é algo planejado ou até mesmo, estruturado de um planejamento pelo governo, e com isso, acaba ocasionar consequências na população, tal como o aumento social da exclusão neste modelo urbano e que mostra cada vez mais que a própria política ignora os habitantes daquela ocupação. Contudo, embora que a sociedade de hoje disponha de diversos e inúmeros recursos que possam auxiliar nesta inclusão desta população, acabam, em sua grande maioria em escolher investir setores que para eles, seriam de agrado ao grande capital, como por exemplo, a grande diferença que se observa em questão da relação das ruas do núcleo para as ruas nas áreas residenciais, tal como, as áreas destes condomínios de grande padrão, como é visto na figura abaixo.



Fonte: autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando, a realidade exposta do conjunto Jardim Imperador, a proposição de uma reforma urbana seria uma grande ferramenta de modificação de realidades. A partir dos seus três objetivos específicos referenciados por Souza (2003) podemos ver como a reforma urbana atuaria neste espaço. A primeira que é coibir a especulação imobiliária seria de extrema importância, pois como já foi indicado, no conjunto já existe diversas residências mais próximas a PA, com casas adequadas em terra firme e próximo dos serviços, com o fim da especulação o valor dos terrenos tenderia a cair tornando-se acessível às famílias baixa renda que passaria a ter a possibilidade de residir nelas. A segunda é reduzir o nível de disparidade sócio-econômica-espacial, o que diferente da sua irmã reforma agrária não seria resolvido apenas com a redistribuição de terra uma vez que a terra não é em si o meio de produção na cidade, assim seria necessário uma mudança de nível nacional e internacional, na distribuição de renda, diminuindo a distância entre as classes sociais e melhorando a condição de subsistência da classe baixa. Por último temos democratizar o máximo possível o planejamento e gestão do espaço urbano, pois uma reforma desta proporção seria completamente contra os interesses das elites que governam o país, por isso não se pode esperar que essas ações surjam do Estado, assim é necessário o aumento na participação popular na formulação de leis e projetos que visem a reforma urbana.

CONCLUSÃO

No presente texto aborda questões a respeito da segregação socioespacial presente no bairro jardim imperial e questões sobre o direito à cidade, entendendo que ocorre uma desigualdade no modo de habitação dessa população que influencia diretamente no modo de vida, essa construção desigual sendo fruto do processo contraditório do crescimento da malha urbana, o estado não exerce sua função de forma eficaz na estruturação e legitimação do direito à cidade. Isso pode implicar em várias questões, como falta de políticas públicas adequadas, ausência de regulamentação urbana eficiente, ou ainda, uma intervenção insuficiente para garantir acesso equitativo aos recursos urbanos. Esse contexto muitas vezes contribui para desigualdades socioespaciais e exclusão urbana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cyntia Santos Daltro et al. **Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia**: a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém. 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76 p., il. – (Por uma cultura de direitos humanos).

BRASIL, A. P. M. S. (Org.) ; COSTA, F. E. V. (Org.) . **Cidades Amazônicas**: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém. 1. ed. BELEM: Eduepa, 2020. v. 1. 344p .

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, A. **Exclusões sociais**. Caderno democráticos, 2. Edição Gradiva Publicações, 2001.

GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE RODOVIÁRIA/FERROVIÁRIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM MARABÁ (PA).

Daiana Pereira dos Santos

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa
Graduação em Geografia e discente do PPGG - Unifesspa
dayana.santosp2@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico da Amazônia seguiu historicamente lógicas dominantes e espoliativas, evidenciadas pelos grandes projetos de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos, hidrelétricas e mineração. Essas grandes obras quase sempre provocam impactos significativos, estabelecendo-se uma relação entre o empreendimento e as relações sociais de produção do espaço em que são instaladas. Por vezes, esses projetos de infraestrutura se prolongam por um longo período, considerando as etapas de concepção, implantação e operação, e os impactos produzidos em cada um desses momentos apresentam singularidades diferentes, no que diz respeito à intensidade, tempo e espaço.

Nesse contexto, a cidade de Marabá (PA), cuja dinâmica socioespacial está diretamente associada ao processo de modernização capitalista da Amazônia, exemplificada pela exploração mineral por meio de grandes projetos, vivencia atualmente a instalação de uma grande obra de infraestrutura: uma nova ponte rodoviária/ferroviária que irá interligar dois núcleos urbanos da cidade. A empresa Vale é responsável pelo projeto de instalação da nova ponte, tendo como principal objetivo o escoamento de minério de ferro na região.

A construção da nova ponte representa um marco significativo na reorganização do espaço urbano e regional, promovendo profundas transformações socioespaciais no uso do solo e nas dinâmicas socioeconômicas locais. A implantação de grandes obras de infraestrutura, como a nova ponte, atua como um vetor crucial no processo de reconfiguração socioespacial em municípios da Amazônia, especialmente em Marabá. De acordo com Gonçalves (2001), um novo padrão de organização social do espaço geográfico, constituído por estrada, terra firme e subsolo, estabeleceu-se a partir dos anos

60, tendo a estrada como seu eixo de estruturação. Hoje, essas estradas são construídas na terra firme por grandes empresas de construção civil (PORTO - GONÇALVES, 2001).

Nesse contexto, o espaço transformado por grandes obras de infraestrutura passa a atender os interesses de agentes econômicos, tanto empresariais quanto estatais. Assim, a construção da ponte insere-se em um cenário de intensificação das atividades econômicas ligadas à mineração e ao transporte logístico, consolidando Marabá como um polo de integração regional. No entanto, essas transformações não se restringem apenas ao setor econômico; elas também provocam mudanças significativas nos espaços urbanos e nas dinâmicas socioespaciais locais.

Diante disso, é importante analisar o papel das infraestruturas na produção do espaço urbano. Segundo Santos (2006), o espaço não é apenas um suporte neutro, mas um produto da interação entre técnica, sociedade e economia. A nova ponte, ao integrar diferentes modais de transporte (rodoviário e ferroviário), cria novas centralidades e pode intensificar o processo de urbanização e industrialização na região. Ainda de acordo com Santos (2006), o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, ressaltando que a materialidade do espaço é transformada pelos avanços técnicos e que esses processos estão imersos em um contexto social e político. Nesse sentido, a ponte, como objeto técnico, é um exemplo da razão instrumental descrita por Milton Santos. A introdução dessa infraestrutura transforma a organização do espaço, conectando diferentes fluxos (pessoas, mercadorias e capitais) e promovendo a reestruturação socioespacial na cidade.

Para Lefebvre (1973), é preciso analisar o espaço não apenas pelas atividades humanas, mas também como um elemento ativo na re-produção das relações sociais de produção. Em Marabá, a construção da ponte é um exemplo claro de como o espaço é moldado para atender às demandas do capital. A obra da nova ponte conecta importantes eixos de transporte, facilitando o escoamento de minérios e outras mercadorias para mercados externos, ao mesmo tempo em que reconfigura o uso do espaço urbano. O presente trabalho busca analisar os impactos socioespaciais dessa obra, considerando tanto os benefícios quanto as implicações e transformações que acompanham projetos dessa magnitude.

OBJETIVO(S)

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos socioespaciais da construção da nova ponte rodoviária/ferroviária em Marabá (PA), conside-

rando as transformações na dinâmica urbana, na mobilidade e na economia local, com o intuito de compreender as implicações dessa grande obra de infraestrutura para a região e seus habitantes.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste estudo sobre as grandes obras de infraestrutura na Amazônia, com ênfase na construção da nova ponte rodoviária/ferroviária e suas implicações socioespaciais em Marabá (PA), foram adotadas abordagens metodológicas de natureza qualitativa. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental com o objetivo de fundamentar teoricamente a pesquisa. Foram consultados artigos científicos, livros, dissertações e relatórios técnicos do projeto de construção da ponte. Além disso, foram feitas pesquisas de campo que ajudaram a subsidiar as análises.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos impactos socioespaciais decorrentes da construção da nova ponte rodoviária/ferroviária em Marabá (PA), revelou transformações significativas na dinâmica urbana, econômica e ambiental da região. A ponte integra diferentes modais de transporte (rodoviário e ferroviário), podendo criar novas centralidades e intensificar o processo de urbanização e industrialização na região. Ao mesmo tempo, as obras de construção podem gerar impactos socioespaciais permanentes ou temporários no espaço urbano e na população local, causando deslocamento de populações vulneráveis, alteração na dinâmica socioeconômica e especulação imobiliária.

Os resultados obtidos a partir da análise dos impactos socioespaciais evidenciam transformações tanto no entorno imediato da obra quanto em uma escala mais ampla, abrangendo aspectos econômicos e sociais. Os resultados foram organizados em três dimensões principais: integração e mobilidade regional; impactos socioeconômicos; e implicações socioambientais.

- **Integração e Mobilidade Regional**

A construção da nova ponte possibilitará uma maior integração entre diferentes regiões, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias. Isso pode impulsionar a economia local ao ampliar o acesso a mercados e reduzir custos logísticos.

- **Impactos Socioeconômicos**

Com a instalação da nova ponte, o fluxo logístico regional poderá impulsionar as atividades econômicas na região, especialmente nos setores

agropecuário e mineral, que dependem de uma infraestrutura eficiente para o escoamento da produção, promovendo maior integração e desenvolvimento regional. Pequenos comerciantes e empreendedores locais também foram impactados positivamente, pois fornecedores locais foram priorizados para atender às demandas da obra. Setores como o alimentício, aluguéis de transporte, construção civil, entre outros, estão se beneficiando com o fornecimento de materiais e serviços para a obra e para os trabalhadores envolvidos, promovendo o crescimento do comércio local (Vale, 2020). Outro fator importante foi a geração de empregos: a empresa Vale priorizou a contratação de mão de obra local, atingindo o pico de 2.000 contratações em outubro de 2023 (Vale, 2020).

Por outro lado, um dos aspectos econômicos negativos decorrentes da construção da nova ponte é a especulação imobiliária. As transformações urbanas incluem a valorização das terras e imóveis situados nas proximidades da obra. No núcleo São Félix, por exemplo, os aluguéis aumentaram significativamente devido à alta demanda por imóveis para locação no bairro, visando atender pessoas vindas de outras regiões para trabalhar na construção da ponte.

- **Implicações Socioambientais**

A expansão da infraestrutura também apresenta desafios ambientais. O aumento do desmatamento, a ocupação irregular de áreas sensíveis e as alterações na dinâmica dos rios são preocupações levantadas pelas análises. Comunidades ribeirinhas e povos tradicionais relataram impactos negativos sobre seus modos de vida, incluindo a redução de territórios e dificuldades no acesso a recursos naturais essenciais para sua subsistência. Alguns pescadores, por exemplo, não poderão trabalhar durante a execução das obras. Além disso, o deslocamento de moradores no núcleo São Félix, onde famílias e comerciantes foram realocados para outras áreas, para a instalação do canteiro de obras e abertura de estradas de acesso, é outro impacto negativo.

Os resultados indicam que a construção da nova ponte em Marabá, é um vetor significativo de transformações socioespaciais. Embora os benefícios econômicos e de mobilidade sejam evidentes, os desafios socioambientais e urbanos requerem uma gestão integrada e participativa para mitigar impactos negativos. É necessário que as políticas públicas sejam direcionadas à inclusão das populações vulneráveis e à sustentabilidade ambiental, garantindo um desenvolvimento mais equitativo para a região.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foi possível analisar como a técnica é um agente fundamental na produção do espaço geográfico. A nova ponte rodoviária/ferroviária em Marabá representa um avanço técnico que reconfigura o espaço local, alterando fluxos econômicos e sociais. No entanto, essa transformação não ocorre de maneira uniforme, muitas vezes beneficiando os setores produtivos e econômicos.

Contudo, além dos benefícios econômicos e logísticos, é necessário considerar alguns desafios socioespaciais, ambientais e econômicos, como especulação imobiliária e transformações no modo de vida das comunidades locais, entre outros. Assim, é possível analisar essa obra não apenas como um projeto de engenharia, mas como um fenômeno geográfico com profundas implicações socioespaciais.

Diante disso, o estudo contribui para o debate sobre a influência das grandes obras de infraestrutura na Amazônia, destacando a necessidade de um planejamento territorial que equilibre crescimento econômico e preservação ambiental, respeitando as dinâmicas sociais e culturais locais.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

VALE S.A. **Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.vale.com>. Acesso em: 04 fev. 2025.

CASTANHAL (PA), UMA “CIDADE MODELO” PARA QUÊ E PARA QUEM?

Kaleb De Lima Brito

Mestrando em Geografia pela UEPA
Graduado, licenciatura em Geografia pela UEPA
limakaleb695@gmail.com

Mauro Emilio da Costa Silva

Professor efetivo da graduação e pós-graduação da UEPA
Doutor em Geografia
maurobrasilgeo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Castanhal (PA) localiza-se no Nordeste Paraense, a 75 km de distância da Capital Estadual Belém-PA, sendo atravessada pela Rodovia federal BR-316 e pelas PAs 320 e 136. A produção do espaço de Castanhal se insere no contexto Paraense da borracha, formação de colônias agrícolas, migração estrangeira-nacional e da construção da estrada de ferro Belém-Bragança, durante a virada do século XIX para o XX (ÉGLER, 1961). Contudo, a partir de 1960, diante do contexto nacional de planejamento e ocupação da Amazônia, viabilizado pela constituição de infraestruturas de transporte e comunicação (BECKER, 2007), Castanhal irá assumir novas e complexas funções socioespaciais no Nordeste Paraense.

No tocante a estas novas e complexas funções oriundas a partir de 1960. De um lado, Castanhal passará a ser atingida pela dispersão metropolitana irradiada por Belém, mediante as diversas interações de capitais, informações e pessoas entre essas localidades. Por outro lado, Castanhal também passará a desempenhar funções de centralidade sub-regional no Nordeste Paraense, conforme sua densidade de serviços públicos/privados e o setor comercial/industrial, passam a centralizar os deslocamentos de pessoas de cidades próximas de Castanhal, por motivos de estudo e trabalho (RIBEIRO, 2016).

No entanto, estas novas e complexas funções que o espaço urbano de Castanhal passa a dinamizar irá também servir como fundamento para a gênese e cristalização de uma representação espacial, expressada pelo *slogan* de Castanhal como uma “cidade modelo”. Por representação espacial, compreende-se, em consonância com Souza (2012), que estas são maneiras de

(re) produzir imaginários e significados, mediante discursos que buscam articular identidades e justificar determinadas escolhas/ações socioespaciais. Em razão disso que, para Souza (2012), por intermédio da análise das representações espaciais, possibilita-se compreender as ações e discursos de grupos sociais específicos em meio as dinâmicas socioespaciais.

É neste sentido que, de 1964 em diante, por meio de uma representação espacial de Castanhal como uma “cidade modelo”, o Estado e a mídia local buscaram consolidar um imaginário de que o tipo de desenvolvimento social e urbano que ocorre em Castanhal é para o interesse e o benefício de todos, independente da classe social e da área que se reside. Além disso, este discurso de desenvolvimento, durante sua gênese, também buscou como um dos principais meios de sua legitimação as modificações no espaço urbano, particularmente aquelas que aconteciam no centro da cidade como: o asfaltamento, serviços mais modernizados de água encanada, de telefonia, energia elétrica, entre outros (BARROS, 2011).

Assim, levando em consideração que essa representação espacial de Castanhal se associou, desde sua gênese, às modificações do espaço urbano, buscou-se utilizar a análise da expansão urbana de Castanhal como meio de verificar e questionar se a realidade desta é condizente com a representação espacial de “cidade modelo”. Por conseguinte, como meios empíricos de observação e análise dessa expansão urbana, selecionou-se como recorte de pesquisa os bairros do Fonte Boa, Novo Estrela e Pantanal, devido estes bairros terem obtido uma recente expansão, a partir de 2009, através de programas como a minha casa minha vida

OBJETIVO(S)

Objetivo geral:

Questionar a representação espacial de Castanhal como “cidade modelo”, por via da análise de sua recente expansão urbana.

Objetivos específicos:

- Analisar o caráter da recente expansão urbana de Castanhal.
- Comparar o caráter da recente expansão urbana de Castanhal com sua representação como uma “cidade modelo”.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos se ordenaram em duas etapas, que

são a revisão bibliográfica e o levantamento de campo. A etapa de revisão bibliográfica, tendo a (re) leitura de artigos, dissertações e livros sobre a espacialidade de Castanhal, dedicou-se a uma maior apreensão da representação espacial como “cidade modelo”, assim como a contextualização da produção espacial e expansão urbana de Castanhal.

Por conseguinte, na segunda etapa do procedimento metodológico, recorreu-se ao levantamento de campo em três bairros, a saber: Fonte Boa, Novo Estrela e Pantanal. O levantamento de campo contou com a observação sistemática e a aplicação de 15 entrevistas com roteiros semiestruturados para 15 moradores de cada um dos bairros selecionados, totalizando cerca de 45 entrevistas efetuadas entre os meses de fevereiro, março e abril de 2024. As entrevistas foram direcionadas em 4 questões centrais, que, segundo Pinheiro (2016), indicam a precariedade ou não de uma área, que são: o perfil educacional; o perfil de renda média mensal; carência infraestrutural e a percepção da atuação pública local na resolução das problemáticas relatadas pelos moradores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as observações e entrevistas realizadas no bairro Fonte Boa, revela-se entre os entrevistados, majoritariamente, um baixo perfil educacional e de renda entre os moradores, uma vez que os indivíduos que possuem o ensino fundamental incompleto ou completo representam, respectivamente, cerca de 33,3% e 6,6% dos entrevistados, fazendo com que, aproximadamente, 40% dos entrevistados se situem entre aqueles que apenas possuem a conclusão ou inconclusão do ensino fundamental. Por outro lado, no que tange ao ensino médio incompleto ou completo, tem-se entre 26,6% e 20% dos moradores abordados, o que tais dados somados dão um perfil de 46,6% da população estando situadas, no máximo, até o ensino médio.

No tocante ao perfil de renda mensal, indivíduos que se situam na faixa entre menos de um salário mínimo ou um salário mínimo representam, respectivamente, 13,3% e 53,3%, que ao serem somados estas duas variáveis, conduzem ao resultado de que 66,6% dos entrevistados se encontram numa situação de possuírem, no máximo, apenas menos de um salário mínimo ou um salário mínimo. Além disso, os moradores do bairro Fonte Boa relataram uma série de precariedades infraestruturais como ausência de asfaltos, serviço adequado de água, oportunidades de empregos e segurança. Todavia, quando foram perguntados se observavam alguma mudança significativa, efetuada pela gestão municipal para resolução das problemáticas referidas, cerca de 93% dos entre-

vistados responderam que não enxergavam ações neste sentido.

Por outro lado, no bairro Novo Estrela, observa-se também um quadro de baixo grau de escolaridade e renda dos moradores, na medida que, somando os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou completo e os não concluintes do ensino médio, obtém-se cerca de 73,2% dos entrevistados possuindo esse grau de escolaridade. No que tange a renda mensal, os moradores que possuem entre menos de um salário mínimo ou um salário mínimo, representam, respectivamente, cerca de 13,3% e 60%. Já os entrevistados que relataram ter uma renda mensal acima de um salário, como aqueles que declararam receber dois salários ou três salários, estes representam apenas 13,3% e 6,6%, que mesmo somados, dão uma baixa proporção de 19,9% dos entrevistados obtendo uma renda mensal um pouco acima de um salário mínimo. Com efeito, quando perguntados quais eram as principais precariedades urbanas, também um quadro não destoante do bairro Fonte Boa se revelou, posto que os moradores do bairro Novo Estrela relataram a ausência de serviços adequados de asfaltos, água, escola, saúde e saneamento. Por conseguinte, quando responderam se enxergavam alguma mudança realizada pela gestão municipal para resolver tais problemáticas, 67% dos entrevistados responderam que não observavam tais atuações da gestão municipal.

Por fim, no bairro Pantanal, no que concerne ao perfil de escolaridade, somando a porcentagem de moradores que possuem apenas fundamental incompleto, completo ou ensino médio incompleto, chega-se à expressiva porcentagem de 79,9% dos entrevistados com esse grau de escolaridade. No perfil de renda mensal, entre os que recebem apenas menos de um salário mínimo ou um salário mínimo, estes representam entre 6,6% e 60% dos entrevistados. Ademais, os mesmos moradores relataram também a ausência de serviços adequados de escola, praça pública, transporte urbano, fácil disponibilidade de farmácias e asfaltos. No entanto, quando perguntados se observavam alguma mudança advinda pela gestão municipal para resolver essas precariedades, cerca de 79% dos entrevistados responderam que não.

CONCLUSÃO

Neste sentido, diante das observações e entrevistas efetuadas nos bairros do Fonte Boa, Novo Estrela e Pantanal, bairros estes que tiveram uma recente expansão urbana, observa-se que estas localidades podem ser qualifi-

cadadas pela expressiva e profunda precariedade urbana, uma vez que revelaram um perfil populacional composto por, majoritariamente, habitantes de baixo grau de escolaridade e renda mensal. Além disso, nestas mesmas localidades, verificou-se um cenário de profunda precariedade de infraestrutura urbana e de atenção da gestão pública local na resolução dessas problemáticas.

Em razão disso que, diante dessa precária realidade de expansão urbana que vem acontecendo em Castanhal, advém um ponto a questionar: para quê e para quem a cidade de Castanhal é uma “cidade modelo”? Posto que esta representação, ao aludir para um imaginário de que o desenvolvimento que ocorre é para todos, o mesmo desenvolvimento e progresso propagado não se verifica estando presente aos agentes de bairros afastados do centro da cidade.

Assim, esta situação permite concluir que, ainda que Castanhal venha sustentando por décadas que é uma “cidade modelo” de desenvolvimento e progresso para todos seus habitantes, o que está representação parece se tratar é muito mais, nos termos de Santos (2006), de uma “fábula” que busca confundir e esconder a “perversidade” contida no modelo de desenvolvimento socioespacial e expansão urbana da cidade. Esta perversidade, escondida por tal representação fabulosa de “cidade modelo”, é aquela que configura para um cenário em que o desenvolvimento socioespacial que Castanhal vem demonstrando, desde 1960, concerne para uma dinâmica de (re) produção de benefícios restritos socialmente e segmentado espacialmente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Osimar da Silva. **A “cidade modelo”: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987)**. Orientador: Antônio Maurício Dias da Costa. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A Zona Bragantina no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXIII, no 3, 1961.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **GEOUSP(Online)**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 115 – 129, jan./abr. 2016.

PINHEIRO, A. C. L. Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (editores). **Caracterização e de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_conten. Acesso em: 10/02/2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: contexto, 2012.

INTERFACES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NA CIDADE DE IGARAPÉ-AÇU/PA

Maria Eduarda Noronha Moreira

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Formação: Acadêmica de Geografia

Mariaen.moreira@aluno.uepa.br

Henrique Pinto Ribeiro

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Formação: Acadêmico de Geografia

Henryribeiro20@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de colonização compreende distintas facetas no que tange ao território brasileiro. Ao mesmo tempo, na realidade amazônida paraense, esse processo contém distintos momentos e especificidades, que historicamente originam lógicas de uso e ocupações próximas aos leitos de rios (rio-várzea-floresta) (Porto-Gonçalves, 2001), nas proximidades da estrada de ferro Bragança (cidade-estrada-colônia), e, posteriormente, mediante ao afincio da ocupação na Amazônia, com destaque para as rodovias federais e estaduais (padrão rodovia-cidade-colônia) (Miranda, 2012).

Diante disso, Igarapé-Açu desempenhou papéis significativos como colônia agrícola no período da estrada de ferro Bragança (Miranda, 2012), no estado do Pará. No entanto, atualmente tem-se outros padrões ligados aos eixos rodoviários, modal que dinamiza os espaços urbanos, relações e modos de vida, onde os fluxos foram reconfigurados, dando lugar a outras tipologias de produções espaciais devido à modernidade capitalista. Os processos de territorialização da ferrovia e das rodovias constituíram-se em reorganizações do espaço geográfico, impulsionando contradições no contexto da expansão agrária local, que são voltadas para conexões com cidades médias e grandes (Castro, 2022).

Assim, este trabalho aborda a produção do espaço urbano a partir da agricultura familiar, com ênfase na realidade da cidade de Igarapé-Açu/Pa. No referencial empírico, destacam-se atividades econômicas desenvolvidas antes e após a inserção das rodovias, que se vinculam à lógica de trabalho assalariado e ao tempo do capital, logo, modificando formas de ocupação e uso

do espaço; como foi constatado na pesquisa à despeito da produção agrícola em Igarapé-Açu.

De acordo com o censo demográfico proposto pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), em 2010, a população rural de Igarapé-Açu estava estimada em 14.680 habitantes e a população urbana era de 21.207. Atualmente, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022), o município de Igarapé-Açu possui uma população de 35.797 habitantes, havendo aumento na malha urbana. O desenvolvimento da agricultura e de outros empreendimentos acarretou na continuada mudança na paisagem local, devido à abertura de novas estradas e vicinais, em que a viabilidade dos fluxos de mercadoria, pessoas e informações, através desses eixos, facilitou exponencialmente a relação entre campo e cidade, impulsionando outras lógicas de produção mercadológica e outros hábitos/costumes.

Nesse contexto, o manejo de alimentos pelas agriculturas familiares tradicionais, que são caracterizadas por produções de pequenas culturas temporárias, fora um dos sistemas mais afetados desde a chegada de agentes exógenos. No caso da cidade de Igarapé-Açu, os monocultivos do dendê afetam as produções dos agricultores de alimentos saudáveis e diversificados, remodelando indiretamente a qualidade dos alimentos, quantidade e preços de custo e venda.

OBJETIVO (S)

O objetivo do trabalho é compreender a importância e os principais empasses da produção familiar frente às monoculturas desenvolvidas no município e na cidade de Igarapé-Açu/PA. Destaca-se a agricultura familiar como essencial para entender os conteúdos socioespaciais da cidade de Igarapé-Açu, principalmente pela permanência de práticas agrícolas tradicionais e dos “frutos” da mesma para a sociedade local.

MATERIAL E MÉTODOS

Dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente trabalho, tem-se em primeiro lugar revisões bibliográficas sobre a cidade de Igarapé-Açu/PA, sua história e formação espacial; no segundo momento, a pesquisa pautou-se na análise de algumas das comunidades responsáveis pela produção agrícola na cidade, sendo elas: km 16 (São Luizinho), km 6 (Porto Seguro) e Boa Esperança, nas quais foram feitas entrevistas semies-

truturadas com 5 agricultores; e por fim, a análise de dados secundários de institutos nacionais oficiais.

Para a tomada de compreensão acerca da realidade histórica e geográfica de Igarapé-Açu, foram consultados Castro (2022), o qual explana sobre o percurso histórico do nordeste paraense com ênfase na hierarquia da produção do seu espaço costeiro. Também foi revisado Miranda (2012), que se debruça no debate sobre a colonização de antigas colônias agrárias da Amazônia. E, por fim, Hayden e França (2013) que corroboram para a compreensão acerca da produção espacial mais recente de Igarapé-Açu.

O intuito das entrevistas semiestruturadas consistiu em compreender a lógica de produção, pluralidade dos alimentos produzidos, formas de manejo e destinação da produção local. O período da pesquisa deu-se entre os meses de outubro e novembro do ano de 2024. No percurso para ambas as comunidades, notou-se uma ampla área destinadas às monoculturas do dendê (cultura permanente), bem como amplas áreas de pastagem. Já nas comunidades, destaca-se a diversidade de vegetação e de animais, com a presença marcante de culturas temporárias (e.g. maracujá, mandioca, mamão, milho e hortaliças) e um modo de vida associado à agroecologia e ao tempo social da floresta e dos rios/igarapés.

Ao total, foram 5 os entrevistados nas comunidades supracitadas, ambos tinham idade média entre 41-50 anos, sendo esse o mesmo período em que vivem em Igarapé-Açu. Os mesmos reforçam a dura realidade da agricultura familiar, a qual não conta com subsídios financeiros e maquinários da sede municipal para as suas atividades. Essas 3 comunidades, através de suas produções, interagem diretamente com o comércio (feiras e redes de mercados) da cidade e, também, com feiras da cidade de Castanhal e Belém, difundindo relações e modos de vida no espaço urbano que referenciam uma Amazônia que se distância do agronegócio e da racionalidade do grande capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os séculos XIX e XX, a estrada de ferro de Bragança juntamente com o surgimento de povoados e vilas agrícolas estabeleceu a base socioeconômica para a formação e desenvolvimento da municipalização paraense (Tavares, 2008), implicando o surgimento do município de Igarapé-Açu, no ano de 1905. O referido município teve sua fundação em 06 de outubro de 1906, durante o governo de Augusto Montenegro. Desde os períodos supracitados, enfatiza-se a agricultura familiar como responsável pelo processo de

desenvolvimento econômico e da sede municipal, a cidade de Igarapé-Açu, a partir de propriedades pequenas e que, gradativamente, em função do impulso agrícola, produziu o aumento espacial da produção na cidade e no campo (Hayden e França, 2013).

Assim, tornou-se possível notar que houve mudanças significativas no cenário do trabalho local nos últimos anos, devido a lógica capitalista de produção, com destaque, tem-se a privatização das terras, migração do campo para a cidade e o aumento dos vínculos empregativos nas indústrias. A expansão do agronegócio inibe gradativamente a produção de alimentos mais acessíveis, saudáveis e sustentáveis, tais como os da agricultura familiar (Porto-Gonçalves, 2004), sendo alguns desses alimentos: macaxeira/farinha, hortaliças, maracujá, mamão, milho e açaí. Ambos os entrevistados reforçam o debate de que a agricultura familiar em Igarapé-Açu é resistência frente à sociedade moderna.

“a gente é resistência! ... a gente sobrevive disso aqui rapaz, sou eu e quatro irmãos, vivemos aqui anos e anos. [...] olha esse daí, é meu filho! Já coloquei ele pra me ajudar na roça, mas ele não deu conta. Esses jovens de hoje, não sabem o que é trabalhar na roça. Não sabem a importância... daqui uns anos tu não vai mais achar isso aqui [agricultura familiar]”. (Participante 1, agricultor, 41 anos. Entrevista realizada em outubro de 2024. Grifo nosso).

Os alimentos saudáveis, cultura e bem-estar social são diretamente afetados pela lógica capitalista de produção, onde há criação de necessidades para que a mão-de-obra se vincule aos empreendimentos industriais. Segundo os entrevistados, a renda do trabalho na agricultura familiar é considerada variável, podendo ser entendida como uma “montanha-russa”. O mercado e as indústrias remodelam a realidade de produção agrícola familiar, criando margens para o trabalho assalariado; além, é claro, de outras formas de dificuldades como o acesso à materiais e maquinários para a limpeza da terra, plantação e colheita.

A atuação da agricultura nas comunidades anteriormente referidas demonstra a preocupação não apenas com a permanência e importância da agricultura familiar para Igarapé-Açu, mas, também, a preocupação ao que tange a permanência das matas ciliares, rios/igarapés e florestas. Logo, podemos destacar o debate sobre a sustentabilidade em ambos os cenários. De um lado, temos a produção familiar, e, do outro, a produção industrial, onde pode-se elencar inicialmente dois pontos antagônicos, sendo um deles com o grau de impacto ambiental e o outro de retorno para a sociedade local, no sentido da produção do espaço da cidade associado à segurança alimentar, maior sustentabilidade e proximidade da cultura e do modo de vida regional amazônico.

CONCLUSÃO

Historicamente, o que foi importante acervo de movimentos culturais e socioeconômicos, por meio dos esforços de comunidade agrícolas tradicionais, na atualidade, tem tido sua importância prática relativizada, devido à modernidade neocolonial que atua para o destaque dos monocultivos. Essa lógica é a principal degradante dos conhecimentos tradicionais amazônicos e da biodiversidade. Assim, a relação entre a cidade e o campo, por meio dos padrões ligados aos eixos rodoviários, obteve maior dinamização dos fluxos espaciais e das relações socioespaciais associadas ao capital. As comunidades tradicionais locais, nesse contexto, resistem a atuação predatória dos latifúndios e das monoculturas, e suas atividades agrícolas servem como subsídio para subsistência e, igualmente, para o abastecimento da cidade com alimentos, difundindo, também, um outro tipo de urbanidade amazônica.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira. **Da costa ao continente: Dinâmicas Econômicas e o Transporte na Amazônia**. Geoconexões, v. 2, n. 14, p. 67-87, 2022.

DAMIANI, Amélia Luisa. **O lugar e a produção do cotidiano**. Novos caminhos da geografia, 1999.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). – Brasil, Pará, 2010. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Igarape-Acu.pdf> Acesso em: 12/02/2025.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. Editora Contexto, 2001.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAYDEN, Diego Andrews; DE FRANÇA, Carmena Ferreira. **DINÂMICA DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU, PARÁ, ENTRE 1989 E 2008**. Perspectiva Geográfica, v. 8, n. 9, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). – Brasil, IBGE cidades, censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-acu/panorama> Acesso em: 09/02/2025.

MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**. Revista de Geografia Agrária, v. 7, n. 14, p. 1-36, 2012.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2008.

OS AGENTES ESPACIAIS PRESENTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PARAUPEBAS/PA

Camila Garcia Nascimento de Souza

Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Licenciatura e Bacharelado em Geografia
cammylla@unifesspa.edu.br

Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza

Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Licenciatura e Bacharelado em Geografia
marcussouza@unifesspa.edu.br

José Evilázio de Brito Nunes Neto

Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Licenciatura e Bacharelado em Geografia
j_netto_nunes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano é um processo complexo e intencionalmente ligado aos interesses dos agentes sociais que o produzem e o moldam; o proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 1989).

O processo de urbanização da cidade de Parauapebas/PA está intrinsecamente relacionado com o contexto de urbanização da região amazônica, sobretudo com as políticas públicas direcionadas para a integração econômica da Amazônia Oriental em âmbito nacional devido a descoberta da Serra dos Carajás em 1967. Assim, a cidade se constituiu em um relevante centro de atração populacional e comercial no Sudeste Paraense.

É importante reiterar que essas considerações são indispensáveis para compreender os processos, as formas, as dinâmicas, os movimentos e os conteúdos que dão origem a formação socioespacial da cidade em estudo. Esses processos impõem usos no solo urbano de maneira muito diferenciada, principalmente com os grandes fluxos de capitais oriundos da indústria mineral.

A partir dos conceitos dos agentes sociais que produzem o espaço urbano de Corrêa (1989), é importante notar que a materialização da cidade de Parauapebas é o reflexo das relações desses agentes que acabam por influir

nas dinâmicas que transformam as paisagens urbanas e direcionam problemáticas como a especulação imobiliária, a criação de novas centralidades, a favelização e a segregação socioespacial.

OBJETIVO(S)

O espaço urbano pode ser definido a partir das ações dos agentes sociais ao longo do tempo, sendo estas condições, meio e produto das dinâmicas favoráveis à reprodução do capital e a organização espacial. Nesse sentido, objetiva-se apresentar os agentes produtores do espaço urbano de Parauapebas e as relações que permeiam entre eles como um conjunto de ações determinantes para o processo de organização e estruturação da cidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Em se tratando de questões teórico-metodológicas, buscou-se primeiramente realizar leituras de autores da geografia urbana como Roberto Lobato Corrêa (1989) e Ana Fani Alessandri Carlos (2011), na perspectiva de compreender teoricamente a atuação dos agentes produtores do espaço urbano em Parauapebas. Posteriormente foram utilizados dados secundários a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Plano Diretor de Parauapebas, bem como de sites de instituições públicas. Tais dados foram necessários para entender as dinâmicas socioespaciais ocorridas em na cidade desde o início do seu processo de constituição urbana. Em seguida houve a realização de trabalho de campo para observações qualitativas e levantamento de registro fotográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Carlos (2011, p. 62 e 63), para melhor compreensão do espaço urbano é necessário “[...] concebê-lo como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade”.

Para Corrêa (1989), o espaço urbano pode ser compreendido por meio de diferentes fragmentações, sejam elas temporais, espaciais ou culturais, sendo articuladas por fluxos informacionais, populacionais, de mercadorias, serviços e etc., materializadas como um reflexo social e representativo de um campo de lutas e interesses.

A produção do espaço urbano é realizada por um grupo de cinco agentes sociais distintos em consonância com os seus interesses. Dessa maneira,

a partir das suas atividades concretas materializadas ao longo do tempo, o espaço é apropriado e transformado pelos agentes sociais que nele habitam (Corrêa, 1989). Sabe-se que a atuação desses agentes no espaço urbano é complexa, sobretudo pelas ações advindas das relações do modo de produção capitalista.

Dentro desse cenário, os principais agentes sociais que atuaram e ainda atuam na produção do espaço urbano de Parauapebas são:

- **Os proprietários dos meios de produção**

De acordo com Corrêa (1995), esses agentes, representados pelos donos das indústrias e dos comércios, são os maiores consumidores do espaço devido à infraestrutura direcionada para suas atividades. No contexto da atividade mineral em Parauapebas, diferentes atividades de comércios e serviços são associadas aos proprietários dos meios de produção, os donos da indústria de mineração, as grandes empresas terceirizadas, as redes de hotelaria e transportes e, mesmo que indiretamente, as atividades terciárias de menor expressão comercial.

Com a inserção da indústria mineral na Serra dos Carajás, os proprietários dos meios de produção se tornaram os agentes responsáveis pela atração de investimentos e infraestrutura de grande porte antes mesmo da emancipação da cidade. Também motivaram fluxos migratórios, a instalação de empreendimentos ligados a grupos econômicos de grandes redes atacadistas e varejistas, shopping center, lojas de departamentos, loteamentos e condomínios fechados e a periferização e segregação socioespacial.

- **Os proprietários fundiários**

São os agentes sociais que sempre buscam meios de tornar o uso do solo o mais rentável possível. Para esses agentes, a prioridade está na troca e na substituição da terra agrícola por terra urbana, o que favorece a chegada de um conjunto de infraestruturas, como arruamentos, asfaltamento, iluminação, espaços de lazer, hospitais, escolas, agências bancárias, comércios e serviços diversos e a considerável expansão e valorização do solo urbano.

Dessa forma, no contexto inicial de organização espacial de Parauapebas, a paisagem era formada por grandes fazendas e pequenos povoados, no entanto, com a exploração mineral em Carajás e o conjunto de infraestruturas demandados por esse grande empreendimento, o fluxo populacional aumentou repentinamente e as áreas rurais foram convertidas em áreas urbanas, além do fortalecimento do mercado imobiliário por meio de loteamentos de

alto padrão, com a morfologia do terreno favorável, contemplação da natureza privilegiada, entre outros, e loteamentos com edificações populares e infraestrutura mínima.

- **Os promotores imobiliários**

O espaço urbano é fragmentado por ser organizado por diferentes tipos de usos, a saber, residenciais, comerciais, industriais, de lazer, etc. Essas áreas são articuladas por meio dos fluxos de capitais, mercadorias, transportes, informações, entre outros. Tais ações e dinâmicas modelam e favorecem novas configurações nas paisagens urbanas (Corrêa, 1989).

Na lógica de atuação desses agentes sociais há fortes associações com o capital financeiro, por meio do financiamento e comercialização de imóveis, da idealização de grandes loteamentos, condomínios e empreendimentos que possibilitem maior atração de investimentos públicos e privados para a manutenção das dinâmicas imobiliárias.

O setor imobiliário em Parauapebas tem influído na expansão urbana com a comercialização e o financiamento de lotes e residências. O Residencial Cidade Jardim, por exemplo, é um loteamento planejado do grupo imobiliário Buriti, com bairros residenciais e comerciais, localizado às margens das rodovias PA-160 e PA-275. As vendas dos primeiros lotes foram em 2013 e, atualmente, é o maior empreendimento imobiliário da cidade com mais de 21 mil lotes.

- **O Estado**

De acordo com Corrêa (1989), o Estado é o agente produtor do espaço urbano que desempenha papéis diversificados e atua de forma direta e indireta na organização espacial das cidades, mediante a criação de leis de uso do solo, de políticas públicas sociais e de investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos.

Nesse sentido, o Estado é o agente que mais dinamiza, estrutura e reestrutura a produção do espaço, principalmente por possuir o poder de decisão, de regularização e administração das diferentes formas de uso e de ocupação do solo urbano.

Nesse cenário, o Estado é um dos principais agentes que promoveu estruturas físicas, políticas e econômicas para a produção espacial de Parauapebas. Esteve pautado em diferentes atores sociais com o propósito de integração e desenvolvimento regional, o que influenciou diretamente todo o contexto histórico da produção urbana no Sudeste Paraense e da cidade em estudo.

- **Os grupos sociais excluídos**

Diante do processo de produção urbana, as discrepâncias evidenciadas pelo sistema capitalista são verificadas observando-se o consumo do espaço e dos bens e serviços disponíveis na sociedade. No entanto, é perceptível que os atores sociais com maior poder aquisitivo são alocados em áreas residenciais com suporte de infraestrutura adequada para as suas necessidades. Por outro lado, os grupos sociais excluídos são levados a ocupações irregulares, nas encostas, às margens dos rios e em condições insalubres.

Ao longo da organização espacial de Parauapebas, os grupos sociais excluídos participaram de diversas formas da produção do espaço urbano. Desde o surgimento dos primeiros povoados às margens do Igarapé Ilha do Coco, até as dinâmicas atuais de expansão urbana. Assim, o intenso processo de migração diante da atividade mineral em Parauapebas provocou o crescimento desordenado do espaço urbano e modificou a paisagem da cidade com a formação de novos bairros.

CONCLUSÃO

Os agentes produtores do espaço urbano de Parauapebas configuram todas as dimensões socioespaciais, desde as áreas centrais, industriais, até as áreas residenciais. Fica evidente que os agentes sociais definidos por Corrêa (1989) mobilizam um conjunto de forças que direcionam a localização de determinadas atividades de comércio e serviços, bem como o uso e a apropriação do solo urbano a partir dos fluxos de capitais e do deslocamento dos indivíduos dentro desse espaço.

Ao longo da produção urbana de Parauapebas, os agentes produtores do espaço, são diretamente responsáveis pela complexidade de relações materializadas no decorrer das continuidades e descontinuidades da acumulação do capital e dos conflitos de classes que dele despontam (Corrêa, 1989).

REFERÊNCIAS

CARLOS. Ana Fani A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS. Ana Fani A; SOUZA. Marcelo. Lopes de; SPOSITO. Maria da Encarnação Beltrão. (org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

O TEMPO SEQUESTRADO: O IMPACTO DA INEFICIÊNCIA DO TRANSPORTE PÚBLICO NA ROTINA ACADÊMICA DA UFPA

Paulo Henrique Das Graças Barros

Universidade Federal do Pará
Graduação em Geografia
phbarros1117@gmail.com

Moisés Amaro Silva

Universidade Federal do Pará
Graduação em Geografia
pn045641@gmail.com

Gustavo Henrique Viana de Lira

Universidade Federal do Pará
Graduação em Geografia
glira5300@gmail.com

INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior ultrapassa a barreira do ingresso por meio do vestibular, envolve também desafios relacionados à permanência dos discentes, entre eles, destaca-se a precariedade do transporte público coletivo (TPC) que impacta diretamente a rotina dos alunos. Neste trabalho utilizamos como exemplo o acesso dos estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), que dispõem de diversas linhas de ônibus para atender sua necessidade, contudo, o serviço apresenta precariedade e constantemente sofre reclamações dos alunos.

Além disso, os estudantes enfrentam um dos principais obstáculos relacionados ao TPC: O “sequestro” significativo de boa parte do tempo, seja pela espera prolongada dos transportes que sofrem atrasos, seja pelas condições enfrentadas até o ponto de embarque. Esses fatores acabam por comprometer a rotina acadêmica, necessitando assim de uma análise mais detalhada sobre o impacto da qualidade do transporte público na vida universitária.

OBJETIVO(S)

Este artigo tem como objetivo analisar a eficiência do transporte público que atende à UFPA, avaliando o tempo de espera e deslocamento dos estudantes até o campus. Além disso, busca-se compreender os impactos dessa realidade na permanência universitária e fomentar um debate sobre

a qualidade do TPC na Região Metropolitana de Belém (RMB), e como um objetivo geral é utilizar desta primeira pesquisa para consultar a viabilidade de uma pesquisa mais aprofundada.

MATERIAL E MÉTODOS

Como método temos a observação do fluxo de ônibus no Terminal da UFPA e a coleta de dados através de uma pesquisa qualitativa em formato de questionário com 16 perguntas aplicadas e espaço para comentário livre do Terminal de ônibus da UFPA campus Guamá, coletando relatos de 14 estudantes, os dados obtidos foram apurados e comparados com os resultados de outras pesquisas que analisaram o contexto mais amplo da cidade de Belém, permitindo a adequação da análise à realidade da Universidade.

Os resultados obtidos são apresentados em tabelas comparativas ao longo do trabalho, acompanhado da pesquisa bibliográfica no que tange às referências teóricas para criação de uma base teórica concreta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Santos (2012) a dificuldade de conciliar o direito de viver com as horas perdidas no transporte evidencia que a mobilidade urbana não é um privilégio, mas um direito. Dilema este, que afeta diretamente os estudantes que dependem do transporte público coletivo para acesso ao ensino, pois, vindo de lugares distantes, esta acaba sendo sua única opção de deslocamento.

O campus principal de Belém encontra-se em uma área distante dentro da própria cidade, o que dificulta o acesso, estando longe das principais avenidas da cidade e da maioria das linhas que atendem o centro. Impactando de forma direta os estudantes vindos da Região Metropolitana de Belém (RMB), que está em crescimento, com cidades como Ananindeua passando por um processo de expansão, conforme destaque por Aiala Colares:

É muito caro morar em Belém, que é uma das cidades com o metro quadrado entre os mais elevados do Brasil. Existe uma classe média que se desloca para Ananindeua, e isso contribui para que aos poucos a cidade vá ganhando mais autonomia em relação às determinadas necessidades da população. (2021)

Com este movimento de expansão, a quantidade de discentes que se deslocam da RMB para a UFPA aumentando a demanda pelo transporte público, especialmente de cidades como Ananindeua, Marituba e Benevides. Além disso, a própria capital se expande em suas áreas periféricas, exigindo atenção para atender à necessidade de TPC.

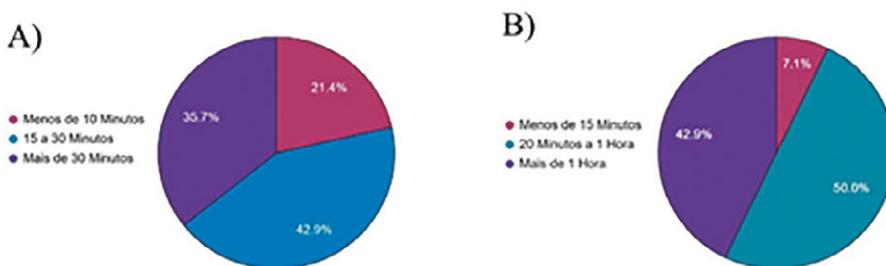
Essas regiões em expansão ainda não são devidamente atendidas, e quando são, acabam sofrendo com a limitação de veículos em circulação. As empresas justificam essa limitação pela baixa demanda de usuários, como apontado pelos mesmos, no ano de 1998 existiam 24 milhões de usuários mensalmente, e em 2022 eram apenas 12 milhões (Setransbel, 2022). Com isso, argumentam que torna-se inviável manter a quantidade e qualidade do transporte público belenense, contratando com a fala de Santos (2012, p.63) que aborda o mal planejamento do transporte público, pautado no lucro em vez das necessidades da população. Uma lógica mercadológica que cria discrepâncias dentro do TPC.

Podendo ser observado entre algumas linhas existentes, das que representam maior lucro para as de menor demanda, como: linhas como 316 (Guamá - Pte. Vargas) e 768 (Satélite - UFPA) possuem intervalos de 10 a 15 minutos, outras como 999 (Curuçambá - UFPA) e 914 (UFPA - Marituba) apresentam tempos de espera entre 30 e 40 minutos, refletindo a diferença no serviço ofertado, enquanto, linhas que conectam ao centro recebem maior frequência, enquanto as linhas que atendem áreas periféricas permanecem desassistidas com a perpetuação do sistema mercadológico. Enquanto, a desigualdade no acesso como política pública é discutida por Gomide ao abordar:

A melhoria da oferta de serviços de transporte coletivo e das condições de acessibilidade urbana da população tem papel importante para a efetividade das políticas sociais, pois elas contribuem para o acesso das pessoas aos equipamentos básicos e para a igualdade de oportunidades (por exemplo, não adianta oferecer atendimento de saúde gratuito se uma pessoa não tem o transporte para chegar ao hospital). (2006)

Os discentes da UFPA enfrentam grandes períodos de espera no terminal, quando questionados sobre o tempo médio de espera pelo ônibus, indicaram aguardar mais de 20 minutos (Figura 1A), enquanto consideraram aceitável um tempo máximo de 10 minutos. E sobre o tempo de deslocamento de um ponto de ônibus até o outro, os estudantes relataram um tempo de espera de 20 a 30 minutos para regiões próximas, enquanto para localidades mais distantes como Ananindeua esse tempo ultrapassa 1 hora (Figura 1B), Porém, em casos extremos existem alunos que vêm de distritos como Mosqueiro, a mais de 80 km da capital, dependem do TPC sem alternativas de acesso direto à universidade, precisando pegar duas conduções e pagar duas passagens. A avaliação negativa dos usuários da Universidade junta-se ao restante da capital, conforme apontado por Kato (2016).

Figura 1: A) Expressa respectivamente com o tempo de espera pelos estudantes. B) Expressa respectivamente com o tempo de deslocamento.



Fonte: Autores 2025

Para além da espera dos ônibus, os usuários enfrentam a imprevisibilidade de seus horários, a falta ou pouca orientação dentro dos terminais, sem os itinerários de previsão de saída ou chegada dos ônibus. Diante disso, recorrem a alternativas como grupos de mensagens que compartilham a localização dos veículos ou aplicativos que estimam os horários. O consenso entre os usuários é a clara ineficiência do TPC, especialmente no terminal da UFPA, refletem um problema generalizado no que tange o transporte público da cidade, corroborando com Kato (2016) que identificou a insatisfação dos usuários de Belém quanto à regularidade das linhas.

CONCLUSÃO

O transporte público que atende a UFPA, mostra-se ineficiente diante da demanda, sobretudo as que atendem Região Metropolitana. Durante o dia, com o tempo excessivo de espera nos pontos e terminais, somando somados à lentidão no posicionamento e à insegurança dos horários oferecidos pelas empresas, tornam-se fatores desestimulantes para os discentes. Resultando no afastamento dos estudantes, uma vez que o tempo perdido no trajeto compromete sua rotina acadêmica. O crescente aumento populacional na RMB e o aumento proporcional das periferias da capital, exigem uma maior oferta de linhas e um serviço de qualidade. Contudo, no atual momento essa estrutura não se mostra preparada para o crescimento exponencial da capital e das cidades vizinhas.

REFERÊNCIAS

COLARES, A.; OLIVEIRA, D. Ananindeua: de ‘cidade dormitório’ ao pleno desenvolvimento. **O Liberal**, Belém, 29 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/ananindeua/ananindeua-de-cidade-dormitorio-ao-pleno-desenvolvimento-1.427511>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GOMIDE, A. de Á. (Ed.). **Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, v. 12, p. 242–249, fev. 2006.

KATO, R. B. Análise de percepção qualitativa do transporte público: um estudo de caso em Belém/PA. **Revista Eletrônica de Engenharia Civil**, v. 11, n. 2, p. 51-62, 21 mar. 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SETRANSBEL. **Comparativo: demanda de passageiros 1998-2022**. Belém, Pará: Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChFASK-6se3U/?igsh=MXRneDA0YXpzb2p4Ng%3D%3D>. Acesso em: 23 out. 2024.

RACISMO AMBIENTAL E O DIREITO À CIDADE NAS BAIXADAS DE BELÉM: DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

Elinaldo Silva Caldas

Universidade Federal do Pará- UFPA
Bel. Em ciência e tecnologia
elinaldo.caldas@ananindeua.ufpa.br

Izabel Nahum Dias

Universidade Federal do Pará- UFPA
Ma. em Geografia
Izabelnahumdias@gmail.com

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Universidade Federal do Pará- UFPA
Dr. em Geografia
jovenildo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (2001), representa a reivindicação dos indivíduos e coletivos por um ambiente urbano mais justo e acessível. No entanto, esse direito é sistematicamente negado em regiões periféricas, como as baixadas de Belém, onde a exclusão socioeconômica e a invisibilidade política são estruturais. O racismo ambiental se manifesta nessas regiões por meio das condições precárias de infraestrutura, saneamento deficiente e negligência do poder público. Conforme mostra Garcia et al., (2023) As mudanças climáticas amplificam os impactos socioambientais em áreas urbanas vulneráveis, agravando problemas como alagamentos frequentes e desigualdade no acesso a políticas de mitigação. A ausência de dados territorializados sobre essas questões dificulta a formulação de soluções eficazes. Nesse contexto, iniciativas como o Observatório das Baixadas emergem como estratégias para democratizar informações ambientais e fortalecer a resiliência das comunidades afetadas.

OBJETIVO(S)

O objetivo principal deste estudo é investigar as dinâmicas de exclusão e resistência nas baixadas de Belém, enfatizando a influência do racismo ambiental sobre o direito à cidade. O estudo também busca compreender a rela-

ção entre mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental, bem como o papel da disseminação de dados ambientais na adaptação comunitária.

MATERIAL E MÉTODOS

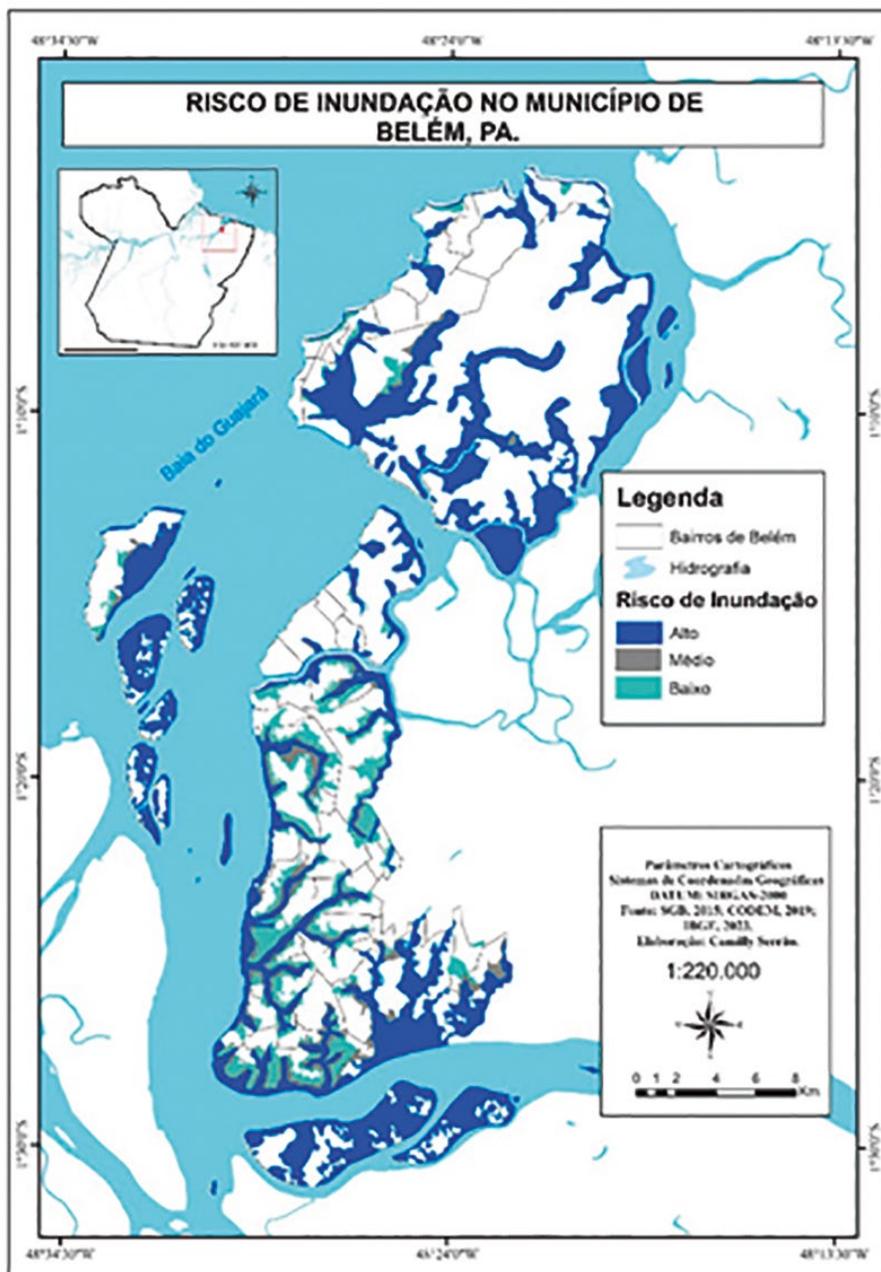
A pesquisa é qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de estudos e relatórios ambientais sobre os impactos das mudanças climáticas nas periferias amazônicas. A base teórica apoia-se nas contribuições de Lefebvre (2001) sobre o direito à cidade e Borges (2024) sobre racismo ambiental. Foram analisados dados de instituições como o Observatório das Baixadas e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de compreender a interação entre vulnerabilidade socioambiental, mudanças climáticas e acesso a informações ambientais. Busca-se refletir sobre os efeitos da exclusão do conhecimento ambiental e climático na perpetuação da vulnerabilidade nas baixadas de Belém, assim como o potencial das iniciativas comunitárias, a exemplo do Observatório das Baixadas, na construção de resiliência e fortalecimento da participação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As baixadas de Belém, historicamente negligenciadas, sofrem com infraestrutura precária, saneamento deficiente e alagamentos frequentes, evidenciando o racismo ambiental que afeta populações negras e periféricas (Borges, 2024). A urbanização privilegia áreas centrais, perpetuando desigualdades espaciais (Acsehrad, 2004).

O mapa 01 apresenta a distribuição do risco de inundação em Belém-PA, destacando a vulnerabilidade das planícies aluvionares, igarapés e rios a eventos extremos (Silva Junior, 2018).

Mapa 01: Distribuição do risco de inundação em Belém-PA.



Fonte: Autor, 2025.

As áreas de maior risco de inundação em Belém coincidem com territórios historicamente marginalizados, onde a ausência de políticas públi-

cas eficazes resulta em ocupações precárias, vulnerabilidade socioambiental e infraestrutura insuficiente para mitigar os impactos hidrometeorológicos (Silva Junior, 2018). Contudo, a interpretação dessas informações ainda é um desafio para grande parte da população, dada a complexidade dos mapas e a exclusão do conhecimento geoespacial, o que dificulta a resposta comunitária a enchentes (Branco et al., 2021).

O Observatório das Baixadas atua na democratização dos dados ambientais, tornando as informações mais acessíveis e incentivando a participação social na formulação de estratégias climáticas. Metodologias participativas, como cartografia social e mapeamento colaborativo, fortalecem a capacitação de lideranças locais para reivindicação de políticas públicas inclusivas (Do Nascimento Souza et al., 2024).

A resistência das comunidades também se manifesta por meio da mobilização comunitária e da educação ambiental, promovendo estratégias de resiliência territorial (Garcia et al., 2023). A articulação entre o Observatório e instituições como o INPE pode integrar dados científicos ao conhecimento empírico local, favorecendo uma gestão territorial mais participativa. Entretanto, desafios persistem na incorporação dessas iniciativas às políticas públicas, exigindo maior reconhecimento institucional e mecanismos que garantam a participação ativa das comunidades no planejamento urbano e ambiental.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que o racismo ambiental nas baixadas de Belém agrava desigualdades socioambientais, limitando o acesso das populações periféricas a políticas de mitigação e adaptação. No entanto, iniciativas como o Observatório das Baixadas fortalecem a resiliência comunitária ao democratizar informações ambientais e integrar metodologias participativas. Sua articulação com instituições científicas possibilita a conexão entre conhecimento técnico e saberes locais, aprimorando a gestão territorial. Assim, reforça-se a necessidade de políticas públicas que incorporem essas iniciativas nos processos decisórios, garantindo uma urbanização mais justa e sustentável para as populações vulneráveis de Belém.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 103-119, 2004.

BORGES, Samuel. S. **Estado, Corporações e Danos sociais: Racismo Ambiental e Dominações Sociais** [UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB, 2024].

DO NASCIMENTO SOUZA, Samara et al. **A geografia dos territórios negros: o uso da cartografia social como instrumento metodológico no mapeamento das territorialidades negras**. Revista da ANPEGE, v. 20, n. 42, 2024.

GARCIA, Matheus Cleber Melo; MIRANDA, Thales Barroso; PONTES, Louise Barbalho. **Planejamento da paisagem e justiça ambiental: uma análise da relação entre a urbanização, os corpos hídricos e a população negra na cidade de Macapá/AP-2023**.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

SILVA JÚNIOR, Antônio Rodrigues da. **Indicadores de vulnerabilidade, risco socioambiental e educação ambiental para prevenção e mitigação de desastre natural na bacia hidrográfica do Tucunduba, Belém-PA. 2018**. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10070>>. Acesso em: 25/02/2025

QUEIROZ, Bernardo Lanza; BARBIERI, Alisson F; CONFALONIERI, Ulisses E. **Mudanças climáticas, dinâmica demográfica e saúde: desafios para o planejamento e as políticas públicas no Brasil**. Revista Política e Planejamento Regional, v. 3, n. 1, p. 93-116, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br>. Acesso em: 14 fev. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS BAIXADAS. **Observatório das Baixadas**. Disponível em: <https://observatoriodasbaixadas.org/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIMAS, RUAS E ITINERÂNCIA: AS VOZES QUE TRANSFORMAM ÔNIBUS EM TERRITÓRIOS CULTURAIS NA METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

Rodrigo Solano Reis de Albuquerque

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Licenciatura Plena em Ciências Sociais (UEPA)
rodrigosalanoreisdeaa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas intrincadas malhas da metrópole de Belém do Pará, capital da Amazônia, os ônibus transcendem sua função utilitária para se tornarem palcos móveis de resistência e expressão cultural. Sob o título “Rimas, Ruas e Itinerância: As Vozes que Transformam Ônibus em Territórios Culturais na Metrópole da Amazônia”, este trabalho investiga como a cultura freestyle dos Rex’s MC’s — artistas que sobrevivem através de rimas improvisadas no transporte público — ressignifica espaços urbanos marcados por lógicas coloniais e neoliberais. Se, por um lado, Ferrari (2012) define Belém como uma cidade “fabrilizada”, estoque de mercadorias em trânsito, onde vias públicas se convertem em “esteiras rolantes” a serviço do capital, por outro, Lencioni (2017) reforça que a metrópole contemporânea é moldada pela hegemonia do capital imobiliário e financeiro, distanciando-se de demandas sociais. Nesse cenário, os ônibus emergem como territórios paradoxais: herdeiros de rotas escravocratas, como a antiga estrada de ferro Belém-Bragança (hoje BR-316), agora transformados em corredores de decolonialidade, onde vozes marginalizadas contestam invisibilidades estruturais. A prática dos Rex’s MC’s, que congregam cerca de 40 artistas na região metropolitana, não se limita à sobrevivência econômica ou ao entretenimento passageiro. Ela tensiona fronteiras simbólicas ao expor contradições de uma cidade que, enquanto se projeta como polo logístico, naturaliza a exclusão de corpos periféricos. Como apontam Celeguim e Roesler (2009), a figura do ambulante é reduzida ao estigma da “miséria” em um imaginário urbano blasé (SIMMEL, 1967), reforçando a aporofobia — aversão aos pobres — que se manifesta em gestos cotidianos: passageiros que escondem pertences, motoristas que negam acesso, ou a violência simbólica de quem enxerga arte como esmola. A isso soma-se o racismo ambiental (CARVALHO, 2018), que expõe esses artistas a riscos climáticos e sanitários, agravados pela precarização do espaço urbano.

Este estudo propõe, portanto, mapear como o freestyle desenha geografias de resistência em uma metrópole amazônica fragmentada. Ao articular análise histórica das rotas (da colonialidade à BR-316) com etnografias do cotidiano nos ônibus, busca-se compreender como corpos rimadores subvertem lógicas de opressão, transformando veículos em microssistemas culturais. Apesar das fissuras — desde a vulnerabilidade policial até mortes por doenças vinculadas à exclusão —, essas vozes insistem em ocupar, com poesia, as frestas de uma cidade que insiste em negar-lhes direito à vida.

OBJETIVO(S)

- Objetivo Geral: Analisar como o freestyle dos Rex's MC's transforma os ônibus de Belém do Pará em territórios culturais de resistência, ressignificando espaços urbanos marcados por exclusão socioambiental e lógicas coloniais e neoliberais.
- Objetivos Específicos:
 1. Contextualizar historicamente as rotas de transporte na região metropolitana de Belém, relacionando-as com as dinâmicas atuais de exclusão social e as práticas dos Rex's MC's.
 2. Investigar as condições de trabalho e os desafios enfrentados pelos Rex's MC's, incluindo aporofobia, racismo ambiental, estigmatização e vulnerabilidade policial.
 3. Explorar as dimensões simbólicas e culturais do freestyle nos ônibus, destacando seu papel na ressignificação do espaço urbano e na promoção do bem-estar dos(as) passageiros(as).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia é qualitativa e interdisciplinar, baseada na observação participante com uma abordagem sociopoética e decolonial. Os dados foram coletados por meio de diálogo e produção de imagens de MC's, incluindo o autor, que participa do movimento desde 2018 até o atual momento (e continua prosseguindo), também com revisão bibliográfica e documental, com pesquisa de campo etnográfica e entrevistas semiestruturadas. E, para complementar os dados, serão utilizadas imagens e hiperlinks que possam contemplar e auxiliar melhor no entendimento do que se aborda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que os ônibus da região me-

tropolitana de Belém do Pará, além de cumprirem sua função de transporte, transformam-se em territórios culturais onde os Rex's MC's praticam o freestyle como forma de resistência e sobrevivência. A análise histórica das rotas, como a transição da estrada de ferro Belém-Bragança para a BR-316, revela que esses espaços carregam heranças coloniais e escravocratas, hoje ressignificadas pela presença de agentes socioculturais marginalizados. Essa ressignificação, no entanto, ocorre em um contexto urbano marcado pela lógica das cidades "fabrilizadas" (FERRARI, 2012), onde o capital imobiliário e financeiro (LENCIOINI, 2017) prioriza o fluxo de mercadorias em detrimento do bem-estar humano. A prática do freestyle nos ônibus demonstra-se uma estratégia de sobrevivência para pelo menos 40 Rex's MC's, que enfrentam desafios como a aporofobia, o racismo ambiental (CARVALHO, 2018) e a estigmatização. A observação etnográfica e as entrevistas revelam que esses artistas são frequentemente vistos como "miseráveis" ou "perigosos" no imaginário urbano blasé (SIMMEL, 1967), o que se reflete em gestos como passageiros que escondem pertences ou motoristas que negam acesso aos ônibus. Apesar disso, os Rex's MC's conseguem criar momentos de conexão e bem-estar com os(as) passageiros(as), transformando os ônibus em espaços de expressão e decolonialidade.

A exposição ao calor extremo, à falta de arborização e a lixo a céu aberto, agravada pela crise climática, evidencia o racismo ambiental que afeta diretamente a saúde física e mental desses artistas. Dois casos de leucemia e óbito entre os Rex's MC's (ABREU, 2013) ilustram a gravidade dessas condições. Apesar dessas adversidades, o freestyle emerge como uma forma de resistência que desafia a invisibilidade e a marginalização, reivindicando o reconhecimento desses artistas como agentes culturais legítimos.

CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou que os ônibus da metrópole de Belém do Pará são mais do que meros veículos de transporte; são territórios culturais onde os Rex's MC's praticam o freestyle como forma de resistência, sobrevivência e ressignificação do espaço urbano. A análise histórica das rotas, como a BR-316, revelou como esses espaços carregam heranças coloniais que são hoje contestadas pela presença de vozes marginalizadas. A prática do freestyle nos ônibus, apesar de enfrentar desafios como a aporofobia, o racismo ambiental e a estigmatização, transforma esses espaços em palcos de expressão e decolonialidade, promovendo conexões humanas e bem-estar entre os(as)

passageiros(as). No entanto, a pesquisa também evidenciou as contradições de uma cidade “fabrilizada”, onde o capital imobiliário e financeiro prioriza o fluxo de mercadorias em detrimento das necessidades humanas. A exposição dos Rex’s MC’s a condições precárias de trabalho, como calor extremo e falta de infraestrutura urbana, agrava os riscos à sua saúde e sobrevivência, reforçando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e protejam esses agentes culturais. Em síntese, o freestyle nos ônibus de Belém é uma prática que transcende o entretenimento, tornando-se um ato político de resistência e reexistência em uma metrópole marcada por desigualdades estruturais. Este estudo reforça a importância de olhar para essas vozes marginalizadas não como meros sujeitos de exclusão, mas como protagonistas de uma transformação cultural que ressignifica o espaço urbano e desafia as lógicas de opressão. Futuras pesquisas poderiam aprofundar a discussão sobre políticas públicas e ações coletivas que garantam o reconhecimento e a proteção desses artistas, promovendo uma cidade mais inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. **Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos.** Opinião Jurídica, Medellín, Año12,Nº. 24,p.175-193,jul./dic.2013.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. **Racismo ambiental: uma introdução conceitual e histórica.** Revista USP, São Paulo, n. 117, p. 11-22, mar./maio 2018.

CELEGUIM, Cristiane R. Jorge; ROESLER, Heloísa M. Kiehl Noronha. **A invisibilidade social no âmbito do trabalho.** Revista Interação, São Paulo, ano III, n. 1, 1º semestre de 2009. ISSN 1981-2183.

FERRARI, Terezinha. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação.** São Paulo: Coletivo Editorial, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental.** In: Velho, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOÃO, BARCARENA-PA

Jonatas Costa Cavalcante

Universidade do Estado do Pará
Graduando de Licenciatura Plena em Geografia
jonatas.c.cavalcante@aluno.uepa.br

Darsayewen dos Santos Farias

Universidade do Estado do Pará
Graduando de Licenciatura Plena em Geografia
darsayewen.farias@aluno.uepa.br

Izabelle Silva de Lima

Universidade do Estado do Pará
Graduanda de Licenciatura Plena em Geografia
izabelle.sdlima@aluno.uepa.br

INTRODUÇÃO

A cidade de Barcarena, localizada na região metropolitana de Belém no estado do Pará, tem passado por intensas transformações socioespaciais devido à instalação de grandes empreendimentos industriais, como a Imerys Rio Capim Caulim e a Norsk Hydro. Santos (1995) destaca que o espaço vai adquirir sua importância a partir do momento em que ele é transformado e recebe as intervenções das “grandes coisas artificiais”. As “coisas artificiais”, nesse caso, as indústrias, estão localizadas no espaço de forma que se crie uma nova organização territorial, sendo resultado de uma produção histórica realizada pelo homem. Essas indústrias, voltadas principalmente para a mineração e o processamento de minérios, reconfiguraram o espaço urbano e periurbano de Barcarena, gerando impactos nas comunidades locais. A comunidade Ilha São João está localizada às margens do rio Dendê (Figura 1), próximo ao bairro Vila do Conde, é um exemplo dos conflitos socioespaciais e ambientais decorrentes desse processo.

Figura 1: Comunidade Ilha São João



Fonte: autores (2024)

A região foi profundamente transformada pelo crescimento industrial, que trouxe consigo a degradação ambiental, a contaminação de recursos naturais e a precarização das condições de vida da população local. A comunidade Ilha de São João, que historicamente dependia dos recursos naturais para sua subsistência, viu seu modo de vida tradicional ser ameaçado pela poluição do ar, da água e do solo. Além disso, a proximidade das indústrias com as áreas habitadas gerou conflitos socioespaciais, evidenciando a necessidade de uma análise crítica sobre o planejamento urbano e a gestão territorial na região.

OBJETIVO(S)

Este trabalho tem como objetivo colocar em pauta a análise dos impactos da industrialização na comunidade Ilha de São João, sob uma perspectiva sócio urbana. A pesquisa buscou compreender como a expansão industrial afetou a organização do espaço, a saúde pública e o modo de vida tradicional da comunidade, que depende dos recursos naturais para sua subsistência. Além disso, foram explorados os mecanismos de resistência e as reivindicações da comunidade frente aos danos causados pelas atividades industriais.

Além disso, este trabalho busca contribuir para o debate sobre os impactos da industrialização em comunidades ribeirinhas, destacando a importância de políticas públicas que promovam a justiça socioespacial e a susten-

tabilidade ambiental. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem interdisciplinar, integrando perspectivas da geografia urbana, da sociologia ambiental e dos estudos de impactos socioambientais.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de uma visita de campo à comunidade Ilha de São João, localizada nas coordenadas S 01°34'25.9" W 048°45'57.5", a 11 metros acima do nível do mar. A metodologia incluiu o uso de um navegador portátil GPSmap 62sc Garmin para georreferenciamento do local visitado, além de registros fotográficos e gravações de áudio para entrevistas com moradores locais. As entrevistas foram conduzidas com o consentimento prévio dos participantes, seguindo os princípios éticos da pesquisa.

A análise dos dados coletados buscou compreender as relações entre a organização do espaço urbano-industrial e os impactos socioespaciais e ambientais vivenciados pela comunidade. Foram utilizados também dados secundários, como relatórios ambientais e notícias sobre incidentes ocorridos na região, para contextualização da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade Ilha de São João está inserida em um contexto de intensa transformação espacial, marcada pela expansão industrial e pela reconfiguração do território. A presença de grandes empresas, como a Imerys, alterou significativamente a dinâmica socioespacial da região. A bacia de rejeitos da Imerys é um exemplo de como a infraestrutura industrial impacta o espaço urbano e periurbano. A proximidade da bacia com as residências da comunidade gerou uma série de problemas, como a contaminação do solo, da água e do ar, afetando diretamente a saúde e a qualidade de vida dos moradores.

A poluição do rio Dendê exemplifica os conflitos socioespaciais decorrentes da ocupação industrial. Durante as entrevistas, a líder da comunidade, dona Shirley, relatou que a água do rio está altamente contaminada, afetando não apenas o consumo direto, mas também a água dos poços utilizados pelas famílias. Casos de doenças de pele e problemas respiratórios foram frequentemente mencionados, evidenciando os impactos da degradação ambiental na saúde pública. Além disso, a poeira gerada pelos rejeitos minerais agrava os problemas respiratórios, especialmente entre crianças e idosos.

A comunidade também foi afetada por incidentes ambientais graves, como o naufrágio do navio Haidar, em 2015, que transportava cinco mil bois

e 700 toneladas de óleo (G1 PA, 2017). O acidente resultou no vazamento de óleo no Rio Pará, atingindo a comunidade Ilha de São João e agravando a contaminação do ambiente local. Os bois mortos, arrastados pela correnteza, chegaram ao rio da comunidade, causando um forte odor e aumentando a degradação ambiental.

Em 2021, outro incidente grave ocorreu na Imerys, quando uma explosão seguida de incêndio liberou uma fumaça tóxica que atingiu o distrito industrial Vila do Conde (G1 PA, 2021). A fumaça, contendo substâncias químicas, causou feridas expostas na pele e agravou problemas respiratórios de algumas pessoas da comunidade Ilha de São João. Dona Shirley, também relatou que os moradores não recebem assistência adequada das empresas responsáveis pelos incidentes ambientais. Segundo ela, as indenizações oferecidas são insuficientes e não cobrem os danos causados à saúde e ao meio ambiente. Este evento reforça a necessidade de uma análise sobre a localização das indústrias e sua relação com as áreas habitadas, destacando a importância do planejamento urbano e da gestão territorial para minimizar conflitos socioespaciais.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que a presença das indústrias e os incidentes ambientais transformaram a produção do espaço em Barcarena, alterando a paisagem e o cotidiano da região. A comunidade ribeirinha Ilha de São João enfrenta graves consequências decorrentes da expansão industrial em Barcarena. A reconfiguração do espaço urbano e da dinâmica socioespacial gerou conflitos socioespaciais, degradação ambiental e transformações no modo de vida tradicional da comunidade.

É fundamental que as empresas que causaram tais incidentes, adotem medidas mais eficazes para reduzir sua pegada ambiental e que as autoridades locais implementem políticas de planejamento urbano e gestão territorial que priorizem a sustentabilidade e a qualidade de vida das comunidades afetadas. Além disso, é essencial que as empresas assumam sua responsabilidade socioambiental, oferecendo indenizações justas e programas de reparação que incluam assistência médica, recuperação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário. A implementação de tecnologias mais limpas e a realização de projetos de recuperação ambiental são essenciais para garantir a sustentabilidade da região e a justiça socioespacial.

REFERÊNCIAS

G1. Naufrágio de navio com cinco mil bois vivos em Barcarena completa dois anos. G1 Pará, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/naufragio-de-navio-com-cinco-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa-dois-anos.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2025.

G1. Mineradora Imerys, que causou fumaça tóxica em Barcarena, no PA, atua sem licenciamento desde 2012, dizem deputados. G1 Pará, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2021/12/09/mineradora-imerys-que-causou-fumaca-toxica-em-barcarena-no-pa-atua-sem-licenciamento-desde-2012-dizem-deputados.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SANTOS, M. (1995). Os grandes projetos: sistemas de ação e dinâmica espacial. In E. Castro, E. A. F. Moura, & M. L. S. Maia (Eds.), **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço** (pp. 21-40). Belém: Editora Universitaria-UFPA

AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO EM BELÉM-PA E SEUS PROCESSOS SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Eduardo de Souza Costa

Universidade Federal do Pará
Discente do Curso de Geografia
Eduardo.souza@ifch.com.br

INTRODUÇÃO

A produção socioespacial urbana requer apontamentos e análises eficazes para entender e, talvez, intervir sobre a problemática que a estrutura social construiu no local. A Av. Augusto Montenegro tornou-se uma espacialidade que está envolvida em relações de poder escamoteadas da visão comum da sociedade, é necessário buscar meios de compreendê-la e elucidar de modo didático os processos sociais e espaciais de sua emergência e de seus bairros correspondentes. O objetivo central deste artigo converge como estes meandros da elucidação.

Segundo Santos (2008), a espacialidade está relacionada ao desenvolvimento geográfico ou geografação da sociedade. Portanto, o trabalho emprega este conceito a partir da observação histórica, haja vista que todo o procedimento de formação da avenida e sua plena urbanização será destaque também para analisar o objetivo final.

O espaço urbano da segunda légua de Belém se originou ainda no período da Belle Époque, a economia da borracha no início do século XX proporcionou ao Estado (o governador do Pará, Augusto Montenegro) produzir meios de modernizar o transporte e a interconexão do Nordeste paraense. A Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB) era o símbolo deste processo. O Ramal Pinheiro, uma das várias ramificações da ferrovia, conectou a légua Norte de Belém ao centro comercial pujante do Entroncamento (Cruz, 1955). Logo depois viria a ser a avenida Augusto Montenegro. A produção socioespacial, recentemente, transparece o conflito de poder entre o que é público e o que é privado. O Estado perde força, não exercendo políticas públicas dentro dos bairros circundantes e de características periféricas, ao contrário, o poder privado domina de forma intensiva.

OBJETIVO(S)

Pretende-se, de modo analítico, entender na prática como os conceitos produzidos pela obra do geógrafo Milton Santos funcionam. A paisagem, o espaço, os circuitos espaciais de produção e a espacialização serão impostas na ótica de Santos (2008), dentro de uma perspectiva qualitativa do processo de desenvolvimento histórico-geográfico da avenida. Dessa forma, o trabalho apresentado busca entender como e por que este sub-espaço de Belém constituiu-se na lógica de relações de poder entre o setor público e o setor privado.

MATERIAL E MÉTODOS

A construção do artigo foi realizada a partir de pesquisas documentais do Acervo Público da Biblioteca Arthur Vianna, buscando em jornais e imagens o espaço geográfico que hoje a avenida integra de modo normativo. Dessa forma, a utilização de tecnologias -como o QGIS, o Google Earth e o Google Street View- funcionaram para representar a produção socioespacial das territorialidades que serão analisadas de maneira qualitativa, e, com isso, a fundamentação descritiva dos fenômenos da avenida. Ademais, é utilizada a investigação bibliográfica e documentos de autores que pensaram e publicaram trabalhos sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço geográfico pode ser compreendido a partir dos fixos e fluxos, sistemas de objetos espaciais e sistemas de ações sociais sobre essas formas da paisagem (Santos, 2008). Dessa forma, os Circuitos Espaciais da Produção são formas espaciais e sociais de transitar a mercadoria entre a produção-distribuição-troca-consumo, constituindo, portanto, espacializações diferentes em cada instância (Santos, 2008). A EFBB, assim como o Ramal Pinheiro dentro desta lógica de produção espacial foram cruciais ao facilitar o escoamento da produção entre os lugares, expandindo o fluxo de produtos e mercadorias entre as duas partes da cidade e da região do Nordeste paraense (Mendes, 2018).

A funcionalidade do Ramal Pinheiro transformou os povoados e vilas que estavam sob sua influência, isto condicionou formações agrícolas importantes para fomentar o mercado de Belém, como: Campina de Icoaraci, Coqueiro e Tenoné (Mendes, 2018). No entanto, a paisagem reconfigurou-se aos moldes urbanos apenas no final da década de 1970, quando a urbanização chegara de maneira exponencial a partir da ociosidade da ferrovia e construção da avenida Augusto Montenegro, produção que estaria vinculada

à aceleração do transporte de mercadorias, dentro do sistema de distribuição e troca do Circuito Espacial.

Os bairros que circundam a Avenida após a década de 1980 se expandiram com a nova realidade do lugar, e residenciais começaram a condicionar a produção social dos cidadãos estabelecidos tanto no núcleo da avenida quanto nas delimitações periféricas, o fenômeno da verticalização oriundo do poder privado e imobiliário, e a concentração de conjuntos habitacionais erguidos pelo poder público aparentou florescer devido ao aumento populacional.

Houve pavimentação da via, instalação de vários semáforos, faixas de pedestres e a divisão das estradas para carros particulares e ônibus (Mendes, 2016). Desta maneira, Santos (2008) elucida a formação dessas configurações espaciais, assim como a sua reprodução social a partir da análise da paisagem. Segundo ele, as formas que compõe a paisagem denunciam as mudanças das relações sociais conforme o tempo histórico dos conteúdos que envolvem os objetos espaciais como, por exemplo, a Avenida aqui estudada.

Portanto, os elementos socioespaciais, para entender de maneira clara a relação de poder entre o público e o privado, produziram espacialidades muito específicas na paisagem entre 2000-2010. Porque, enquanto residenciais de alto padrão de consumo foram construídos e, após isso, o shopping center e os colégios particulares, o poder público exercia de forma tenaz a sua autoridade estatal (Mendes, 2016), configurando o que temos em vigência, representado na Figura 1.

Figura 1: As Territorialidades do Bairro do Parque Verde, Avenida Augusto Montenegro.



Fonte: Autor do Artigo

O capital privado proporcionou a criação de Enclaves Espaciais - conceito cunhado por Caldeira (2000) em um estudo sobre o mesmo fenômeno urbano na cidade de São Paulo - para intensificar e melhorar a segurança da população de classe média que estava pulsando, cuja principal característica é o alto poder de consumo, desta forma, separando eles da área urbana mais pobre e mais de-estruturada no que tange ao saneamento básico e, portanto, a segurança pública.

Em consequência disso, a avenida se especializou em formações privadas e nas simultaneidades dos *Circuitos Espaciais de Produção*, enquanto que os processos de periferização dos bairros continuam a ocorrer por meio da negligência do poder público. Vale ressaltar que a (re) produção dos *Circuitos* está vinculada ao desenvolvimento social e histórica da própria configuração da Avenida, por meio dos fixos e dos fluxos – os quais são as formas e as relações sociais, respectivamente, segundo (Santos, 2008) – que transformam a Avenida em uma dialética cotidiana de territorialidades.

Dessa forma, Castro (2000) explica de que maneira tais poderes, público e privado, entram em contato, pois as zonas que lutam por novas políticas distributivas e melhor qualidade de vida estabeleceram-se como “lugares opacos”, e os enclaves urbanos, que tentam sabotar os lugares opacos e suas tentativas de incrementar políticas no local, chamados de “lugares luminosos”. Os “lugares opacos”, ou seja, a periferia da Avenida, tenta estabelecer políticas públicas de eficiência nos lugares onde moram, enquanto os empreendimentos privados e a especulação imobiliária sabotam estas medidas para estabelecer o próprio poder.

CONCLUSÃO

As diversas territorialidades que constituem a avenida e que devem servir como palco para as lutas públicas da população para o aumento significativo da ação estatal são produtos e condições de novas transformações espaciais. Desse modo, a análise geográfica pode contribuir de maneira ampla para futuros (re) ordenamentos territoriais.

O modo que a estrutura espacial obteve alterações conforme o período histórico de Belém revela a questão da espacialidade, esse fato geográfico pôde ser compreendido através do pensamento geográfico desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos e também a partir da interpretação de outros trabalhos os quais buscaram uma investigação qualitativa deste subespaço urbano tão diverso. A teoria epistemológica produzida por esse autor é essencial para analisar e debater problemáticas que envolvem o espaço geográfico.

A dedicação em mostrar as desigualdades entre os bairros que foram produzidos a partir da avenida Augusto Montenegro nos revela a diversidade pulsante deste lugar. A territorialidade, a diversidade, as moradias, as ruas e a infraestrutura; são de suma importância ao analisar a questão urbana de Belém.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, T.; **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania** em São Paulo. São Paulo, SP. Editora 34/Edusp. 2000.

CASTRO, I.; **Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituição**. Rio de Janeiro, RJ. Bertrand Brasil. 2005.

CRUZ, E.; **A Estrada de Ferro de Bragança: Visão Social, Econômica e Política**. Belém, PA: SPVEA. 1955.

MENDES, L.; **Elementos Para Uma Geografia-Histórica da Av. Augusto Montenegro em Belém do Pará**. Belém, PA. p. 118-139. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). 2018.

SANTOS, M.; **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo, SP: Editora da USP. Sexta Edição. 2008.

INDICADORES DE SAÚDE COMO SINALIZADORES DE CENTRALIDADE REGIONAL: UM ESTUDOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO ESQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE NA CIDADE INTERMEDIÁRIA DE CAMETÁ

Mirian Clara Rodrigues Gonçalves

Universidade Federal do Pará
Mestra em Geografia pela Universidade do Estado do Pará
mirianrodrigues13@outlook.com

Yan Matheus Arnaud Mocbel

Universidade Federal do Pará
Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Pará
yanmocbel@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No decorrer da formação socioeconômica da Amazônia, a noção de “vazio demográfico” foi utilizada pelo governo brasileiro como argumento e justificativa para a ocupação e exploração da região por meio de uma política externa nacional e global, desconsiderando os povos originários já fixados nesse espaço. Como produto da refuncionalização do território, reinterpretada pelo olhar de fora, tem-se uma urbanização difusa, precária e desigual, além de uma crescente desestruturação social.

Neste sentido, considerando que a oferta extensiva-intensiva de saúde dentro de um território funciona como um indicador de centralidade urbana inter e intrarregional em cidades intermediárias, este estudo tem como objetivo compreender a capacidade de oferta e acesso aos serviços de saúde na cidade de Cametá, estado do Pará. Portanto, fez-se necessário compreender os aspectos sociais, econômicos e territoriais que definem uma cidade como intermediária, caracterizar o Sistema Único de Saúde na cidade de Cametá e analisar o acesso aos serviços de saúde coletiva no espaço estudado.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de compreender os conceitos que norteiam a pesquisa; análise documental junto à Secretaria Municipal e Estadual de saúde, a fim identificarmos os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde na cidade de Cametá; e pesquisa de campo, cujo objetivo foi analisar a oferta de serviços de saúde coletiva disponibilizados pelo Estado e o acesso por parte da população cametaense e das cidades sob o seu raio de influência.

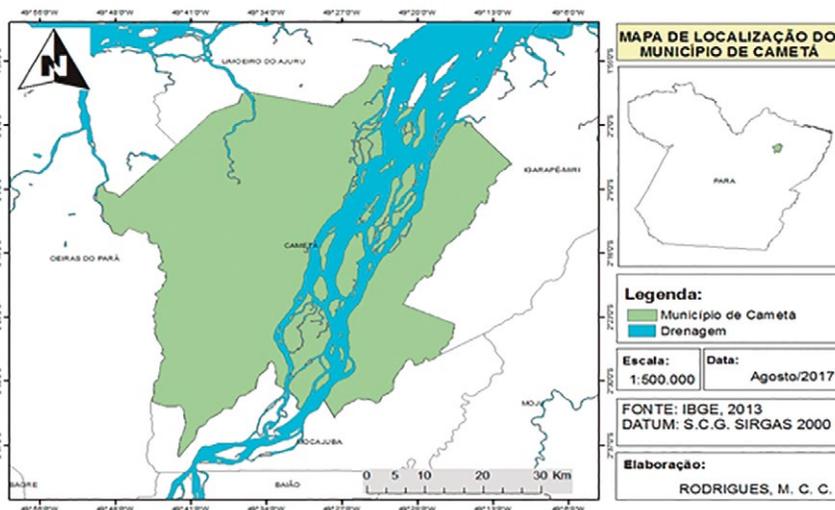
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cametá é um dos municípios mais antigos da Amazônia, localizado na mesorregião do nordeste paraense, à margem esquerda do rio Tocantins, possui uma população de 134.184 habitantes e uma densidade demográfica de 43,55 h/km² (IBGE, 2022) (mapa 1). De arranjo territorial dentrítico, com forte presença de natureza, limita-se com os municípios de Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará, exercendo influência socioeconômica sobre estes.

Em virtude da oferta de serviços, negócios, mercadorias, infraestrutura e potencial econômico, as cidades de uma rede urbana são classificadas de acordo com uma espécie de hierarquia. Utilizando-se dessa classificação, podemos definir o lócus da pesquisa, Cametá, como cidade intermediária, dada a sua importância no intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional (TRINDADE JR., 2012).

O estudo das Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018 (IBGE, 2022), reduz Cametá ao estrato de centro local, limitando o seu relevante papel dentro da rede urbana regional, construída historicamente. Neste estudo, buscamos reconhecer Cametá como cidade intermediária, devido a sua importante “responsabilidade territorial” (Schor e Costa, 2007, p. 81) dentro do Baixo Tocantins, em razão de fatores de ordem econômica, política, militar, cultural e social, que contribuem para consolidar a cidade enquanto centro polarizador da rede urbana microrregional, influenciando os municípios de Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Mocajuba, Baião e, cada vez mais, Igarapé-Miri.

Mapa 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ



Elaboração: Rodrigues (2016)

Esse papel regional é determinante para o grande fluxo de pessoas advindas de outras áreas da cidade, do campo, das ilhas e cidades do entorno, em busca de serviços como o de assistência à saúde mais especializados, ofertados pelo SUS e outras instituições de saúde privadas, como a Clínica Master Diagnóstico, Hospital e Maternidade Santa Luiza de Marilac, Instituto de Medicina Especializada de Cametá (IMEC), Hospital de Olhos e Especialidades de Cametá, Clínica Médicos Associados, Clínica de Nutrição, Fisioterapia e Estética, Laboratório Carlos Lima, Laboratório Nonato Caldas e Laboratório São Benedito.

O Sistema Único de Saúde (SUS), consolidado em 1990, possui diretrizes organizacionais bem estabelecidas. A descentralização da gestão é uma das características marcantes do sistema, que se opõe a antiga tradição centralizadora da saúde, na qual põe o município como agente principal na gestão da assistência por estar intimamente ligado a realidade da população em comparação ao ente federativo e estadual (Massa, 2020). Outra estrutura marcante do SUS é a hierarquização que divide a saúde em níveis de atenção, visando garantir meios para o acesso aos serviços complexos ou não, suscitados pelo caso, levando em consideração os recursos disponíveis em uma região (Ministério da Saúde, 2025).

A cidade de Cametá possui 37 estabelecimentos de saúde cadastrados no Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNSE), dentre os quais 32 públicos. São 10 Unidades Básicas da Família, 13 Unidades Básicas de Saúde, 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA), 1 Hospital Regional e outros serviços da atenção básica como exames e centro de atendimento à mulher. No ano de 2021 o município teve mais de 23.000 procedimentos de alta complexidade realizados, é importante ressaltar que esse número não representa apenas os habitantes cametaenses e sim somados a diversos cidadãos de outros municípios sob sua área de influência que buscam assistência em Cametá (Plano Municipal de Saúde de Cametá, 2024).

O saneamento básico é um indicador de saúde que reflete as condições básicas em que vive uma população com acesso à água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, sendo estimado que aproximadamente 10% do número total de doenças possa ser prevenida pela melhoria das condições básicas de vida (Massa, 2020). O município de Cametá apresenta apenas 48,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e aproximadamente 63% com água encanada. Esses números são refletidos nas consultas, onde causas gastrintestinais e pul-

monares estão entre os mais relatados. No setor hospitalar, também pode-se perceber reflexo da falha da assistência básica, uma vez que doenças pulmonares e diarreia estão entre as 3 primeiras causas de internação (Ministério da Saúde, 2025).

Logo, com uma população ainda rural e sobretudo ribeirinha, Cametá possui insuficiência na atenção básica e limitada complexidade de estrutura na saúde para atender a população local, além de receber pacientes oriundos de outros municípios vizinhos, que buscam serviços mais especializados em assistência, sobrecarregando o sistema municipal. Todavia, nas palavras de Padinha (2010), “em terras precárias, quem tem pouco é centro”, devido à limitação e até mesmo ausência de serviços de saúde ofertados por instituições privadas e públicas nas cidades próximas, Cametá torna-se um imã populacional no Baixo Tocantins.

Portanto, em virtude de condicionamentos de infraestrutura médico-hospitalar que não se encontram presentes nos demais municípios da rede micro-regional, somados à dificuldade de deslocamento para Belém, expressa em virtude da precária qualidade dos fluxos (Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará), Cametá passa a polarizar a micro-região e eleva-se à condição de centro sub-regional.

CONCLUSÃO

A cidade intermediária de Cametá oferece serviços de saúde de média complexidade que incluem atividades especializadas disponíveis em hospitais e ambulatorios que incluem atendimento especializado nas áreas de ginecologia, cardiologia e pediatria. Neste grupo, a complexidade da assistência na prática clínica pressupõe a disponibilidade de profissionais especializados e utilização de recursos tecnológicos que contribuirão para o diagnóstico e tratamento, todavia, apesar de alguns desses profissionais residirem no município, há uma lacuna tanto de profissionais quanto de atendimentos médicos no município.

Ainda com programas de suporte emergencial à saúde, como o “Mais Médicos” que se encerrou em 2018, identificou-se que foram insuficientes para cobrir a demanda micro-regional, já que o município é o cenário de intenso movimentos migratórios para o seu espaço urbano, assim sendo, a rede de atendimento à saúde pública instalada na cidade intermediadora é invariavelmente incapaz de atender às demandas crescentes e variáveis advindas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

MASSA, Kaio Henrique Correa; FILHO, Alexandre Dias Porto Chiavegatto. **Saneamento básico e saúde autoavaliada nas capitais brasileiras: uma análise multinível**. REV BRAS EPIDEMIOL 2020, p. 23.

PADINHA, Marcel Ribeiro. **Em Terras Precárias Quem Tem Pouco é Centro: o papel das pequenas cidades na rede urbana amazônica: uma análise a partir de Cametá-Pa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Plano Municipal de Saúde de Cametá/Pa de 2022 a 2025**. Cametá-Pará, 2024.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do Solimões-Amazonas-AM. **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Florianópolis, novembro 2007b.

ENTRE A RECONFIGURAÇÃO URBANA E A DIMENSÃO SIMBÓLICA: A EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NO BAIRRO DO CURUÇAMBÁ, EM ANANINDEUA/PA

Ruth Helem Veiga Cardoso

Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPA

Mestranda em Geografia

Prof.ruthcardoso@gmail.com

INTRODUÇÃO

A expansão imobiliária para áreas distantes dos centros urbanos tem se intensificado nas cidades brasileiras. Esse processo decorre da necessidade do capital de novos espaços para sua reprodução, transformando áreas antes tidas como periféricas e ampliando as desigualdades na malha urbana.

Um exemplo dessa dinâmica no espaço metropolitano de Belém é o bairro do Curuçambá, localizado na cidade de Ananindeua. O referido bairro tem passado por modificações significativas em seu espaço urbano, desde reformas de infraestrutura e equipamentos, perpassando por inaugurações de estabelecimentos de ensino, saúde até a chegada de empreendimentos habitacionais para atendimento de diferentes públicos. De maneira a entender o papel do capital imobiliário nas mudanças supracitadas, utilizou-se da análise dos espaços de moradia, entendendo que essas formas representam um reflexo das novas lógicas que permeiam a produção das cidades.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as mudanças urbanas ocorridas no bairro do Curuçambá, em Ananindeua-PA, a partir dos espaços de moradia, com ênfase nos residenciais fechados. Para isso, busca-se, especificamente, entender como a atividade imobiliária tem influenciado na reconfiguração espacial do bairro, bem como investigar as novas estratégias de comercialização e valorização dos condomínios fechados no contexto da incorporação de novos espaços urbanos, como o Curuçambá.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada neste resumo é de cunho quali-quantitativa, com os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico

co, abordando autores como Mendes (2018), Ventura Neto (2022) e Santos (2012) e Nascimento (2024); b) análise documental, voltado às informações dos empreendimentos tratados no trabalho c) trabalho de campo exploratório, onde houve coleta de registros fotográficos e outras informações da área de estudo; d) produção cartográfica, realizada a partir dos elementos colhidos nas pesquisas documental e de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Apontamentos sobre a dinâmica imobiliária no contexto nacional e espaço metropolitano de Belém**

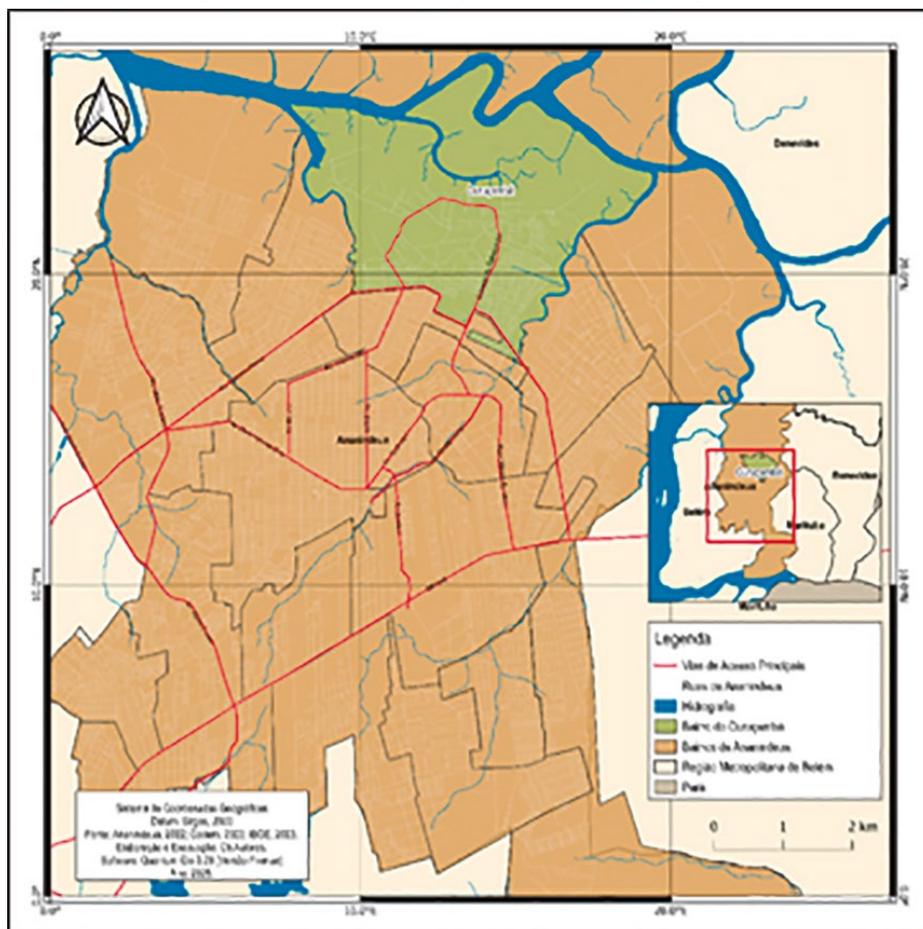
O mercado imobiliário brasileiro é dinâmico e influenciado por mudanças econômicas, institucionais e espaciais em diferentes escalas. No espaço metropolitano de Belém, as transformações no setor foram impulsionadas por mudanças político-institucionais, gerando sucessivos ciclos imobiliários (Ventura Neto, 2022) que impactaram a capital e municípios vizinhos. Ações como a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 e a introdução de novos instrumentos financeiros nos anos 1990 estimularam o avanço desses ciclos, impactando diretamente a área habitacional e a valorização fundiária na malha metropolitana.

A cidade de Ananindeua se insere nesse contexto de maneira mais intensa a partir de 2005, momento em que uma nova fronteira imobiliária é aberta em direção às demais cidades do espaço metropolitano de Belém (Mendes, 2018), o que reflete uma desconcentração da atuação do capital imobiliário do tradicional centro da metrópole paraense. Nesse cenário, as características socioespaciais internas dos bairros de Ananindeua responderam a chegada de novas formas-conteúdos, especialmente das formas de moradia, desde os conjuntos habitacionais aos condomínios de alto padrão.

- **Reconfiguração espacial do bairro do Curuçambá a partir dos espaços de moradia**

O bairro do Curuçambá é um espaço que apresenta particularidades em sua dinâmica socioespacial, quando comparados aos demais bairros do município de Ananindeua. O bairro está localizado na porção norte de Ananindeua, cercado por ilhas que abrangem ambientes recobertos por vegetação e corpos hídricos, características que conferem à esse espaço facetas urbanas e rurais coexistentes (Santos, 2012). A representação cartográfica (figura 1) ilustra a delimitação da área que compõe o Curuçambá.

Figura 1: Mapa de localização do bairro do Curuçambá



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A dinâmica diferenciada do bairro é perceptível no cotidiano da população, tanto no modo de vida, como nas atividades econômicas desenvolvidas, a exemplo da agricultura, piscicultura, hortaliças, entre outras (Nascimento, 2024). Dessa forma, os aspectos rurais-urbanos são marcantes no Curuçambá, em especial no contexto recente, com a chegada de novas infraestruturas promovidas por agentes públicos como o asfaltamento, criação de praças públicas e a instalação e modernização de estabelecimentos educacionais.

Sob a perspectiva da habitação, a reconfiguração do bairro torna-se mais evidente tanto do ponto de vista estrutural quanto simbólico, especialmente com a chegada de empreendimentos imobiliários residenciais de alto padrão em áreas afastadas, que “[...] se apresentam como paradoxos em meio

às condições de precariedade presentes em inúmeros trechos” (Nascimento, 2024, p. 68). Para contornar esses aspectos negativos do bairro e tornar o local atraente para os compradores, os promotores imobiliários se utilizam de uma construção simbólica da área, atrelada sobretudo à ideia dos aspectos da natureza presentes nele. Essa estratégia é evidenciada nas propagandas publicitárias utilizadas para a comercialização dos imóveis e lotes.

Somado a isso, nas adjacências do Curuçambá, também estão presentes conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faixa 1, que representam uma realidade distinta dos condomínios de alto padrão. No entanto, apesar das diferenças, ambos coexistem no mesmo espaço urbano evidenciando a complexidade do bairro, em termos de processos socioespaciais dialeticamente articulados (Rodrigues et. al, 2018).

No mosaico de fotos a seguir (figura 2), é possível visualizar os espaços de moradia citados nas imagens A e B, bem como algumas propagandas atreladas especificamente aos condomínios fechados, nas imagens C e D.

Figura 2: Espaços de moradia/ Propagandas imobiliárias- Curuçambá



Fonte: trabalho de campo e pesquisa documental, 2025

Como pode ser observado na Figura 2, a instalação de empreendimentos imobiliários no bairro do Curuçambá, especialmente os de alto padrão, expressa características simbólicas de valorização de um ambiente singular, marcado pela presença de amenidades como áreas verdes e rios. Entretanto, essa valorização ocorre de maneira contrastante com a realidade circundante, redefinindo dinâmicas que outrora eram particulares, num contexto maior de expansão imobiliária.

CONCLUSÃO

As novas estratégias do setor imobiliário refletem um processo de reestruturação resultante de mudanças político-institucionais no cenário brasileiro. Dessa forma, as atividades imobiliárias assumem um papel central na produção dos espaços, não apenas em sua construção, mas também em sua valorização e idealização.

O bairro do Curuçambá exemplifica esse fenômeno ao passar por uma reconfiguração espacial marcada pelo contraste entre suas características rurais e a crescente presença de elementos representativos de uma realidade mais urbana e desigual. Assim, essa transformação não ocorre apenas no aspecto físico, mas também no plano social e simbólico, evidenciando o impacto da expansão imobiliária na redefinição da dinâmica metropolitana de Belém.

REFERÊNCIAS

MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida**: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região. 2018. 319 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

NASCIMENTO, R.C.M. **Território e violência**: as dinâmicas dos crimes violentos letais intencionais nos bairros do Curuçambá e Icuí-guajará, Ananindeua-PA. 2024. Dissertação (Mestrado)-Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Belém, 2024. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

RODRIGUES, J. C; SOBREIRO FILHO, J; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/28%20de%20mar.%202018>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTOS, D. M. dos. **Fronteiras (in)visíveis da cidade capitalista:** segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/Ananindeua-PA. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

VENTURA NETO, R.S. Capital incorporador e ciclos imobiliários em Belém. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 24, n. 53, p. 199–224, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/56515>. Acesso em: 29 abr. 2024.

A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE MARABÁ-PA

Leonardo Pantoja Corrêa:

Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPA

Mestrando em Geografia

leopantoja228 @gmail.com

INTRODUÇÃO

Marabá, localizada no sudeste do Pará, destaca-se como um polo regional estratégico, resultado de sua posição geográfica privilegiada, crescimento populacional acelerado e importante atividade econômica, que inclui mineração, agricultura, comércio e serviços. Essa expansão demográfica e econômica gera uma forte pressão sobre a organização do espaço urbano, ampliando a demanda por habitação e infraestrutura. Contudo, a oferta habitacional frequentemente não acompanha as necessidades de grande parte da população, revelando desigualdades históricas.

O setor imobiliário em cidades médias, tem passado por mudanças significativas devido à ampliação do crédito habitacional, à atuação de grandes construtoras e à valorização fundiária em áreas periféricas (Shimbo, 2016). Em Marabá, essa dinâmica se reflete na expansão de loteamentos, conjuntos habitacionais e, mais recentemente, dos Espaços Residenciais Fechados (ERF), que se destacam pela exclusividade e privatização de áreas comuns. No entanto, por estarem geralmente situados em regiões afastadas, esses empreendimentos ampliam as distâncias percorridas e dificultam o acesso a serviços essenciais, evidenciando tanto o anseio por status e segurança das classes média e alta quanto a estratégia dos promotores imobiliários para maximizar a lucratividade.

No âmbito dessa situação, os ERF assumem a forma visível da fragmentação socioespacial ao incorporar uma concepção de status social que é promovida e edificada pelo capital. Conforme observado por Raposo (2008), essa representação está muitas vezes vinculada à ideia de segurança e ao receio em relação a diferentes grupos sociais, sobretudo aqueles em situação econômica menos favorecida.

OBJETIVOS

Considerando essa conjuntura, a pesquisa tem como objetivo central compreender como a recente dinâmica urbana de Marabá favoreceu o desenvolvimento fragmentário da cidade por meio da expansão dos ERF. Para isso, busca-se: a) identificar os principais produtos imobiliários recentes no município e b) analisar as repercussões desses empreendimentos no que se refere às desigualdades e aos processos socioespaciais.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram organizados em dois momentos. O primeiro envolveu: a) levantamentos bibliográficos para aprofundar a fundamentação teórica sobre os principais conceitos relacionados à problemática da pesquisa e b) levantamento documental sobre produtos, agentes da produção e tipologias imobiliárias em Marabá, com base nos dados apresentados no Quadro 1. O segundo momento foi dedicado a c) trabalhos de campo voltados à coleta de dados por meio da observação sistemática e do contato com os agentes e atores envolvidos na problemática da pesquisa (Capel, 2013).

Quadro 1: Bases de dados da pesquisa

BASES E FONTES DE DADOS SECUNDÁRIOS DA PESQUISA	
1	IBGE – Censos 1991, 2000, 2010 e 2022
2	Sistema de Gerenciamento da Habitação – SisHab/MCidades
3	Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas
4	Sítios eletrônicos de construtoras e incorporadoras e entrevistas
5	Prefeitura Municipal de Marabá

Fonte: Elaboração própria.

Diante da análise evidenciou-se a relevância dos espaços fechados, enquanto elementos da composição dessa realidade em constante mudança no contexto marabaense sob o processo de fragmentação socioespacial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos levantamentos obtidos nas bases supracitadas, foi possível identificar 12 empreendimentos caracterizados como ERF, conforme Quadro 2, abarcando os critérios de lançamento entre 2009 a 2024.

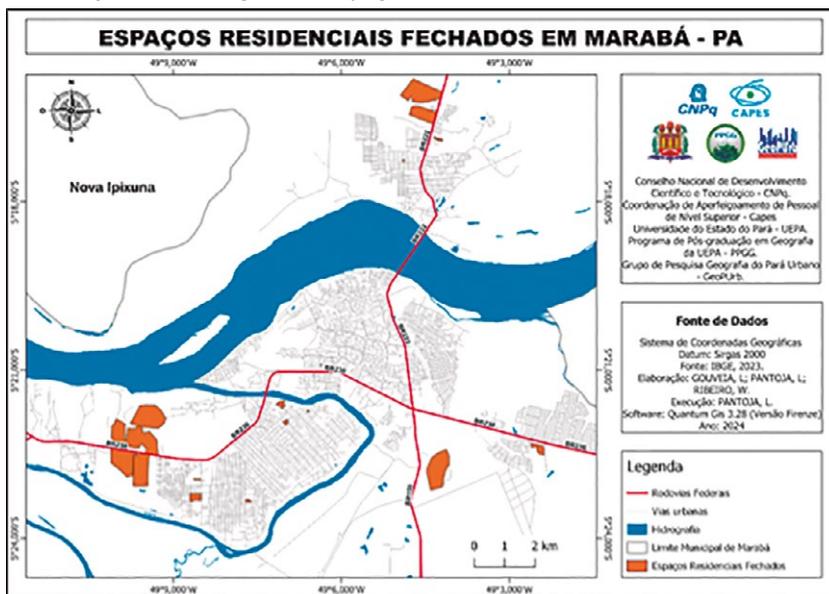
Quadro 2: Localização dos empreendimentos em Marabá.

EMPREENHIMENTO		ÁREA DA CIDADE
1	Condomínio Ipiranga Ecoville Premium	Zona de Expansão da Nova Marabá
2	Condomínio Green Village	Núcleo Cidade Nova
3	Condomínio Park Cidade Nova	Núcleo Cidade Nova
4	Condomínio Mirante do Vale	Zona de Expansão da Cidade Nova
5	Condomínio Mirante Ville	Núcleo de São Félix
6	Condomínio Mirante Village	Zona de Expansão da Cidade Nova
7	Condomínio Mirante Riviera	Núcleo Cidade Nova
8	Condomínio Mirante Prime	Núcleo de São Félix
9	Condomínio Mirante River Beach	Núcleo Cidade Nova
10	Condomínio Mirante Boulevard	Núcleo Cidade Nova
11	Condomínio Mirante Park	Núcleo Cidade Nova
12	Condomínio Village do Sol	Núcleo Cidade Nova

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados coletados, observa-se que a localização dos empreendimentos se concentra principalmente nas áreas em expansão da Nova Marabá, assim como o Núcleo de da Cidade Nova, especialmente no trecho mais distante dos centros, na Rodovia Transamazônica (BR-230), conforme indicado no mapa 1.

Mapa 1: Localização dos Espaços Residenciais Fechados em Marabá



Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o Quadro 2 e o Mapa 1, observa-se uma clara tendência de expansão dos ERF nas áreas periféricas da cidade de Marabá. Mesmo os espaços fechados dentro dos núcleos urbanos, como o Ipiranga Ecoville, demonstram uma mobilidade diferenciada em relação às demais moradias do bairro, devido às distâncias até as áreas de lazer e comércio, conforme indicado por Vieira e Souza (2023).

O fator de mobilidade é fundamental na identificação do processo de fragmentação, pois, como afirma Sposito (2011), em certo grau, esta conduz os processos de separação do tecido urbano para uma complexificação que ultrapassa os processos de segregação. Neste sentido, pode-se afirmar que os ERF localizados na cidade média de Marabá produzem uma tendência fragmentária através de nova configuração de escolhas de áreas seletivas que, estabelece distâncias maiores dos grandes centros tradicionais como uma maneira de romper e orientar novas práticas.

CONCLUSÃO

A pesquisa analisou como a dinâmica urbana de Marabá tem favorecido o desenvolvimento fragmentário da cidade, impulsionado pela expansão dos Espaços Residenciais Fechados (ERF). Como destacado na introdução, o crescimento populacional e econômico da cidade gerou uma forte pressão sobre a organização do espaço urbano, ampliando a demanda por habitação e infraestrutura. Nesse contexto, os ERF emergem como uma expressão visível da fragmentação socioespacial, reforçando desigualdades históricas e reconfigurando o tecido urbano.

Para compreender essa dinâmica, a pesquisa teve como objetivos identificar os principais produtos imobiliários recentes em Marabá e analisar as repercussões desses empreendimentos no que se refere às desigualdades e aos processos socioespaciais. A metodologia adotada, estruturada em levantamentos bibliográficos, documentais e trabalhos de campo, permitiu uma análise aprofundada do fenômeno, possibilitando a identificação de 12 ERF distribuídos principalmente nas áreas periféricas e zonas de expansão da cidade. Os resultados evidenciaram que esses empreendimentos não apenas ampliam as distâncias percorridas pelos moradores até os centros tradicionais, mas também promovem novas configurações espaciais que reforçam a segregação e a seletividade no acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos.

Dessa forma, conclui-se que a expansão dos ERF em Marabá contribui para a fragmentação do espaço urbano, influenciando a mobilidade e as práti-

cas socioespaciais da população. Essa realidade evidencia não apenas a segregação física, mas também a segregação funcional, com a criação de enclaves que oferecem serviços e infraestrutura exclusivos para os seus moradores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. R. S.; SOUZA, M. V. M. A produção do espaço urbano em Marabá – PA: do caucho à ALPA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 7, e202110, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202110>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ROLNIK, R; NAKANO, K. “As armadilhas do pacote habitacional”. **Le Monde Diplomati-que Brasil**, 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional>. Acesso em: 17 de Dez. 2023.

SHIMBO, L. Z. **Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil**. Novos estudos. São Paulo: CEBRAP, v.35.02, p.119-133, 2016.

SOUZA, M. V. M. **O Projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 297 f. Tese (Tese de Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2013.376p.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

VIEIRA, B. R. C.; SOUZA, M. V. M. DE. Territórios de mercado e territórios da exclusão em Marabá - PA: tendência à lógica socioespacial fragmentária?. **Boletim de Geografia**, v. 41, p. 57-71, e65195, 3 abr. 2023.

DO VERDE AO CINZA: CONTRADIÇÃO ENTRE MERCADO IMOBILIÁRIO E NATUREZA, EM ANANINDEUA/PA

Wanessa Viviane Paixão Farias

Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPA
Mestranda em Geografia
wanessafariasgeo@gmail.com

Ruth Helem Veiga Cardoso

Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPA
Mestranda em Geografia
prof.ruthcardoso@gmail.com

INTRODUÇÃO

A lógica capitalista de produção do espaço urbano engendra diversas estratégias para se disseminar, a depender do seu ramo de atuação. Observa-se, no âmbito do capital imobiliário o constante uso das amenidades, para vender seus produtos. Sendo esse, o estudo de caso do presente ensaio, a relação entre uma certa “valorização da natureza” e a realidade pautada na ausência da cobertura vegetal, em empreendimentos imobiliários, na cidade de Ananindeua, espaço metropolitano de Belém/PA.

Na tentativa de vender um ambiente mais “tranquilo, harmônico e seguro”, diferente do que é vivenciado no centro de Belém, o capital imobiliário propagou um movimento no sentido de utilizar o verde como amenidade para vender seus condomínios. Houve, inclusive, a adequação da nomenclatura de um bairro na área de expansão da capital que marca esse movimento: o “Parque Verde”. Tais práticas, a um primeiro contato parecem uma mercantilização da natureza, entretanto, quando analisadas, percebe-se que não se trata disso. Pois, na maioria das vezes o apelo ao verde fica apenas no nome do condomínio. Acontecendo, portanto, devastações de grandes extensões das poucas áreas verdes que resistem no espaço metropolitano de Belém, próximas ao grande centro urbano, dando lugar ao concreto. Em muitos casos, são empreendimentos sem a taxa mínima de arborização, verdadeiras ilhas de calor.

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo geral compreender as interfaces entre o mercado imobiliária e a natureza em áreas urbanas, a partir das contradições

que permeiam essas relações. Os objetivos específicos são: a) Investigar como a atuação do setor imobiliário em Ananindeua afeta a cobertura vegetal, enquanto utiliza a temática ambiental como amenidade para a comercialização de áreas residenciais.

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à natureza da pesquisa, ela se caracteriza enquanto qualitativa, a qual se define pela existência de laços entre os sujeitos e suas subjetividades e as realidades concretas objetivas as quais estão vinculados (Prodanov; Freitas, 2013). Os procedimentos metodológicos aplicados a fim de atingir os objetivos do trabalho foram: a) revisão bibliográfica, com objetivo de proporcionar um embasamento teórico sólido às posições conceituais defendidas no decorrer das análises; b) Estudo documental, voltado principalmente a análise das propagandas dos espaços residenciais fechados; c) produção cartográfica, visando espacializar o recorte abordado, possibilitando assim uma análise ampla e integrada do objeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mercado imobiliário em Belém: contextualização geral

A produção do espaço urbano envolve um complexo conjunto de agentes que atuam na organização e reorganização do ambiente construído, produzindo e consumindo o espaço a partir de suas necessidades, criando tensões entre eles mesmos e com outras parcelas da sociedade. Dentre estes agentes destacamos o papel dos promotores imobiliários, agentes que são representados por uma gama de indivíduos que exercem atividades dentro do circuito imobiliário, como incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e produção física do imóvel e comercialização (Corrêa, 1989).

Nas últimas décadas, as cidades passaram por profundas transformações, tanto em sua estrutura quanto em seus significados. Nesse cenário, a expansão do setor imobiliário tem desempenhado um papel essencial na reconfiguração do espaço urbano, especialmente no que tange à habitação. Para Mellazo (2023, p. 22), as operações que envolvem o setor imobiliário

[...] tomadas em seu conjunto e a partir de sua análise por longos momentos do tempo, permitem acompanhar as transformações intraurbanas, os processos de expansão e crescimento de áreas urbanas, as mudanças de uso do solo e de densidades populacionais e construtivas e, também, a valorização/desvalorização de áreas pelo mercado.

No contexto da cidade de Ananindeua, a reflexão do autor pode ser lida à luz das transformações ocasionadas pela expansão dos condomínios residenciais na cidade e seus impactos sobre a cobertura vegetal. O crescimento da atividade imobiliária em Ananindeua, especialmente a partir dos anos 2000, momento em que o setor passa a investir em locais fora das áreas centrais de Belém (Trindade Jr, 2016) foi e tem sido marcado pela conversão de extensas áreas naturais em espaços construídos, impulsionado principalmente pela demanda habitacional.

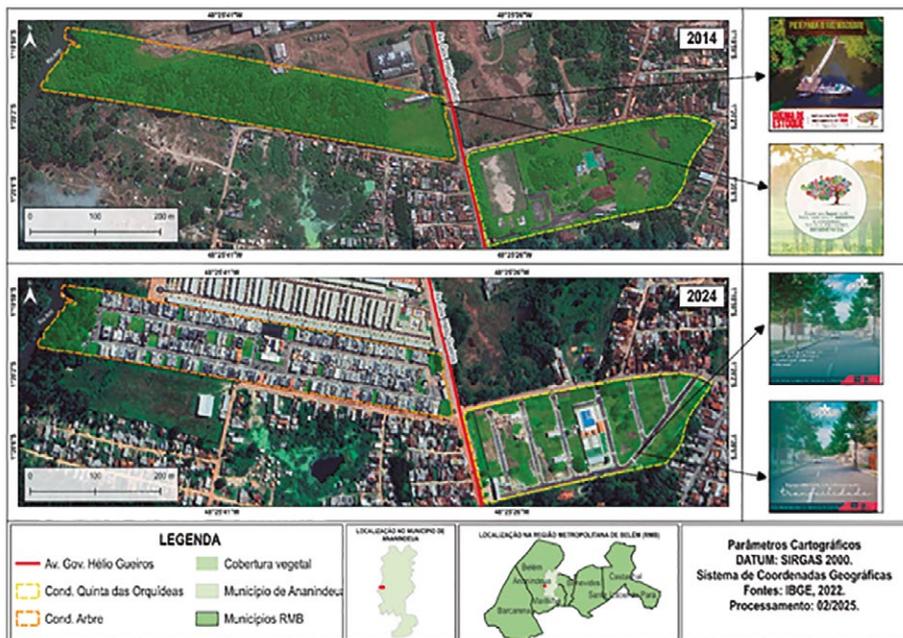
Nesse ínterim, a presente análise concentra-se em dois espaços residenciais: o Condomínio *Arbre* e o Condomínio Quinta das Orquídeas, ambos situados na Avenida Governador Hélio Gueiros. Essa via representa um importante acesso em Ananindeua e está inserida em uma área de significativa expansão e valorização imobiliária. Os dois empreendimentos foram entregues em períodos distintos: o *Arbre*, em 2017, e o Quinta das Orquídeas, em 2024. No entanto, ambos adotaram as mesmas estratégias de comercialização, destacando o forte apelo à natureza e à qualidade de vida. A seguir, discutiremos as contradições entre essa propaganda imobiliária e as reais características ambientais desses empreendimentos.

Entre o apelo à natureza e a realidade: contradições na taxa de cobertura vegetal

Em cidades como Ananindeua, na região metropolitana de Belém/PA, observa-se um paradoxo: enquanto empreendimentos habitacionais utilizam o discurso da sustentabilidade e da valorização da natureza como estratégias de marketing, a realidade espacial revela a supressão de extensas áreas de vegetação para dar lugar a novos condomínios fechados. A análise de imagens de satélite configura-se como uma metodologia eficaz para examinar a evolução da cobertura vegetal e os impactos da urbanização sobre os remanescentes naturais.

Estudos demonstram que a vegetação urbana desempenha papel fundamental na regulação térmica, manutenção da permeabilidade do solo e mitigação de impactos ambientais decorrentes da ocupação desordenada (Almeida et al., 2021). No entanto, a conversão de áreas verdes em empreendimentos imobiliários tem resultado em processos de impermeabilização do solo, fragmentação de habitats e intensificação de ilhas de calor urbanas, como observa-se no mapa a seguir (Figura 1).

Figura 1: Mapa dos empreendimentos



Fonte: Os autores, 2025.

No caso específico dos residenciais *Arbre* e Quinta das Orquídeas, a análise cartográfica evidencia uma redução significativa da cobertura vegetal, sem a devida incorporação de áreas verdes aos projetos urbanísticos. Apesar da forte presença do discurso ambiental nos materiais publicitários expostos na representação, a estrutura dos empreendimentos revela um espaço amplamente pavimentado, com escassez de arborização interna. Esse cenário compromete não apenas a qualidade ambiental da região, mas também a resiliência ecológica do território, dificultando a regeneração da flora e impactando a biodiversidade local.

Em contextos urbanos que seguem diretrizes ambientais mais rigorosas, a exigência de cobertura vegetal mínima e a criação de áreas verdes interligadas são estratégias adotadas para mitigar os efeitos da urbanização sobre o meio ambiente (Lima, 2019). No entanto, em Ananindeua, a expansão imobiliária ocorre de forma fragmentada, sem mecanismos efetivos para assegurar a preservação ambiental, o que reforça a necessidade de regulamentação mais precisa e fiscalização mais eficiente.

CONCLUSÃO

Portanto, a análise da relação entre o mercado imobiliário e a cobertura vegetal em Ananindeua aponta que embora haja o apelo à natureza, esse se materializa apenas à uma estratégia de venda desses novos empreendimentos. Apontam uma realidade onde a sustentabilidade não se materializa em ações efetivas.

Os condomínios analisados exemplificam o avanço desses empreendimentos e reforçam a importância de um planejamento urbano mais sustentável, que priorize a integração da vegetação ao espaço construído e adote mecanismos de regulação mais rígidos para garantir que as áreas verdes sejam mantidas e ampliadas, devido sua importância ecológica para as cidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. et al. Crescimento urbano e impactos sobre a cobertura vegetal na área de influência da Avenida João Paulo II, Região Metropolitana de Belém-Pará. Araguaína: **Revista Tocantinense de Geografia**. v. 10, n. 22. p. 164-180. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/11371>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MELAZZO, E.S. A pesquisa sobre dinâmicas imobiliárias em cidades brasileiras: trajetórias, lacunas e desafios. In: SANFELICI, D. de M; CARVALHO, R.M.R; SILVA, G.R. da. (Orgs.). **Estudos da Dinâmica Imobiliária para Políticas Urbanas**: fontes, métodos e cartografias. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

LIMA, I. M. **Sustentabilidade no setor imobiliário: uma análise do comportamento dos consumidores em Uberlândia**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27849>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul -Brasil:

Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TRINDADE JR., S. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

ANAIS do
I ENGEOCIDADES
2025

TRABALHOS DO GT 02:
**CENTROS E
CENTRALIDADES EM
CIDADES AMAZÔNICAS**



APRESENTAÇÃO GT 02 – CENTROS E CENTRALIDADES EM CIDADES AMAZÔNICAS

Mauro Emilio Costa Silva

A centralidade é tão antiga quanto a cidade, pois a constituição da cidade é intrinsecamente relacionada a um ou mais pontos nodais supra-funcionais, em relação ao restante da cidade, o que já permite eleger uma problemática espacial, cuja solução implica analisar: fatores de atração; elementos qualitativos e quantitativos; circunscrição espacial; e período temporal — no dizer de Lefebvre (2016, p.112): “A questão da centralidade não é das mais fáceis”.

O centro também não é uma tarefa simples, pois este ente urbano possui uma localização e uma polaridade definida, em relação ao restante da cidade, alojado em um sítio urbano apropriado ao desenvolvimento de atividades comerciais terciárias e financeiras, enquanto a área central é um ente urbano distinto, incluindo e superando a circunscrição espacial do centro, abarcando o setor residencial, a periferia do centro e o centro histórico per se. Finalmente, a centralidade do ente urbano encerra um duplo caráter: material e imaterial.

Assim sendo, o objetivo do *GT 02 - Centros e centralidades em cidades amazônicas* consistiu em refletir sobre as dinâmicas econômicas, políticas sociais e culturais que se processam em centros e sub-centros de cidades e suas correspondentes centralidades, assim como aquelas que se processam na escala da rede urbana e definem importantes aspectos do direito à cidade e da justiça espacial.

Contou-se, para tanto, com a participação de estudantes da graduação e da pós-graduação em geografia e em área afins, com profissionais atuantes na educação básica e superior e demais interessados nas investigações sobre centros e centralidades, especialmente, daqueles inseridos em contextos amazônicos. Compuseram o interesse do GT trabalhos que versavam sobre temas como: dinâmicas do centro e centralidades em espaços metropolitanos, cidades médias e pequenas; dinâmicas de sub-centros e suas centralidades; cidades e rede urbana; serviços de educação e rede urbana; serviços de saúde e rede urbana; feiras livres e suas expressões de centralidade; reestruturação urbana e da cidade; e circuitos da economia urbana e centralidades.

DA ÁREA CENTRAL DE BELÉM PARA A EXPANSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA.

Sandro Brito Ferreira

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará – Belém (PA), Brasil.
Bacharel e Licenciado em Geografia e Mestre em Geografia pela UFPA – Campus Belém.
gritonovacu@gmail.com

José Queiroz de Miranda Neto

Professor da Universidade Federal do Pará - Campus Altamira - Altamira, Brasil.
Doutor em geografia pela UNESP - Presidente Prudente - SP, Brasil.
mirandaneto@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Há uma crescente financeirização da economia, na qual o espaço urbano passa a ser tratado como ativo financeiro, sujeitando-se à lógica da especulação e valorização do capital. Em um boletim do Portal G1, de dezembro de 2008, destacava-se: “Bolsa alternou momentos de euforia e depressão ao longo do ano. Mercado brasileiro acumulou perdas de 41,22% em 2008.” Esses ciclos de alta e baixa evidenciam como a dinâmica financeira impacta diferentes setores econômicos, incluindo o imobiliário, que se insere nessa lógica de valorização e especulação.

Em Belém, a repercussão desse processo se tornou mais evidente a partir de meados dos anos 2000, quando incorporadoras nacionais de capital aberto passaram a atuar de forma significativa na cidade, promovendo transformações na área central. De modo a compreender como esse complexo imobiliário se estrutura em Belém a partir da financeirização da produção da moradia, recorreu-se ao estudo acerca da articulação entre a produção residencial capitalista no Brasil e a expansão da financeirização.

OBJETIVO(S)

- Analisar as mudanças nos sistemas de produção e circulação de imóveis que justificaram a entrada dessas incorporadoras na capital paraense.
- Explicar a importância do movimento geográfico do capital para a reafirmação de centralidades urbanas já constituídas na capital paraense, a exemplo da área central de Belém. - Entender a con-

tribuição do Estado brasileiro no processo de financeirização da produção imobiliária capitalista em Belém.

MATERIAL E MÉTODOS

O caminho teórico-metodológico percorrido para a análise do objeto de pesquisa do presente estudo se baseou em consultas feitas às obras de autores como Harvey (2011), Chesnais (2010), Lefebvre (1999), além de outros. Foi necessário também levantar dados e trata-los de forma quali-quantitativa. A proeminência da financeirização pôde ser mensurada por meio dos anúncios de encerramento de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias das incorporadoras e por meio de seus relatórios anuais (IAN) e trimestrais (ITR), disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nos sites das próprias incorporadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A financeirização da produção imobiliária capitalista e suas principais características no Brasil

A instituição do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) em 1997 e seus desdobramentos nos anos seguintes criaram um ambiente jurídico favorável ao desenvolvimento do mercado de capitais com base na produção e no consumo de imóveis. Aliado a isso, o processo de concentração e centralização de capital sob o comando de algumas incorporadoras nacionais, deu-se mediante a abertura de seus capitais nas bolsas de valores. No quadro 01 abaixo, podemos visualizar alguns fundos de investimentos estrangeiros aplicados na compra de ações de incorporadoras nacionais.

Quadro 01 - Fundos de Investimentos Estrangeiros

Capitais estrangeiros	Incorporadoras nacionais
Marsico Capital Management	Gafisa
Marsico Capital Management	PDG
Carmignac	Cyrela
Paladin Prime Investors	Inpar

Fonte: Santos, 2015. **Elaborador(es):** os autores.

No caso das cotas dos fundos imobiliários, a localização da propriedade é um elemento indispensável na hora de precifica-las, isso porque, de acordo com Júnior (2019, p. 1786) “para um fundo imobiliário, a propriedade de ter-

ras e imóveis são o lastro financeiro que garantem o pagamento de dividendo aos seus investidores”. Ora, o valor desses dividendos é maior quanto melhor for a localização dos terrenos e imóveis, pois ela permite aos incorporadores cobrarem tanto pelo valor de uso da moradia quanto pelos múltiplos valores de uso da organização espacial.

A área central de Belém: objeto da ação das incorporadoras nacionais de capital aberto.

Passa-se, agora, a examinar como a atuação de incorporadoras nacionais de capital aberto reforçou o peso da centralidade urbana da área central de Belém⁵, valorizando-a ainda mais. Destacam-se cinco incorporadoras nacionais, a Gafisa, a Inpar, a Agra, a Cyrela e a antiga PDG. Todas com investimentos no interior da área central de Belém.

A Gafisa, por exemplo, faz sua primeira Oferta Pública de Ações (OPAs) em 2007 e arrecadou cerca de 1,2 bilhões de reais, “contando com cerca de 67% de participação estrangeira” (Ventura Neto, 2012, p.153). Nesse mesmo ano, a Gafisa já pretendia fazer uma Oferta Global de Ações na BNY. Ela planejava vender até 774,3 milhões de dólares, com o preço máximo de cada ação equivalente a 16,97 dólares. A cotação dessas ações depende, dentre outras coisas, dos lucros auferidos pela empresa ao longo dos anos. Em 2007, por exemplo, o lucro da companhia foi da ordem de 126 milhões de reais, 79 milhões a mais se comparado ao ano anterior (Ian, 2008).

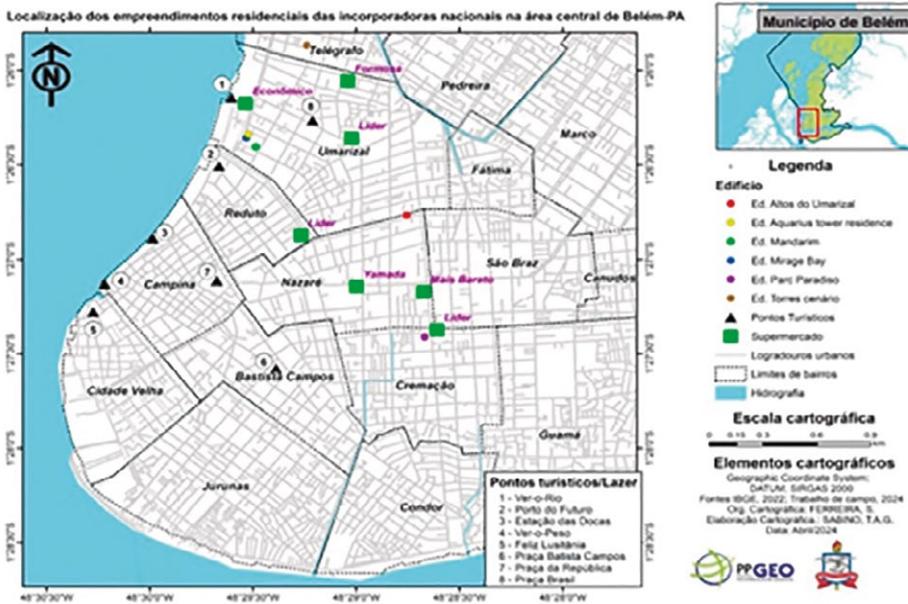
Assim, com seu caixa capitalizado, a Gafisa foi capaz de comprar um terreno amplo na área central de Belém. Localizado na Av. Conselheiro Furtado, bairro da Cremação, o condomínio *Parc Paradiso* da Gafisa, conta com imóveis de até quatro dormitórios. Além dessa característica do imóvel, a localização permite aos moradores acesso mais rápido há equipamentos urbanos públicos e privados importantes para a vida cotidiana no ambiente urbano, tais como a Praça da República e a Praça Batista Campos, bem como ao Shopping Pátio Belém e ao Shopping Boulevard, sem contar a proximidade com o Supermercado Líder, a poucos metros do edifício. A mesma dinâmica foi seguida pelas demais incorporadoras.

No mapa 01, têm-se alguns empreendimentos dirigidos pelas incorporadoras nacionais de capital aberto, na área central de Belém. As funções

⁵ A demarcação da área central da capital paraense usa como referência histórico-geográfica a chamada Primeira Léguas Patrimonial de Belém, concedida pela corte real à Câmara Municipal de Belém no ano de 1627. Para a visualização de seus limites, foi erguido, à época, um marco de madeira, atualmente de concreto, no que hoje compreende ao trecho da Avenida Almirante Barroso que fica no bairro do Marco.

urbanas presentes nas adjacências das torres residenciais conferem às companhias a possibilidade de atribuírem preços diferenciais aos seus imóveis. Portanto, de acordo com as evidências apresentadas cartograficamente, não é difícil concluir que se trata de uma espacialidade em que o circuito superior da economia urbana se destaca em relação ao conjunto do espaço metropolitano.

Mapa 01 – Localização dos Empreendimentos



Fonte: Ferreira e Sabino, 2024.

CONCLUSÃO

A produção social do espaço é não somente fomentada, mas também fomenta o mercado de capitais e vice-versa. Assim, para os fundos imobiliários, a localização da propriedade é um elemento indispensável na hora de precificar suas cotas. Nesse sentido, quanto maior é a valorização capitalista do espaço, como ocorre na área central de Belém, maior a probabilidade de especular financeiramente, a partir da produção imobiliária.

Tal análise sugere, portanto, que o crescente processo financeirização da promoção imobiliária em Belém não apenas reforçou a importância urbana da área central da capital paraense, mas impôs desafios às futuras políticas habitacionais e de planejamento urbano que possam garantir acesso mais equitativo à moradia e ao território.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In.: BRUNHOFF, Suzanne de *et al.* **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010. p.95-182.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JÚNIOR, L. Valor, preço, renda e a propriedade imobiliária: articulação de categorias para análise da financeirização e da produção do espaço contemporâneo. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana (XVI SIMPURB)**. De 14 a 17 de novembro de 2019. Local: teatro da UFES e CCHN.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A. 1999.

VENTURA NETO, R. da S. **Circuito imobiliário e a cidade: coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2012.

A REESTRUTURAÇÃO URBANA E A SUBCENTRALIDADE DA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO EM BELÉM-PA.

Christian Charles Moraes dos Santos

Universidade do Estado do Pará
Graduando em Licenciatura em Geografia (UEPA)
christian.cmdsantos@aluno.uepa.br

Marcos Vinícius de Rezende Lembrança

Universidade do Estado do Pará
Graduando em Licenciatura em Geografia (UEPA)
marcos.vdrlebranca@aluno.uepa.br

Michael Cardoso de Souza

Universidade Federal do Pará
Graduado em geografia (UEPA); Mestre em geografia (PPGEO-UEPA)
Doutorando em arquitetura e urbanismo (PPGAU-UFPA)
michardosouza@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Avenida Augusto Montenegro encontra-se localizada nos limites entre Belém e Ananindeua, demandando influência da centralidade do setor habitacional, comercial e imobiliário. O espaço referido possui altos investimentos públicos e privados, direcionados para a construção civil e altos empreendimentos comerciais, e também, áreas periféricas em torno da sua formação. A avenida atualmente é o principal eixo de expansão metropolitana de Belém e a centralidade ganha mais notoriedade a partir da incorporação da “Nova Belém” pelos agentes imobiliários e pelo próprio Estado.

Uma parte da formação histórica da cidade de Belém foi estabelecida, de forma inicial, pela 1ª légua patrimonial a qual se tinha o núcleo central histórico na Cidade Velha e o bairro do Marco - e depois pela 2ª légua patrimonial, um conjunto de terras doadas para o aumento patrimonial público que não possuía limites territoriais bem definidos (Belém, 2000). Assim, a avenida Augusto Montenegro ganhou notoriedade em seu processo de centralidade, não se referindo a uma ideia de centro como ponto inicial ou central da cidade, mas como um espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação de atividade urbanas, que proporciona a ligação, comunicação entre os agentes urbanos. Portanto, a pesquisa focou no estudo dos empreendimentos comerciais dos km 3 ao km 6 da referida avenida que possui mais de 14 quilômetros de extensão.

Partindo desse pressuposto, a problemática desta pesquisa consiste em abordar os seguintes questionamentos: de que forma a centralidade ocorre na dinâmica do eixo da Avenida Augusto Montenegro? Quais elementos permitem que ocorra tal centralidade? Qual o papel dos agentes modeladores desse espaço?

A pesquisa iniciou-se a partir do trabalho de campo realizado no 5º semestre da turma de Licenciatura em Geografia, que está atualmente no 8º semestre do curso, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), na matéria de Geografia Urbana, campus Belém.

OBJETIVO GERAL:

- Analisar a centralidade presente na Avenida Augusto Montenegro e seus respectivos processos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Verificar os elementos que compõem a centralidade do eixo da Avenida Augusto Montenegro.
- b. Identificar como se constitui a formação de espaços multifuncionais dos equipamentos urbanos do km 3 ao km 6 da Avenida Augusto Montenegro;
- c. Compreender a maneira que o espaço urbano da avenida é/foi moldado pelos principais agentes urbanos.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, combinando pesquisa bibliográfica e pesquisa documental com realização de trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica abrange estudos sobre produção do espaço urbano, com base em obras de Corrêa (1989); já sobre subcentros e centralidade, baseia-se nos autores Lefebvre (1999), Villaça (2001), Kenib & Silva (2011), Carlos (2018) e Sposito (1991), enquanto a discussão sobre a Avenida Augusto Montenegro se fundamenta em Mendes (2023) e Trindade Jr. (1998). A pesquisa tem como área de estudo o km 3 - Km 6 da av. Augusto Montenegro, em Belém. Foi realizada uma tabela que quantifica a quantidade de empreendimentos e comércios nesse trecho da Avenida Augusto Montenegro, com o intuito de mapear a concentração e diversificação das atividades econômicas na área, este processo permitiu uma análise detalhada sobre o papel da avenida no contexto urbano e econômico de Belém.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A centralidade é um dos atributos do centro entendido como o local da concentração das atividades econômicas, sociais e políticas (Carlos, 2018). Durante o século XX, a cidade e centro eram entendidos como sinônimos, caracterizados pela concentração de atividades, e lugar onde se podia viver a vida urbana. Para Carlos (2018), a partir dos anos 1970 o processo de implosão/explosão do centro, fez com que surgissem múltiplas centralidades, e esse fenômeno é resultado do processo de concentração de atividades econômicas, sociais e administrativas.

Em conjunto a esse processo, temos fortemente a presença do agente de mercado imobiliário, no qual ele tem o poder de promover outras localidades sentenciadas de maior potencialidade de reprodução de capital. Isso implicou o surgimento de novos centros e subcentros a partir de uma articulação do mercado imobiliário e setores do poder público. Em relação a estrutura do centro e subcentro, Villaça (2001) tem um modo de diferenciação, considerando a priori o centro principal como um elemento da estrutura espacial urbana, com características de aglomeração de empregos ou de comércio e serviços. Já em relação ao subcentro, o autor considera como uma réplica menor do centro principal com aglomerações diversificadas, e somado a isso, também os bairros residenciais e as áreas de indústrias.

Nesse viés, A avenida Augusto Montenegro tem características de subcentro de Belém, possuindo serviços do circuito superior da economia urbana no decorrer de sua extensão, tais como clínicas médicas, odontologia e psicologia, educação básica, faculdades, cursos de idiomas, bares boates, academias, serviços bancários e jurídicos, *fast foods* enfim, serviços voltados para a classe de médio e alto poder aquisitivo (Mendes, 2023), porém, apesar de abrigar diversos serviços, o núcleo principal de Belém não perde sua importância, concentrando mais serviços, atividades e gestão pública e privada do estado.

Os subcentros surgem a partir da necessidade de outros espaços centrais, uma vez que o centro principal “superconcentra” os serviços, o que pode levar à sua explosão, apodrecimento ou reorganização (Lefebvre, 1999). Nessa perspectiva, os subcentros são mais acessíveis do que o principal centro, tanto em distância quanto despesas, o que evita que alguns moradores precisem se deslocar até o centro principal sempre que precisarem adquirir um bem mais sofisticado ou serviços (Souza, 2005). A avenida Augusto Montenegro como subcentro de Belém, possui um prédio comercial que engloba os mais variados

serviços como medicina, jurisdição e administração, apresenta também atacarejos, faculdades, condomínios de alto padrão e conjuntos habitacionais. Sua centralidade é também concretizada com a presença do shopping center, que é a expressão de centralidade e produção de nova centralidade, pois concentram estabelecimentos voltados ao comércio e serviços em uma nova localização com acessibilidade, isto porque geralmente estão em vias expressas e possuem estacionamento (Sposito, 1991). A tabela 01 expõe os empreendimentos comerciais do km 3 ao km 6 da Avenida Augusto Montenegro.

Tabela 01 - Quantidade de empreendimentos comerciais do km 3 ao km 6 da Avenida Augusto Montenegro.

Quantidade de empreendimentos comerciais na Avenida Augusto Montenegro	
Tipo de empreendimento	Quantidade
Condomínios	9
Lojas de roupas	6
Escolas	5
Farmácias	5
Serviços automotivos	4
Supermercados	4
Agências bancárias	2
Shopping center	1

Fonte: Trabalho de campo (2024).

Sob um viés de dimensão econômica, essa centralidade ocorre diante da presença de agentes modeladores do espaço, que modificam sua forma com mudanças estratégicas para alcançar seus objetivos, que vão desde agentes maiores – como as redes de varejo e incorporadoras – a agentes menores de serviços de circuito inferior da economia urbana, são agentes sociais concretos que produzem e consomem o espaço (Corrêa, 1989).

Na produção desse espaço, apesar de haverem grandes redes de supermercados, principalmente a presença do mercado varejista, atividades de lazeres, tais como: bares, lanchonetes e restaurantes, e agora o surgimento dos atacarejos o principal objeto de serviço que existe ao longo da Avenida é o empreendimento do Parque Shopping, a qual na realidade é um conjunto de empreendimento da Incorporadora *Status Construções*, atuante na construção, comercialização, e sendo adjunto a isso proprietário fundiário, ou seja, há existência de terrenos nas mãos de construtoras que são de grande potencial de transformação e influência muito forte na produção do espaço, que adotam estratégias de empreendimento dinâmico.

No entanto, apesar da presença dos agentes privados – redes de varejos e incorporação imobiliária – a figura central neste espaço, é o Estado. A ação direta do Estado no início desse processo, acontece através de base nos primeiros conjuntos habitacionais, obras de infraestruturas, e principalmente algo que é menos destacado, mas vale ser ressaltado, que é locação dos seus serviços como por exemplo: SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Pará) e o Comando Geral da Polícia Militar que atuam fortemente na produção do espaço, entretanto, no geral prevalece uma ação mais voltada para o atendimento dos grandes empreendimentos do que propriamente a população. O Estado é fundamental, pois sem o mesmo, os agentes privados não conseguiram produzir o que tem hoje, visto que tendem a privilegiar os segmentos das classes dominantes (Corrêa,1989).

CONCLUSÃO

O tema proposto aborda temáticas diversas, discutindo sobre; a historicidade de Belém, o começo de sua modernização e centralidade, localizada após o “boom” da *Belle Époque*, até sua contemporaneidade, com alguns sistemas diferentes de centralidade da Avenida Augusto Montenegro e seus respectivos assuntos abordados, com a problemática atravessada em um poderio econômico imobiliário capitalista, com o poder do Estado muito forte em suas funções que beneficiam partes mais altas da cadeia de classes sociais, no entanto, deste modo, foram abordados assuntos que resultam na pesquisa de campo. Cabe ressaltar a trajetória da centralidade da cidade de Belém e seus objetivos de mercado econômico dando foco no crescimento imobiliário, que moldou a característica urbana da Avenida Augusto Montenegro e atraiu empreendimentos comerciais para a área.

Mediante ao exposto, a centralidade vai produzir ao longo de seus processos criações de empresas imobiliárias e condomínios com funções que irão ter impactos sociais de diversas formas (Carlos 2018). Assim, houve separação em massa da sociedade habitável no local, com o crescimento destas produções (Mendes, 2023), sendo o “espaço” um capital mais disputado entre as empresas privadas e públicas e a criação de novos negócios tornou a área central valorizada pelas elites econômicas, o qual buscam conforto e estabilidade.

Reconhecer a importância e as implicações da modernização e a centralidade relacionados aos papéis que este assunto propõe, como nos casos examinados, torna-se de grande importância. A análise do grupo revela a amplitude e complexidade do capital imobiliário e a participação do Estado

nas decisões que trouxeram ao resultado contemporâneo, bem como a forma pela qual a cidade de Belém e seu principal centro amplia nesse quesito econômico, ao passo que expande as suas centralidades.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **Geografia Urbana Crítica: Teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução: Arlene Caetano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CODEM (Belém, PA). **Bairros**. Belém, 2000. 1 CD ROM.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, v. 174, f. 94, 1989, p. 11-35. (Série Princípios).

KENIB, E. S. P. **Centralidades Urbanas e geração de viagens: análise hierárquica no contexto do planejamento de transportes**. Belo Horizonte- MG, 2011.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de MARTINS, S. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MENDES, L. A. S. Os centros e as centralidades da região urbana de Belém. **Revista Formação (Online)**, v. 30, n. 57, p. 173-209, 2023.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2º ed. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

SPOSITO, M. E. B. Estruturação urbana e centralidade. **Anais do III Encontro de geógrafos da América Latina**, 1991.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A Cidade Dispersa: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 394 p. Tese (Doutorado em Geografia) - São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

CASTANHAL, PARÁ: OBSERVAÇÃO DAS DINÂMICAS URBANAS E SUA RELAÇÃO COM O CENTRO E AS ÁREAS DE CENTRALIDADE

Áglia Tamara Negrão Noronha

Universidade Federal do Pará
Graduanda em Geografia
noronhaaglia@gmail.com

Ádria Samara Negrão Noronha

Universidade Federal do Pará
Mestra em Ciências do Movimento Humano
adriasamaranoronha@gmail.com

INTRODUÇÃO

A análise das dinâmicas socioespaciais e dos centros e centralidades presentes em cidades amazônicas é necessária no contexto geográfico atual paraense, visto que essas análises possibilitam compreender as formas de organização espacial desses locais, bem como suas individualidades e estruturas. O centro e a centralidade são questões importantes que devem ser abordados considerando suas polaridades, ambiguidades e formações sociais e históricas (Lefebvre, 1973).

Neste contexto, abordar o centro e as centralidades em cidades médias e amazônicas é estudar não somente suas dinâmicas e estruturas internas, mas considerar também como estas cidades e delimitações territoriais podem moldar e abastecer as necessidades de indivíduos externos destes locais e de localidades próximas que carecem de apoios, serviços e locomoções. As regiões metropolitanas tem o papel não somente de abastecer seus moradores locais, mas de atender inúmeras localidades que usufruem de suas estruturas econômicas.

Sendo assim, este trabalho teve como foco o município de Castanhal/Pará, considerando sua influência política e econômica, e a forma como este espaço tem a capacidade de moldar as interações sociais internas e externas da região. É importante considerar como esta cidade média tem grande papel na zona costeira paraense e nas localidades próximas, bem como seu grande centro comercial abastecido de diversos nichos e especialidades. Sob esse viés, foram considerados os respectivos objetos de estudo: centro e centralidade, estruturas espaciais e dinâmicas de comércio.

OBJETIVO(S)

- i) Descrever as dinâmicas socioespaciais, econômicas e territoriais do município de Castanhal, Pará, com base em visita de campo e;
- ii) Analisar como essas dinâmicas se relacionam com o centro e as áreas de centralidade urbana no município, a partir de observações in loco.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem caráter qualitativo e exploratório, baseado em observação direta (in loco) realizada durante visita de campo da disciplina “Visão Regional do Brasil”, ministrada pelo Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues da Universidade Federal do Pará (Campus Ananindeua), no dia 31 de janeiro de 2025, ao município de Castanhal, Pará. A análise foi feita de forma descritiva e interpretativa, buscando compreender como os componentes observados se articulam no espaço urbano.

A coleta de dados foi feita por meio de observações das dinâmicas socioespaciais, econômicas e territoriais da cidade, com foco na relação entre o centro e as áreas de centralidade urbana. Questões como “Qual a relação destes centros com o resto do município?” e “O que a centralidade do local pode nos dizer acerca das influências externas que o município recebe?” guiaram a análise. Estas reflexões puderam ser observadas através de caminhadas pelo centro da cidade e pelas principais áreas comerciais, como pontos de camelôs e a feira municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dinâmicas sociais e econômicas relacionadas aos centros e centralidades revelam muito sobre a estruturação e organização de uma cidade. Por meio dessas interações, é possível compreender como os aspectos espaciais e territoriais se formam e se inserem no espaço geográfico de um município. Essas dinâmicas representam um conjunto de tempos, organizações e transformações que moldam estruturas, modos de vida, arranjos espaciais e planejamentos urbanos, exigindo análises detalhadas desses espaços e realidades.

No contexto das regiões metropolitanas da capital paraense, o Município de Castanhal ganha destaque. Apesar de não fazer parte oficialmente da região metropolitana de Belém, estabelece uma relação direta com a capital, gerando um novo conceito de metropolização no que se diz respeito a relação destes dois municípios.

No que tange ao aspecto de centro e centralidade, faz-se necessário analisar as influências externas e internas ao município de Castanhal, seja pelo seu processo de dispersão da região metropolitana de Belém, quanto por suas características espaciais e da presença de atividades e dinâmicas comerciais criadas a partir de necessidades oriundas de regiões imediatas e com relações diretas ao município de Castanhal.

Com uma população estimada em 207.603 habitantes (2022), Castanhal pode ser classificada como uma cidade média, não apenas por seu número de habitantes, mas também por sua significativa influência política no município e na região. Em contraste, Ananindeua, que possui uma população maior (478.778 habitantes), não exerce a mesma influência política. Essa relevância política reflete-se diretamente na organização do município e em seus aspectos econômicos.

Castanhal destaca-se pelo desenvolvimento agropecuário. Segundo dados do IBGE (2021), quase 37 mil hectares de formações florestais foram convertidos em pastagens. Vale e Bordalo (2017, p. 33) ressaltam que: “[...] Com a construção da BR-316, em 1960, a aprovação dos primeiros projetos agropecuários a partir de 1968 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a liberação de recursos financeiros do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) contribuíram para a instalação de empreendimentos agropecuários, provocando o fortalecimento da agricultura, da pecuária de corte e leiteira, e da avicultura no nordeste e sudeste paraense.”

Atualmente, Castanhal exerce grande influência do agronegócio na região, refletida também em seus centros e centralidades urbanas. O comércio e a indústria são as principais atividades econômicas do município, com destaque para os setores voltados à agropecuária, que têm crescido significativamente. Um exemplo é a loja Casa do Cowboy, localizada na Avenida Getúlio Vargas, um dos centros da cidade. Castanhal é uma cidade policêntrica, ou seja, possui múltiplos núcleos urbanos. Os principais estão localizados nas avenidas Maximino Porpino (centro principal e oficialmente delimitado), Getúlio Vargas, Nova Olinda e Magalhães Barata.

No entanto, as centralidades de Castanhal vão além de localizações privilegiadas e atividades comerciais. Pequenos centros estão distribuídos em bairros como Jaderlândia, Fonte Boa e Titanlândia, cada um com suas particularidades. Essa distribuição sugere uma dispersão urbana ou espraiamento urbano, indicando uma unidade urbana ampliada, fragmentada e dispersa. Conforme Monclús (1999 apud Catalão, 2008, p. 29), a dispersão urbana “[...]”

é o resultado do processo de ampliação do fenômeno de suburbanização, que ele entende no sentido mais genérico de crescimento urbano das periferias, tal como se aceita comumente nos Estados Unidos e na Europa”.

Diferentemente de outras regiões metropolitanas, onde é necessário deslocar-se até o centro em busca de serviços e comércio, a organização territorial de Castanhal permite que os moradores encontrem esses serviços em seus próprios bairros, reduzindo a necessidade de locomoção até o centro da cidade. Mas o que explica a grande variedade de comércios e serviços presentes nos centros de Castanhal?

Em primeiro lugar, destaca-se sua localização privilegiada. Cortada pela BR-316 e com acesso facilitado à capital paraense, Castanhal também foi beneficiada historicamente pela Estrada de Ferro Belém-Bragança. Esses fatores contribuíram para o estabelecimento de serviços voltados à logística, mecânica, indústria e comércio. Além disso, a cidade atende às necessidades de regiões vizinhas, como destacado por Siqueira (2008, p. 9): “[...] a localização privilegiada do Município transformou Castanhal num grande polo comercial entre os Municípios de Curuçá, Marapanim, Anhangá e Santa Maria do Pará, que não precisavam vir a Belém repor seus estoques.”

Com a construção da Rodovia Belém-Brasília, Castanhal consolidou-se como o principal centro comercial da Zona Bragantina. Esse avanço impulsionou o crescimento comercial, industrial e imobiliário na região, com destaque para comércios atacadistas, indústrias alimentícias e condomínios horizontais.

Compreender estes elementos possibilita a construção de um pensamento reflexivo e inovador acerca das melhorias destes centros urbanos e de como essas estruturas moldam e caracterizam a vida dos habitantes que vivem e experienciam diariamente estas organizações espaciais, pois permitem pensar novas políticas e configurações espaciais.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar as principais informações e aspectos que compõem a formação dos centros e centralidades no município de Castanhal, com o objetivo de analisar como esses núcleos se estruturaram e se inserem no contexto municipal, além de sua influência nas dinâmicas espaciais e econômicas locais. A partir das observações e análises realizadas, foi possível constatar que Castanhal possui uma ampla variedade de centros urbanos, com centralidades variáveis e dispersas. Essa característica é resultado

da influência das demandas das regiões vizinhas, da localização privilegiada do município e do forte impacto do setor agropecuário.

Diante disso, a realização de mais estudos e análises sobre essas centralidades é fundamental para compreender as organizações espaciais e urbanas presentes na zona costeira paraense, bem como para entender como esses centros e centralidades influenciam as dinâmicas sociais e organizacionais da região.

REFERÊNCIAS

CATALÃO, I. F. **Brasília: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. 2008.** 166 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

SIQUEIRA, J. L. F. **Trilhos: o caminho dos sonhos (memorial da Estrada de Ferro de Bragança).** Bragança, PA: [s.n.], 2008.

VALE, J. R. B.; BORDALO, C. A. L. **Análise Multitemporal do Uso da Terra e da Cobertura Vegetal entre 1985 e 2015 na Bacia Hidrográfica do Rio Apeú, Nordeste Paraense.** *GeoAmazônia*, Belém, v. 5, n. 10, p. 23-40, 2017.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção.** Tradução Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião - Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. p. 115.

O COMÉRCIO VAREJISTA E A GEOGRAFIA SOCIOECONÔMICA DO BAIXO TOCANTINS: DIÁLOGOS SOBRE AS CIDADES INTERMEDIÁRIAS DE CAMETÁ, BARCARENA E ABAETETUBA

Mirian Clara Rodrigues Gonçalves

Doutoranda pela Universidade Federal do Pará
Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Pará
mirianrodrigues13@outlook.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se um maior impacto dos empreendimentos de comércio varejista e serviços no espaço urbano das cidades amazônicas, isso se deve à pouca oferta de empregos, à importância turística e ao possível potencial de desenvolvimento socioeconômico dos espaços urbanos, já que elevam as paisagens das cidades e permitem a geração de emprego, renda, abastecimento e lazer. No Baixo Tocantins, mesorregião do Nordeste paraense, a intensidade das atividades varejistas contribui para a diferenciação das cidades no que tange ao desenvolvimento econômico e social.

Nos espaços urbanos das cidades intermediárias⁶ do Baixo Tocantins, Cametá, Abaetetuba e Barcarena, acompanhado do que Santos (2004) denominou de tecnosfera e do intenso processo de urbanização nas últimas décadas, percebe-se a proliferação significativa do comércio varejista de pequeno, médio e grande porte, nossos objetos de estudo. Contudo, apesar dessas cidades ocuparem a função de intermediárias, as atividades econômicas associadas ao setor varejista diferenciam-se entre si, acabando por produzir diferentes ordenamentos territoriais (Santos, 1994).

Deste modo, esse estudo busca analisar e comparar o comércio varejista de cidades intermediárias, inseridos nos circuitos superior e inferior de economia urbana, como caminho para a compreensão dos arranjos socioespaciais e econômicos produzidos no Baixo Tocantins. Isto posto, fez-se necessário discutir os aspectos econômicos, sociais e territoriais que definem uma cidade como intermediária, conhecer e caracterizar os tipos de comércio varejista, identificar os agentes econômicos e sociais que atuam direta ou

⁶ Nesse estudo definimos como cidades intermediárias os espaços que atuam como unidades de atração dos pequenos centros urbanos, colocando-se em um intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional (Trindade Jr., 2012).

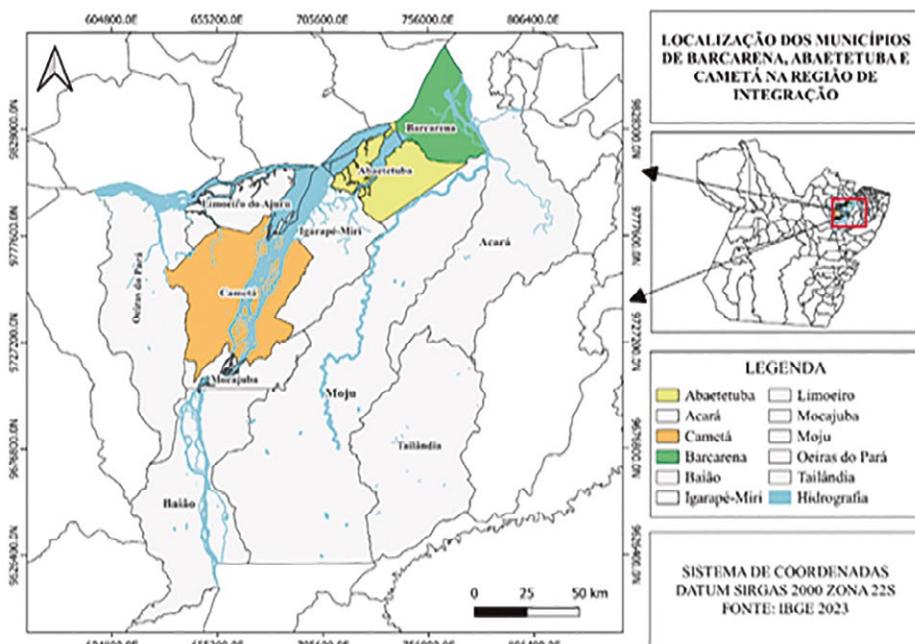
indiretamente nos espaços comerciais e comparar as espacialidades, trocas comerciais e relações sociais provenientes do comércio varejista nas cidades estudadas.

Portanto, considerando que o conhecimento é construído através da investigação científica, como caminho para se alcançar o que nos propomos, foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de se estabelecer um conjunto de conceitos e teorias que orientem a discussão do lócus da pesquisa, portanto, lançou-se mão da investigação sobre a urbanização amazônica, cidades intermediárias e comércio varejista, nas abordagens de diferentes autores; levantamento documental com informações sobre indicadores demográficos, econômicos e sociais do recorte estudado, estudo Regiões de Influência das Cidades 2022 (IBGE, 2023) e dados sobre a regulamentação das atividades econômicas, concessões, emissões de alvarás, permissões de uso, licenciamento e fiscalização, através de documentos disponibilizados pelas prefeituras municipais; e pesquisa de campo, com o uso de técnicas de observação, questionários semiestruturados respondidos oralmente, entrevistas e depoimentos para que possamos identificar as peculiaridades do espaço comercial de cada cidade estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A urbanização pode ser entendida como reflexo, meio, condição social ou até mesmo como produto de complexas relações entre processo (estrutura em movimento) e função (Corrêa, 2011). O processo de urbanização e o modo de vida urbana começam a se intensificar na Amazônia a partir de 1970, sob as intervenções estatais e políticas de migração induzidas e financiadas pelo Estado brasileiro, por meio de altos investimentos em grandes empreendimentos e infraestruturas para viabilizar o desenvolvimento urbano (Costa, 2013). Porém, é importante ressaltar que esse processo de urbanização é marcado pela heterogeneidade e complementaridade, consequência das diferentes dinâmicas socioespaciais e das redes urbanas em que as cidades estão inseridas. Tais características são evidentes nas cidades do Baixo Tocantins aqui analisadas (mapa 1).

Mapa 1: Localização dos municípios de Barcarena, Abaetetuba e Cametá na região de integração



No caso de Barcarena, grande parte da economia se desvinculou de atividades do campo, tornando-se conectada ao mercado global, atendendo a interesses do Estado e interesses externos do capital, com a instalação do Complexo Industrial da Alunorte. Abaetetuba que, com a construção de rodovias, principalmente a PA-150, teve uma redistribuição de suas atividades produtivas e da população, acarretando na acentuação da urbanização do território e maior expansão da população total. Já o urbano cametaense, a partir da década de 1980, passa a transformar-se devido ao processo de migração populacional advindo principalmente do campo e de cidades que compõem a unidade de integração do Baixo Tocantins, atraídos por serviços que a cidade passa a oferecer.

Na rede urbana do Baixo Tocantins, esses núcleos urbanos exercem funções centrais de distribuição de bens e serviços a uma população residente em sua área de influência. Em virtude da variação da oferta de serviços, negócios, mercadorias, infraestruturas e potencial econômico, as cidades de uma rede urbana constituem-se em uma espécie de hierarquia (Trindade Jr., 2012). Devido a essa rede de influência, somada à proximidade de grandes projetos ou inserção dos mesmos no espaço dessas cidades, como no caso de Barcarena, temos uma forte atividade comercial desenvolvida em suas áreas urbanas, com destaque às atividades varejistas.

De acordo com IBGE (2024), o comércio varejista é constituído por atividades caracterizadas pela venda de bens duráveis, semiduráveis e não duráveis em pequena quantidade, destinados a consumidores finais, via de regra, exibem tendência de concentração e centralização econômica. Isso denota que empresas varejistas de pequeno e médio porte, sejam elas de origem familiar ou de capital nacional, são gradualmente adquiridas ou incorporadas por empresas maiores que, progressivamente, expandem seus capitais e espaços de atuação através da desconcentração espacial de suas filiais.

No que tange às atividades varejistas das cidades analisadas, identificamos a presença predominante de dois setores do varejo, os quais classificamos de acordo com os tipos de produtos comercializados, sendo eles: o varejo de alimentos (supermercados e feiras livres) e o varejo de produtos em geral (lojas de departamento e lojas especializadas). Das instituições privadas, podemos citar os supermercados, empresas de departamento e empresas de varejo especializado, à exemplo, Grupo Mateus, Americanas, Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Novo Mundo, Grupo Gazin, Lojas Avenida, Posto Shell V-Power e outros. Ademais, como sujeitos de investigação e produtores do espaço, podemos citar o governo, mais especificamente as prefeituras municipais, responsáveis por gerir os espaços da feira e facilitar a instalação de empresas privadas na cidade, além de vendedores e consumidores, como feirantes, atendentes, balconistas, consumidores e outros.

Em suma, é perceptível que a presença ou não de atividades varejistas de pequeno, médio e/ou grande porte nas cidades analisadas pode atuar como indicador de desenvolvimento e centralidade territorial dentro da rede urbana em que estão inseridas, visto que a intensidade dessas atividades deve aumentar as oportunidades e opções de produção e consumo dos residentes, pelo reforço da atratividade da cidade; contribuir para a ampliação das rendas e empregos locais, principalmente em situação de desemprego estrutural; abastecimento da população em suas diversas escalas de consumo; reforço da centralidade urbana, contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades econômicas e sociais; e interferência na qualidade de vida urbana, em vários sentidos, já que engloba tanto das possibilidades de consumo, quanto a qualidade do ambiente urbano em escala local e regional, reforçando a economia urbana como um todo.

CONCLUSÃO

A instalação de uma empresa varejista em uma determinada porção territorial não ocorre de maneira aleatória, mas seguem lógicas econômicas e estratégias espaciais que explicam sua localização. Nas últimas décadas, percebe-se um aumento da importância de cidades médias que se configuram como espaços atrativos para empresas de varejo, em razão de sua capacidade de intermediação entre cidades locais e grandes cidades, bem como sua capacidade de polarização regional. Todavia, dado o tamanho e potencial de mercado que, comparado à cidade metropolitana, é menor, assim como os papéis regionais diferenciados que essas cidades desempenham, deve-se adotar estratégias específicas e particulares que se adaptem a cada contexto socioespacial em que estão inseridas (Sposito e Sposito, 2017).

Portanto, o estudo da presença ou ausência de empresas varejistas dentro do espaço urbano dessas cidades, seus formatos e estratégias organizacionais e espaciais, que fazem parte de um processo de modernização massiva, assim como o comércio varejista em pequena escala, desenvolvidos predominantemente nas feiras livres das cidades aqui estudadas, são imprescindíveis para se entender o ordenamento territorial e socioeconômico das mesmas, já que o capital comercial varejista tornou-se um importante agente da produção do espaço em múltiplas escalas geográficas, revelando desigualdades em termos de poder de uso e produção dos territórios.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011.

COSTA, Najara M. S. V. A cidade urbana na Amazônia: reflexões sobre a construção do plano local de habitação de interesse social. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, São Luís, 2013.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Comércio**, 2024. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=G&tipo=cnae&versao=9&view=secao#:~:text=O%20com%C3%A9rcio%20varejista%20revende%20mercadorias,devem%20ser%20classificadas%20como%20varejistas>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2024

SANTOS. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnicocientífico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994 a.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; SPOSITO, Eliseu S. Articulações entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias das empresas. In: **Geosp** – Espaços e Tempo (online), São Paulo, v. 2, p. 462-479, 2017.

TRINDADE, G. O. **Santarém:** dinâmicas socioespaciais e centralidade política de uma cidade média na Amazônia oriental. 2012, 26 fls. Relatório de Pesquisa (Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFPA) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DA INSTALAÇÃO DE REDES DE SUPERMERCADO EM ABAETETUBA-PA.

Khannanda Luhara e Silva Gonçalves

Universidade Federal de Sergipe
Mestranda – PPGeo - UFS
khannandagoncalves@gmail.com

José Eloízio da Costa

Universidade Federal de Sergipe
Pósdoc – UFC; Universidade de Lisboa
eloiziocosta@academico.ufs.br

Madson José Nascimento Quaresma

Universidade do Estado do Pará
Doutorando – PPGeo UERJ
mandsonqua@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto buscará de maneira muito breve analisar as implicações socioespaciais a partir da instalação de redes de supermercado em Abaetetuba, no estado do Pará. O município de Abaetetuba se encontra localizado na Região de Integração Tocantins, com população atual de cerca de 158.188 habitantes, distribuídas em uma área territorial de 1.610,646 km², resultando em uma densidade demográfica de 98,21 habitantes por km² segundo o Censo Demográfico de 2022. A área urbana da cidade está localizada à margem direita do Rio Maratauíra, um afluente do Rio Tocantins, a distância rodoviária da capital do estado se dá por cerca de 110 km². Em decorrência da sua proximidade com os rios, a zona rural do município é constituída por áreas ribeirinhas que compõem um complexo hidrográfico integrado por igarapés, rios e furos, e também por agrovilas e colônias situadas nas estradas da saída da cidade em direção ao distrito de Beja.

As observações empíricas levam a uma análise no que diz respeito às transformações urbanas, bem como a produção do espaço urbano do município, principalmente pela localização estratégica que os supermercados são instalados, do lado oposto da feira de Abaetetuba que por muito tempo foi uma das maiores representações da economia local do município, visto que sua base de economia é organizada nas atividades

de comércio e serviços, alterando assim os níveis de importância dos serviços nos quais estão inseridos os limites municipais. Dentre os novos empreendimentos, se destacam o Mix Mateus, Grupo Líder e Atacadão. Esses novos equipamentos urbanos uma vez que são instalados, alteram e transformam não só a forma da configuração espacial de uma cidade média ribeirinha, mas também os novos padrões de consumo que essas redes possibilitam.

As expressões de centralidade das cidades amazônicas inicialmente ribeirinhas refletem na reestruturação do espaço urbano, e conseqüentemente nas próprias centralidades a partir do comércio e serviços. As especificidades das formas de articulação das economias urbanas das cidades médias em meio ao capitalismo internacional, são representadas em meio ao espaço da cidade onde sua localização e estrutura configuram as relações que estabelecem entre si e com outras cidades de outras redes. Esse processo torna-se cada vez mais influenciado pelas escolhas espaciais de posição e localização dessas grandes empresas (seja comercial, de serviços, ramo imobiliário, entre outros). É importante observar a forma como essas empresas passaram a se organizar nos espaços das cidades, sobretudo a partir da lógica que fundamenta a concentração econômica.

Em momentos anteriores, as maiores empresas comerciais, priorizavam os espaços das metrópoles nacionais e regionais, e também em grandes cidades, porém, estas passaram a buscar os mercados das cidades médias com importantes influências regionais. (Sposito; Sposito, 2017). A partir da instalação desses empreendimentos, acontece a indução de novos padrões de consumo que conseqüentemente causam mudanças no espaço das cidades.

OBJETIVO(S)

A maneira com que estes empreendimentos se especializam, em Abaetetuba, causa uma alteração nos eixos de circulação do município, bem como suas relações com os habitantes. Se antes o ponto central de compras do setor alimentício e demais mercadorias era no sentido da feira e seus arredores, hoje se observa que a atração dos cidadãos é para o consumo de mercadorias nos novos empreendimentos que se concentram na saída da cidade e ao longo da estrada. Assim, o objetivo deste estudo, reflete na análise das implicações socioespaciais materializadas no espaço urbano de Abaetetuba, a partir da instalação desses empreendimentos.

MATERIAL E MÉTODOS

O escrito foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, com o objetivo de sintetizar e analisar o conhecimento existente sobre o processo de produção do espaço urbano por meio do recorte proposto. Para isso, como padrão desse procedimento, foram selecionadas e analisadas publicações acadêmicas na natureza de artigos científicos, livros, dissertações e teses, todos dentro da abordagem da temática proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da dinâmica comercial da Região de Integração Tocantins, o município de Abaetetuba desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e comercial, uma vez que se destaca pela sua localização privilegiada as margens do rio Maratauíra e nas proximidades da capital do estado, se tornando um ponto de convergência para o comércio, o abastecimento de produtos para cidades circunvizinhas e a distribuição de mercadorias. Diante da economia concentrada principalmente na prestação de serviços que atendem a demanda local e cidades circunvizinhas, o município passa a apresentar uma ampliação em seu espaço urbano para áreas periféricas, o que conseqüentemente provoca o surgimento de novas dinâmicas no contexto socioespacial.

Em meio aos avanços históricos, principalmente a partir do comércio e da industrialização, os espaços das cidades passaram a ser a concretização do processo e a consumação das relações sociais que produzem os espaços urbanos, como um produto social e trabalho materializado. Até em períodos passados, as grandes empresas consideravam apenas espaços metropolitanos nacionais ou regionais para sua instalação, atualmente, observa-se que esses grupos passam a buscar de forma mais intensa os mercados de espaços urbanos não-metropolitanos, sobretudo em cidades médias, que mormente exercem funções de intermediação entre outras cidades.

Essas novas centralidades urbanas que estão estabelecidas em Abaetetuba, trazem uma reconfiguração no espaço urbano tanto no sentido das transformações socioespaciais que os empreendimentos proporcionam, como propriamente as novas formas de consumo que estes representam. O processo das relações entre cidade e comércio diante do avanço da globalização da economia, demonstra o aumento de produtos e serviços, sobretudo porque estes produzem a alteração de consumo entre os hábitos do passado. Assim, são evidentes as transformações no modo de vida das pessoas, bem

como sua percepção de mundo, principalmente com o processo contínuo evolutivo das novas formas de comercialização, que passam por uma reestruturação, se adaptando as relações sociais existentes.

O surgimento dos novos modelos comerciais reflete na intensidade de influência nos padrões de consumo e também no que se refere a estrutura física de empreendimentos similares. De acordo com Costa (2022), “sua localização depende de maior quantidade de movimentação do capital, isto implica em atender uma grande clientela de várias classes sociais, por isso precisam localizar-se nos maiores eixos de circulação urbana das cidades. (Costa, 2022, p. 17). Como consequência dessas novas transformações, observa-se também as implicações no espaço urbano no sentido da estrutura da oferta e também da dinâmica da demanda, alterando os valores tradicionais associados ao consumo. A partir dessas definições, observa-se a profundidade desse modelo comercial, tanto em sua infraestrutura física quanto na consolidação dos elementos de consumo, o modelo criado destina os estabelecimentos a situar-se nos principais eixos de circulação, uma vez que sua localização necessita de uma ampla captação de diferentes classes sociais, estando ligada a movimentação de capital.

A posição geográfica do município de Abaetetuba, situada na região de integração Tocantins, permite a facilitação do acesso a municípios circunvizinhos da mesma região de integração, como Moju, Igarapé-Miri, Cametá, dentre outros. Desse modo, a cidade reforça a sua localização como uma posição de centro regional, transformando-se em um polo comercial com grande oferta de comércio e serviços. Assim, a maneira como o município recebe as redes de supermercado, possibilita um alcance comercial não somente dos habitantes locais, mas também de consumidores das cidades circunvizinhas, ampliando a área de influência e potencial de mercado.

CONCLUSÃO

Em síntese, os empreendimentos que se instalam em Abaetetuba no ano de 2019, exercem uma distribuição no espaço urbano de forma dispersa, atendendo a uma lógica preestabelecida de arranjo espacial próprio desse seguimento, onde o caso e mercado consumidor são privilegiados. Dessa forma, a partir das observações acima quanto, entende-se que o município de Abaetetuba se consolida como uma vinculação fundamental no comércio da região, desempenhando um papel de centralidade na circulação de bens e serviços, e a instalação das redes varejistas e de atacarejo, reforçam o forta-

lecimento da dinâmica comercial local. Compreendemos que a dinâmica comercial local de Abaetetuba reforça sua importância como um polo regional privilegiado, consolidado como um centro de abastecimento e distribuição de mercadorias. Além disso, a expansão do espaço urbano e a crescente presença de novos empreendimentos e novos serviços comerciais refletem a reestruturação espacial impulsionada pelo avanço da economia globalizada, que ressignifica os padrões de consumo e a estrutura urbana da cidade.

REFERÊNCIAS

COSTA, Jeanny Farias. **Redes nacionais e internacionais de atacarejos e implicações socioespaciais na cidade média de Castanhal, Pará** / Jeanny Farias Costa; orientador Willame de Oliveira Ribeiro. – Belém, 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: população residente, por sexo, idade e forma de declaração da idade. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23, Jan. 2025.

QUARESMA, Madson et al. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **PerCursos**, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2015.

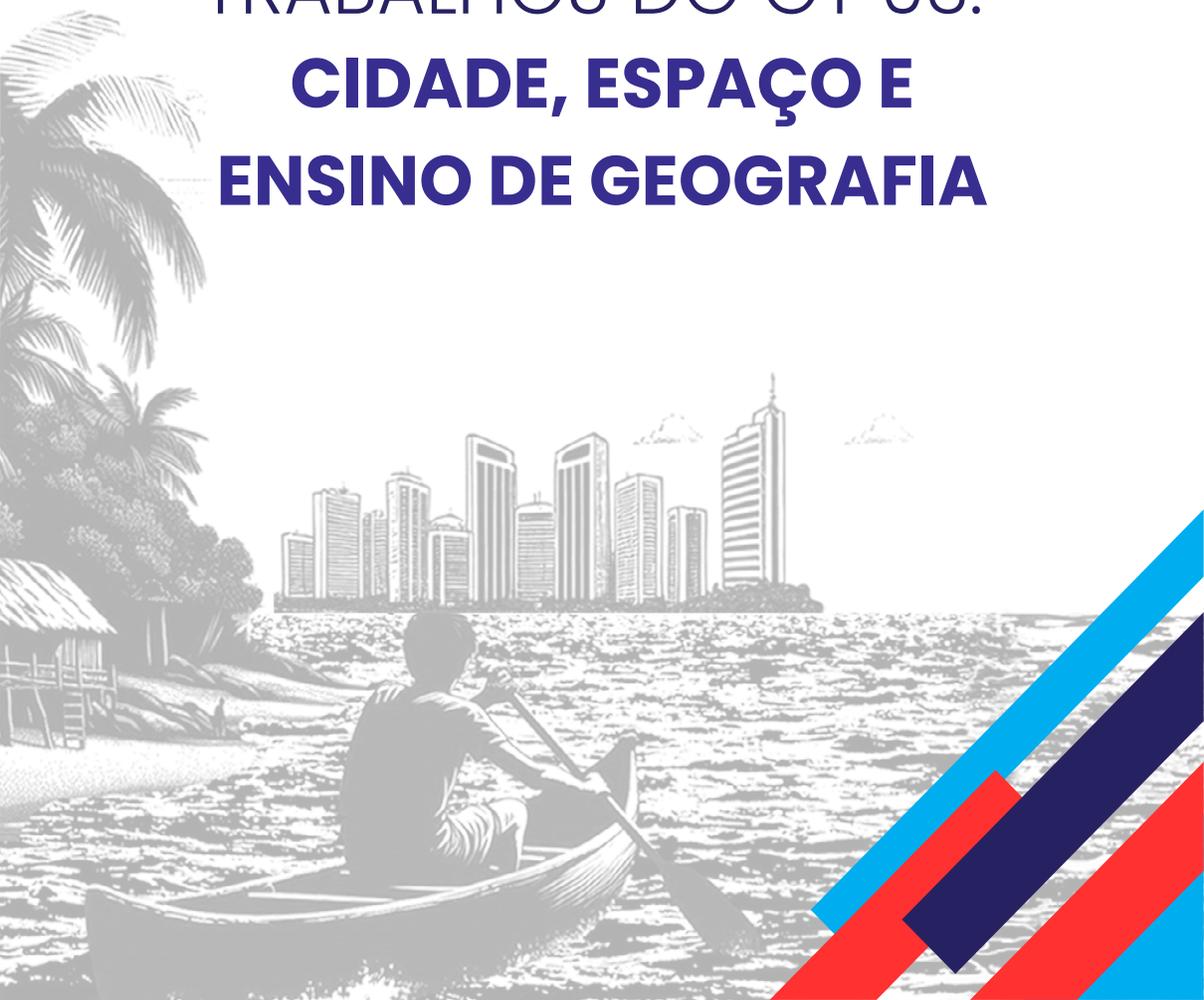
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. **Articulação entre múltiplas escalas geográficas**: lógicas e estratégias espaciais de empresas. *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 462-479, 2017.

ANAIS do

ENGEOCIDADES

2025

TRABALHOS DO GT 03:
**CIDADE, ESPAÇO E
ENSINO DE GEOGRAFIA**



APRESENTAÇÃO GT 03 – CIDADE, ESPAÇO E ENSINO DE GEOGRAFIA

Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro

A prática da docência responde pela quase integralidade do mercado de trabalho na área de geografia, bem como se refere ao meio pelo qual os ideais de produção de uma sociedade mais justa, diversa e crítica se apresentam mais concretos aos geógrafos. Apesar disso, as pesquisas sobre o ensino da geografia e até mesmo a preparação/formação para o exercício da docência são bem menos frequentes e relevantes do que deveriam ser. Quando a análise privilegia apenas as cidades em sua vinculação com o ensino da geografia essa dedicação é ainda mais rarefeita, o que se contradiz com os potenciais apresentados tanto pela ciência geográfica quanto pelo ensino no âmbito da disciplina geografia na educação básica.

Diante disso, o objetivo do *GT 03 - Cidade, Espaço e Ensino de Geografia* consistiu em discutir o ensino da geografia nas cidades e seu papel diante das complexas problemáticas que se materializam nos espaços urbanos contemporâneos. Contou, para tanto, com a participação de estudantes da graduação e da pós-graduação em geografia e em área afins, com profissionais atuantes na educação básica e superior e demais interessados no ensino da geografia, especialmente, daqueles inseridos em contextos amazônicos.

Compuseram o interesse do GT trabalhos que versavam sobre temas como: formação de professores da área de geografia; políticas curriculares, reformas e implicações sobre a disciplina geografia na educação básica; recursos didáticos e práticas docentes em geografia; educação ambiental e ensino de geografia; espaço vivido, ensino de geografia e formação crítica; territorialidades urbanas e ensino de geografia; o espaço escolar no contexto do espaço urbano, entre outros.

Espera-se com isso mobilizar conhecimentos que permitam constituir meios para uma prática docente mais crítica e contextualizada; formas de melhor conhecer as potencialidades, deficiências e particularidades dos discentes; melhores compreensões dos desafios da formação de professores no Brasil; entendimentos acerca das características e das realidades impostas pelas políticas curriculares recentes; e construir articulações entre profissionais e estudantes das várias instituições amazônicas com vistas a um trabalho em rede em prol do fortalecimento das análises e das práticas no âmbito do ensino da geografia.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE BELÉM-PA

Phelipe Rodrigo Corrêa de Oliveira

Universidade Federal do Pará - UFPA

Licenciado em Geografia (FIBRA);

Especialista em Ensino de Geografia (UFPA);

Mestrando em Geografia (UFPA).

phellip.rodriigo@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação patrimonial desempenha um papel essencial no ensino de Geografia ao possibilitar uma compreensão mais aprofundada do espaço geográfico e das identidades culturais. No contexto de Belém-PA, uma cidade rica em patrimônios materiais e imateriais, esse tipo de educação permite que os alunos se conectem com a história e a dinâmica urbana do local.

A educação patrimonial não apenas auxilia na compreensão do espaço físico e cultural, mas também fortalece a identidade dos cidadãos, tornando-os mais conscientes da importância de preservar o patrimônio histórico. Em uma cidade como Belém, onde a história se faz presente em seus edifícios, praças e manifestações culturais, o ensino de Geografia pode ser enriquecido pela exploração de seus elementos patrimoniais, trazendo um novo significado às relações espaciais.

Dessa forma, este estudo busca compreender como a educação patrimonial pode ser utilizada como uma ferramenta pedagógica no ensino de Geografia, promovendo um aprendizado contextualizado e significativo, com base na interação entre o ambiente urbano e a história local.

OBJETIVO(S)

- O principal objetivo deste estudo é demonstrar como a educação patrimonial pode ser uma ferramenta pedagógica eficaz no ensino de Geografia. Para isso, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:
- Explorar os conceitos de paisagem, lugar e espaço, relacionando-os ao patrimônio cultural e natural de Belém;

- Sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação patrimonial como parte de sua identidade e responsabilidade cívica;
- Analisar a relação entre espaço urbano e identidades culturais locais;
- Propor atividades didáticas que utilizem o patrimônio como ferramenta para um ensino significativo.

Com a implementação desses objetivos, espera-se criar uma base sólida para que os alunos possam compreender não apenas os aspectos físicos da cidade, mas também sua construção histórica, social e cultural. Assim, o ensino de Geografia se torna mais dinâmico e alinhado à realidade local dos estudantes.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa realizada é de cunho bibliográfico e exploratório, baseada na revisão de literatura sobre educação patrimonial e ensino de Geografia. Destaca-se autores como Milton Santos (2006), que discute a relação entre espaço e sociedade, e Cavalcanti (2010), que enfatiza o ensino de Geografia fora da sala de aula, dentre outros.

Para o levantamento de informações sobre o patrimônio de Belém, foi realizada uma análise de documentos históricos, livros acadêmicos e artigos científicos. Além disso, imagens do Google Street View foram utilizadas como ferramenta complementar para observação remota, já que não foi possível realizar visitas in loco.

A pesquisa também se baseou na revisão de experiências didáticas que utilizam a educação patrimonial como metodologia ativa no ensino de Geografia. Foram analisadas atividades que envolvem visitas a patrimônios históricos, elaboração de mapas cognitivos e discussões sobre as transformações do espaço urbano ao longo do tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a educação patrimonial, quando integrada ao ensino de Geografia, promove um aprendizado mais significativo e contextualizado. Os alunos conseguem relacionar os conceitos geográficos com experiências concretas, favorecendo a compreensão da dinâmica urbana e da história local.

O uso do trabalho de campo e de metodologias ativas, como visitas a patrimônios culturais, também se mostrou uma estratégia eficaz para engajar os estudantes no aprendizado. Ademais, a abordagem interdisciplinar da edu-

cação patrimonial reforça a consciência cidadã e a valorização da identidade cultural local.

Os relatos dos professores que adotaram essa metodologia apontam que os alunos passaram a perceber a cidade com um novo olhar, identificando elementos do patrimônio que antes passavam despercebidos. Isso demonstra que a educação patrimonial pode transformar a percepção dos estudantes sobre o espaço onde vivem, incentivando a preservação e o respeito pela história local.

CONCLUSÃO

A educação patrimonial se mostra uma ferramenta fundamental para o ensino de Geografia, pois permite que os alunos compreendam a relação entre espaço, cultura e sociedade de forma mais crítica e contextualizada. O uso de patrimônios locais no ensino contribui para o fortalecimento da identidade comunitária e para a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação do patrimônio cultural e natural.

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se que políticas públicas incentivem a inserção da educação patrimonial no currículo escolar, promovendo atividades que explorem o espaço urbano e sua história. A formação de professores nessa metodologia também é essencial para garantir o sucesso dessa abordagem educativa.

REFERÊNCIAS

BACHELLI, Davi Melo Barbosa. O trabalho de campo no ensino de geografia a cidade como experiência educativa. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 3245-3258, 2019.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da Geografia: o professor** / Helena Copetti Callai. — Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. — 168 p. — (Coleção ciências sociais)

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas**. *In*: Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento. Belo Horizonte: Perspectivas Atuais, 2010. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidadeescolar-lana-souza/file>> Acesso em: 08/08/2024.

EQUIPE RIDEEL. **Manual compacto de geografia: ensino fundamental** / Equipe Rideel. — 1. ed. — São Paulo: Rideel, 2010.

FARIAS, Ricardo Chaves de; SILVA, Alcinéia de Souza. O trabalho de campo como instrumento para a construção do conhecimento geográfico. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 2811-2822, 2019

GEVEHR, Daniel; DILLY, Luciano. **A educação patrimonial no contexto regional: reflexões sobre o patrimônio na perspectiva contemporânea**. Ágora. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 02, p. 10–23, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

MELLO, Ana Paula Teixeira de. **Educação patrimonial no ensino de geografia: um olhar para além dos muros escolares**. 2021.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia** / Ruy Moreira. — 2ª reimpr. da 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. — (Coleção Primeiros Passos; 48).

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de et al. **Preservação e educação patrimonial dando força ao lugar e instigando a formação humana e cidadã**. Revista Signos Geográficos, v. 4, p. 1-17, 2022.

PAES, M.T.D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais — um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de base comunitária** — diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília–DF: Letra e Imagem/Ministério do Turismo/SNPDTUR, 2009a. pp. 162–176.

SANTOS, Milton, 1926–2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. — 4. ed. 2. reimpr. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. — (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. — 6. Ed. 2. Reimp. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO URBANO: DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS, UM RELATO DOCENTE.

Hudson Patrick Coelho

Faculdades Integradas Ipiranga
Licenciado pleno em Geografia
hudsonpatriick@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino da Geografia, especialmente no contexto urbano, é fundamental para que os alunos compreendam sua ação no meio, e que as dinâmicas sociais moldam o espaço em que vivem. No entanto, a prática do ensino enfrenta inúmeros desafios, como a dificuldade de relacionar os conceitos teóricos com a realidade vivida, observando assim, dificuldade do educando em compreender que também é ator do espaço. Estas breves linhas que trazem observação prática do ensino, em um recorte na cidade de Ananindeua, busca demonstrar e discutir os principais desafios do ensino de Geografia no contexto urbano, abordando conceitos fundamentais e destacando a importância de um ensino crítica e participativo, com base em conceitos geográficos e na interação direta do aluno com o meio discutido.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral deste artigo é analisar os desafios e as estratégias de ensino em Geografia no, especialmente no que se refere aos conceitos e dinâmicas de urbanização, segregação socioespacial e seus impactos, visando a formação crítica dos alunos, conscientes das transformações espaciais.

Objetivos Específicos

1. Discutir os principais conceitos da urbanização e das dinâmicas urbanas, como mobilidade urbana, segregação socioespacial e impactos ambientais.
2. Examinar as dificuldades e os desafios enfrentados no ensino de Geografia, com foco nas limitações pedagógicas e na desconexão entre teoria e prática.

3. Identificar e analisar exemplos locais de urbanização desordenada, como o caso da comunidade São Judas Tadeu, em Ananindeua, para ilustrar os impactos da falta de planejamento urbano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este material foi desenvolvido a partir de vivência em sala de aula e dificuldade dos alunos em notar sua importância no espaço, e através dela, construí abordagem qualitativa, com foco na análise crítica das dinâmicas urbanas e no impacto do ensino de Geografia na formação dos alunos enquanto cidadãos. Foram adotados métodos de coleta de dados, que incluem a revisão bibliográfica, a observação direta e a análise da vivência do local de vivência dos alunos.

1. Revisão Bibliográfica: Fundamentou-se a base teórica deste artigo foi em autores de referência da Geografia, como Santos (1996), Vesentini (2013), Harvey (2014), e Carlos (2011). A partir de suas obras, foram abordados os conceitos fundamentais da urbanização, que fomentaram discussões em sala para continuidade da análise.
2. Observação Direta: Como parte da pesquisa de campo, foi realizada a observação direta de comunidades urbanas, utilizado o recorte da comunidade São Judas Tadeu, no bairro das águas lindas, em Ananindeua, onde observa-se que o crescimento desordenado da comunidade provoca problemas devido falta de infraestrutura urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ensino De Geografia E Suas Finalidades

Conforme Milton Santos (1996), a Geografia deve possibilitar ao aluno ferramentas de compreensão e crítica das relações entre sociedade e espaço, destacando que o espaço geográfico é um produto de interações humanas mediadas pela técnica, pela economia e pelas relações de poder. Milton Santos também ressalta o papel da Geografia, que não deve se resguardar à modesta atividade de memorização de conceitos, e si, formar cidadãos capazes de analisar os processos e dinâmicas espaciais de maneira crítica. Para Vesentini (2013), é fundamental à geografia forneça aos alunos compreensão das interações entre o espaço natural e social, abordando temas como urbanização, mobilidade urbana e segregação socioespacial, não os deixando distante do cotidiano dos alunos. Em complemento, Callai (2005) ressalta que a Geografia deve partir da realidade vivida pelos alunos, estimulando-os a observar e interpretar os fenômenos urbanos que ocorrem ao seu redor, como o crescimento desordenado

das cidades, as desigualdades regionais e os problemas de transporte. Logo, a prática no ensino de Geografia deve conectar teoria-prática, demonstrando assim, que a geografia é atividade cotidiana na vida dos alunos.

Logo, a necessidade de práticas que o educando compreenda sua ação como protagonista no meio, o tira do sonambulismo que é pensar ou, nem pensar sua importância no espaço geográfico, tirando-o do papel de espectador e dando-o capacidade de pensamento e propositor de intervenções e análise do que até então, mesmo que aos olhos, era despercebido.

Conceitos Fundamentais No Estudo Da Urbanização

No estudo da urbanização, é fundamental compreender conceitos que estruturam a dinâmica das cidades, pois eles fomentam a análise das transformações do espaço urbano e seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Segundo Carlos (2011), a urbanização é o processo de crescimento e adensamento das áreas urbanas, resultado da conjugação de fatores como a industrialização, o êxodo rural e a expansão do setor de serviços. Esse processo espontâneo de ocupação gera organizações sociais que necessitam de atenção especial em sua análise e transformação do território. Conforme Santos (1996), são grandes cidades que exercem forte influência econômica, política e cultural sobre outras áreas, articulando redes urbanas e integrando territórios regionais. Entretanto, a urbanização, especialmente quando ocorre de forma acelerada e desordenada, gera problemas como o crescimento descontrolado das periferias, a ocupação de áreas de risco e a degradação ambiental, que acarretam em problemas as comunidades devido falta de infraestrutura mínima, que são observadas cotidianamente pelos alunos.

Para Vesentini (2013), a segregação é um produto direto das desigualdades sociais e econômicas, refletindo-se no contraste entre bairros centrais, com ampla infraestrutura, e periferias, geralmente carentes de serviços essenciais. Essa segregação também impacta a mobilidade urbana, que, segundo Harvey (2014), é a capacidade da população de se deslocar pela cidade para acessar trabalho, serviços e lazer. A má distribuição de transportes públicos, a priorização do transporte individual e o crescimento desordenado tornam o deslocamento urbano um desafio, agravando as desigualdades sociais.

Esses conceitos tornam-se ainda mais claros quando analisados em situações concretas do espaço urbano. Um exemplo marcante é a transformação ocorrida na comunidade São Judas Tadeu, em Ananindeua, local onde fica a escola de mesmo nome, que utilizei como base à análise aqui exposta.

Nessa área, o processo de urbanização se deu de forma desordenada, com a ocupação irregular de uma área de rio, onde as construções sobrepuseram o curso d'água. Como consequência, a comunidade enfrenta frequentes alagamentos, evidenciando os impactos ambientais da ocupação desregulada.

A análise dessa realidade local no ensino de Geografia permite que os alunos compreendam, de forma crítica e prática, as relações entre urbanização, impactos ambientais e qualidade de vida, conforme preconiza Callai (2005). Além disso, ao abordar casos como o da comunidade São Judas Tadeu, a prática docente conecta os conceitos de urbanização com a realidade vivida pelos alunos, alinhando-se à proposta de Milton Santos (1996), para quem o ensino de Geografia deve formar cidadãos capazes de interpretar e agir sobre o espaço em que vivem.

Desafios No Ensino da Urbanização E Das Dinâmicas Urbanas E Estratégias Para Superar Os Desafios

O ensino da urbanização e das dinâmicas urbanas apresenta diversos desafios, especialmente ao buscar relacionar conceitos teóricos com as realidades vividas pelos alunos. Segundo Callai (2005), um dos principais obstáculos é a dificuldade de conectar os conteúdos da Geografia com o cotidiano, fazendo com que a disciplina seja vista de forma distante e descontextualizada, devendo então, ser levada à sala, a discussão do meio de vivência dos alunos, para compressão prática dos mesmos. Conforme sugere Callai (2005). O uso de tecnologias, como aplicativos de georreferenciamento e ferramentas de mapas interativos, também enriquece as análises espaciais, tornando o ensino mais dinâmico e participativo, podendo até a proposição de construção de mapas interativos com os alunos e visualização prática de problemas sociais que eles possam destacar através da observação.

CONCLUSÃO

O ensino de Geografia no contexto urbano é, uma prática desafiante,, mas é também uma ferramenta essencial para a formação de alunos críticos e conscientes do espaço em que vivem e atuam. Para superar a dificuldades no ensino, é necessário adotar práticas pedagógicas, que promovam formação que esteja sempre alinhado com a realidade local dos alunos. Como destaca Santos (1996), a Geografia deve ir além da simples descrição do espaço, funcionando como um instrumento para a compreensão profunda e a transformação ativa do território, estimulando os estudantes a refletirem sobre o espaço urbano e a sua relação com os processos sociais, políticos e ambientais.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **Ensino de Geografia**: práticas e possibilidades. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Geografia e Ensino**: práticas de formação continuada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

VESENTINI, José William. Geografia: o mundo em transição. São Paulo: **Ática**, 2013.v n 1

O MUNDO VIRTUAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA: AS REDES SOCIAIS COMO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Beatriz Lorena Correa da Silva

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Discente de Pós-graduação em Geografia (PPGG)
profbeatrizlorena@gmail.com

INTRODUÇÃO

A crescente presença do mundo virtual na sociedade brasileira evidencia uma transformação nos modos de interação social, que gradativamente passam a ocorrer por meio da internet. Nesse contexto, a sala de aula não pode se manter isolada dessas evoluções sociais, mas deve se integrar ativamente a essa realidade.

De acordo com Milton Santos (2008), o processo de aprendizagem “deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos”. Assim, no meio-técnico-científico-informacional, a educação ocorre em um ambiente complexo e desafiador, no qual o educador precisa investir na compreensão da realidade digital para aprimorar seu ensino. Fróes (1998) destaca que a aprendizagem é um processo de conexão entre o indivíduo e o mundo em que vive, o que possibilita a construção de significados em múltiplos âmbitos. Ou seja, desconsiderar a inserção da tecnologia na educação é negar a própria realidade educacional.

Além disso, Cavalcanti (2010) ressalta a importância de reconhecer a conexão entre a espacialidade dos alunos, sua cultura e o currículo escolar. As redes sociais são vinculações contemporâneas da espacialidade dos alunos, por isso o ensino da geografia, não deve ser a quem.

Portanto, esta pesquisa busca responder às seguintes questões: Como as redes sociais podem ser utilizadas como ferramenta pedagógica no ensino de Geografia? Quais são os desafios do mundo tecnológico no processo de ensino-aprendizagem de Geografia?

Com base nessas reflexões, o objetivo geral desta pesquisa é investigar como as redes sociais podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de Geografia. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar o papel das redes sociais no ensino de Geografia e compreender o Instagram como um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa adota como desenvolvimento metodológico os levantamentos bibliográficos e análise de dados, com o objetivo de compreender as redes sociais e suas influências no ensino de Geografia. Para o levantamento bibliográfico, foram realizadas leituras voltadas para temas como ensino de Geografia, redes sociais e ambientes virtuais de aprendizagem, com base em autores como Ferreira (2015), Recuero (2009) e Vieira e Luciano (2005), de modo a contribuir para a fundamentação teórica do estudo.

A rede social Instagram foi escolhida como objeto de análise, pois se entende que, além de ser um meio de comunicação, possui potencial pedagógico na construção de novas formas de subjetividade e ensino-aprendizagem. Assim, o Instagram não é apenas um instrumento tecnológico, mas, conforme Preto (1996) configura-se como “uma verdadeira máquina que estrutura novas maneiras de pensar, sentir e agir na nossa época”.

O projeto de aplicação consistiu na criação de um perfil específico para conteúdo de Geografia, no qual foram publicados posts semanais abordando diferentes temáticas da disciplina. Além disso, a funcionalidade dos stories foi utilizada como instrumento avaliativo, permitindo a aplicação de questões relacionadas aos conteúdos apresentados no feed.

Por fim, a investigação classifica-se como descritiva e de abordagem qualitativa, buscando refletir sobre as novas formas de aprendizagem mediadas pelos artefatos culturais digitais e sua relação com as práticas escolares em Geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Recuero (2009), a rede social é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. Atualmente, as redes sociais se tornaram parte fundamental para a estrutura social que vivemos. Isso reflete, principalmente, dentro de sala de aula.

Para o ensino de Geografia, o uso da internet tem uma via dupla, isto é, por meio da tecnologia que se consegue “facilitar o acesso e assimilação dos alunos dos conteúdos dados em sala de aula e incentivar análise crítica das informações advindas da internet e, especificamente, das redes sociais” (Ferreira, 2015).

Moreira e Ulhôa (2009) alimentam a discussão sobre a importância do professor em meio às modernidades quando dissertam:

“[...] a função docente pode se valorizar cada dia mais, na medida em que o professor se apresenta como um mediador, uma ponte para a construção de saberes. É o professor que deve selecionar as informações e conduzir as discussões, atribuindo conteúdo às mensagens veiculadas pelos meios de comunicação e trazidas pelos alunos para o contexto da sala de aula. Sem a participação do professor no processo mediador, as mensagens veiculadas pelas diversas mídias muitas vezes se tornam esvaziadas de sentido para aqueles que não aprenderam fazer delas uma leitura crítica.”

Portanto, a necessidade da integração da internet e suas propriedades ao processo de ensino e aprendizagem e que o ensino de Geografia deve se apropriar desses meios como uma ferramenta pedagógica.

Antes de começarmos a análise da coleta de dados, é crucial ressaltar que o foco desta análise está relacionado às ferramentas fornecidas pelas tecnologias digitais, as quais podem efetivamente concretizar as capacidades de educar na era digital.

Assim sendo, entende-se que o professor, mais uma vez, não é o único responsável pelo ensino (emissão) e o aluno não é o único responsável pela aprendizagem (recepção), mas que sim há uma relação intrincada entre os dois. Percebe-se a potencialidade das redes sociais em misturar suas funções, aluno-professor e/ou professor-aluno, e contribuir para a transformação do ensino de Geografia.

Durante o período de ativação do perfil no Instagram, utilizou-se as enquetes nos stories para coletarmos os dados de satisfação da página.

Figura 1 – Enquetes de Satisfação sobre o Perfil de Geografia



Fonte: Elaboração Própria (2024)

Segundo Vieira e Luciano (2005), os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) configuram-se como espaços interativos que promovem a autonomia dos estudantes, ao mesmo tempo em que possibilitam uma aprendizagem coletiva e individualizada. Diante das enquetes de satisfação, observam-se as potencialidades das redes sociais como ambiente virtual de apren-

dizagem. Por meio das redes sociais visualiza-se uma outra oportunidade de fazer educação, podendo atingir não somente alunos de educação básica, mas sim a sociedade como um todo.

Desse modo, tanto o ensino de geografia quanto a educação em escala maior precisam estar atento às possibilidades da realidade, estar aberto ao novo, ao inesperado, ao tecnológico.

CONCLUSÃO

Atualmente, a formação do espaço geográfico passou a ser definida por variáveis como tecnologia, ciência e informação. Sendo assim, o ensino de Geografia não pode permanecer alheio às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), pois estas capacitam os alunos a compreender o mundo de maneira crítica.

Dessa forma, é essencial que as redes sociais sejam incorporadas às práticas pedagógicas, garantindo que o ensino de Geografia se mantenha atualizado. Ao adotar o Instagram como um ambiente de aprendizagem, os professores podem explorar novas possibilidades metodológicas que estimulam a autonomia dos alunos. Como ressalta Filatro (2007, p. 119), os AVAs “[...] permitem o armazenamento de informações, a consulta a essas informações, a comunicação entre os usuários, o rastreamento de dados e a geração de relatórios sobre o progresso dos participantes”.

Por fim, observa-se que o Instagram como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) pode desempenhar um papel significativo na construção do conhecimento geográfico, ao possibilitar o compartilhamento de conteúdo multimídia e estimular debates sobre o espaço geográfico de forma interativa.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia e a realidade escolar contemporânea: Avanços, caminhos, alternativas.** Anais do I seminário nacional: Currículo em movimento. Belo Horizonte; 2010.

FERREIRA, M. **A Internet como ferramenta complementar no ensino de geografia.** Ouro Preto; 2015.

FILATRO, A. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia.** São Paulo: Senac, 2007

FRÓES, J. R.M. (1998). A relação homem-máquina e a questão da cognição. InMEC/SEED (Org.), **Salto para o futuro: TV e informática na educação**. Brasília: MEC.

MOREIRA, S. A. G.; ULHÔA, L. M. **Ensino em Geografia: desafios à prática docente na atualidade**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2009, p. 69-80.

PRETTO, Nelson. **Uma escola com/sem futuro**. Campinas: Papirus, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 11).

VIEIRA, M. B.; LUCIANO, N. A. **Construção e reconstrução de um ambiente de aprendizagem para educação a distância**. ABED, São Paulo, 2005.

REFLEXÕES ACERCA DO USO DO SOCIOCONSTRUTIVISMO COMO FERRAMENTA NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Deivid da Silva Passos

Universidade do Estado do Pará– UEPA
Licenciado em Geografia
deivid09@gmail.com

Natália Souza Pinheiro

Universidade do Estado do Pará – UEPA (PPGG)
Licenciada em Geografia
npinheiro190697@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, em formato de resumo expandido, tem como objetivo abordar o *socioconstrutivismo* em sala de aula e sua funcionalidade no que tange ao processo de ensino-aprendizagem de geografia. Faz-se o uso do *socioconstrutivismo* como método, apoiando-se no espaço urbano como ferramenta capaz de balizar a abordagem dos conteúdos em sala de aula.

Sendo assim, o uso da categoria lugar, própria da Geografia, faz-se fundamental, no que se refere ao espaço de vivência do educando. Pois, entende-se que o espaço de vivência (lugar) é uma realidade que é afetada pelos diversos fenômenos ocorridos em escalas maiores, como por exemplo: a nível global, nacional ou estatal.

Dessa forma, é de fundamental importância a problematização desses espaços onde a realidade, na maioria das vezes é precária e composta por uma diversidade de indivíduos e interesses. Em geral, os interesses dos agentes que agem sobre esses espaços são conflituosos e isso reflete de forma física no espaço. Sendo assim, em grande parte dos casos os educandos vivem em realidades diferentes, havendo assim uma gama de possibilidades de abordagens dos conteúdos em sala de aula.

Tendo em vista que o *socioconstrutivismo* baseia-se no uso do lugar para introduzir e problematizar os conteúdos em sala, o presente trabalho busca o auxílio das complexidades e possibilidades contidas no espaço urbano e no lugar, considerando que o educando os vivencia, para demonstrar onde os conceitos e discussões em sala ressaltam-se na realidade cotidiana.

A possibilidade de introduzir discussões diversas é comum dentro da geografia, devido a sua interdisciplinaridade e a gama de discussões em que a mesma possibilita fazer. Essa característica da geografia permite fazer do processo de ensino e aprendizagem ao aluno um exercício significativo, e sob a perspectiva do lugar, tornar a afetividade com um espaço um atrativo para a inserção e participação desse indivíduo no desenvolvimento de seu processo de formação. Vale ressaltar que a abordagem crítica é despertada, fomentada e instrumentalizada durante o processo.

Desse modo, é de absoluta relevância discutir, pensar e repensar métodos como o *socioconstrutivismo* para o serviço do ensino da Geografia, considerando o constante progresso da sociedade, a massiva circulação de informações em um mundo cada vez mais globalizado e a crescente influência de costumes importados. Nesse contexto, a educação precisa acompanhar essas transformações para se manter relevante e eficaz, além dos benefícios a um aprendizado cada vez mais eficaz, o exercício da resolução de problemas por meio dos alunos, bem como a busca por despertar uma visão crítica ainda mais apurada, soma-se a um enriquecimento da ciência geográfica.

OBJETIVO(S)

Objetivo Geral:

- Analisar o uso do socioconstrutivismo como abordagem metodológica no ensino de Geografia, destacando o papel do espaço urbano e do lugar no processo de ensino-aprendizagem.

Objetivos Específicos:

- Examinar como a categoria “lugar” pode ser utilizada para relacionar os conteúdos geográficos à vivência dos alunos, favorecendo a construção do conhecimento.
- Investigar como a dinâmica do espaço urbano pode ser integrada ao ensino de Geografia para problematizar fenômenos socioespaciais em diferentes escalas.
- Propor estratégias pedagógicas baseadas no socioconstrutivismo, utilizando o lugar e o espaço urbano como ferramentas para um ensino crítico e interdisciplinar.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico para fundamentar teoricamente a construção do conhecimento no ensino de Geografia. Foram selecionadas obras que abordam a prática pedagógica, a aprendizagem significativa e a integração de conceitos-chave da disciplina.

O ponto de partida foi *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos* (Cavalcante, 1998), que analisa os fundamentos teóricos do ensino de Geografia e o Socioconstrutivismo de Vygotsky. A pesquisa foi estruturada com base nas categorias teóricas de “Lugar”, segundo Castrogiovanni (2009), entendido como a expressão das vivências cotidianas dos educandos, e “espaço urbano”, conforme Corrêa (1989), que o analisa como reflexo das dinâmicas urbanas contemporâneas.

A escolha das obras e conceitos visou garantir coerência teórica e aprofundar o debate sobre ensino e aprendizagem. A aplicação prática dessa base teórica seguiu etapas que promovem a reflexão crítica sobre fenômenos geográficos, começando pela relação entre o “lugar” dos educandos e os conteúdos trabalhados. Em seguida, foram propostas análises e problematizações dos fenômenos socioespaciais, considerando suas causas, implicações e interações em diferentes escalas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É imprescindível pensar e repensar o processo de ensino-aprendizagem no seio da geografia, tendo em vista que a sociedade, quase que de forma global, tem passado por avanços tecnológicos e de instrumentos que têm fortes impactos sobre os locais ao redor do globo de forma heterogênea. Isso, somado a diversidade cultural, linguística e social abrem ou fecham diversas possibilidades no que se refere o fazer educacional.

A problematização do ensino baseado no socioconstrutivismo, como propõe Vygotsky (2010), é essencial para formar cidadãos críticos, capazes de analisar os fenômenos sociais. A Geografia, enquanto ciência social, desempenha um papel fundamental nesse processo, ao estudar as relações entre o homem, a natureza e o espaço modificado por sua ação. Além disso, as dinâmicas sociais em diferentes escalas influenciam diretamente os espaços de vivência dos educandos, tornando essencial sua compreensão no contexto educacional.

Entende-se que o Lugar, mesmo que globalizado, é único e dá sentido à existência do sujeito (CASTROGIOVANNI, 2009). Percebe-se que esses espa-

ços de vivência não estão isolados, demonstrando que há uma certa inserção de mercadorias, cultura e comportamentos que não são pertencentes a esse lugar, mas que vão somar-se ao local. A exemplo disso é que cada Lugar é objeto de uma lógica global e local convivendo dialeticamente (SANTOS, 1996).

Sendo assim, é possível abordar ou os conteúdos ministrados em sala de aula com base na vivência local do aluno, tendo em visto que esses espaços estão, em algum grau, globalizados e esses educandos recém e propagam informações que talvez não percebem. Abordar esses espaços dentro de sala de aula como espaço de materialização do conteúdo, torna-se primordial para balizar toda uma discussão a respeito da constituição e funcionalidade do lugar, bem como abrir portas a pensar criticamente esses espaços.

CONCLUSÃO

As possibilidades trazidas pelo uso do socioconstrutivismo traz uma nova abordagem sobre o que está sendo ministrado em sala, seja num nível fundamental ou médio. Pois, notificar ao aluno o seu protagonismo no processo de aprendizagem, é substancial, principalmente, quando esse protagonismo vem somado a sua realidade como materialização do que está sendo discutido em sala de aula.

Nesse contexto, usar as características que são inerentes ao acesso à moradia, lazer, saúde e trabalho, vão trazer à luz muitos aspectos os quais passam despercebidos sobre suas realidades. Evidenciar esses aspectos e problematizá-los, possibilita uma reinterpretação das suas vivências, mas agora vista de uma forma crítica. Além do mais, o uso da categoria Lugar remete ao sentimentalismo sobre essas vivências, o que pode ser usado como instrumento para atrair ainda mais a participação desses alunos no processo. Somado ao lugar, o Espaço urbano é o Lócus desse indivíduo, e sendo assim, é possível, a partir de uma escala micro, como a rua em que ele mora, ou o bairro, iniciar um debate.

A análise pode partir de pequenas escalas, ampliando-se progressivamente para uma compreensão mais ampla dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Isso permite alcançar as competências da BNCC, promovendo um ensino mais participativo e centrado no protagonismo do aluno. Com o desenvolvimento da pesquisa, será possível sugerir atividades alinhadas à abordagem socioconstrutivista, incluindo experiências vividas em sala de aula. Além disso, abre-se espaço para propor etapas que orientem sua aplicação e avaliar sua eficácia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **O lugar da Geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa que ainda continua.** Rosa dos Ventos, v. 1, p. 2-13, 2009.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

LEGENDRE, Marie-Françoise; PIAGET, Jean. **Lev Vygotsky e o socio-construtivismo na educação.** In: _____. *A Pedagogia.* Petrópolis: Vozes, 2010. p. 187-206.

SANTOS, Milton. **O lugar: encontrando o futuro.** RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 4, n. 1, 1996.

GEOGRAFIA FÍSICA, DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO NA EEEFM LEANDRO LOBÃO DA SILVEIRA, BRAGANÇA – PA.

Carlos Henrique Lima Oliveira

SEDUC - PA

Licenciatura e Bacharelado em Geografia – UFPA

Especialização em Geografia da Amazônia – FIBRA

Especialização em Ensino de Geografia – UFPA.

geosociologia2019@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir de inquietações sobre o ensino de Geografia Física. Pretende-se abordar as principais dificuldades que docentes e discentes têm em relação aos conteúdos deste ramo da ciência geográfica e que ações estão sendo e podem ser aplicadas aspirando a melhora no processo de ensino e aprendizagem.

Com base em algumas leituras feitas como a dissertação de Maria Silvanete Pinheiro da Silva Oliveira, intitulado “O ensino de geografia física em escolas públicas na cidade de Tefé-AM” e o trabalho de Melina Mara de Souza e Larissa Lorien Bueno de Alencar, intitulado “Geografia Física no contexto escolar: a realidade em três escolas públicas do município de poços de caldas, sul de minas gerais, assim como nossa experiência adquirida na docência, entendemos que há uma barreira no tocante aos assuntos pertinentes à Geografia Física. Sendo assim: o que docentes e discentes têm enfrentado, enquanto dificuldades, no processo de ensino e aprendizagem em relação aos conteúdos de Geografia Física?

OBJETIVO(S)

GERAL:

- Identificar as barreiras enfrentadas por professores e alunos que atrapalham o processo de ensino e aprendizagem quanto aos conteúdos de Geografia Física.

ESPECÍFICOS:

- Conhecer as estratégias metodológicas já postas em práticas pelos

professores e como os mesmos buscam soluções para os problemas no ensino de Geografia Física.

Traçar e aplicar ações propositivas que visem ajudar os docentes e discentes quanto aos conteúdos trabalhados.

Fazer um levantamento dos conteúdos de Geografia Física nos livros didáticos, entendendo que pouco se coadunam à realidade local dos alunos, assim fomentar a ideia de um material com assuntos que correspondem mais essa realidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Uma das principais partes de um projeto é a sua metodologia, ou seja, como serão aplicadas e materializadas as ações para atingir o que se quer nas investigações. A Geografia é uma ciência que também é englobada dentro dos aspectos metodológicos para elaborar as investigações que vier se propor e sistematizar. Sendo assim, de acordo com (AMORIM e NUNES, 2006) apud Nunes et al. (2006) “A Geografia se originou e se desenvolveu sistematicamente como ciência, utilizando conceitos, métodos e procedimentos tanto das ciências humanas e sociais, quanto das ciências naturais”. Sendo assim, para nossa pesquisa, até o presente, realizamos consulta nos livros didáticos desde o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) que se findou em 2023 e os livros mais recentes do novo PNLD. O que constatamos é que a realidade não mudou muito (ou nada), pois os conteúdos de Geografia Física continuam relegados em segundo plano. Como forma de estratégia para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem optamos por dois projetos que, necessariamente, envolveram trabalhos de campo, sendo o primeiro no ano de 2022, com o projeto Rio Cereja, já o segundo, em 2023, com o projeto “Vila dos Pescadores”, mas antes desta etapa introduzimos os assuntos pertinentes ao que viriam ser exigidos em campo como: clima, hidrografia, vegetação e solo, todos ligados com a dinâmica da interferência humana, também explicamos os passos para a realização do trabalho de campo. Sendo assim, as atividades de campo foram materializadas através da coleta de dados, aplicação de questionários, registros de imagens, catalogação de todas as informações indispensáveis para o desenvolvimento dos produtos finais do projeto e que foram apresentados em suas culminâncias no espaço físico da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2022, elaboramos e executamos um projeto na escola Leandro Lobão, no caso foi sobre um recorte espacial do Rio Cereja, localizado

na área urbana de Bragança-PA. Foi um projeto embrião em que não se imaginava que estaria abrindo caminho para novas atividades que se realizariam, até porque envolveu apenas uma turma (do 8º ano do turno da tarde), todavia conseguimos desenvolver o campo, pesquisas no laboratório de informática da escola, aulas teóricas, orientações dos temas até a culminância final. Já para o ano de 2023, foi desenvolvido o projeto sobre a Vila dos Pescadores, que se localiza na zona costeira de Bragança, ao lado da praia de Ajuruteua. O projeto já teve uma amplitude maior, pois envolveu três turmas do 9º ano, sendo duas do turno da manhã e uma da tarde, num universo de mais de cem alunos, o que em nosso entendimento foi um reflexo dos resultados obtidos no projeto anterior, pois percebemos os alunos mais interessados e comprometidos diante do novo desafio, isso vale tanto para os que participaram do projeto Rio Cereja quanto para as duas novas turmas. Os resultados de ambos os projetos foram bem satisfatórios, visto que não ficou apenas na grande adesão dos alunos, mas a participação durante as orientações, produção dos banners para o trabalho final e a culminância no dia da apresentação na escola. Também houve uma melhora no rendimento em termos de notas, mais interesse pelos assuntos antes considerados cansativos e pouco atrativos, pois os alunos puderam ver de perto os fenômenos estudados que antes eram restritos aos livros didáticos que pouco fala de sua realidade local.

CONCLUSÃO

Em suma, de acordo com a bibliografia mencionada, a melhoria das médias, os relatos de alunos e equipe técnica citados nas discussões, inferimos que os projetos pedagógicos com trabalhos de campo resultaram como uma metodologia cabível para nossos discentes, ainda mais porque houve um acréscimo de participação de turmas de um ano para o outro, e um maior envolvimento da própria escola para garantir ônibus, pranchetas e uma estrutura mínima para o desenvolvimento e materialização dos projetos. Em nossas observações do antes e após os trabalhos de campo, principalmente o da Vila dos Pescadores, os momentos de orientações até o dia da culminância, vimos uma grande dedicação dos alunos envolvidos, a busca pelo conhecimento, as dúvidas que tiravam em sala e de forma virtual, a busca por recursos próprios para a confecção dos banners, algo que já não teve no primeiro projeto (até entendemos porque ainda era o primeiro projeto que faziam), e a alegria no dia das suas culminâncias, pois se viram nos conteúdos, perceberam que o que estava sendo apresentado era fruto do que buscaram, do que produziram.

Sugere-se, então, que tais implicações podem ser o fomento para futuros projetos na escola, até em outras escolas como já o fizemos, assim podendo atrair recursos públicos específicos para este fim. E tornar os projetos pedagógicos em pesquisas científicas como está aqui desenvolvida. Além do mais queremos que seja uma constante para também formarmos alunos-pesquisadores, críticos e mais conscientes do quanto podem agir e intervir na sociedade. Nossas pesquisas e projetos terão continuidade, pois a Geografia escolar é nosso grande foco, uma vez que sabemos do potencial de nossa disciplina enquanto conhecimento e seu longo alcance de intervenção no espaço e na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

NUNES, João Osvaldo Rodrigues. **A Influência dos métodos científicos na Geografia Física**. 2006.

OLIVEIRA, M. P. S. **O ensino de geografia física em escolas públicas na cidade de Tefé-AM**". Universidade Federal do Amazonas. 2022.

SOUZA, Melina Mara de; ALENCAR, Larissa Lorien Bueno de. **Geografia Física no contexto escolar: a realidade em três escolas públicas do município de Poços de Caldas, sul de Minas Gerais**. 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019. 2022.

GEOGRAFIA 7 Organizadora: Editora Moderna Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. DRILLORE, Cesar Brumini (Org.) Componente curricular: 7 ANO GEOGRAFIA MANUAL DO PROFESSOR.

CARTOGRAFIA TEMÁTICA: ANÁLISE GEOESTATÍSTICA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO CAETÉ

Kaylane Saldanha Reis

Universidade do Estado do Pará
Graduando em Geografia - bolsista PIBIC
kaylanesaldanha76@gmail.com

Carlos Jorge Nogueira de Castro

Universidade do Estado do Pará
Programa de Pós-graduação em Geografia (UEPA -PPGG)
Doutor em Geografia
carlos.castro@uepa.br

INTRODUÇÃO

A cartografia é a ciência que viabiliza a representação gráfica da superfície terrestre e dos fenômenos geográficos, permitindo a análise e o entendimento do espaço por meio de mapas e outras formas de visualização espacial.

No estado do Pará, entre 2007 e 2010, foi implementada a Política de Integração Regional, uma iniciativa governamental fundamentada na abordagem territorialista, cujo propósito era fomentar o desenvolvimento regional por meio da formulação de políticas públicas (Fapespa, 2024). Essa estratégia resultou na criação de 12 Regiões de Integração, que agrupam municípios com características socioeconômicas similares, sendo utilizadas para o planejamento, monitoramento e avaliação de ações governamentais voltadas à redução das desigualdades regionais e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o Sistema Radar de Indicadores das Regiões de Integração surge como uma ferramenta essencial para reunir informações sobre essas regiões, subsidiando a formulação e a avaliação das políticas públicas no estado. Entre essas regiões, a Região de Integração Rio Caeté destaca-se por sua visão estratégica de futuro, que busca consolidar-se como referência em desenvolvimento sustentável. Seus principais eixos de atuação incluem a valorização da cultura, o fortalecimento do turismo e o incentivo à agricultura familiar, reforçando a importância da integração territorial como mecanismo para a promoção do crescimento econômico e social equilibrado no Pará.

OBJETIVO(S)

Quanto ao objetivo desta pesquisa, o mesmo consiste em: *desenvolver materiais de natureza didática a partir de análises dos indicadores demográficos dos municípios da Região de Integração do Rio Caeté, voltados à Geografia Escolar.*

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi estruturada em quatro etapas fundamentais. A *primeira* envolveu a realização de estudos e levantamentos bibliográficos, abrangendo a análise de artigos científicos, dissertações, teses e livros (Fapespa, 2024), os quais discutem o processo de formação socioespacial e as principais dinâmicas regionais, recorte espacial da pesquisa.

Na *segunda*, com base no plano cartográfico, foi realizado um planejamento laboratorial para a definição das escalas de natureza didática, bem como dos procedimentos metodológicos a serem utilizados no processo de confecção didática.

A *quarta*, consistiu na tabulação e validação dos dados coletados. Por fim, a *quinta*, expressa a análise, sob a perspectiva cartográfica trabalhada em laboratório, cumprindo com o objetivo desta pesquisa ao analisar as dinâmicas populacionais na região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cartografia no ensino de Geografia ainda representa um desafio significativo no contexto educacional atual. A limitada formação docente nessa área, aliada ao desinteresse dos discentes, compromete a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Mesmo após duas décadas da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Brasil (2006), observa-se, que a linguagem cartográfica continua sendo subutilizada na educação básica brasileira, evidenciando a necessidade de estratégias pedagógicas eficazes para sua inserção e aprimoramento, pois:

[...] Os conceitos cartográficos (escala, legenda, alfabeto cartográfico) e os geográficos (localização, natureza, sociedade, paisagem, região, território e lugar) podem ser perfeitamente construídos a partir das práticas cotidianas. na realidade, trata-se de realizar a leitura da vivência do lugar em relação com o conjunto de conceitos que estrutura o conhecimento geográfico, incluindo as categorias espaço e tempo (Brasil, 2006, p. 50).

A cartografia aplicada de forma adequada, os alunos dessas instituições podem adquirir uma compreensão sólida dos aspectos básicos da cartografia. Para Santos (2023), a importância da cartografia como uma ferramenta essencial

para a compreensão e análise do espaço geográfico (Castro, 2019). Além disso, ao incorporar esses conceitos em seu cotidiano, os estudantes podem aproveitar ao máximo os materiais didáticos, tornando as aulas mais dinâmicas e acessíveis.

A análise da distribuição etária nos municípios revela um predomínio da faixa etária de 20 a 39 anos em todas as localidades, variando entre 26,1% (Viseu) e 33,8% (Peixe Boi e Santarém Novo), o que sugere uma população economicamente ativa significativa. A população jovem (0-9 anos e 10-19 anos) apresenta variações notáveis, sendo mais expressiva em Bragança (45,9%) e menos representativa em Peixe Boi e Santarém Novo (34,2%), ver quadro 1.

Quadro 1: Distribuição em percentual da população, por faixa etária, nos municípios da R.I. Rio Caeté-2023.

Município	0-9 anos	10-19 anos	20-39 anos	40-59 anos	60 ou mais
Augusto Corrêa	18.0	21.0	31.3	19.6	10.1
Bonito	12.2	22.4	33.4	20.9	10.8
Bragança	27.2	18.7	27.9	17.4	11.5
Cachoeira do Piriá	14.2	22.0	32.8	20.5	10.5
Capanema	19.5	20.6	30.7	19.2	9.8
Nova Timboteua	12.1	22.6	33.6	21.0	10.8
Peixe Boi	11.5	22.7	33.8	21.1	10.9
Primavera	12.2	22.6	33.5	21.0	10.8
Quatipuru	12.3	22.5	33.5	21.0	10.8
Salinópolis	17.1	20.5	31.7	19.8	10.2
Santa Luzia do Pará	15.5	19.1	30.5	22.3	11.8
Santarém Novo	11.5	22.7	33.8	21.1	10.9
São João de Pirabas	13.8	22.2	33.0	20.6	10.5
Tracuateua	14.8	21.8	32.6	20.3	10.4
Viseu	20.4	19.7	26.1	19.1	9.7

Fonte: Fapespa (2024); Levantamento e processamento de dados (autores, 2025).

Quanto a faixa de 60 anos ou mais, embora menos numerosa, mantém-se relativamente homogênea entre os municípios, com valores entre 9,7% (Viseu) e 11,8% (Santa Luzia do Pará). Esses dados indicam tendências demográficas distintas, possivelmente influenciadas por fatores como migração, oportunidades econômicas e qualidade de vida, especialmente na retenção da população jovem e adulta.

Assim, a dinâmica demográfica dos municípios da Região de Integração Rio Caeté apontou a partir do levantamento de dados que sua população,

área territorial, bem como a densidade demográfica e os estabelecimentos como creche e ensinos pré-escolar, fundamental e médio por dependência administrativa, no ano de 2023.

CONCLUSÃO

Em relação ao objetivo da pesquisa: “*desenvolver materiais de natureza didática a partir de análises dos indicadores demográficos e econômicos dos municípios da Região de Integração do Rio Caeté, voltados à Geografia Escolar.*” A produção cartográfica desempenha um papel fundamental na análise estatística, pois permite a visualização espacial dos dados antes mesmo da interpretação numérica detalhada. No entanto, para que essa abordagem seja eficaz, é essencial um acompanhamento contínuo, garantindo que os mapas reflitam com precisão as dinâmicas socioespaciais.

Nesse sentido, a proposta de Castro (2019) destaca a importância de um projeto cartográfico que, sob uma perspectiva lúdica, possa ser utilizado como ferramenta pedagógica. Esse enfoque favorece a relação espaço-temporal e possibilita aos professores apresentar realidades demográficas atuais de maneira mais acessível e interativa (Santos, 2023). Dessa forma, os alunos podem compreender e discutir fenômenos geográficos com maior profundidade, enriquecendo os debates em sala de aula e aprimorando seu entendimento crítico sobre o território.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientação Curricular para o ensino médio**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. “**Projeto Cartográfico e a Pesquisa:** a implementação da escrita gráfica nos princípios geográficos e o tripé Geografia – Cartografia – Geoinformação.” *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Agosto de 2019: 17.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração, 2024**. Rio Caeté. Fapespa. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. - 5. ed., 4. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

ESPAÇO URBANO E O ENSINO DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES SOBRE A PRAÇA MAGALHÃES BARATA NA CIDADE DE CAPANEMA, PARÁ.

Alessandra da Silva Lobato

Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará
Doutora e Mestre em Geografia pelo PPGEIO/UFPA
alessandrageo27@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino fundamental maior da educação básica é uma fase marcada por muitas novidades e desafios aos alunos. Os ritmos e dinâmicas são bem diferentes e tanto alunos quanto professores precisam se adaptar aos desafios dessa nova fase. Trabalhar com alunos que chegam ao sexto ano do ensino fundamental tem sido algo desafiador na prática docente de muitos profissionais.

Entende-se que a escola tem que ser um local agradável aos educandos e que os espaços no entorno podem ser de grande relevância para contribuir no processo de ensino-aprendizagem de temas variados da Geografia, principalmente, quando se parte da ideia que a escola é “um instrumento tanto de dominação quanto de libertação” (Vesentini, 1998, p.16). Com isso é preciso pensar em estratégias para que esse ambiente se torne atrativo aos alunos. Além disso, pensar em como utilizar os espaços da cidade como um elemento de análise para se trabalhar e compreender Geografia tornou-se, também, um desafio em minha prática enquanto professora e pesquisadora.

A geografia enquanto ciência “estuda o espaço na sua manifestação global e nas suas manifestações singulares. Sendo assim, os conteúdos geográficos precisam ser “apresentados” para ser trabalhados pelos alunos nesta dupla inserção: a global e a local” (Cavalcanti, 2010, p. 11).

Trabalhar com as categorias Espaço e Paisagem quando os alunos chegam ao sexto ano do ensino fundamental tornou-se um elemento essencial para compreender o espaço e todos os temas que vem posteriormente. Para isso, partir da análise de uma praça localizada em frente à escola pode ser uma estratégia interessante para compreender sobre as categorias geográficas fundamentais.

A observação do espaço urbano frequentado pelos alunos e a proximidade com a escola, mostraram-se, também, como uma estratégia interessante

de análise, pois revela-se como “a tarefa da escola de, por intermédio do ensino de suas diferentes matérias, como a geografia, e de relações sociais diversas, contribui para a construção de conhecimentos, críticos e instrumentalizadores sobre a cidade” (Cavalcanti, 2010, p. 8).

Ao observar uma praça que está localizada bem no centro comercial da cidade e que para os alunos é um espaço frequentado diariamente, nota-se que é possível abordar de forma clara sobre as categorias espaço e paisagem, bem como o tema cidade, também. Entende-se que a cidade “como conteúdo escolar, não é concebida apenas como forma física, mas como materialização de modos de vida, como um espaço simbólico (Cavalcanti, 2010, p. 10).

O ensino de Geografia deve contribuir para que os estudantes possam descobrir e refletir sobre mundo em que vivemos, com um olhar atento especialmente ao seu lugar de vivência. Deve focalizar as relações que envolvem a sociedade/natureza e ainda, relacionar o conteúdo teórico ao cotidiano dos alunos (Vesentini, 2009). Isso é importante para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficiente, mas que não seja apenas um repasse de conteúdo. A participação ativa dos alunos é fundamental nesse processo.

Diante disso, este trabalho visa investigar como as observações realizadas pelos alunos na praça Magalhães Barata podem contribuir para a compreensão das categorias geográficas fundamentais espaço e paisagem, bem como, também, entender aspectos que envolvem o urbano e sua produção.

OBJETIVOS

- Compreender sobre as categorias espaço e paisagem a partir da observação da praça Magalhães Barata, na cidade de Capanema, Pará.
- Analisar aspectos da produção do espaço urbano na praça Magalhães Barata.
- Identificar alguns dos usos da praça Magalhães Barata.

MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas discussões em sala de aula sobre as categorias Espaço e Paisagem com os alunos do sexto ano do ensino fundamental, bem como aspectos do espaço urbano, em especial, a função e os usos das praças no ambiente urbano.

Em um segundo momento foi apresentado aos alunos o áudio da música paisagem da janela, dos compositores Lô Borges e Fernando Brant, com-

posição da década de 1970. O intuito foi trazer para a sala de aula a discussão sobre paisagem, espaço e aspectos urbanos.

Em um terceiro momento foram realizadas observações in loco na praça Magalhães Barata, na cidade de Capanema, juntamente com alunos. Além disso, foi proposto aos mesmos que eles pudessem expressar suas observações por meio de desenhos em uma folha de papel, no qual esta continha o desenho de uma janela aberta.

Por fim, houve um momento de socialização da experiência em sala de aula para que os alunos pudessem expressar suas observações a partir da prática realizada na praça, comentando suas impressões e relatando como foi a experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Capanema, localizada no Nordeste Paraense, integra o rol das cidades mais importantes do estado do Pará do ponto de vista econômico e social, tendo em vista sua centralidade e polarização dentro da região. Trata-se de uma cidade distante cerca de 165 quilômetros da capital Belém, que teve sua origem associada ao período da Estrada de Ferro Bragança, mas que agora destaca-se pelo desenvolvimento associado as rodovias.

Ao longo do tempo houve um crescimento das atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços, demonstrando a predominância da população urbana. Isso, também, é verificado por meio dos dados populacionais segundo o IBGE (2025) a população total era de 70.394 mil habitantes em todo município.

Quando se analisa os dados educacionais, o IBGE (2025) mostra que em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,5%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 19 de 144 municípios. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 2904 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,8 e para os anos finais, de 4,9. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 6 e 7 de 144.

No município de Capanema, a etapa do ensino fundamental maior é de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Pará, bem como o ensino médio, também. Na sede do município, há várias escolas que atendem tanto alunos do ensino fundamental maior, quanto ensino médio, uma dessas escolas é a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio prof.^a Maria

Amélia de Vasconcelos, a escola mais antiga da cidade em funcionamento há 85 anos e que está localizada no bairro central da cidade.

A atividade apresentada neste trabalho foi desenvolvida na escola Maria Amélia de Vasconcelos, na qual desenvolvo minhas atividades de docência e pesquisa sobre ensino de Geografia desde de o ano de 2019. Para a realização do trabalho foi selecionada uma turma de sexto ano do ensino fundamental maior, tendo em vista que eram alunos novos na escola e que esse momento é marcado por várias transições dentre elas o ambiente novo para os alunos, as metodologias novas, o ritmo diferente em uma escola de porte maior, etc.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu em três etapas. A primeira correspondeu as discussões em sala de aula sobre as categorias Espaço e Paisagem com uso do livro didático e com áudio da música janela lateral, dos compositores Lô Borges e Fernando Brant. Neste primeiro momento, os alunos foram questionados se já haviam escutado a música e 100% dos alunos nunca tinham escutado. Eles, então, em silêncio puderam ouvir e prestar atenção a letra, depois foram questionados sobre os elementos que são apresentados na música e foram falando e apresentando que para além dos elementos visíveis, outros, também, eram perceptíveis por meio dos outros sentidos.

A segunda etapa, ocorreu com a ida a praça Magalhães Barata, juntamente, com os alunos para que eles pudessem observar e perceber os elementos presentes naquele espaço. A praça fica localizada em frente à escola Maria Amélia de Vasconcelos, na porção central da cidade de Capanema, bem no centro comercial, também. Nesta fase do trabalho, os alunos puderam fazer suas observações e perceber os principais aspectos da dinâmica urbano daquele espaço, para depois expressarem por meio de desenhos a paisagem da praça.

Por fim, na semana seguinte em uma roda de conversa os alunos puderam socializar suas impressões sobre a praça e a apresentar seus desenhos construídos após a observação realizada. Destacaram os usos da praça que eles conseguiram identificar e os elementos do espaço urbano.

CONCLUSÃO

Foi possível entender por meio da atividade proposta neste trabalho que os alunos participaram de forma ativa, fazendo questionamentos, observações e até mesmo comparações com as características de outras praças que ficam em outros bairros distantes do centro da cidade. A experiência

proporcionou aos mesmos buscar um olhar mais atento aos espaços por eles frequentados.

A proposta de compreender os aspectos da paisagem e do espaço urbano mostrou-se satisfatória, tendo em vista que os objetivos foram alcançados. A proposta de incluir a música, bem como leva-los à praça, proporcionou uma experiência nova, já que ao serem questionados se já tinham feito alguma atividade do tipo todos afirmaram ter sido a primeira experiência fora da escola.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2010. 190 p.

IBGE. IBGE Cidades e Estados: Capanema-PA. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/capanema.html>. Acesso em: 20 fev. de 2025.

VESENTINI, José Willian. Educação e ensino de Geografia: instrumentos de dominação e/ou libertação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org). **A Geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998, p.14-26.

VESENTINI, José Willian. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009. 161 p.

“GEOGRAFIA FÍSICA: UMA CIÊNCIA HUMANA – REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA DE FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA”

Bruno Jorge Ferreira do Nascimento

IFPA CAMPUS BELÉM
Licenciando em Geografia
brunojorge18@gmail.com

INTRODUÇÃO

A obra “Geografia física: Ciência Humana” é uma obra de autoria de Francisco de Assis Mendonça, nascido em Minas Gerais, formou-se em geografia pela universidade federal de Goiás e fez Pós graduação na universidade de São Paulo. Em 1988 fez um estágio de “teledetecção aplicada aos estudos de geografia física” na Universe é Rennes 2, França O livro está dividido em quatro capítulos, que discute inicialmente a geografia enquanto Ciência, e seus caminhos epistemológicos e seu percurso de desenvolvimento, como um todo. Inicialmente o autor começa a destrinchar seu texto, refletindo sobre a divisão do ato cognitivo: senso comum, arte, filosofia e ciência. O senso comum é aquele conhecimento que se desenvolve a partir da capacidade de pensar pré adquirida do homem, e está diretamente ligado a vivência e cultura, passado de geração a geração. A filosofia, é entendida como uma faculdade do pensamento, portanto do conhecimento, cuja coerência no discurso e no enunciado, auxiliou o desenvolvimento do conhecimento científico, da ciência.

O conhecimento, antes da revolução Francesa e do iluminismo, sofria grande gama de aspectos religiosos e metafísicos, e após procurou-se explicar os fenômenos terrestres, através deles mesmos, e do homem, havendo assim uma substituição na explicação da realidade.

O autor continua desenvolvendo uma análise para compreender a originalidade do conhecimento, e sua dispersão do senso comum e da arte, e sua aproximação à filosofia cristalizada a partir de uma necessidade de comprovação de verdades, mediante a leis, oriundas de um longo processo de observação, recorrente ao introspectivo de cada ciência, cada ciência procura seu caminho de comprovação de verdade, chamado de método (caminho a ser seguido).

OBJETIVO

Analisar a obra “Geografia física: Ciência Humana” de Francisco de Assis Mendonça, buscando compreender a evolução histórica e epistemológica da Geografia Física como ciência humana.

MATERIAL E MÉTODO

A análise foi realizada com base na obra “Geografia física: Ciência Humana” de Francisco de Assis Mendonça. A metodologia utilizada foi a análise crítica e interpretativa do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Geografia ganhou o rótulo de ciência somente no século XVIII a partir da sistematização de uma enorme gama de saberes culturais e científicos esfacelados. Formada no encontro das ciências humanas e biológicas (da terra) apresentou complexidade conceitual e metodológica e tornou-se possuidora de objetos de estudos de outras ciências, ganhando a roupagem de ciência de relações, obtendo uma heterogeneidade e dificultando uma unidade metodológica e tornando-a fragmentada e complexa quanto a concretização do seu objetivo.

As ciências exatas ganham influência sobre a geografia após os anos 50 com a revolução quantitativa, a física é uma ciência exata que mais influência teve sobre a geografia sobretudo no ramo da meteorologia e astronomia, sendo assim definindo seus estudos ao homem e a terra.

A Geografia Física no contexto, Mendonça trata especificamente do desenvolvimento histórico da Geografia Física e sua complexidade. O autor inicia enfatizando a existência de uma dicotomia no ramo geográfico, produto do tratamento de aspectos sociais e naturais dentro de uma única ciência tornando complexa a questão epistemológica da geografia. A natureza possui suas leis estabelecidas como exemplo: a fotossíntese e o ciclo da água. Para a sociedade, não existem leis gerais que a regem desde sua gênese, as leis são mutáveis às necessidades dos homens, sendo acentuadamente versáteis a uma roupagem histórica. Frente a essas afirmativas, se tem duas abordagens distintas inclusas na perspectiva geográfica.

Relacionado a gênese da geografia física, estão os naturalistas do século XVIII e XIX, no entanto a geografia regional de La Blache na França no século XIX concretizou a geografia física enquanto ramo específico da ciência geográfica.

fica. Inicialmente com uma roupagem descritiva e narrativa, originada das viagens dos europeus, tendo como contribuintes essenciais: Kant, Ritter e Humboldt. Esses autores possibilitaram um acréscimo de documentos importantes, que por sua vez caracterizam as primeiras bases para a geografia física de caráter descritivo, que predominou na geografia alemã do século XIX ao século XX.

A visão dos naturalistas evoluiu para duas escolas de pensamento, o determinismo (escola determinista: as atividades dos homens, são diretamente influenciadas pelo meio em que vivem.) e o possibilismo (escola possibilista: a tendência geográfica constitui-se na diferenciação de lugares no planeta, originando a geografia regional), sendo essa a escola possibilista engendrando as raízes da geografia física, pois torna-se nítida a dicotomia, humana versus física. O fraco enfoque dado aos aspectos naturais individualmente nas abordagens naturalistas e possibilistas levou ao estudo separado dos vários componentes do meio como o clima, a morfologia do relevo, a vegetação e bacias hidrográficas.

Assim deu-se o aparecimento individualizado da climatologia, da geomorfologia, da biogeografia, da hidrografia, que se baseando em outras ciências tais como a meteorologia, a geologia, a biologia, influenciaram o conhecimento geográfico produzido a partir de então, passando a constituir subdivisões do conhecimento geográfico, com forte influência da geologia estrutural. A geomorfologia foi o primeiro ramo individualizado da geografia física a tomar corpo e desenvolvimento autônomo.

O autor afirma que o geógrafo é constantemente obrigado a recorrer a métodos de várias ciências. Por isso, conforme defende o autor, não existem métodos próprios à Geografia, mas métodos de aplicação mais gerais, e o que integra os resultados analíticos obtidos é uma atitude dialética. Por influência direta da Teoria dos modelos, teoria dos sistemas e Revolução quantitativa teórica, a geografia americana, soviética e inglesa irá tomar-se como base para engendrar uma série de métodos, sendo: Estudo da paisagem, Geossistema, Ecossistema, e Ecogeografia. Estudo da paisagem, tendo seu nascimento originado pelos naturalistas alemães no século XIX, está originalmente ligada ao método de observação, a paisagem dentro da noção desenvolvida pelos alemães, envolve a ação antrópica e suas ações, criando assim a “paisagem natural” e a “paisagem humanizada”. Pouco utilizada na geografia contemporânea pelo seu caráter descritivo e impreciso. Os tipos de paisagens são individualizados, pela configuração botânica de um local ou pela característica predominante.

Ecossistema, este método não originado especificamente por geógrafos, mais emprestado da biologia, foi aderido por geógrafos para aplicar na geografia

física e tratar a natureza de forma sistêmica. O ecossistema caracteriza-se nas Inter relações que seres de determinado local estabelece, ou seja, a soma da biocenose ao Biótipo. A contribuição dos soviéticos para um ramo metodológico na geografia física foi considerável, Sotchava introduziu mais um método inspirado no ecossistema, o Geossistema. Geossistema é a expressão dos fenômenos naturais, ou seja, o potencial ecológico de determinado lugar, onde há exploração biológica, podendo influir nos fatores sociais e econômicos, na estrutura e na expressão espacial. Sendo Conceituação da epiderme da terra, onde misturam-se biomassa, litomassa e hidromassa, conceituação unicamente do espaço geográfico material, “Natural ou Humanizado” (Noção de paisagem). Resulta de fatores Geomorfológicos (Natureza das Rochas e rochas dos mantos superficiais, valor do declive, dinâmica das vertentes), climáticos (Precipitações, temperatura, massa e ar) hidrológicos (Lençóis freáticos epidérmicos e nascentes, PH da água e tempo de ressecamento do solo.) Sendo um método que possui escala, tendo como justificativa a melhor percepção na dialética de determinado local (1:100.000 ou 1:200.000). Eco geografia, este método contemporâneo proposto por J. Tricart e J. Killian em 1979 tem o homem como participante dos ecossistemas, sem os quais não poderia existir, por não ser produtor primário. Numa definição genérica, a eco geografia é o estudo de como o homem se integra nos ecossistemas e como essa integração é diversificada em função do espaço terrestre. A integração envolve dois fatores principais: A dependência natural dos homens ao ecossistema (utilização do ar, da água) e as modificações voluntárias ou não que o homem promove no ecossistema (Agricultura, pecuária, poluição). Essas alterações promovem mudanças na aerodinâmica (Dinâmica dos ecossistemas).

Houve um avanço dentro do estudo da geografia incluindo técnicas cartográficas que permitiram o desenvolvimento da geografia como um todo, em especial à geografia física. Tais técnicas foram utilizadas tais como: fointerpretação e a análise de imagens de satélite têm permitido aos pesquisadores contemporâneos vislumbrar uma perspectiva de utilização social mais pragmática da geografia. Sensoriamento remoto ou teledetecção engloba o conjunto de técnicas capazes de fornecer à distância informações relativas a um objeto utilizando o estudo da emissão e da reflexão dos raios eletromagnéticos no conjunto do espectro luminoso.

As fotografias áreas têm sido utilizadas nos estudos da geografia há muito tempo desde antes da Segunda Guerra Mundial, os ingleses desenvolveram estudo tendo como base a interpretação das fotografias aéreas naquela ocasião do continente australiano.

Vale ressaltar que durante e o pós-guerra mundial o emprego da fotointerpretação nos estudos da geografia deu uma alavancada cujo objetivo era ter conhecimento do espaço território inimigo. No pós Guerra Mundial a geografia assumiu algumas novas concepções (New Geography) e como se intensificou a dicotomia geografia física versus geografia humana onde cada uma desenvolvia suas especificidades. À aplicação da fotointerpretação a geografia mesmo não tendo nenhuma responsabilidade na questão da dicotomia sobre os dois ramos, se intensificou ainda mais no período dos pós Segunda Guerra Mundial mesmo assim ela não deixou de influenciar nenhum dos dois ramos que envolvem que a intensidade da geografia humana não foi muito destacada diferentemente a geografia física que seu emprego teve uma grande escala em todos os seus ramos como no caso da geologia, solos e hidrografia.

A técnica da fotointerpretação e a fotografia aérea é considerada hoje como uma das mais importantes armas de estudo para um bom desenvolvimento do trabalho dos geógrafos físicos, é uma peça fundamental para o estudo dos componentes do quadro físico de maneira individualizada e permite inúmeras correlações e suas inter-relações.

A análise das imagens por satélite é outra técnica e faz parte das técnicas da cartografia que foram produzidas a partir dos anos 60, porém as imagens de satélites apenas começaram a ser usadas nos estudos científicos a partir dos anos 70. São amplamente utilizadas nos estudos da geografia assim como as fotografias áreas.

CONCLUSÃO

Nesse sentido, concluímos que a intenção do presente livro, em demonstrar os caminhos e descaminhos trilhados no transcurso da epistemologia oriundos da dicotomia(Geografia Humana Versus Geografia Física) que existe na disciplina Geografia, e sua problemática metodológica, que consiste na dependência que Geografia apresenta de usar objetos de estudos e métodos de outras ciências, inviabilizando uma vertente unitária na roupagem dessa disciplina, foi de grande contribuição para compreensão desse saber. O livro oferece grande auxílio na compreensão das questões histórico metodológicas na produção do saber geográfico, sendo assim tornando o livro norteador para o indivíduo que busca o caminho metodológico mais coeso com a sua perspectiva.

REFERÊNCIAS

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia Física: Ciência Humana?** São Paulo: Editora Contexto, 2001. 72p.

CARTOGRAFIA DE RISCO DA AMAZÔNIA PERIFÉRICA: NOVA ABORDAGEM DE RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO BAIRRO DO TENONÉ, BELÉM-PA (2023-2024)

Janaina dos Santos Soares

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém
Licenciada em Geografia
janainasoaresgeo@gmail.com

Linda Inês Pérola da Silva Martins

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG- UEPA)
lindaines136@gmail.com

INTRODUÇÃO

A urbanização avançou de forma desordenada em cidades da Amazônia, como Belém, em áreas periféricas gerou transformações socioambientais excludentes. A expansão urbana constantemente negligencia os direitos e necessidades populacionais da região, que tem como realidade o convívio com sérios desafios referentes à precariedade infraestrutural, insuficiência de saneamento básico e vulnerabilidade socioambiental. A urbanização de Belém, como apontam Santos (1996) e Barroso (2018), é caracterizada por um processo de segregação socioespacial, em que as periferias são excluídas dos principais processos de desenvolvimento, intensificando ainda mais as desigualdades e expondo as populações periféricas aos impactos das mudanças climáticas. Trindade Jr. (1997) argumenta que a produção do espaço urbano em Belém é marcada por uma lógica de desigualdade e exclusão. Em consonância agravando os riscos socioambientais, principalmente em bairros como o Tenoné, em que o seu processo de formação do bairro teve início na década de 1990 de maneira rápida e sem planejamento adequado, resultando uma infraestrutura precária, principalmente no que concerne ao saneamento básico. A participação comunitária e o uso de metodologias inovadoras, como a cartografia participativa, são ferramentas importantes para entender essas dinâmicas e propor intervenções mais eficazes. O presente trabalho surge como uma nova abordagem cartográfica de representação de riscos e vulnerabilidades socioambientais, utilizando técnicas de mapeamento colaborativo baseadas na metodologia da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

(CIPA). Tradicionalmente aplicada em ambientes laborais, essa metodologia foi adaptada para contextos externos e comunitários no bairro do Tenoné, durante o período de 2023 a 2024, com a participação ativa de alunos da E.E.E.M Manoel Leite Carneiro, especificamente da turma do 2º ano do Ensino Médio. Com o objetivo de identificar áreas de maior exposição a desastres naturais e problemas sociais, fornecendo uma ferramenta prática para mitigar esses riscos.

OBJETIVO(S)

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da urbanização sobre a população periférica do bairro do Tenoné, com foco nas implicações socioambientais consequente da falta de integração da cidade com essas áreas. Busca-se, também, aplicar metodologias cartográficas participativas para identificar riscos socioambientais por parte de alunos da E.E.E.M Manoel Leite Carneiro, e demonstrar como o mapeamento participativo pode contribuir para a proposição de soluções a partir da própria vivência dos envolvidos. O estudo visa ainda implementar uma atividade, envolvendo os alunos na construção de um mapa de riscos socioambientais, fortalecendo o engajamento e a reivindicação de melhorias nas condições de vida da comunidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para construir esta análise integrada, primeiramente, foram abordadas fundamentações metodológicas e epistêmicas mediante literatura internacional e nacional sobre estudos e trabalhos na área de desastres e riscos e vulnerabilidades ambientais, que têm buscado realizar mapeamentos com base no conhecimento local, além de autores que apresentam discussões sobre o processo de urbanização em Belém. Em complementaridade com a literatura, foi analisado e refletido os produtos obtidos no projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID financiado pela CAPES, “Tenoné Visível: Um estudo cartográfico dos efeitos da urbanização”, cuja as autores deste foram bolsistas e pioneiras do mesmo, que teve como objetivo garantir o domínio das diferentes formas de representação da realidade, entendendo-se que o aluno deve adotar o raciocínio para resolver problemas e posicionarem-se de forma ativa diante das mais diversas questões da sociedade, conforme a (BNCC - Base Nacional Comum Curricular, 2020). Haja vista que, seu enfoque teve como base estratégias de ação que envolvesse a comunidade local para o mapeamento de riscos.

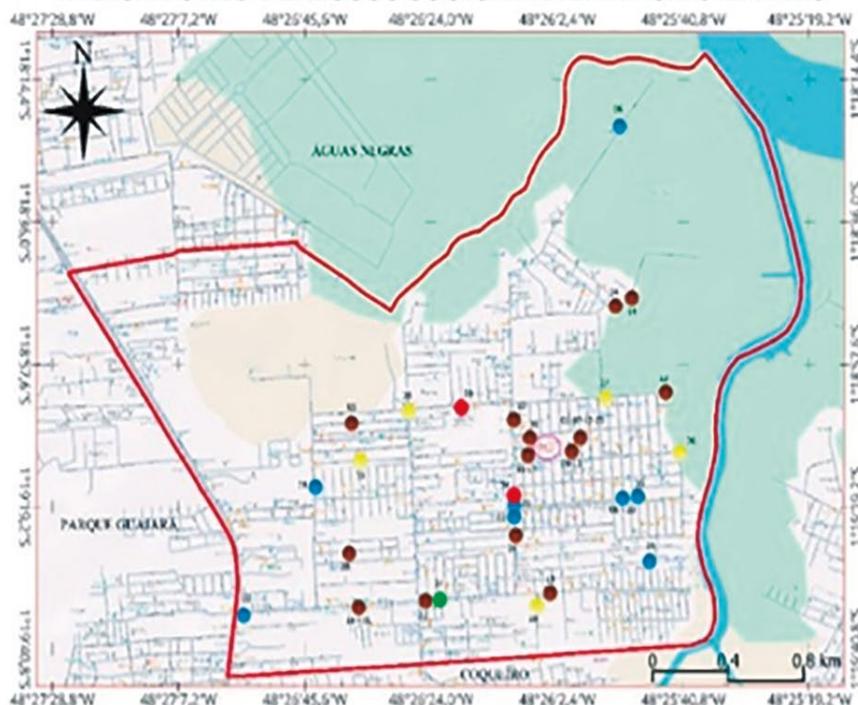
Diante dessas vias, optou-se pela metodologia de análise qualitativa das mesmas, pois este método permitiu uma maior acessibilidade de debate e reflexão acerca da temática a ser analisada, em decorrência disso, possibilitou resultados consistentes diante de como as metodologias participativas estudadas, intituladas mapeamentos participativos, podem contribuir para o desenho ambiental nas suas instâncias iniciais visando à participação popular no planejamento urbano, na medida em que suas visões sobre o território são organizadas, articuladas e dialogadas com a comunidade ou com agentes externos ou ainda através de iniciativas próprias de transformação da realidade vivida. Tendo em vista que, foi subsidiado o desenvolvimento coletivo, do mapeamento participativo articulado no levantamento e resolução de diversas questões socioambientais, referenciado por (Thomaz, 2020) citado acima em simultaneidade as aulas da temática geográfica sobre urbanização.

Neste sentido, o mapeamento participativo foi aplicado em uma turma de 2ºano da E.E.E.M Manoel Leite Carneiro, localizada em um bairro periférico da cidade, a partir de um mapeamento tradicional da área, sendo cobijado nesta fase a construção de um mapa de risco socioambiental classificados como ergonômico, físico, químico, biológico e acidentes feito, pelos discentes baseado na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, para este caso experimentalmente, adaptada, a um ambiente externo mobilizado por indivíduos locais e não por trabalhadores como de costume e mais visto em pesquisas, conforme (Mattos.U.R.O, 1994), levantando questões do ponto de vista dos mesmos, do lugar mapeado por eles. Assegurando assim, a visibilidade dessas pessoas e a construção de cenários ou pontos ambientais que julgassem críticos e reivindicativos de melhoria a partir da representação do determinado objeto, por via do Mapa de Risco fundamentado por dados in loco por via de fotos dos locais escolhidos pelos alunos, prints do Google Earth de pontos críticos do bairro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo não apenas revela a aplicação bem-sucedida da cartografia participativa, mas também os impactos positivos dessa abordagem no engajamento dos alunos e na compreensão das dinâmicas socioambientais em seu ambiente local. Haja vista que, a intersecção dos aspectos sociais e ambientais geraram a justiça ambiental, sendo ela responsável pela equidade intra e intergerações, tendo como consequência a necessidade de investimentos em educação e treinamento para indivíduos e comunidades, conforme (Labuschagne, Brent e Erck (2004) e Labuschagne e Brent, 2005).

TENONÉ VISÍVEL: CARTOGRAFIA URBANA DOS INDICADORES DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO



LEGENDA - BRASIL PARA BAIROS DE BELÉM BAIRRO DO COQUEIRO TERRENO DO BAIRRO DO TENONÉ COM INDICADORES INDICADORAIS DE RISCOS CLASSIFICADOS PELA TURMA 202

CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE RISCOS

- RISCO ERGONÔMICO** - Qualquer fator que possa interferir na acessibilidade física motora das pessoas, causando desconforto ou afetando sua saúde
- RISCO DE ACIDENTES** - Qualquer fator que coloque pessoas em situação vulnerável e possa afetar sua integridade, e seja bem estar físico e psíquico
- RISCO BIOLÓGICO** - Considera-se como agentes de risco biológico as bactérias, vírus, fungos, parasitas, entre outros.
- RISCO QUÍMICO** - Considera-se as substâncias, compostos ou produtos que possam nocivos ao organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos gases, neblinas, névoas ou vapores.
- RISCO FÍSICO** - Considera-se as diversas formas de energia a que possam estar expostos a população, tais como ruído, calor, frio, pressão, umidade, radiações ionizantes ou não, vibrações, etc.

Fonte: Atlas, I. R. (1998). Mapa de Uso (adaptado)



Quer saber mais sobre os RISCOS SOCIOAMBIENTAIS encontrados no bairro pelo alaraz levantados no mapa? Aporte então, a câmera de seu celular para o QR Code e colete mais sobre o nosso Projeto "Tenoné Visível: Um estudo cartográfico sobre os efeitos da urbanização".

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000 e UTM zona 22S
Fonte de Base: IBGE (2022), Google Terra (2022) e
Dados in loco dos riscos do bairro (Turma 202/2023)
Elaboração: Turma 202/2023 e Bolsistas do PIBID/EPA -
Jarauna Soares e Lídia Martins

O projeto promoveu, a introdução ao Mapa de Risco CIPA, uma ferramenta utilizada para identificar e avaliar os perigos presentes nos locais de trabalho. Dentro do escopo do projeto, ela foi utilizada como metodologia adaptada para analisar os riscos socioambientais nas áreas externas do bairro. Essa adaptação possibilitou aos alunos uma abordagem prática e participativa na identificação e avaliação dos riscos em seu entorno, capacitando-os a atuarem como agentes na promoção da segurança e qualidade de vida na comunidade. Nesta via, ao envolver os alunos na identificação e análise de padrões visuais e características de riscos urbanos em seu próprio ambiente, como infraestrutura precária e descarte irregular de lixo, insegurança, entre outros, haja vista que, condizente a (CARLOS, 1992), o estudo capacitou-os a se tornarem agentes ativos na promoção da segurança e qualidade de vida na comunidade. A aplicação dos princípios geográficos fundamentais durante a análise das áreas de risco evidenciou não apenas o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, mas também uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas. Ao término desta etapa, as bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) elaboraram o Mapa de Risco do bairro Tenoné utilizando o software QGIS, representando visualmente não apenas os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes identificados no bairro, mas também as vivências dos alunos. Criando, assim, uma ferramenta tangível para a gestão e o planejamento urbano.

Em suma, este estudo não apenas forneceu insights valiosos sobre os riscos socioambientais no bairro Tenoné, mas também destacou o potencial da cartografia participativa como uma ferramenta poderosa para capacitar os alunos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. O engajamento ativo dos alunos não apenas fortaleceu sua compreensão dos desafios enfrentados em seu ambiente local, mas também os preparou para enfrentar futuros desafios de forma colaborativa e criativa perante as contribuições de uma iniciativa operacional para a melhoria do meio ambiente, para a sociedade em uma comunidade, em nível regional e nacional. Estão incluídos neste critério a extensão das habilidades de monitoramento ambiental da sociedade e o aprimoramento e aplicação da legislação que assegura o cumprimento de normas (Labuschagne; Brent; Erck, 2004).

CONCLUSÃO

Em síntese, este estudo destaca a eficácia da cartografia participativa como uma abordagem promissora para compreender e enfrentar os desa-

fos socioambientais em comunidades urbanas. A integração entre academia, escola e comunidade permitiu não apenas identificar os riscos enfrentados pelo bairro Tenoné, mas também capacitar os alunos como agentes ativos na promoção da segurança e qualidade de vida na região.

A análise participativa dos riscos socioambientais evidenciou não apenas a autonomia e o senso crítico dos alunos, mas também uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas. A produção do Mapa de Risco no QGIS representou um avanço significativo nesse processo, fornecendo uma ferramenta valiosa para o planejamento urbano e a gestão dos riscos identificados.

Em última análise, este estudo destaca a importância de abordagens participativas e inclusivas no enfrentamento dos desafios urbanos, reconhecendo o conhecimento local como uma fonte valiosa de informações. Ao capacitar os alunos a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades, a cartografia participativa emerge como uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida urbana.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A cidade: história e desafios contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROSO, A. **A cidade e a segregação socioespacial: paradoxos e dinâmicas de transformação**. Belém: Edufpa, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular 2020.

MATTOS, U. A. O & FREITAS, N. B. B. Mapa de Risco no Brasil: As limitações da Aplicabilidade de um Modelo Operário. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (2): 251- 258, abr/jun, 1994.

LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C.; ERCK, R. P. G. van Assessing the sustainability performances of industries. *Journal of Cleaner Production*, p. 1-13, 2004. Disponível em: < www.sciencedirect.com >. Acesso em: 2 maio 2024.

LABUSCHAGNE C.; BRENT, A. C. Sustainable project life cycle management: the need to integrate life cycles in the manufacturing sector. *International Journal of Project Management*, v. 23, n. 2, p. 159-168, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

THOMAZ, F. **Cartografia e Participação: Novos Paradigmas na Geografia**. São Paulo: Contexto, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.159536BY>. Acesso em: 17 jan, 2023.

TRINDADE JR, Trindade Júnior. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. UFPA/NAEA/PLADES, 1997.

RECURSOS DIDÁTICOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO ESPACIAL COM O USO DE MATERIAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Brenda Barros Teixeira

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Licenciatura Plena em Geografia
brenda.teixeira@aluno.uepa.br

Antônio Rafael Oliveira dos Santos

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Licenciatura Plena em Geografia
antonio.rodsantos@aluno.uepa.br

INTRODUÇÃO

No contexto atual da educação geográfica, a busca por metodologias que favoreçam uma aprendizagem significativa tem se tornado cada vez mais relevante. Este projeto, intitulado “Recursos Didáticos na Geografia Escolar: O desenvolvimento e aprendizagem espacial com apoio de materiais interativos na geografia”, surge a partir de uma análise empírica realizada durante a disciplina de Trabalho de Campo, com um estudo de campo na rota da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, no estado do Pará. A experiência histórica e espacial vivenciada durante o percurso proporcionou uma aprendizagem espacial significativa para alunos e professores do ensino fundamental, destacando a importância de metodologias que integrem abordagens construtivistas. O objetivo central do estudo é compreender como a aprendizagem espacial pode ser potencializada através do uso de recursos didáticos interativos. A investigação combina revisão bibliográfica e experimentação empírica para avaliar a eficácia desses recursos no ensino da geografia, focando na disposição espacial geográfica da costa paraense. A metodologia adotada é qualitativa e se divide em três etapas: levantamento bibliográfico, trabalho de campo e análise dos resultados. Espera-se, com esse estudo, promover uma compreensão mais profunda e contextualizada do espaço geográfico, facilitando a construção do aprendizado de forma interativa e próxima à vivência dos alunos.

OBJETIVO(S)

Este estudo tem como objetivos principais a compreensão dos processos cognitivos implicados na aprendizagem geográfica e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que integrem os conceitos de aprendizagem significativa e espacial. Inicialmente, busca-se explorar as teorias de Piaget, Ausubel e Vygotsky, cujas contribuições são essenciais para a compreensão de como os alunos constroem o conhecimento geográfico. Piaget, com sua teoria da equilíbrio cognitiva, destaca a interação entre o sujeito e o meio, sugerindo que a aprendizagem ocorre por meio de desequilíbrios cognitivos que impulsionam a reestruturação da compreensão. Ausubel, por sua vez, enfatiza a importância da aprendizagem significativa, na qual o novo conhecimento é conectado de maneira substancial ao que o aluno já sabe, promovendo uma assimilação mais profunda. Vygotsky contribui com a noção de Zona de Desenvolvimento Proximal, na qual o aprendizado é mediado por interações sociais, ampliando a capacidade do aluno de alcançar um nível de desenvolvimento cognitivo superior com a ajuda de um mediador.

Com base nesses referenciais teóricos, o estudo propõe o desenvolvimento de práticas pedagógicas que conectem o conhecimento geográfico à realidade vivenciada pelos alunos, utilizando recursos didáticos que favoreçam a compreensão crítica e contextualizada do espaço geográfico. A aprendizagem geográfica, nesse contexto, deve ser fundamentada em experiências cotidianas dos discentes, promovendo uma leitura do espaço de forma interdisciplinar e integrada. Esse processo visa não apenas a construção de conceitos geográficos, mas também a formação de uma compreensão mais abrangente e profunda do espaço, preparando os alunos para uma participação ativa e crítica na sociedade.

Ao integrar as concepções teóricas de Piaget, Ausubel e Vygotsky ao ensino de Geografia, o estudo busca contribuir para a elaboração de abordagens pedagógicas mais dinâmicas, capazes de promover uma aprendizagem significativa, que permita aos alunos não apenas apreender os conceitos geográficos de forma mais sólida, mas também conectá-los de maneira profunda com sua realidade e o seu cotidiano.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste estudo foi desenvolvida em três etapas principais. Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico para fornecer a base teórica sobre aprendizagem espacial, recursos didáticos interativos e a

história da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Em seguida, será realizado o trabalho de campo entre os dias 18 e 20 de setembro de 2024, nos municípios de Igarapé-Açu, Tracuateua (Vila Fátima) e Bragança, onde os alunos do ensino fundamental serão envolvidos em atividades de observação, fotografia e contextualização histórica ao longo do trajeto da antiga estrada de ferro. Durante o percurso, serão aplicados materiais interativos, como mapas cartográficos e tecnologias digitais, para facilitar a compreensão dos elementos geográficos e históricos da região. Por fim, a análise dos resultados envolverá a avaliação qualitativa das observações, fotografias e feedback dos alunos sobre a eficácia dos recursos didáticos utilizados, com o objetivo de entender o impacto desses materiais na aprendizagem espacial. A metodologia busca integrar teoria e prática, promovendo uma análise crítica sobre o uso de recursos interativos no ensino de geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa destaca a eficácia do recurso didático lúdico, que consistiu na visita de campo e no quebra-cabeça geográfico e cartográfico “Pará 1900: Elementos da Formação Socioespacial da Costa Paraense até 1950”, de autoria do Prof. Dr. Carlos Jorge Nogueira de Castro. Durante o percurso realizado em Igarapé-Açu, Vila Fátima (Tracuateua) e Bragança, as paradas estratégicas permitiram que os alunos participassem de atividades que envolveram explicações, observações, conversas e fotografias sobre a dinâmica espacial da região. A mediação dos professores Carlos Jorge (UEPA) e João Carvalho (UFPA) foi essencial para enriquecer as interações e o entendimento do espaço geográfico, além de promover a troca de significados entre os diferentes níveis de formação, conforme destacam Freitas (2005), ao enfatizar a importância dessas interações para a compreensão do espaço geográfico, evitando um ambiente pobre em significados.

O processo cognitivo de apreensão e troca de significados, conforme Vygotsky (1984), é fundamental para o desenvolvimento das funções mentais superiores, como o pensamento, memória e linguagem, por meio da interação com o meio sociocultural. Esse processo foi central para a compreensão do contexto geográfico-histórico da rota da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), dentro de uma perspectiva socioconstrutivista. O ponto culminante da atividade de campo foi a participação dos acadêmicos em uma atividade extensionista na Escola Municipal Valdemar Pinheiro da Silva, em Vila Fátima - Tracuateua, promovida pela UEPA, com a mediação do professor João dos Santos Carvalho (UFPA) e

o secretário de Educação de Tracuateua, Elivan Padilha. Nesse encontro, os alunos exploraram os jogos educativos “Mundo Geo Açú», que retrata aspectos espaciais de Igarapé-Açu e Maracanã, e «Municípios Paraenses em 1900», que aborda a ocupação da costa atlântica amazônica até 1950. Esses jogos, como ferramenta pedagógica, tinham o objetivo de conscientizar os alunos sobre as transformações territoriais, permitindo uma comparação entre a malha territorial de 1900 e a atual.

A escolha de materiais didáticos relacionados à espacialidade dos alunos teve um impacto significativo em suas aprendizagens. Como aponta Cavalcanti (2005), a aproximação do estudo geográfico escolar com a vivência espacial do aluno é fundamental. Além disso, a aplicação dos jogos possibilitou a reestruturação mental e espacial dos estudantes, uma vez que os símbolos cotidianos da costa paraense, como o gado, a criação de porcos, mandioca, açaizais, pesca e caranguejo, estavam representados no jogo Pará 1900. A interação dos alunos com esses elementos do seu cotidiano possibilitou a apreensão da leitura cartográfica e espacial, o que, de acordo com Vygotsky (1984), resultou em um processo de aprendizagem significativo, no qual os signos mapeados ajudaram a reestruturar o processo psicológico dos estudantes, permitindo que eles compreendessem a importância da farinha de Bragança e a posição geográfica da costa paraense na Estrada de Ferro Belém-Bragança como fonte de abastecimento para Belém. Esse processo tornou o ensino de geografia mais significativo, conectando-o às vivências dos alunos e contribuindo para a construção do conhecimento científico escolar.



Fonte: Autores (2024)

CONCLUSÃO

As conclusões deste estudo ressaltam, principalmente, que, por meio da pesquisa e experimentação, a aprendizagem de conceitos mais abstratos, como a comparação e evolução do espaço ao longo do tempo, é significativamente facilitada pelo uso de instrumentos didáticos. Observou-se que o aumento da atenção e compreensão dos alunos em relação à orientação espacial, à leitura de mapas e à função espacial foi mais notável quando os temas abordados estavam diretamente relacionados à sua realidade geográfica cotidiana. Conclui-se, portanto, que os instrumentos didáticos interativos não apenas favoreceram o desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas também conferiram maior significância ao seu processo de aprendizagem, uma vez que o conhecimento científico escolar foi construído a partir de reflexões sobre o cotidiano dos discentes.

Em síntese, o estudo demonstrou que práticas educativas que conectam o conteúdo escolar à realidade vivenciada pelos alunos geram resultados eficazes, contribuindo para um ensino de Geografia mais atrativo e alinhado às necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira. Municípios paraenses em 1900: elementos da formação socioespacial da costa paraense até 1950. **Portal eduCapes**, 2024. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/747977>. Acesso em: 24 atrás. 2024.

CASTRO, Carlos Jorge; CARVALHO, João dos Santos. **Expedição interdisciplinar**. Disponível em: <https://www.ppgguepa.com.br/index.php/pt-br/trabalhos-realizados/137-expedicao-interdisciplinar-da-uepa-realiza-pesquisa-e-extensao-em-municipios-de-igarape-acu-tracuateua-e-braganca-no-para>. Acesso em: 29 conjuntos. 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos**: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 66, pág. 185-207, maio/ago. 2005.

_____. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica da América Central**, n. Especial EGAL, Costa Rica, pág. 1-18, 2011.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. 2. reimpressão. Campinas: Papirus Editora, 2014.

CRUZ, Cristiano Cordeiro. David Ausubel: aprendizagem significativa. Academia.edu. Disponível em: https://www.academia.edu/36615685/DAVID_AUSUBEL_APRENDIZAGEM_SIGNIFICATIVA. Acesso em: 04 abr. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública – uma pedagogia crítico-social dos conteúdos**: tendências pedagógicas na prática escolar. São Paulo: Loyola, 1992.

MOREIRA, Marco Antonio Teorias de Aprendizagem: Capítulo 06 - **A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ANAIS do

I ENGEOCIDADES

2025

TRABALHOS DO GT 04:
**TERRITÓRIOS, VIOLÊNCIA
URBANA E SEGURANÇA
PÚBLICA**



APRESENTAÇÃO GT 04 – TERRITÓRIOS, VIOLÊNCIA URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA

Willame de Oliveira Ribeiro

Violência e criminalidades são problemáticas das mais impactantes e generalizadas de que se tem notícia na atualidade. Com múltiplas causas e consequência, a compreensão dessas dinâmicas oferece muitas dificuldades aos analistas e muito mais às políticas e estratégias voltadas ao seu equacionamento. No caso específico das cidades, as manifestações do fenômeno permanecem com causas, ocorrências e consequências diversas, relacionando-se com outras dimensões da vida social nas cidades e sendo permeada pela configuração de agentes territoriais que veem na violência e na criminalidade meios para sua reprodução, subjugando, submetendo e vitimando indivíduos e coletivos, especialmente aqueles assinalados por vulnerabilidades socioespaciais.

Diante disso, o objetivo do *GT 04 - Territórios, Violência Urbana e Segurança Pública* consistiu em discutir as dinâmicas socioespaciais e territoriais da violência e da criminalidade nas cidades amazônicas, suas causas, implicações, e as políticas concretas voltadas ao seu equacionamento.

Contou-se, para tanto, com a participação de estudantes da graduação e da pós-graduação em geografia e em área afins, com profissionais atuantes na educação básica e superior e demais interessados nas investigações da violência urbana, especialmente, daqueles inseridos em contextos amazônicos. Foram de interesse do GT trabalhos que versavam sobre temas como: crimes violentos letais e intencionais em cidades amazônicas, violência contra a mulher, vulnerabilidades socioespaciais e sua vinculação com a manifestação da violência nas cidades; tráfico de drogas e suas espacialidades; grupos criminosos e territorialização na cidade; políticas públicas de segurança

DINÂMICAS DO NARCOTRÁFICO E CONTROLE TERRITORIAL DO COMANDO VERMELHO NAS PERIFERIAS DE BELÉM

Isac José Murta Nunes

Universidade do Estado do Pará
Mestrando em Geografia
isacmurta1@gmail.com

Leandro Maciel Sarrazin da Rosa

Universidade do Estado do Pará
Formação: Mestrando em Geografia
leandro.rosa@aluno.uepa.br

Aiala Colares de Oliveira Couto

Universidade do Estado do Pará
Doutor em Geografia
aialacouto@uepa.br

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira constitui-se enquanto uma das mais importantes regiões que funcionam como entreposto comercial para o tráfico internacional de drogas. De certo, a sua localização geográfica próxima aos principais produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Colômbia e Peru), a dinâmica da natureza com a presença de rios que integram a bacia hidrográfica sul-americana, a diversidade da floresta que é utilizada como espaços que abrigam laboratórios clandestinos de refino de drogas ou que escondem guerrilheiros armados, e por fim, os múltiplos crimes ambientais que ocorrem na região, todos conectados, contribuem para o fortalecimento do crime organizado.

Machado (1998) destaca que nas últimas décadas do século XX as redes que mais obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica foram as que exploram o comércio ilegal de drogas e contrabando de mercadorias. Nesse sentido, as cidades da Amazônia tornam-se “nós” de uma rede de articulação que, organizada, ultrapassa os limites fronteiriços do território brasileiro, formando uma interação regional/global dos fluxos do narcotráfico. Nesse contexto, as capitais Belém e Manaus desempenham a função de bases operacionais do narcotráfico, tanto

para a conexão destas redes com outras regiões, quanto para atender as demandas de um mercado local. Assim, a metrópole de Belém vem se consolidando enquanto um “nexo” estratégico dos circuitos espaciais do crime organizado na região Amazônica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar o processo de territorialização da facção criminosa Comando Vermelho (CV) nas periferias de Belém.

Objetivos Específicos:

1. Identificar os bairros de Belém com atuação do CV;
2. Descrever as estratégias de controle territorial utilizadas por essa facção;
3. Compreender implicações da convivência de moradores com a facção CV;

MATERIAL E MÉTODOS

Adotou-se como procedimento metodológico inicial um levantamento bibliográfico pautado na busca dos principais estudos pertinentes à fundamentação teórica da pesquisa, tais como Haesbaert (2014), Machado (1998) e Couto (2018). Em seguida, realizou-se um levantamento documental (Gil, 2008) sobre a dinâmica do narcotráfico na Amazônia. Assim, foram utilizados dados produzidos pelo Instituto Mãe Crioula, em especial os que apresentavam informações sobre o fluxo de drogas na cidade de Belém.

Posteriormente, desenvolveram-se trabalhos de campo com registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com moradores de bairros com a presença do Comando Vermelho, visando à coleta de informações e depoimentos sobre a atuação dessa facção. Esse tipo de entrevista é caracterizado por um conjunto de questões previamente estabelecidas, a partir de um formulário que possibilita comparar grupos e respostas (Prodanov e Freitas, 2013). Durante todo este processo se analisou, discutiu e elaborou as redações que constituem este estudo científico. Diante disso, a investigação tem uma abordagem qualitativa (Prodanov e Freitas, 2013). Por conseguinte, essa investigação exigiu o contato direto com a realidade dos bairros com a presença da facção do Comando Vermelho, tornando sua realidade a principal fonte de informações à compreensão de suas atuações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

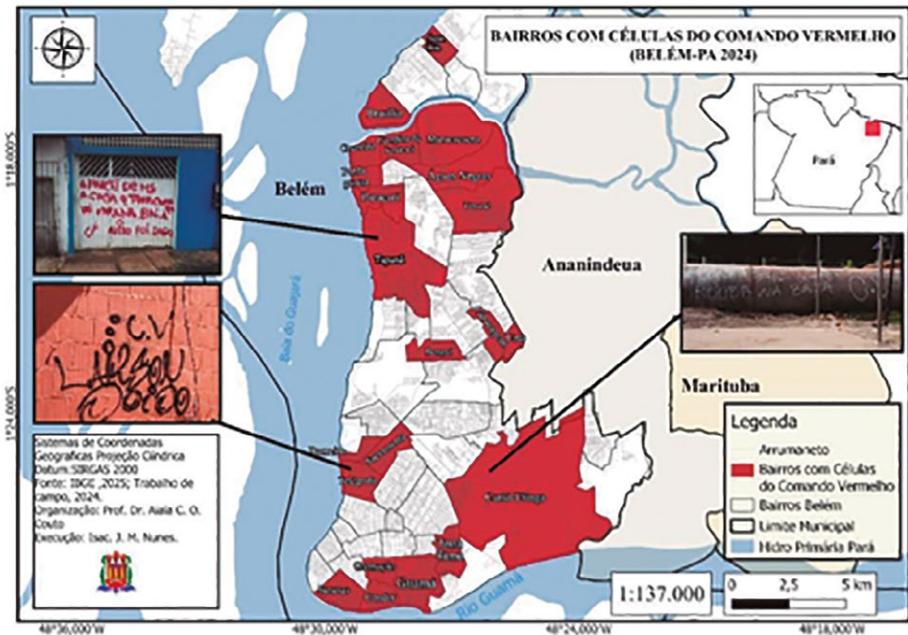
É certo que a convivência dos habitantes da periferia com esses grupos traz consequências e implicações negativas. Estes fatos já foram apontados em outros trabalhos, como Couto (2018), onde foi apresentado o conceito de “territorialização perversa” que corresponde às formas de violência impostas pelo tráfico de drogas nas periferias de Belém como estratégias de dominação e apropriação dos territórios urbanos. É importante salientar que em Belém a facção opera a partir de características que se aproxima muito das milícias pelo fato de que em alguns bairros ou conjuntos habitacionais, o tráfico tem o controle dos serviços de internet, da venda de gás e da água potável, e até mesmo, proíbe práticas que “possam tirar a paz dos nossos vizinhos”. Nesse sentido, são impostas regras a serem seguidas dentro da comunidade, havendo a imposição, por meio de ameaças, uma “taxa de pagamento” ao morador que tiver um pequeno comércio nos bairros onde estão presentes.

Não são todas as áreas que contam com a presença do narcotráfico que ocorre a cobrança de “taxas do crime”, pois em algumas prevalece a proibição de assaltos na comunidade. A ideia pensada pela facção é a de que proibindo assaltos e roubos na comunidade, evita-se uma maior presença da polícia, prevalecendo nessas áreas a chamada “lei do silêncio”. Há também o controle sobre a entrada e saída de pessoas não conhecidas dentro do território, que no caso de Belém ocorre em uma escala menor. Contudo, mesmo que não abranja completamente o bairro, traz consequências para ele todo, tornando-o estigmatizado, assim como seus moradores.

Quando as regras impostas pela facção não são seguidas, aqueles que as descumpriam sofrem represálias, como torturas e assassinatos, sendo este último realizado pelo “tribunal do crime”. Por vezes, elas são filmadas e divulgadas como forma de servir de exemplo e evitar outras desobediências. Tais ações demonstram como a facção exerce controle dentro das periferias, onde através do poder ela possui influência e domínio sobre o território. Sobre isso, Haesbaert (2014, p. 45) afirma que “grande parte do poder, hoje, envolve sujeitos que se contrapõem ou entram num jogo muito complexo com a estrutura estatal, principalmente através de circuitos ilegais, como é o caso do narcotráfico”. Assim, essa é mais uma violência enfrentada pelos moradores da periferia de Belém, os quais sofrem com as condições de vulnerabilidade social e enfrentam também a coerção exercida por agentes violentos, neste caso os faccionados.

Para espacializar a presença do CV na periferia da capital paraense, a figura 1 apresenta os bairros que possuem células dessa facção. É importante frisar que o destaque dos bairros não se trata de uma delimitação territorial que envolve o controle deles completamente por parte da facção. O que há na realidade é a identificação da presença desta facção nesses bairros, havendo zonas marcadas pela territorialidade de grupos criminais. Outra informação importante é que a intensidade das formas de coerção e violência imposta pela facção se diferencia de acordo com o nível de controle territorial.

Figura 1 – Bairros de Belém-PA com a presença de células do Comando Vermelho.



Fonte: LabGeoVCrim/UEPA (2024).

As pichações destacadas na figura 1 são expressões de um dos mecanismos de controle e disciplina do território, onde por meio de avisos o CV proíbe assaltos e, em alguns casos, ameaça moradores para que não ocorram denúncias. Na atualidade, o poder exercido pelo comando do narcotráfico é reconhecido pela população por meio dessas pichações que descrevem mensagens ou os chamados “salves” que circulam pelas redes sociais, sendo elementos demarcadores de territórios. A territorialidade do narcotráfico é, portanto, uma estratégia espacial para influenciar e controlar pessoas, fontes e fluxos a partir do controle da área. Conforme Sack (1986, p. 3), “em termos geográficos ela é uma forma de comportamento espacial. A questão então é

descobrir sobre que condições e porquê da territorialidade é ou não é empregada”. Por fim, essa nova configuração espaço-territorial do narcotráfico a partir da facção CV do Pará é o que caracteriza a atual fase das dinâmicas do narcotráfico e do crime organizado não apenas em Belém, mas também por toda a região metropolitana.

CONCLUSÃO

Com efeitos sobre a dinâmica urbana na metrópole de Belém, o narcotráfico nas últimas décadas foi responsável por reorganizar a estrutura criminal, sobretudo, nas periferias da cidade. A evolução dos grupos criminais se deu com base na importância que a região amazônica passou a ter para os circuitos espaciais das redes ilegais. Belém torna-se, com isso, um importante “nó” de interação espacial dos fluxos do narcotráfico, integrando-se às escalas de poder do crime organizado. É dessa forma que as periferias vêm sendo ocupadas pela dinâmica dos grupos criminais como o CV do Rio de Janeiro, que instituiu a criação de células no Pará.

Assim, esta facção criminosa impõe lógicas de controle e regulação dos territórios, criando identidades e estratégias de coerção e violência, bem como fortalecendo o poder econômico do crime não apenas pela venda da droga, mas também pela cobrança de taxas aos comerciantes e moradores dos bairros. Finalmente, o que se tem observado é uma territorialização da facção criminosa CV nas periferias de Belém, algo que compromete o direito de ir e vir da população e cria estigmas sociais, além de intensificar a violência, comprometendo a presença do Estado nestes bairros. Acredita-se aqui que a melhor forma de enfrentamento ao crime organizado é a eliminação das desigualdades e vulnerabilidades sociais, algo que só é possível através de políticas públicas democráticas com participação popular e direcionadas para atender verdadeiramente as reais necessidades das periferias de Belém.

REFERÊNCIAS

COUTO, Aiala. **Do poder das redes as redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostos do narcotráfico na metrópole de Belém-Pa.** Belém. Programa de Pós Graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido – PPGDSTU, 2018 (Tese de doutorado).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**. Rio de Janeiro. Bertrand, 2014.

MACHADO, Lia. Notas sobre o complexo coca: cocaína na Amazônia sul: Americana. In: **Relatório CNPQ**; FINEP. [S.l.]: [s.n.], 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emanir Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SACK, Robert. **Human Territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

“DAS FORMAS DE VIDA AS VIDAS SEM FORMA”: VIOLÊNCIA DE ESTADO E EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE EM CONTEXTOS TERRITORIAIS DO NARCOTRÁFICO

Lucas Patrick Alves Moraes

Instituto Mãe Crioula
Graduação em Relações Internacionais
lucas.moraes.pesquisador@gmail.com

João Vitor de Lima da Silva

Instituto Mãe Crioula
Graduação em Geografia
Jvitorchaves061@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado pela desigualdade social, discriminação e pela ineficiência de políticas públicas para aqueles que mais necessitam e que são vítimas do Estado e de todo processo escravocrata presente neste país, um racismo estrutural e institucional enraizado. Silvio Almeida (2019), ao longo da sua história esses fatores caminham juntos com a sociedade brasileira e essa temática do racismo, preconceito e desigualdade foi se difundindo por diversos municípios do Brasil, certamente a região metropolitana de Belém não é diferente.

Segundo Couto (2020), existe um desafio essencial a ser enfrentado no Brasil, o de reduzir as desigualdades socioespaciais existentes no país. Considerando os indicadores de violência e as análises dos levantamentos de materiais jornalísticos, constata-se diariamente morte de pessoas negras de forma brutal, que representa para além de dados estatísticos, vidas e sonhos apagados a partir de uma lógica de necropolítica imposta pelo sistema capitalista decreta como algumas pessoas podem viver e outras devem morrer, na distribuição desigual de oportunidades. Partindo dessa constatação, os sistemas de segurança pública são operadores da macroestruturação estatal do racismo presente nas entidades, muitas vezes a serviço do capitalismo, que direcionam os *modus operandi* reprodutor de violência sobre corpos negros, em suas maiores jovens em situação de vulnerabilidade social.

Negros e negras são desproporcionalmente vítimas de disparos policiais. Agentes de segurança procedem sob o perfilamento racial, suspeitando

e abordando pessoas por critérios subjetivos e baseados em raça/cor e classe social. A população negra tem mais que o dobro de chance de ser assinada no Pará que representam 232 vítimas de homicídios no Pará, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP, 2023). Com isso abre portas para o narcotráfico que se apropria dos territórios vulneráveis e de corpos excluídos pelo estado, o narcotráfico também aparece como um dos mais relevantes problemas sociais, políticos e culturais, atualmente e uma das atividades mais rentável do mundo, para Couto (2020), o narcotráfico, ao se desenvolver, não só produz seu território, mas o faz impondo suas regras através da dominação da vida daqueles que habitam. Outro ponto fundamental, segundo Couto (2020), para o narcotráfico é a redes de trocas, articulam de maneira sucinta e indissociável, território de dominação e controle como essência do seu negócio, através de uma disciplina imposta de cima para baixo.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Refletir como a política de drogas contribui para o extermínio da juventude negra na RMB

Objetivo específico:

- a. Analisar o diagnóstico sobre mortes violentas intencionais na RMB;
- b. Identificar as características dos bairros onde ocorrem as mortes violentas;
- c. Investigar a dinâmica do narcotráfico nos territórios;

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho se insere dentro de uma abordagem das ciências sociais e Relações internacionais, utilizando conceitos como: a biopolítica (Foucault, 1979) e necropolítica (Achile Mbembe, 2018), para interpretar a violência do Estado e o extermínio da juventude negra nas periferias de Belém. A metodologia possui um caráter quantitativo, baseando-se em análise de coletas de matérias de jornais, Instituições governamentais e não governamentais: Fogo Cruzado, Rede de Observatórios da Segurança, Instituto Mãe Crioula e Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP).

Para sustentar a pesquisa desenvolvida. Atenta-se para algumas reflexões teóricas de autores importantes que trabalham com este tema. Nesse sentido, foi realizada a pesquisa bibliográfica que aparecem na pesquisa como

suporte conceitual teórico e metodológico. Em se tratando da organização criminosa na região metropolitana de Belém (RMB), e nas mortes por intervenção policial, no contexto dessa temática foi de devida importância analisar os trabalhos de Aiala Couto, Michel Foucault, Achile MBembé.

O terceiro momento foi reservado para pesquisa de campo, justamente o mais importante de toda a pesquisa, em que visitas foram realizadas em bairros nas áreas periféricas, nesse caso foi realizado registros fotográficos dos territórios, além disso, estabeleceram-se conversas informais com habitantes de tais locais para melhor compreender o desenvolvimento do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fato da capital paraense, assim como outras cidades brasileiras, são marcadas por injustiças sociais e espaciais, possui diversos problemas sociais e urbanos, dentre elas a violência, marcada pela biopolítica, política da vida, como o Estado rege por meio da administração da vida nos ambientes sociais, definindo quem deve viver e morrer, em Belém, é visível que há várias formas de “inclusão precária”, as quais vão desde as práticas mais emblemáticas das relações de trabalho até o tipo de organização socioespacial, o qual é figura como estratégia de sobrevivência da população pobre em aglomerados (Couto, 2020).

O Estado aplica políticas estatais bastante violenta, uma forma de combater a “criminalidade” voltada no consenso de guerra às drogas, praticando uma atividade racista, quando analisamos os números de jovens negros mortos por intervenções policiais, propagando uma forma de controlar os corpos da juventude negra em determinados territórios e violentar como maneira de “disciplinar” esses corpos, vigiar e punir (Michel Foucault 1987).

CONCLUSÃO

A análise do trabalho reforça a tese de que o narcotráfico e a violência do Estado são dois elementos indissociáveis nas periferias de Belém. Alguns pontos principais emergem: O Estado adota uma política de “guerra às drogas” que, em vez de combater efetivamente o tráfico, tem como consequência a repressão violenta sobre a juventude negra. A criminalização desses jovens serve como justificativa para ações policiais brutais, baseadas em um perfilhamento racial (ou seja, suspeição baseada na cor e classe social).

O trabalho argumenta que essa política tem um viés racista, pois a repressão se concentra em territórios ocupados majoritariamente por negros.

O narcotráfico não apenas opera nesses territórios, mas os produz e organiza suas próprias normas e controle sobre a população. Essa organização imposta pelo tráfico é paradoxal, ao mesmo tempo em que gera violência e submissão, também oferece formas de pertencimento e possibilidades de sobrevivência para jovens marginalizados.

O Estado, ao invés de intervir com políticas públicas para melhorar as condições sociais, atua apenas com a repressão. Dados apresentados no estudo indicam que 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (Atlas da Violência, 2023). A abordagem policial nas periferias reforça um ciclo de exclusão, criminalização e morte precoce para esses jovens que possui baixa escolaridade e sonhos e vidas ceifados pelo Estado.

REFERENCIAS

COUTO, A. C. **Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém.** REVISTA USP, v. 129, p. 63-80, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão;** Petrópolis, Vozes, 1987.

MBEMBE, A. **Necropolítica: sobre El gobierno privado indirecto.** Melusina, 2006.

PELE ALVO: **MORTES QUE REVELAM UM PADRÃO.** 10. ed. Rio de Janeiro: CESEC, 2024. 33 p. v. 4. ISBN 9788559690491.

ESPAÇO PERIFÉRICO: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A MARGINALIZAÇÃO DAS PERIFERIAS EM BELÉM

Stephanny Carol Carvalho dos Santos

Universidade federal do Pará
Geografia Licenciatura
carolstephanny123@gmail.com

Vera Lúcia Lima Ataíde

Universidade Federal do Pará
Geografia Licenciatura
veralucialima571@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando se pensa em espaço periférico, imediatamente é pensado em desigualdades sociais e localidades que vivem com uma precarização urbana. Belém do Pará teve o início do seu processo de ocupação em 1615, sua ocupação espacial foi estratégica, pois durante esse período foi construído o Forte do presépio e a primeira capela na foz do rio Pará, esse controle de segurança teve como objetivo proteger a entrada da Amazônia de invasores europeus. Através da história da cidade torna-se notória as grandes concentrações econômicas no centro da cidade, pois a elite que vivia na cidade estava localizada apenas no centro da cidade e excluindo a população mais pobres para os arredores da cidade. Ademais, outro episódio que marcou essa distinção territorial foi o período da borracha, onde as pessoas que tinham um melhor poder aquisitivo permaneciam nesses “centros” e a população mais pobre e as pessoas que vinham para a cidade em busca de melhores condições de vida, pois estavam sendo atraídas por esse progresso econômico que estava tendo na região norte, acabavam sendo excluídas e contribuindo para a ocupação de áreas que hoje são consideradas como periferias. Atualmente, Belém conta com uma configuração espacial que limita a possibilidade de pessoas com baixa renda de ocuparem esses centros devidos o alto custo de vida, então essas pessoas seguem ocupando áreas que costumam ser esquecidas pelo governo, e vistas como áreas perigosas. A população que vive na periferia é constantemente massacrada, mas, mesmo assim, continua a se fortalecer mutuamente, essas comunidades seguem sendo resistência e lutam para criar uma imagem social de que dentro das periferias de Belém também existe muita luta, educação, história e cultura. Um exemplo de marginalização peri-

férica em Belém é o bairro do Guamá, que possui aproximadamente 94.610 habitantes, sendo considerado o bairro mais populoso de Belém, conforme os dados do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE, 2010). Dessa forma, é possível notar o processo de segregação do bairro, o bairro que é excluído de políticas públicas, completamente marginalizado e sendo considerado “perigoso” acaba apenas sendo visto com essa imagem, quando na verdade o bairro conta com diversas manifestações políticas e culturais como blocos de carnaval, escolas de samba, grupos de boi, quadrilhas juninas e terreiros de religiões de matrizes africanas, essas manifestações fazem parte de grandes lutas sociais para manter viva essas memórias do bairro e também para a população que mesmo sendo considerado um bairro marginalizado e perigoso, existe movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento da cultura que promovem uma identidade e um sentimento de pertencimento na sua população.

OBJETIVO(S)

Objeto desse trabalho é mostrar os fatores que contribuem para a marginalização das áreas periféricas de Belém, capital do estado do Pará. Ademais, é possível mostrar também caminhos que possibilitam novos olhares para essas áreas, através de manifestações sociais que contam com uma luta grandiosa para exterminar a banalização desses bairros que hoje são excluídos de políticas públicas, políticas sociais e vistos como violentos e perigosos.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo consiste em uma pesquisa geográfica, territorial e histórica, optou-se neste projeto pela análise de caráter Hipotético-dedutivo: que possibilitou a procura por soluções, por meio de tentativas. No qual possibilitou a continuidade da pesquisa, ademais, a pesquisa fundamentou-se na análise de diversas bibliografias sugeridas para escolher conceitos que proporcionassem ao texto um argumento mais forte em relação a marginalização de áreas periféricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho destaca o processo histórico da ocupação espacial do centro de Belém, esse conceito dialoga diretamente com a situação atual da segregação das baixadas da cidade. Ademais, o texto aponta a marginalização que existem nos arredores de Belém e também mostra a precarização que existe

nessas áreas, no qual, a falta de segurança, investimentos e políticas públicas implicam diretamente na imagem de alguns bairros, e esses bairros reagem a esse evento de forma cautelosa, com lutas de sua população para expor que mesmo com suas dificuldades e sendo esquecidos pelo governo do estado, dentro dos bairros ainda existe movimentos sociais que buscam melhoras e reconhecimento, o resultado disso é o sentimento de pertencimento nessas populações e a continuidade na luta por uma ressignificação espacial e reconhecimento de sua cultura e luta.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a desigualdade e o preconceito existem na capital do estado do Pará, decorre de uma separação social existente há anos. Essa exclusão de pessoas que baixa renda, acabou gerando uma desunião entre as classes e colaborou, exponencialmente, para o preconceito gerado em cima da população que vive em situação de pobreza, no qual, hoje vivem em áreas afastadas da parte central de sua cidade e não contam com segurança pública, valorização e reconhecimento de sua cultura e identidade. E essa situação nos dias de hoje é vista de forma banal, no qual houve uma normalização ao tratar áreas periféricas apenas como locais sem segurança, educação e qualidade de vida, gerando assim uma marginalização.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. 96p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm. Acesso em: 12 mar. 2014.

Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: uma visão teórica das periferias urbanas/ kalyne Thaynara Silva de Azevêdo. Guarabira: UEPB, 2012.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan./jun. 2004.

“A DIALÉTICA EMOCIONAL NOS BAIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UMA ANÁLISE DOS SENTIMENTOS E PERCEPÇÕES DOS MORADORES”

Bruno Jorge Ferreira do Nascimento

IFPA CAMPUS BELÉM
Graduando em Geografia
brunojorge18@gmail.com

Wesley Ribeiro Cantão Silva

IFPA CAMPUS BELÉM
Licenciando em Geografia
wesley.ribeiro72@hotmail.com

Johnny Ruan Santiago dos Santos

UFPA CAMPUS BELÉM
Graduando e Geografia
johnnyruanufpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir os diferentes sentimentos e percepções das pessoas em relação a determinados bairros da Região Metropolitana de Belém (RMB). Esses sentimentos são analisados a partir de uma perspectiva dialética, pois se confrontam no interior de um mesmo bairro, gerando contradições e tensões emocionais. A metodologia utilizada para fundamentar essa análise foi a revisão bibliográfica e uma análise detalhada dos mapas sentimentais elaborados por alunos da turma de licenciatura em Geografia (segundo semestre) do Instituto Federal do Estado do Pará. Esses mapas foram avaliados pelo grupo responsável, com o intuito de compreender como as emoções se manifestam em diferentes espaços urbanos.

OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo principal analisar os sentimentos e emoções de moradores da Região Metropolitana de Belém, com ênfase em seis bairros específicos: Pedreira, Marco, Guamá, Canudos, Terra Firme e Tapanã. O foco está em identificar e entender as contradições emocionais associadas a esses bairros, a partir dos conceitos de dialética, e como essas emoções refletem tanto as experiências individuais quanto as representações sociais e midiáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos mapas sentimentais, foi possível observar a presença de três emoções predominantes: alegria, medo e tristeza. Essas emoções foram encontradas em diferentes graus e combinações nos bairros analisados. O gráfico gerado a partir dos mapas emocionais evidenciou como os sentimentos variam de um bairro para outro, mas também como podem coexistir no mesmo espaço.

Gráfico 1: Dialética Sentimental



Elaboração: Bruno Nascimento, Johnny Santos e Wesley Silva. Gráfico montado a partir dos mapas emocionais, datado de junho de 2024.

No bairro de Canudos, as três emoções foram representadas: alegria, medo e tristeza. No bairro Guamá, a emoção predominante foi o medo, relacionado à criminalidade e à violência, conforme destacado por Costa e Cardoso (2019): “O número de ocorrências envolvendo mortes no Guamá pode ser interpretado com base em duas hipóteses: a primeira, pela ausência do Estado na resolução de conflitos, e a segunda, pelo crescente índice de mortes associado à comercialização de drogas ilícitas” (COSTA e CARDOSO, 2019, p.161-162). Por outro lado, no bairro de Tapanã, o sentimento predominante foi a alegria, associada a características como “apreço” e “gratidão”.

Uma das principais descobertas foi a dialética emocional observada entre Guamá e Tapanã. No Guamá, a prevalência de medo é ligada à violência, enquanto em Tapanã, a predominância de alegria é associada à vivência positiva de seus moradores. Essa diferenciação reflete o argumento de Herbert Marcuse (2020), que explica a dialética como a convivência de sentimentos opostos, cada um carregando o seu oposto, em um processo contínuo de transformação.

No bairro Marco, os sentimentos de alegria foram amplamente predominantes, com os alunos associando esse sentimento a experiências de estudo,

amizade e bons momentos vividos no bairro. Já no bairro Terra Firme, os sentimentos de alegria, medo e tristeza coexistiram, reforçando a ideia de que o espaço vivido é pessoal e moldado pelas experiências de cada indivíduo, como afirma Ramos e Figueiredo (2011): “O espaço vivido remete à substância sentimental e emotiva de quem vive no lugar e o altera: aquele que sente, percebe, luta, faz planos, enfrenta contingências e até frustrações” (Ramos; Figueiredo, 2011, p. 43).

DISCUSSÃO

A dialética emocional observada neste estudo ilustra as complexas relações entre os indivíduos e os espaços urbanos, especialmente em bairros periféricos como o Guamá, onde o medo é uma emoção predominante. Esse medo está, em grande parte, relacionado à representação midiática do bairro e à criminalização de áreas periféricas, como observado por Zygmunt Baumann (2009). Baumann discute o medo urbano e como ele gera segregação, criando um “mercado de segurança” que favorece a criação de muros, cercas elétricas e a construção de uma cidade fragmentada, onde as diferentes classes sociais se distanciam fisicamente. Essa segregação reflete a mixofobia – o medo de se misturar com classes sociais mais baixas – conceito explorado pelo sociólogo.

Por outro lado, bairros como o Marco e Tapanã demonstram uma realidade mais positiva, com sentimentos de alegria predominando entre seus moradores. Esses sentimentos estão frequentemente ligados à vivência diária de quem tem acesso a recursos, como a educação e boas condições de infraestrutura. Isso reflete a complexa relação entre a subjetividade do morador e o espaço, destacando como a percepção de um lugar pode ser moldada pelas experiências vividas e pelas representações externas.

CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou a dialética emocional presente em diferentes bairros da Região Metropolitana de Belém. A análise dos mapas sentimentais mostrou como os sentimentos de medo, alegria e tristeza coexistem e se manifestam de forma contraditória dentro de um mesmo espaço, refletindo a complexidade das relações entre os moradores e o espaço urbano. A dialética, como conceito, ajuda a compreender as contradições emocionais que surgem em contextos urbanos, onde as experiências individuais e as representações sociais se entrelaçam. O estudo também ressaltou a importância da vivência no espaço como fator determinante para a construção da percepção que os indivíduos têm dos bairros.

Portanto, ao observar a realidade de bairros como o Guamá, onde o medo é predominante, e compará-los com outros bairros como o Marco e Tapanã, é possível refletir sobre como a exclusão social e a marginalização de determinados espaços podem influenciar diretamente as percepções emocionais dos indivíduos. A análise da dialética dos sentimentos contribui para uma compreensão mais profunda da dinâmica urbana e das contradições presentes no cotidiano dos bairros periféricos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COSTA, Carlos; CARDOSO, João. **A Violência Urbana e a Exclusão Social: Reflexões sobre os Conflitos no Guamá**. São Paulo: Editora XYZ, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia Alemã e a Dialética de Marx*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

RAMOS, Alfredo; FIGUEIREDO, Maria José. **Espaços Vividos: A Subjetividade e a Construção do Lugar**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2011.

SILVA, João. **Por uma Geografia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. ELEMENTOS OBRIGATORIOS DO CORPO DO TRABALHO

DINÂMICA CRIMINAL NA ILHA DE MOSQUEIRO/ BELÉM, ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 2019 E 2020

Jorge Fabricio dos Santos

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Mestre em Segurança Pública (PPGSP-UFPA)
Especialista em Gestão da Informação e Análise Criminal (PPGSP-UFPA)
jorge.fabricio.santos@ifch.ufpa.br

Isac José Murta Nunes

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestrando no Programa Pós-Graduação em geografia (PPGG-UEPA)
Especialização em andamento em Cartografia e Sensoriamento Remoto (FAMEESP)
isacmurta1@gmail.com

INTRODUÇÃO

A criminalidade na Região Metropolitana de Belém (RMB) tem se mostrado mais se mostrado mais incidente, principalmente no grande aglomerado urbano de Belém, Ananindeua e Marituba é mais expressivo, porém é de grande importância destacar o relativo aumento nos novos espaços de dispersão da RMB. A Ilha de Mosqueiro também tem expressivos números, entretanto, há peculiaridades próprias que levam a determinados tipos de crimes (Regateiro; Souza; Ramos, 2024). O distrito de Mosqueiro, apresenta uma dinâmica sazonal de crimes, uma vez que atraem mais pessoas em determinadas épocas do ano por se considerada uma Ilha Balneário (Pará, 2024). Nesse sentido, é imprescindível analisar e compreender esse fenômeno criminal devido sua sazonalidade, distribuição populacional e tipologia de crimes que se manifestam na região, principalmente por ser uma região de periferia regional. (Raffestin, 1993)

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar os dados criminais registrados na Ilha de Mosqueiro durante o período de 2019 e 2020. Quanto os objetivos específicos, estão incluídos: a) apresentar um breve contexto do locus de pesquisa e b) descrever os registros criminais de maior incidência na Ilha de Mosqueiro nos anos de 2019 e 2020.

MATERIAIS E METODOS

A pesquisa possui natureza aplicada, quantitativa, documental e

descritiva, sendo realizada no Distrito de Mosqueiro, município de Belém-Pará. Os dados foram obtidos por meio do Sistema de Dados Criminais da Secretaria-Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). A coleta de dados foi realizada mediante solicitação formal ao órgão público. Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de Estatística Descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados da pesquisa, conforme dados colhidos na SIAC, verifica-se:

Tabela 1: Crimes de maior incidência registrados no Distrito de Mosqueiro, município de Belém, estado do Pará, no período de 2019 e 2020.

Crime/Ano	Furto	Roubo	Ameaça	Lesão Corporal	Tráfico de drogas
2019	1115	416	238	207	77
2020	771	316	271	157	52
Total	1886	732	509	364	129

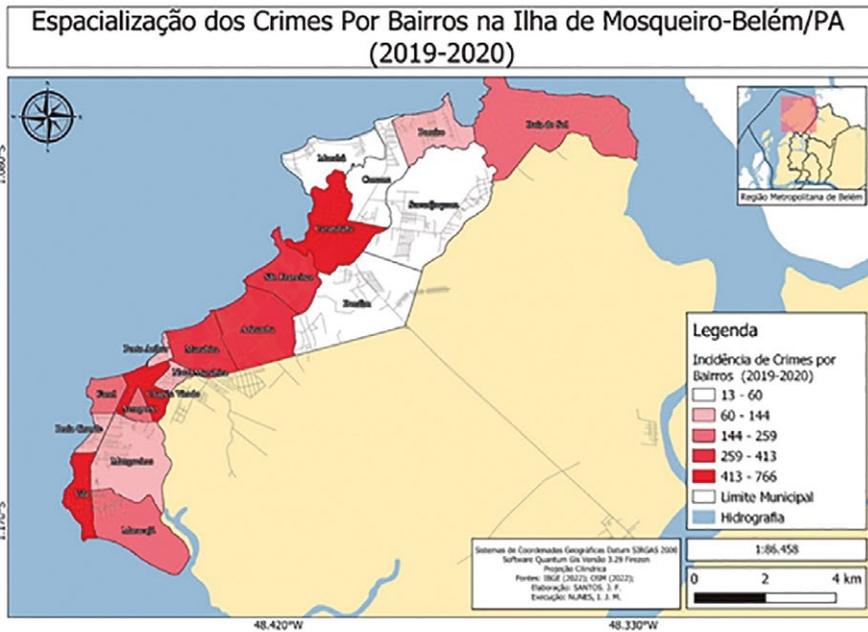
Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A Tabela 1 deixa clara que os crimes contra o patrimônio (furto e roubo) são aqueles que mais afligiram a população do Distrito de Mosqueiro, no período de 2019 e 2020, de modo que o primeiro corresponde à conduta humana em que o criminoso obtém, de forma indevida, um bem de terceiros, enquanto que o roubo decorre do uso de violência ou grave ameaça para obtenção de algum bem. Houve nesse período redução de 30,9% de registros do crime de furto, enquanto que no roubo, a redução deu-se em torno do percentual de 24%.

É importante ressaltar que o furto é a modalidade criminosa de maior incidência na ilha de Mosqueiro, por vezes cometidos de forma “qualificada” em casas em que não há moradores (casas de veraneios) em bairros parcamente habitados, uma vez que os criminosos, verificando a facilidade para realização do intento ilícito, aproveitam as oportunidades e cometem o ilícito, nos chamados arrombamentos.

Neste sentido, os registros na Polícia Civil destacam os crimes em residências particulares (1034 em 2019 e 946 em 2020), enquanto que e, via pública foram registrados 1037 crimes em 2019 e, 851 em 2020.

Figura 1: Mapa dos bairros do Distrito de Mosqueiro, município de Belém, estado do Pará, por incidência de crimes, no período de 2019 e 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

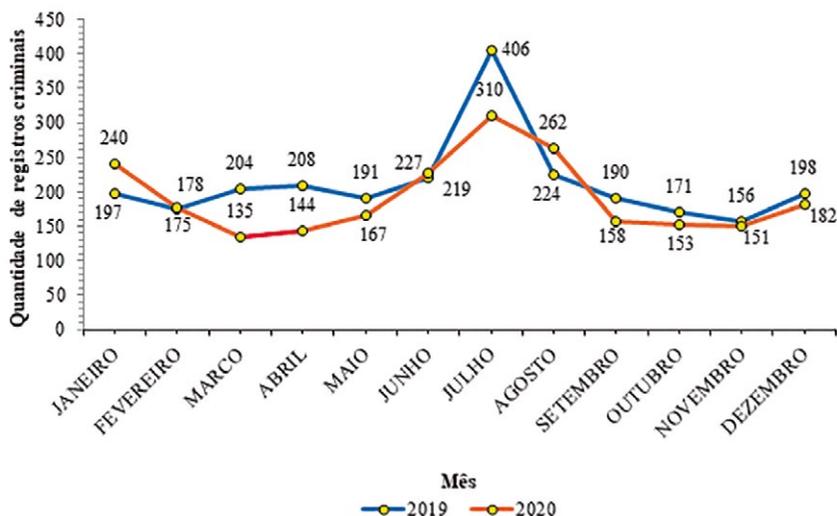
Da Figura 1, tem-se que os bairros Carananduba, Chapéu Virado e Vila destacam-se como maior incidência de crimes no período em estudo, embora com redução nesse período, respectivamente, de 14,9%, 30,9% e 14%, possivelmente em virtude da Pandemia de COVID-19, em que logradouros públicos como praias em balneários foram proibidos de serem visitados, por fiscalização de órgãos de segurança pública, como a Polícia Militar do Pará (PMPA) e Guarda Municipal de Belém (GMBel).

Nota-se que tais bairros são alguns dos mais densamente povoados do Distrito de Mosqueiro, sendo que no caso do bairro Chapéu Virado há a praia de mesmo nome com intensa movimentação de banhistas e em locais como barracas de praias e bares no entorno da praia e no que tange ao bairro Vila, há sempre eventos sociais abertos aos públicos em alguns períodos anuais, como shows e desfiles carnavalescos, como durante o mês de fevereiro ou março, durante o mês de julho (período de veraneio) e nas festas de final de ano (Natal e réveillon).

Em movimento inverso, mesmo quantidade menores de crimes, os bairros Murubira, São Francisco, Baía do Sol e Maracajá, mostraram aumento de registros criminais durante o ano de 2020, com respectivos percentuais de 17,4%, 16,8%, 7,9% e 25,6%.

Durante o período analisado verifica-se que os bairros de menor incidência são aqueles mais distantes dos centros urbanos, como Marahu e Caruaru, ou que estão geograficamente fora das margens da Ilha de Mosqueiro, como Bonfin e Sucurijuquara, ou seja, que não detém grande população, nem eventos sociais chamativos durante todo o dia.

Figura 2: Registro de crimes de maior incidência no Distrito de Mosqueiro, município de Belém, estado do Pará, por mês, no período de 2019 e 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Na Figura 2 evidencia-se o pico de registros criminais de furto, roubo, ameaça, lesão corporal e tráfico de drogas, no mês de Julho no período em análise, seguido do mês de Janeiro, com redução de 23,4% e 17,9%, respectivamente, coincidindo como o final das festa de fim de ano (janeiro) e do período de veraneio (julho).

Corroborando os dados da Tabela 1, a qual trata dos tipos de crimes de maior incidência, com destaque ao furto, observa-se que justamente aos finais de semana, sábados e domingo, há um aumento significativo de registros criminais, na medida em que é quando as residências estão vazias, propiciando condições adequadas aos intentos criminosos.

A pesquisa ainda evidenciou que os ilícitos tem maior preponderância de ocorrência durante o período noturno, compreendida na faixa horária de 18h às 24h, com 735 registros em 2019 e 650 em 2020, com redução percentual de 11,6%. Importante destacar que na faixa de hora de 0h às 06, foi a de menor incidência de crimes na Ilha de Mosqueiro no período em estudo.

CONCLUSÃO

Após a apresentação da presente pesquisa com seus devidos resultados, verifica-se que a dinâmica criminal no Distrito de Mosqueiro, município de Belém/PA, por ser uma localidade que possui a qualidade de balneário, detém características próprias de certa sazonalidade criminal, pois a maior incidência de crimes é vislumbrada em determinados meses e dias da semana. Entende-se também o próprio de tipo de crime está ligado à dinâmica social e econômica do referido território insular, sendo de maior propensão em localidades mais densamente povoadas e frequentados ou durante eventos específicos, ou quando de ausência de pessoas em moradias para o crime de furto.

Portanto, este trabalho científico, ao buscar apresentar um breve relato sobre a criminalidade na Ilha de Mosqueiro, ressalta a necessidade de aprofundamento em futuras pesquisas que explorem o tema de forma mais abrangente. Recomenda-se uma análise comparativa com períodos anteriores e posteriores ao recorte temporal adotado, a fim de avançar na compreensão das dinâmicas criminais e da forma como a criminalidade se manifesta e se distribui no contexto específico do lócus de pesquisa.

REFERÊNCIAS

PARÁ. **SISP - Sistema Integrado de Segurança Pública**. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal –SIAC. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Belém: SEGUP, 2024.

PARÁ. FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Boletim da sustentabilidade das ilhas de Belém: ilha de Mosqueiro e adjacentes**. Belém, 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGATEIRO, Hugo Alexandre Santos; SOUZA, Joyce Gama; RAMOS, Edson. Avaliação da Criminalidade em Belém do Pará. **Revista do SUSP**, Brasília, v. 3, n. 2, jul./dez. 2024.

FEMINICÍDIO E ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Daiane Santana Belfort

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestranda em Geografia PPGG-UEPA
daibelfort@gmail.com

Maria Carolina Ribeiro Silva

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestranda em Geografia PPGG-UEPA
mariacarolaribeiroSilva.095@gmail.com

INTRODUÇÃO

O acelerado e concentrado crescimento urbano das cidades brasileiras resultou não apenas em uma infraestrutura urbana precária nas regiões, mas também na intensificação de problemas sociais. Dessa forma, Santos (2008) destaca que esses espaços contribuem significativamente para a marginalização dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que agravam os índices de violência em suas múltiplas manifestações.

Nesse contexto, esta pesquisa analisa a violência contra a mulher, que se manifesta de diversas formas, incluindo a violência psicológica, física, moral e patrimonial. Embora legislações específicas tenham sido implementadas para coibi-la, os índices desse tipo de violência persistem. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) representaram marcos fundamentais no enfrentamento da violência de gênero. Em especial, a promulgação da Lei do Feminicídio, em abril de 2015, que classificou os homicídios motivados por questões de gênero como crimes hediondos⁷, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes para a proteção das vítimas e a redução da mortalidade.

O termo “feminicídio” foi introduzido por Diana Russell⁸, que o conceituou como “terrorismo sexista”, destacando sua especificidade em relação a outros tipos de homicídio. Esse crime é compreendido como uma mani-

⁷ É caracterizado pelo Código Penal Brasileiro como crime de extrema gravidade pela sua natureza e pela forma como são cometidos.

⁸ Socióloga, escritora e ativista feminista sul-africana conhecida pelo seu trabalho sobre violência contra a mulher.

festação extrema da violência de gênero, diretamente associada às estruturas patriarcais e às dinâmicas de poder nas sociedades. De acordo com Meneghel *et al.* (2017), sua ocorrência é mais frequente em contextos caracterizados por desigualdades sociais, conflitos armados, processos migratórios, discriminação de gênero e a imposição de uma masculinidade agressiva.

Dessa forma, torna-se importante analisar a realidade do feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB), que abrange os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Castanhal e Barcarena. A partir de uma abordagem geográfica, é possível compreender como fatores estruturais, tais como: a distribuição populacional, as condições socioeconômicas e a acessibilidade aos serviços de segurança e assistência, influenciam a incidência desse crime na região. Nesse sentido, a análise territorial permite identificar padrões espaciais da violência, evidenciando áreas de maior vulnerabilidade e fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas eficazes no enfrentamento da violência de gênero.

OBJETIVO

Quanto ao objetivo desta pesquisa, este visa analisar os índices de feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB), no período temporal de 2022 a 2024, destacando o papel da cartografia no mapeamento da violência e na formulação de estratégias de segurança pública.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a condução desta pesquisa, foram adotados métodos integrados que incluem o: **I) Levantamento bibliográfico;** **II) Levantamento documental;** **III) Projeto cartográfico.** O *levantamento bibliográfico* fundamentou-se na consulta a obras acadêmicas, artigos científicos e publicações especializadas. As referências utilizadas abordam: violência no espaço urbano (Santos, 2008); discussões sobre feminicídio (Meneghel *et al.*, 2017); estruturação de projeto cartográfico (Castro, 2019). Esses estudos foram essenciais para a consolidação da base teórica e para a contextualização do objeto de pesquisa no âmbito das discussões acadêmicas existentes.

Para o *levantamento documental*, foram analisados dados sobre o crime de feminicídio nos municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), a partir da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), além disso utilizando-se das sedes municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

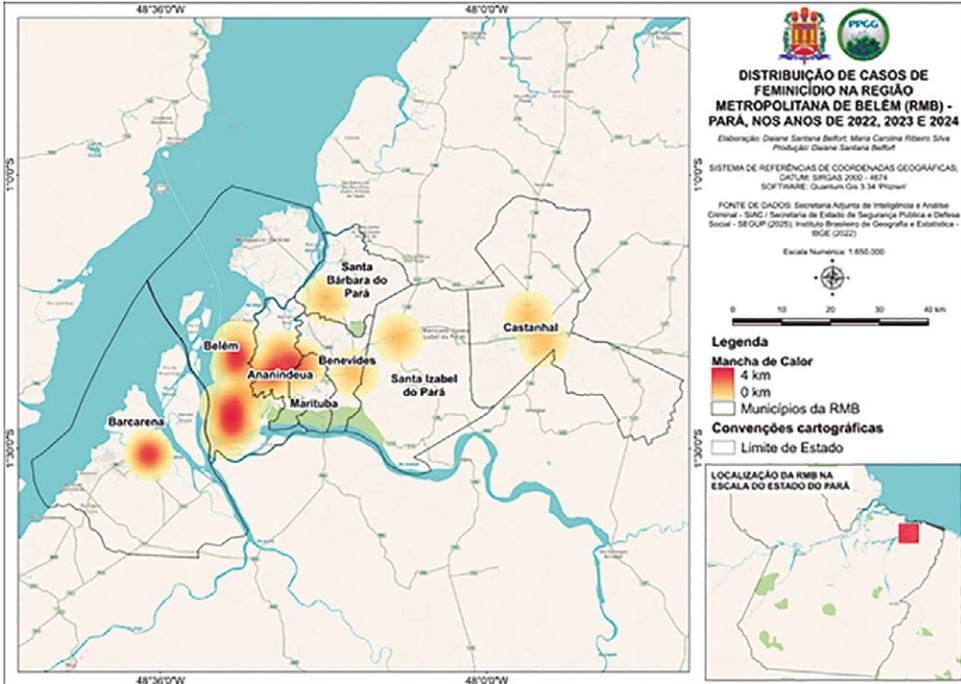
Quanto ao *projeto cartográfico*, esta etapa consistiu na interpretação do banco de dados estruturado pela SIAC/SEGUP no formato padrão do Excel contendo dados informacionais sobre a especificação do crime, municípios, latitude, longitude, entre outros; a partir de coleta dessas informações, especialmente a latitude e longitude, foi utilizado o *software* QGis 3.34 'Prizren', para inserir as informações de latitude e longitude gerando os vetores em formato de ponto, de acordo com os endereços das ocorrências, na qual será elaborado a representação cartográfica de feminicídios de acordo com a técnica de Mapa de Calor/Mapa de Kernel, a qual permite a visualização dos locais com maior intensidade desse fenômeno, partindo de sua distribuição espacial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, a violência e a criminalidade atingiram níveis críticos, tornando-se obstáculos significativos para o desenvolvimento, especialmente nas áreas urbanas. Como consequência, a população vive sob a constante ameaça do medo e da insegurança. Diante disso, a prevenção da violência torna-se um desafio complexo, exigindo estratégias eficazes tanto para o combate direto quanto para a redução da incidência de crimes violentos, com o objetivo de diminuir os índices de criminalidade. Nesse contexto, a identificação e análise de áreas críticas da violência urbana são fundamentais para o aprimoramento da segurança pública.

A utilização da cartografia para a implementação da escrita gráfica permite uma análise aprofundada do recorte espacial, possibilitando uma representação precisa do fenômeno estudado e a compreensão das dinâmicas territoriais (Castro, 2019). Por meio da coleta e representação de dados espaciais, torna-se possível visualizar padrões criminais e fomentar o desenvolvimento de estratégias mais assertivas para o combate à criminalidade. A elaboração de representações cartográficas da violência no espaço urbano contribui para a formulação de soluções direcionadas à melhoria da segurança pública. Nesse contexto, o mapa 1 apresenta a distribuição espacial dos casos de feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB) no período de 2022 a 2024.

Mapa 1: Distribuição espacial do crime de feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB) de 2022 a 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados emitidos por SIAC/SEGUP, 2025.

A aplicação da técnica de *hot spots*⁹ no mapeamento criminal possibilita aos agentes de segurança pública uma análise detalhada da distribuição espacial das ocorrências em determinadas áreas. No mapa 1, observa-se que os municípios de Belém, Ananindeua e Barcarena apresentam as maiores incidências de crimes de feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB) nos últimos três anos, registrando em Belém (11 casos), Ananindeua (5 casos) e Barcarena (3 casos), de acordo com dados da SIAC/SEGUP. Essa identificação permite o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para o controle e a prevenção desse tipo de violência, orientando a implementação de políticas públicas prioritariamente nos municípios com maior número de casos.

CONCLUSÃO

Quanto ao objetivo desta pesquisa que consistiu em “*analisar os índices de feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB), no período temporal de 2022 a 2024, destacando o papel da cartografia no mapeamento da violência e na formulação*”

⁹ Zonas vermelhas - áreas que apresentam uma concentração significativa de um determinado fenômeno que ocorre com maior intensidade, frequência e relevância.

de estratégias de segurança pública” as evidências identificadas apontam que os crimes de feminicídio na Região Metropolitana de Belém (RMB) entre 2022 e 2024 persistem apesar dos avanços legislativos representados pela Lei Maria da Penha e pela Lei do Feminicídio.

A abordagem geográfica e a utilização da cartografia mostraram-se ferramentas essenciais para compreender a distribuição espacial dos casos de feminicídio, permitindo a identificação de padrões e a localização de áreas mais vulneráveis. Os dados coletados indicam que os municípios de Belém, Ananindeua e Barcarena apresentam os maiores índices desse crime, ressaltando a importância de estratégias de segurança pública direcionadas para essas regiões. Portanto, esta pesquisa contribui para o debate sobre a violência de gênero ao demonstrar a relevância da análise espacial na formulação de políticas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006**. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 fev 2025.

BRASIL, **Lei Nº 13.104/2015, de 09 de março de 2015**. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 20 fev 2025.

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. Projeto Cartográfico e a Pesquisa: a implementação da escrita gráfica nos princípios geográficos e o tripé Geografia - Cartografia - Geoinformação. **INTERESPAÇO: REVISTA DE GEOGRAFIA E INTERDISCIPLINARIDADE**, v. 5, Grajaú (MA). p.12337-17. 2019.

MENEGHEL, Stela Nazareth; ROSA, Bruna Alexandra Rocha da; CECCON, Roger Flores; HIRAKATA, Vania Naomi; DANILEVICZ, Ian Meneghel. Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 22, n.9, Rio de Janeiro (RJ). p. 2963 – 2970. 2017.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

QUILOMBO DO ABACATAL: TERRITORIALIDADE, CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM

Cassio Henrique Costa Oliveira

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Graduando em Licenciatura Plena em Geografia
cassiohenriquegeo@gmail.com

Jouvane Mateus Silva do Nascimento

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Graduando em Licenciatura Plena em Geografia
jouvane.nascimento@aluno.uepa.br

João Victor Rocha Leão

Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mestrando em Geografia (PPGG/UEPA)
leaojoaovitor@gmail.com

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho surge diante dos avanços dos enclaves urbanos impostos ao território Quilombola do Abacatal, localizado na cidade de Ananindeua, no bairro do Aurá, na região metropolitana de Belém.

O território quilombola do Abacatal tem destaque por meio de sua expressiva importância sociocultural e sua resistência histórica, que por outro lado vem sofrendo a imposição de violências associadas ao avanço do capitalismo expresso pelo crescimento da cidade, responsável por impulsionar novas dinâmicas ao território.

Evidencia-se o território do Abacatal devido às marcas em sua história recente que remetem aos conflitos que emergem diante do crescimento do tecido urbano, uma vez que o quilombo se encontra no raio de expansão da região metropolitana de Belém, mesmo que o território não se considere urbano, pois seus modos de vida e aspectos culturais se diferenciam da vida cidadina, contudo os reflexos da modernidade provocam impactos significativos em seu território, pois como aponta Gonçalves (2020) a terra possui um componente social e cultural presente, não se trata de um vazio, mas sim de construções ancestrais presentes.

Dessa forma compreende-se que a dinâmica da violência por parte dos vetores de expansão urbana tem influenciado significativamente no território

do Abacatal, gerando impactos consideravelmente no território quilombola. Por conseguinte, os questionamentos que norteiam a pesquisa são: Como o crescimento do espaço urbano afeta o território do Abacatal? E quais os impactos causados diante a expansão da Região Metropolitana de Belém?

OBJETIVO GERAL

Analisar a dinâmica da violência a partir dos vetores de expansão urbana da região metropolitana de Belém, como agentes da produção dos impactos causados no território do Abacatal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar e Compreender os principais problemas causados no território Quilombola do Abacatal;
2. Compreender as dinâmicas de resistência na comunidade diante as violências vividas em seu território.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa realiza-se a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: estudo bibliográfico, trabalho de campo e a pesquisa documental, possuindo abordagem qualitativa e quantitativa, permitindo evidenciar as relações com a própria estrutura de investigação como estudo particular, buscando a relação dos fenômenos junto aos fatos constatados. Ao que diz respeito aos procedimentos metodológicos, destacam-se:

- a. O estudo bibliográfico, com base no levantamento teórico com a finalidade de aprofundar-se nos principais pontos da pesquisa que norteiam o caminhar do trabalho.
- b. Trabalho de campo de carácter exploratório, voltado à observação sistemática ocorrido em duas etapas. A primeira está relacionada com a visita junto a empresa responsável pelo recebimento dos resíduos sólidos do Aterro Sanitário de Marituba que se localiza próximo ao território quilombola, momento no qual permitiu diálogos e exposições a respeito do local e sua funcionalidade. A seguir, realizou-se contato com a Quilombola do Abacatal, onde por meio de uma roda de diálogos debateu-se sua história e suas relações com os problemas socioambientais vivenciados em seus territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quilombos são territórios criados a partir da fuga dos escravizados presos e forçados ao trabalho, lembrando o período que no Brasil foi responsável por enraizar relações históricas de desigualdade e de preconceito ainda em processo de superação. Porém, é possível dizer que hoje os quilombos estão para fazer valer não apenas a memória daqueles que vieram antes, mas para levar e criar as histórias das atuais gerações, fazendo valer o que Santos (2023) chamou de “afroconfluências” partindo da ideia de dar continuidade às sabedorias ancestrais para construir o presente/futuro (Dos Anjos, 2004).

Partindo de ambas ideias apresentadas por Santos (2019) e Dos Anjos (2004), é possível notar que a identidade quilombolas têm em sua maioria grande relação com a terra e com seus antepassados, fazendo assim com que seu território tenha um valor para além do financeiro, pois, envolve questões de afetividades.

Porém, os quilombos enfrentam diversas inseguranças territoriais, e um exemplo disso é o Quilombo do Abacatal, localizado no bairro do Aurá, em Ananindeua. Essa comunidade encontra-se impactada tanto por grandes projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado quanto pela atuação de empresas de coleta de resíduos, cujo processamento inadequado contamina o solo, o lençol freático e os rios da região.

Mediante o processo de urbanização acelerada e tardia na qual se evidenciou no território brasileiro, colocam-se em evidência inúmeros debates a respeito dos fenômenos sociais, um entre tantos diz respeito aos conflitos enfrentados pelos povos originários, em específico os quilombolas.

Fruto de uma herança colonial, oriunda do processo de escravidão da mão de obra negra, evidenciam-se “rugosidades” no espaço, reverberando na contemporaneidade, pois os “fenômenos sociais do passado imprimem marcas espaciais que se mantêm, ou constituem práticas e manifestações que permanecem no tecido social reconstruindo espacialidades” (Santos, 2012, p. 64).

A comunidade do Abacatal se destaca pelos consideráveis impactos causados pela gestão da empresa responsável pelos resíduos do aterro. Ao analisar a questão da poluição, observa-se uma série de processos de nocividades à saúde. Segundo Odum (2001, p. 685), “a poluição consiste numa alteração indesejável nas características físicas, químicas ou biológicas do ar, do solo e da água, que podem afetar, ou afetar prejudicialmente, a vida do

homem”, enquanto “poluentes são resíduos de coisas que o homem

Na Figura 1, verifica-se o formato do maciço de resíduos sólidos e suas etapas de produção, situado nas proximidades do quilombo.

Figura 1: Aterro Sanitário de Marituba



Fonte: Autores (2024)

Pensar nas mazelas sociais de hoje, é resgatar o percurso histórico e geográfico, o qual permite compreender uma estrutura organizada para a manutenção de suas práticas. Como já visto anteriormente os conflitos dos quais permeiam a violência, foram e são marcas da tentativa de dominação de diversos povos, em consonância com Becker (2001) é entendido, como a gestão do território se dá também pelo domínio desses povos, sendo essa a base das estruturas que se evidenciam a disputa e o caráter violento imposto às comunidades quilombolas e a outros povos da floresta.

CONCLUSÃO

Ao compreender o espaço urbano para além de suas infraestruturas e formas específicas, é possível percebê-lo como um território marcado pela reprodução da vida e pela diversidade cultural. Nesse contexto, emerge a discussão sobre a relação entre o urbano e a sociedade, com destaque para as

comunidades quilombolas. Sob a lógica reprodutora do capital, essa relação se revela contraditória e violenta, manifestando-se em processos de adensamento urbano que impactam diretamente esses territórios.

A partir das observações em campo, o estudo redireciona o debate para as implicações desse processo, seja pela atuação de empresas privadas, seja pela ação modernizadora do Estado. Assim, ao considerar as múltiplas formas de violência impostas aos povos tradicionais, torna-se evidente, nas falas das lideranças quilombolas, a materialização dessas violências em seus territórios.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, Renato Emerson. **Questões urbanas e racismo**. ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

DOS ANJOS, RAFAEL SANZIO ARAÚJO. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. In: **VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DA ROCHA LEÃO, Pedro Catanzaro. Terra, Violência e Conflito na Formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 712-767, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

VIOLÊNCIA URBANA EM CASTANHAL: CAUSAS, IMPACTOS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Flávio Avelino de Sales Junior

UEPA Campus-XX
Graduando do curso de Licenciatura em Geografia
flavio.junior@aluno.uepa.br

Yago Ryan Silva Silveira

UEPA Campus-XX
Graduando do curso de Licenciatura em Geografia
yago.silveira@aluno.uepa.br

INTRODUÇÃO

A violência urbana é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta cidades ao redor do mundo, atingindo tantas grandes metrópoles quanto municípios de médio porte, como Castanhal, no estado do Pará, Brasil. Embora não se enquadre entre as maiores cidades do país, Castanhal enfrenta desafios típicos dos centros urbanos brasileiros, como o aumento da criminalidade, a segregação socioespacial, a precariedade da infraestrutura e a escassez de políticas públicas eficazes. De acordo com dados do Atlas da Violência 2024 (Cerqueira e Bueno), cidades médias e grandes registram taxas de homicídio mais elevadas em relação às cidades pequenas. Castanhal, com uma população de 192.256 habitantes, contabilizou 88 homicídios, resultando em uma taxa de 45,8 homicídios por 100 mil habitantes. Esse índice coloca o município entre os 2,9% das cidades mais violentas do Brasil, que concentraram 50% dos homicídios do país em 2022 (Cerqueira e Bueno, 2024).

A desigualdade social agrava esse cenário, tornando as populações periféricas e marginalizadas ainda mais vulneráveis à violência. Muitas dessas comunidades encontram-se em áreas afastadas do centro urbano, onde o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e segurança pública, é severamente limitado. Essa exclusão social, aliada à falta de oportunidades, contribui para a intensificação da violência, refletindo as dinâmicas socioeconômicas que estruturam o município. Diante desse contexto, a presente discussão tem como norte o seguinte problema: Quais os motivos por trás do aumento da violência urbana e suas implicações na cidade de Castanhal?

OBJETIVO(S)

O objetivo geral do trabalho é analisar as causas da violência urbana e suas consequências em Castanhal, a fim de compreender como essas relações intensificam as desigualdades e impactam as áreas periféricas, além de refletir sobre possíveis soluções para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. Já os objetivos específicos são:

- examinar a influência da segregação socioespacial e das desigualdades estruturais no aumento da violência urbana em Castanhal;
- analisar o impacto da cultura do crime e da expansão das facções criminosas na dinâmica da criminalidade no município.

MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem metodológica utilizada na presente discussão é mista, permitindo uma análise ampla e profunda do tema em questão. Essa integração metodológica é essencial para explorar os aspectos mensuráveis e, simultaneamente, os significados mais subjetivos e contextuais. Enquanto procedimento metodológico, a revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental como alicerce do estudo. Ao revisitar produções acadêmicas, ela não apenas garante o embasamento teórico, mas também auxilia na identificação de lacunas do conhecimento, orientando a construção dos objetivos e hipóteses do trabalho. Esse processo é indispensável para situar a pesquisa no contexto acadêmico e destacar sua relevância científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência urbana em Castanhal tem se intensificado nos últimos anos, refletindo tanto as dinâmicas locais quanto fatores estruturais presentes em diversas regiões do Brasil. Para compreender as razões por trás desse crescimento e seus impactos, é necessário analisar diferentes abordagens sobre o fenômeno. Duas visões se destacam: uma que enfatiza a influência cultural e ideológica na normalização do crime e na expansão das facções criminosas, e outra que destaca a segregação socioespacial e a desigualdade urbana como fatores estruturantes da violência.

A cultura do crime e a expansão das facções criminosas

De acordo com Carvalho (2014), para entender como o Brasil se afundou na espiral de violência em que se encontra, não se pode ignorar a con-

tribuição vital da inteligência nacional. Segundo o autor, durante décadas, a classe letrada brasileira trabalhou para produzir uma cultura favorável ao crime, aos vícios e à malandragem. A apologia do banditismo na literatura, no cinema, na dramaturgia e na música nacional materializou-se nas narcoguerrilhas e quadrilhas que matam e roubam inocentes aos montes anualmente, bem como na multidão de defensores de criminosos espalhados pelo Brasil, sempre apostos para proteger o primeiro bandido que explode a cabeça de um trabalhador com um tiro ao voltar para casa ou o “o novo cangaço” que cerca cidades pequenas e faz um punhado de reféns para evitar confrontos com a polícia, sem se importar com os traumas que deixarão em suas vítimas.

Por sua vez, essa cultura criou uma atmosfera de glamourização do banditismo armado, tornando criminosos que roubaram, estupraram e mataram cruelmente suas vítimas em heróis populares na luta contra o “sistema”, cobrando uma tal “dívida social” de uma sociedade tida como injusta. A isto soma-se a transferência, durante os anos de 1960 e 1970, dos conhecimentos técnicos, táticos e estratégicos de guerrilha urbana acumulados pelos revolucionários brasileiros entregues aos criminosos comuns encarcerados nos presídios, especialmente na Ilha Grande, de onde vieram os fundadores do infame Comando Vermelho, facção que espalha um rastro sem fim de sangue e sofrimento nos lugares em que se instala.

Há de se ressaltar que a selvageria que assola o país também é fruto, justamente, da expansão de mesmas facções criminosas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo – Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital –, cujas origens remontam às ações de guerrilha no Brasil entre os anos 1960 e 1970. Esses grupos narcoguerrilheiros expandem seus tentáculos pelo território brasileiro através de alianças com gangues locais, adaptando-se às especificidades regionais, travando guerras pelo controle, distribuição e comercialização do tráfico de drogas, gerando, no processo, crimes cada vez mais bárbaros e insegurança geral (Cerqueira e Bueno, 2024).

A Região Norte não foge dessa realidade, com diversas narcoguerrilhas atuando nas áreas de fronteira e mantendo laços com as facções brasileiras, o tráfico de drogas, armas, munições e crimes ambientais vem se intensificando. Muito por causa da irresponsabilidade e descaso do governo federal com a segurança nacional - já que não é mais uma questão de segurança pública - e da legislação brasileira que não prevê punições adequadas para práticas criminosas, desaguando na reincidência, na impunidade e na insegurança jurídica. É neste cenário que se insere Castanhal, imersa em meio ao caos da criminalidade e da violência.

A Segregação socioespacial e a violência

Paralelamente, Milton Santos (2000), em “Por uma Outra Globalização”, analisa como o neoliberalismo intensifica as desigualdades socioespaciais. Ele diferencia “espaços fluidos”, que são integrados ao sistema global e se beneficiam do desenvolvimento econômico, e “espaços opacos”, territórios marginalizados onde predominam a pobreza e a vulnerabilidade social. Esse modelo se aplica diretamente a Castanhal, onde as áreas centrais possuem infraestrutura e serviços de qualidade, enquanto as periferias enfrentam carências que favorecem a criminalidade. No caso de Castanhal, a marginalização das periferias, aliada à exclusão de uma parte significativa da população das oportunidades geradas pela globalização, resultou em uma desigualdade estrutural profunda, que, por sua vez, favorece o crescimento da violência urbana.

A falta de acesso a empregos formais, a precarização das condições de moradia e o isolamento social nas áreas periféricas criam um ambiente propício para o avanço da criminalidade e outras formas de violência. Santos (2000) argumenta que a superação dessa realidade exige uma globalização mais inclusiva, com ênfase na valorização da diversidade cultural e na promoção de uma inclusão social efetiva. Isso implica, entre outras medidas, a garantia de acesso a serviços básicos de qualidade para todos, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Henri Lefebvre (2001), em “O Direito à Cidade”, reforça essa perspectiva ao destacar que o espaço urbano é um produto social, moldado pelas relações de poder. A segregação socioespacial resulta na negação do direito à cidade para grande parte da população, confinada às periferias, onde a infraestrutura é precária, a educação é deficitária e o acesso a serviços públicos é limitado. Essa realidade agrava a violência urbana, pois a ausência de oportunidades e a precariedade das condições de vida tornam o crime uma alternativa para muitos jovens. Segundo Lefebvre (2001, p. 23), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Ele só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Esse direito implica não apenas o acesso à moradia, saúde e educação, mas também a possibilidade de os cidadãos influenciarem e transformarem o espaço urbano conforme suas necessidades e aspirações. Em Castanhal, esse direito à cidade é sistematicamente negado aos grupos mais pobres e marginalizados, que são confinados às periferias e excluídos dos processos de produção do espaço urbano. A falta de infraestrutura básica, o acesso restrito

a serviços públicos de qualidade e a carência de espaços de lazer e cultura são problemas recorrentes em muitas dessas áreas, criando um ambiente propício ao aumento da violência. Assim, as políticas públicas locais têm se mostrado insuficientes para garantir uma cidade mais inclusiva, perpetuando as desigualdades e agravando a insegurança urbana.

Lefebvre (2001) defende que, para reverter esse cenário, é necessário democratizar a produção do espaço urbano, permitindo que todos os cidadãos, especialmente os mais marginalizados, participem ativamente da transformação e renovação da cidade. Isso requer a implementação de políticas públicas mais inclusivas e o fortalecimento de espaços de participação social. David Harvey (2014), em “Cidades Rebeldes”, complementa essa análise ao enfatizar que a mercantilização do espaço urbano agrava as desigualdades sociais. O investimento desproporcional nas áreas centrais, em detrimento das periferias, marginaliza populações inteiras e contribui para o aumento da criminalidade. Além disso, a privatização de serviços essenciais e a ausência de investimentos públicos em infraestrutura tornam essas regiões ainda mais vulneráveis.

No contexto de Castanhal, a concentração de investimentos públicos e privados nas áreas centrais, enquanto as periferias permanecem negligenciadas, é um dos principais fatores que impulsionam a violência urbana. A escassez de recursos nas regiões periféricas, aliada à privatização de serviços essenciais, como segurança e infraestrutura, amplia a marginalização dessas áreas e agrava a criminalidade. Harvey (2014) sustenta que o combate à violência urbana passa pela promoção da justiça social nas cidades, o que exige políticas públicas redistributivas, investimentos em infraestrutura nas áreas periféricas e a criação de espaços urbanos mais inclusivos. Além disso, a mobilização social e os movimentos urbanos desempenham um papel fundamental na formulação de políticas mais equitativas e na garantia do acesso igualitário aos recursos urbanos para todos os cidadãos.

CONCLUSÃO

A violência urbana em Castanhal é resultado de desigualdades estruturais, segregação socioespacial e da normalização do crime na cultura popular. Autores como Milton Santos, Henri Lefebvre e David Harvey destacam que o espaço urbano reflete e reforça essas desigualdades, enquanto Carvalho enfatiza o impacto cultural da romantização do crime. Para enfrentar esse cenário, é necessária uma abordagem abrangente que inclua segurança pública

eficiente, aplicação rigorosa da lei e medidas de inclusão social, como investimentos em infraestrutura, educação e oportunidades econômicas nas periferias. Também é fundamental envolver a sociedade civil na transformação do espaço urbano e combater a romantização do crime na cultura nacional por meio de obras que enfatizem os malefícios da violência, dos atos ilícitos e a prática criminosa. As teorias desses autores fornecem uma base sólida para o planejamento urbano, permitindo construir uma cidade mais justa, segura e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a Revolução Cultural: A Nova Era e a Revolução Cultural**. 4ª. ed. rev. Campinas: Vide Editorial, 2014.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 28 fev. 2025.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FACÇÕES CRIMINOSAS E O DIREITO À CIDADE: OS IMPACTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO PCC NO RESIDENCIAL MAGALHÃES EM MARABÁ-PA

Lucas Araújo de Souza

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA (PPGG)

lucasaraujo03112@gmail.com

INTRODUÇÃO

A demanda crescente por drogas ilícitas nos centros urbanos do Brasil e do mundo alimenta o comércio ilegal na região amazônica. O lucrativo mercado de drogas impulsiona o tráfico e incentiva as organizações criminosas a expandir suas operações na Amazônia, aumentando a pressão sobre os recursos naturais e contribuindo para a degradação ambiental e social da região. As facções mais conhecidas e atuantes em território brasileiro incluem o Primeiro Comando da Capital (PCC), com origem em São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), com base no Rio de Janeiro. Ambas as facções estão presentes atualmente no Norte do país e têm uma estrutura hierárquica e disciplinada, com líderes que coordenam as atividades criminosas, que vão desde o tráfico de drogas até o controle de territórios em áreas urbanas.

A partir desse contexto, um fenômeno que vem chamando atenção é a presença do crime organizado em espaços abarcados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o que, de certa forma, evidencia falhas na articulação entre as políticas habitacionais e outras políticas urbanas e de segurança pública, contribuindo, desse modo, para a criação de ambientes propícios para as facções.

Assim, as facções passaram a dominar essas comunidades, exercendo poder sobre os moradores, regulando o acesso a bens e serviços, e impondo regras e práticas de controle social que substituem ou complementam a presença do Estado. Essa dinâmica compromete, portanto, seriamente o exercício do direito à cidade, que segundo Lefebvre (1968), envolve não apenas o acesso físico ao espaço urbano, mas também a participação ativa na vida urbana, incluindo a capacidade de moldar e transformar os espaços em que se vive.

Fazendo parte de um contexto mais amplo de pesquisa representado pelo NEPEVA (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Ama-

zônia), este trabalho analisou como o residenciais Magalhães, localizado em Marabá-PA, está dentro desse contexto de expansão do crime organizado para o Sudeste do Estado, bem como, na fragmentação do espaço urbano de Marabá a partir da violência urbana.

OBJETIVO(S)

- Analisar como o crime organizado compromete o direito à cidade no Residencial Magalhães, do PMCMV em Marabá;

MATERIAL E MÉTODOS

Estudar o crime organizado e suas formas de territorialização nas áreas periféricas requer uma metodologia bem delimitada. Desse modo, o presente trabalho faz parte de resultados obtidos através de uma pesquisa de dissertação, onde, desse modo, levou em consideração aportes metodológicos que se a revisão bibliográfica e análise documental (relatórios de pesquisas, textos de jornais, sites e documentos oficiais do governo estadual), pesquisas de campo com observações sistemáticas. Ademais, os registros fotográficos e a sistematização dos dados correspondem à última etapa desse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão do PCC para áreas periféricas de Marabá, especialmente nos conjuntos habitacionais do PMCMV, tem sido um fenômeno crescente nos últimos anos. Os núcleos mais distantes, como São Félix, por exemplo, apresentam características que favoreceram a consolidação da facção nesses espaços, os quais são concebidos pelas facções como aquilo que Wacquant (2001) caracteriza de “territórios marginalizados”. Segundo o autor, esses tipos de espaços são estratégicos devido à sua localização periférica, que possibilita a articulação de atividades ilícitas, seja como o tráfico de drogas e para servir como ponto de apoio logístico, ou mesmo, pela proximidade desses núcleos urbanos com outras cidades, que funcionam como mercados consumidores maiores e polos logísticos para as atividades criminosas.

Dessa forma, no que diz respeito ao controle do crime organizado nos residenciais do PMCMV em Marabá, a pesquisa se centrou na análise do fenômeno nos Residenciais Tiradentes e Magalhães, à margem da PA-150, onde, por sua vez, acaba se caracterizando por terem uma história enraizada na expansão urbana e na dinâmica socioeconômica da cidade.

Figura 1: Residencial Magalhães em São Félix, Marabá-PA.



Fonte: Autor (2024).

Conforme demonstra a figura acima, o PCC procura estabelecer códigos de conduta que buscam aparente legitimidade entre os moradores. A frase “Proibido roubar na quebrada” expressa um fenômeno complexo que reflete tanto a presença de uma ordem social informal quanto a manifestação de poder paralelo em territórios periféricos. A antropóloga Karina Biondi (2010, 2018), em seus estudos sobre o PCC, destaca que a facção frequentemente busca legitimar sua atuação perante as comunidades onde opera. Segundo a autora, a proibição de práticas como furtos ou roubos dentro da “quebrada” não apenas preserva a harmonia social, mas também assegura o apoio (ou, pelo menos, a tolerância) da população local, o que é estratégico para a perpetuação de seu poder. Embora coativas, essas regras criam uma percepção de ordem relativa.

O conceito de “territorialidade do crime”, apresentado por Misse (1999), ajuda a entender como as facções estruturam seus espaços de poder, impondo normas sociais e controlando a circulação de pessoas e informações. Em muitos casos, segundo o autor, isso inclui execuções sumárias, desaparecimentos e a “limpeza” de territórios, onde moradores são forçados a abandonar suas casas sob a justificativa de eliminar ameaças potenciais ao domínio das facções.

De acordo com Elias (1994), a consolidação da ordem social depende do monopólio legítimo da violência pelo Estado, garantindo a pacificação dos conflitos e a previsibilidade das relações sociais. Nos espaços onde esse monopólio é enfraquecido – como ocorre nos residenciais do PMCMV sob

influência de facções criminosas –, há uma regressão a padrões de sociabilidade marcados pela violência direta, uma vez que grupos paralelos passam a exercer controle territorial e a impor suas próprias regras.

Nesse sentido, entende-se que os moradores desses residenciais encontram-se inseridos em um contexto de fragmentação espacial, no qual o tecido urbano se apresenta como um conjunto de frações que, embora fisicamente próximas, revelam uma desconexão significativa em termos de integração social, econômica e funcional. Esses espaços habitacionais, muitas vezes localizados em áreas periféricas, estabelecem uma relação de proximidade apenas superficial, onde as diferentes partes da cidade podem até se tocar, mas sem uma conexão orgânica que promova a fluidez das interações cotidianas (Souza, 2008). Logo, esse cenário reflete um modelo de urbanização que tende a isolar populações de baixa renda em conjuntos habitacionais, limitando o acesso a serviços, infraestrutura adequada e oportunidades de desenvolvimento, o que reforça a segregação socioespacial e compromete, sobretudo, o direito à cidade desses indivíduos.

CONCLUSÃO

Em suma, a territorialização do crime organizado envolveu a imposição de autoridade e controle por parte das organizações criminosas sobre as comunidades pertencentes ao residencial Magalhães. Assim, entende-se que essas organizações estabelecem regras de conduta e aplicam sanções informais, reivindicando domínio sobre o espaço físico e social. Os residenciais, nesses contextos, tornam-se espaços onde a influência das facções é palpável, marcada pelo uso da força, ameaças, limitação de liberdades, restrição de acesso e insegurança.

Assim, com o crescimento desses residenciais e a frágil presença do Estado, o comércio de drogas encontrou um novo mercado em Marabá, permitindo que o PCC estruturasse sua cadeia de distribuição nesses residenciais do PMCMV, utilizando, desse modo, as moradias como pontos estratégicos para armazenamento e comercialização de entorpecentes, ditando regras, resolvendo conflitos entre moradores e até mesmo oferecendo serviços que o poder público não consegue garantir de maneira eficaz, como segurança privada e auxílio a famílias em dificuldades.

Logo, a territorialização do crime organizado no Residencial Magalhães, revela-se como um fator determinante na limitação do direito à cidade para seus moradores. A presença e influência do PCC nesse espaço, não

apenas impõem barreiras ao acesso a serviços públicos e infraestrutura, mas também restringem, de certo modo, a liberdade de circulação e a participação social da população local. Assim, esse fenômeno intensifica a vulnerabilidade dos residentes, aprofundando desigualdades e comprometendo a efetivação de seus direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

_____. **Etnografia no front**: escrita, violência e engajamento. São Paulo: Editora UFSCar, 2018.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ENTRE O SILÊNCIO E O ADOECIMENTO: SAÚDE MENTAL E ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL NA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ

Alessandro Sobral Farias

Universidade Federal do Pará
Doutorando em Sociologia - PPGSA
alesobralfarias@gmail.com

INTRODUÇÃO

A atuação dos policiais civis na Amazônia Paraense é diretamente impactada pela presença de atividades ilegais, como o narcotráfico e os crimes ambientais, que se intensificam em razão da vasta extensão territorial e da baixa presença do Estado. A Amazônia Legal, com suas fronteiras porosas e limitada infraestrutura de fiscalização, facilita a circulação de substâncias ilícitas, especialmente cocaína, consolidando a região como rota estratégica para mercados internacionais (Dias e Paiva, 2022, p. 45). O Estado do Pará, em particular, é utilizado como corredor para o escoamento de drogas, aproveitando-se de sua malha hidroviária e rodoviária precariamente fiscalizada (Ikeda, Miranda e Reis Netto, 2023, p. 25).

Diante dessa realidade, é imperativo repensar as políticas de saúde ocupacional voltadas aos policiais civis na Amazônia. Esses profissionais enfrentam não apenas a violência externa, mas também uma estrutura organizacional que silencia suas dores e invisibiliza suas trajetórias de sofrimento e adoecimento.

OBJETIVO(S)

O presente trabalho tem como objetivo geral caracterizar os tipos de adoecimentos ocasionado pelo trabalho de policiais civis do Pará.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo utilizou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para examinar as políticas institucionais de atendimento psicossocial direcionadas aos policiais civis do estado do Pará. A pesquisa foi estruturada em duas etapas principais: (1) pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários e entrevistas semies-

truturadas, e (2) análise documental, com a revisão de materiais institucionais e normativos. Para a etapa qualitativa, foram realizadas entrevistas com 11 policiais civis em atividade, incluindo delegados, escrivães, investigadores, papiloscopistas, motoristas e assistentes administrativos, selecionados por amostragem por conveniência. As entrevistas ocorreram entre julho e agosto de 2024, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA (Parecer nº 6.920.298). O roteiro das entrevistas foi estruturado em dois blocos temáticos, abordando a percepção dos entrevistados sobre as condições de trabalho e a efetividade do suporte psicossocial oferecido pela instituição.

A etapa quantitativa envolveu a aplicação de um questionário estruturado, com o objetivo de mapear o perfil sociodemográfico dos policiais civis, suas condições de trabalho e fatores relacionados ao adoecimento mental. O questionário contemplou variáveis como idade, tempo de serviço, carga horária, exposição a situações de risco, acesso a suporte psicológico e autopercepção da saúde mental. A coleta de dados foi realizada via grupos de WhatsApp do Sindicato dos Policiais Civis do Pará (SINDPOL), permitindo um amplo alcance entre os profissionais. O cálculo amostral considerou um universo de **3.757 policiais civis**, um erro amostral de **6,33%**, resultando em **234 respostas válidas**. Os dados coletados foram analisados estatisticamente, possibilitando a identificação de padrões e tendências nos fatores associados à saúde mental desses trabalhadores.

A análise documental foi conduzida para contextualizar e avaliar a aplicação prática das políticas institucionais de atendimento psicossocial. Foram examinados documentos oficiais da Polícia Civil do Pará e de órgãos relacionados à segurança pública, incluindo relatórios de gestão da instituição (2019-2024), o Plano Estratégico 2024-2025 e as Diretrizes Nacionais e Estaduais de Segurança Pública (2021-2030). Os dados obtidos foram submetidos à triangulação metodológica, combinando estatística descritiva para os resultados quantitativos e análise de conteúdo para os relatos qualitativos. Essa abordagem interpretativa possibilitou uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pelos policiais civis no acesso ao suporte psicossocial, permitindo uma análise crítica sobre a efetividade das estratégias institucionais vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

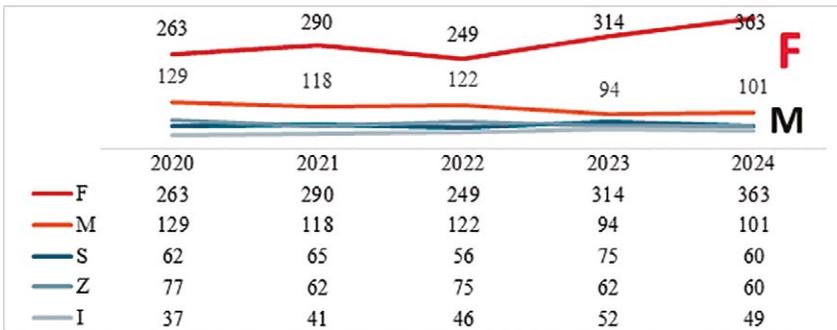
Tabela 1: Quantidade e Percentual de Servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará, no período de outubro de 2023, por sintomas psicológicos.

Você apresenta algum desses sintomas psicológicos?	Quantidade	Percentual
Cansaço excessivo	128	26,34
Irritabilidade excessiva	98	20,16
Nervosismo	77	15,84
Perda do senso de humor	66	13,58
Retraimento social no trabalho	63	12,96
Nenhuma das opções acima	54	11,11
Total Geral	486	100,00

Fonte: Autoria própria (2023) / * Foi respondido mais de uma alternativa

Os dados da Tabela 1, apontam um quadro alarmante de desgaste físico e psicológico entre os policiais civis, sendo o cansaço excessivo o sintoma mais relatado, com 26,34% dos participantes indicando esse problema. Esse índice reflete o impacto profundo das demandas intensas da profissão, que frequentemente exigem alta resistência física e mental. Han (2015), ao discutir a “sociedade do cansaço”, observa que o trabalhador contemporâneo está sujeito a um processo contínuo de autoexploração, agravado pelas pressões laborais constantes, o que se aplica diretamente ao contexto do trabalho policial.

Gráfico 01: Quantitativo de policiais civis periciados por transtorno mental, ano 2024.



Fonte: Autoria própria (2025) / Tipos de Doenças¹⁰

O gráfico 1 compara os anos de 2020 a 2024, mostrando que os transtornos mentais e comportamentais são predominantes entre as doenças dos

¹⁰ F – Transtorno Mental e Comportamentais, M -Doenças Osteomusculares e do Sistema Conjuntivo, S – Traumatismo, Fraturas e Lesões, Z – Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde, I – Doenças do aparelho circulatório

servidores da Polícia Civil do Pará. Após uma pequena queda em 2022 pós-pandemia, houve um aumento significativo de 249 casos em 2022 para 363 em 2024. Para Dejours (2015), a exploração do sofrimento físico e mental dos trabalhadores na organização de trabalho tem relação com a produtividade e rentabilidade da empresa. No caso do sofrimento mental, há uma diferença que é a submissão do corpo, ou seja, causando um desgaste da vida mental individual naturalmente favorável à produção. Para ilustrar, apresentamos alguns trechos das entrevistas realizadas com policiais civis. Perguntado se já teve algum tipo de doença potencializada pelo trabalho policial, a resposta foi:

“Sim, obesidade. Ela foi ela é fruto de realmente de um processo de adoecimento, né. Eu adoeci nesses últimos seis anos, né, ou seja, me tornar uma pessoa obesa. Obesidade gran dois por conta do trabalho. O trabalho com certeza é o principal fator estressor, né. Hoje eu diria que seria obesidade, decorrente da atividade policial”.
(Policial Civil entrevistado 1).

A cultura policial impede que os policiais busquem assistência em saúde mental. Policiais demonstram risco aumentado de condições de saúde física e mental devido à exposição repetida e prolongada a condições ocupacionais estressantes. O estresse ocupacional é dividido em dois tipos: estresse operacional, relacionado ao conteúdo das tarefas de campo, por exemplo: demandas físicas; e estresse organizacional, relacionado a contextos culturais e estruturais (por exemplo, relacionamentos interpessoais).

CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo evidencia que, embora a Polícia Civil do Pará tenha implementado iniciativas voltadas à saúde mental dos policiais civis, como os serviços da Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS) e o projeto “DAS Itinerante”, ainda há desafios significativos a serem superados. As estratégias institucionais existentes não garantem um atendimento psicossocial plenamente eficaz, especialmente diante do aumento dos casos de transtornos mentais entre os profissionais de segurança pública. A lacuna entre a legislação vigente, como a Lei nº 14.531/2023, e a realidade dos serviços ofertados demonstra a necessidade de reformulação e ampliação dessas políticas, assegurando maior acesso, continuidade no acompanhamento e suporte adequado aos policiais em sofrimento psíquico. Além disso, a análise documental e os dados coletados apontam que a falta de recursos humanos especializados e a insuficiência de campanhas preventivas dificultam a mitigação dos fatores de risco associados ao adoecimento mental desses trabalhadores.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível uma reavaliação das políticas institucionais voltadas ao atendimento psicossocial da Polícia Civil do Pará, considerando a complexidade do trabalho policial e seus impactos sobre a saúde mental. A pesquisa reforça que o adoecimento mental dos policiais não pode ser tratado apenas como uma consequência individual, mas como um reflexo das condições estruturais, organizacionais e sociais que permeiam a segurança pública. Dessa forma, é necessário que as estratégias institucionais sejam aprimoradas com base em evidências científicas, ampliando o suporte psicológico, garantindo ações contínuas de prevenção e promovendo um ambiente de trabalho mais humanizado. A superação das limitações atuais exige um compromisso institucional sólido, que vá além de ações pontuais, assegurando uma política de cuidado integral e efetiva, capaz de proteger a saúde dos profissionais que diariamente enfrentam situações de extrema pressão e risco.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: Estudo da Psicopatologia do Trabalho**. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira; 5ª edição ampliada; Ed. Cortez.

DIAS, Camila Nunes; PAIVA, Luiz Fábio S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 34, n. 2, p. 217-238, 2022. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.191220.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

IKEDA, Álvaro Luís Beltrão; MIRANDA, Wando Dias; REIS NETTO, Roberto Magno. Atividade de inteligência e tráfico de drogas no estado do Pará: um estudo sobre as rotas de tráfico. In: MIRANDA, Wando Dias; REIS NETTO, Roberto Magno; REIS, João Francisco Garcia; SANTOS, Jorge Fabricio dos. **Segurança Pública e Atividade de Inteligência: debates e perspectivas – Volume II**. Belém/Pará: *Érgane*, 2023.

